

Construção de conhecimentos conjunta e articulação de Incubadoras
Tecnológicas de Cooperativas Populares do Estado de São Paulo



Sistematização de práticas das ITCPs:
Metodologia de Incubação, Pedagogia da
Autogestão e Movimento da Economia Solidária

São Paulo - Abril de 2011

O projeto de Articulação entre as incubadoras universitárias de economia solidária do Estado de São Paulo pretende trabalhar questões fundamentais para a formação dos atores e dos empreendimentos em economia solidária.

Nesse sentido, foi pensada uma divisão de temas que se apropria dos principais pontos da Economia Solidária hoje. Através desses temas pretende-se estabelecer um panorama e realizar uma formação conjunta dentro das incubadoras universitárias da USP, GV, Unicamp, UNESP (Assis) e UFSCar.

Isso posto, seguem os temas:

- 1. Educação e Autogestão; Metodologia de Incubação; Movimento de Economia Solidária*
- 2. Tecnologia Social*
- 3. Finanças Solidárias; Comercialização e Consumo solidário*
- 4. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas; Planejamento e Gestão participativa*
- 5. Captação de Recursos e Políticas Públicas; Legalização*

Os temas foram separados em cinco grupos, e serão trabalhados dessa forma até o fim do projeto. Cada uma das incubadoras é responsável por tomar frente no estudo e na formação de cada grupo de temas, assim como organizar o Seminário previsto para o final de cada ciclo, referente também a cada grupo de temas.

Este documento refere-se ao primeiro ciclo, orientado pela ITCP-USP. Neste primeiro seminário são trabalhados os temas: Educação e Autogestão; Metodologia e Incubação; Movimento de Economia Solidária.

O processo de formação

A apropriação, formação e discussão dos temas foram feitas de forma sistemática num método acordado pelas incubadoras participantes do processo.

Para cada um dos temas, foram elaboradas duas vertentes de abordagem: uma prática e uma teórica. Desse modo pudemos acessar os referenciais teóricos para estudá-los e refleti-los e, paralelamente, aplicar os questionamentos levantados a partir desses estudos nos EESs incubados pelas universidades.

Assim, cada incubadora, a partir dos roteiros disparadores das questões práticas e teóricas trabalharam dentro de suas equipes a fim de construir um texto que apresentasse respostas e situações que dialogassem com os temas principais.

Os temas foram trabalhados pelo Comitê Gestor (composto por alguns membros de cada Incubadora) todas as semanas em reuniões virtuais e uma vez por mês em reuniões presenciais, que, além dos temas de cada ciclo, sempre tiveram como objetivo sustentar e dar encaminhamento ao projeto Articulação como um todo.

Aqui, apresentamos os textos finais dessa primeira etapa do processo. Considerando os temas do primeiro Seminário Articulação ITCPs – SP.

Os textos: Levantamento das práticas de cada Incubadora

De cada incubadora, podemos extrair um traço marcante do método ou da história de atuação. Percebemos que, mesmo sendo norteadas por ideologias com pontos semelhantes, o perfil do trabalho realizado em cada uma é diferente. Aqui vamos considerar alguns desses traços principais de cada incubadora, para termos idéia do cenário contrastante e plural dessa realidade.

Na Unicamp, por exemplo, é tomada a escolha da Incubadora somente trabalhar em projetos com movimentos sociais previamente organizados. Fica claro no seguinte trecho, do texto de Levantamento de Práticas da ITCP-UNICAMP:

“É com essa organização interna que a Incubadora tem como horizonte, trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção. A opção por essa direção se dá por sabermos dos limites de nossa atuação no campo da Economia Solidária, uma iniciativa quase consensual e, por isso, perigosa: pode abarcar desde grupos patrocinados por empresas privadas, que visam o lucro e falam de solidariedade, auto-organização para se auto-promoverem e competirem melhor no mercado, até cooperativas de mulheres do acampamento mais precário do MST. Nós, ao longo dos últimos dez anos, fizemos nossa escolha. Tentar construir e aprender com a experiência dos movimentos como podemos criar condições objetivas e materiais, de auto-organização dos trabalhadores, horizontais e, ainda, que apontem para novas formas de organizar o processo produtivo da sociedade.”

Já na UNESP de Assis um dos principais focos de trabalho ao longo da história foi com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ali eles conseguiram desenvolver um trabalho que identificou uma demanda local e, a partir desse relacionamento, estabeleceram bases com o movimento e com os agentes do poder público da região. Isso demonstrou bastante estrutura e eficiência para a Incubadora, assim como evidenciou a importância do relacionamento entre os atores sujeitos do movimento. Segue trecho do Levantamento de Práticas da UNESP de Assis que ilustra isso:

“A formação de parcerias é outro passo fundamental para início da incubação. Realizamos um levantamento para mapear as parcerias já consolidadas no território, bem como, a possibilidade de novos parceiros. O início dos contatos com essas parcerias possíveis ou já efetivadas partem das relações pertinentes desses três atores: incubadora, prefeitura municipal e grupo de catadores.”

Na UFSCar temos um caso bem ilustrativo da relação entre projetos de economia solidária e a legalização deles. É o caso da Cooperlimp, cooperativa de limpeza que teve de 250 a 300 integrantes e se configurou como um dos casos de sucesso da Incubadora. Até sofrerem, pelas formas da lei, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que, aplicado devido a uma leitura insensível daquele movimento, fez com que a Cooperlimp fosse desarticulada. Configurando um desastre para incubados e incubadores. Segue trecho do texto da UFSCar:

“Os danos produzidos por esta medida do Ministério Público do Trabalho são múltiplos, profundos e graves. O encerramento das atividades da cooperativa ao final do período estabelecido tem como resultado mais facilmente identificável mais de 210 famílias sem recursos para sua manutenção, na região. Centenas de pessoas desesperançadas pela destruição de um esforço de mais de 10 anos, que foi capaz de mudar o perfil do próprio bairro e oferecer condições de cidadania para pessoas sistematicamente excluídas das oportunidades que a sociedade distribui de forma injusta.”

Como é possível perceber, são diferentes as vertentes de ação de uma incubadora Universitária de economia solidária. Pois, elas atuam de acordo com as necessidades do projeto, sendo elas de qualidade técnica, teórica ou jurídica. Como um bom ator na atuação de gestão, propriamente dita, temos como exemplo a FGV. Podemos reparar que a Incubadora dali está bem ajustada nos termos de gestão econômica, demandas técnicas e administração de recursos. É notável o foco que eles projetam no processo de gestão da incubadora. O acúmulo de conhecimento em questões de natureza econômica é evidente e um traço definitivo para o projeto. Segue trecho do texto produzido pela incubadora:

“A metodologia de Incubação é o norte, é o caminho que os técnicos de incubação devem trilhar em conjunto com os empreendedores, a fim de que no final do processo estes consigam gerir seu negócio de forma autônoma.”

Já na USP, o principal ponto de reflexão é a autogestão propriamente dita. A Incubadora sofre com os pontos fortes e fracos desse sistema de organização de

trabalho. Fica evidente que a Autogestão fortalece a atuação dos formadores enquanto cidadãos-políticos dentro e fora daquele espaço. Contudo, no que diz respeito à gestão do corpo maior representado pela incubadora propriamente considerada, a interdisciplinaridade, a rotatividade de funções e o extremo tom reflexivo sobre esse cenário tende a prejudicar o andamento dos processos ali estabelecidos. Percebe-se uma diminuição na velocidade das ações, mas um aumento na reflexão dessas. A ITCP-USP pode ser vista como vítima da própria causa, no que diz respeito à Autogestão. Como ilustra o trecho abaixo, tirado do Levantamento de Práticas da ITCP-USP:

“Autonomia individual e coletiva são interdependentes. Se as pessoas não fazem a experiência da autonomia individual terão dificuldades para conceber e procurar a autonomia coletiva, que nasce no trabalho, a autogestão. Mas, a autonomia individual é o cerne da possibilidade do desenvolvimento da autonomia coletiva. Ser autônomo significa ser capaz de fazer escolhas. Ser autônomo e fazer escolhas não envolve apenas a minha autonomia mas a de outros. A escolha é um princípio ético. Implica o outro, os outros, uma escolha para todos. Este é o mais caro e o mais problemático objetivo da Economia Solidária.”

Em resumo breve, podemos perceber as ITCPs Universitárias mirando para o desenvolvimento da Economia Solidária e se construindo através das próprias práticas. Levando consigo os pontos de todas as qualidades, positivas ou negativas. São passos traçados. O projeto Articulação, espelha e retrata esses passos.

Encerramos esse primeiro ciclo, com muitas perguntas e respostas novas. Assim como vislumbramos novos desafios, nas diferentes esferas que compõe a formação e a atuação na economia solidária.

Desejamos, a todos, uma boa leitura aos textos que seguem.

Índice

ITCP-USP	1
INCOP UNESP - Núcleo Assis.....	53
ITCP – FGV.....	83
INCOOP/UFSCAR.....	115
ITCP/UNICAMP.....	160

**Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade de São Paulo ITCP-USP**

Introdução

Neste documento pretendemos explorar o caminho percorrido pela ITCP-USP, durante os 12 anos de existência, analisando sobretudo seus processos de autogestão e incubação. Para isso, consideramos as situações mais expressivas da atuação e da reflexão da Incubadora. Procuramos apresentar e refletir sobre os limites e os desafios que acompanharam e acompanham nosso processo, tomando a reflexão sobre a nossa experiência comum como um sólido fundamento a partir do qual novas práticas possam ser experimentadas e outras consolidadas.

As reflexões foram elaboradas coletivamente, como é a boa prática da economia solidária e da ITCP, e se concentraram, sobretudo, nos temas relacionados à experiência acumulada pelo exercício da autogestão e da metodologia de incubação, e menos no Movimento da Economia Solidária como um todo. Talvez, e esta é uma explicação parcial e não uma justificativa, a ITCP esteve, desde o início do Movimento, envolvida tão diretamente na constituição do Fórum Brasileiro e dos Fóruns Paulista e Municipal, que não nos pareceu oportuno reduzir a poucas linhas nossa percepção do Movimento e da nossa participação dentro dele. Neste momento de ameaças à Senaes e ao Movimento precisamos tomar posições, não pondo em dúvida a validade e a importância da participação de toda a Rede.

A primeira parte deste trabalho é um resumo da nossa história que, mais do que tomar um caráter cronológico, se caracterizou por um esforço analítico dos rumos que tomamos e discutiu, ainda que brevemente, seus resultados e a origem dos novos rumos que se foram imprimindo à metodologia de incubação e às direções que a própria ITCP foi tomando.

A segunda parte leva em conta os aprendizados que vêm da reflexão sobre as práticas e algumas observações que nascem dessa mesma prática.

Por fim, algumas considerações que têm por objetivo expor os limites de atuação que nos são colocados, dadas as características da ITCP enquanto parte de uma universidade pública e, em última instância, representante desta junto à população.

2.0 - Histórico ITCP - USP

Origem

Em 1995, professores da UFRJ, juntamente com técnicos, criaram a primeira incubadora universitária de cooperativas populares. Eles foram inspirados pela iniciativa de Herbert José de Souza, o Betinho, que havia criado um projeto de geração de renda dentro da comunidade de Manguinhos em parceria com a Faculdade Nacional de Saúde Pública. Esse cenário pode ser visto como reflexo da recessão e do desemprego estrutural que atingiu o país a partir dos anos 80.

Nesse contexto, em 1997 foi criado um grupo de trabalho de economia solidária dentro da Fundação Unitrabalho, sob a coordenação dos professores Paul Singer, Candido Vieitez e Newton Briand. Ali, durante dois anos, reuniram-se professores e trabalhadores para discutir autogestão e cooperativas. A partir dessa experiência, o professor Paul Singer propõe a criação de um grupo de estudos sobre economia solidária sob a sua orientação. As reuniões aconteciam na Faculdade de Economia e na Faculdade de Filosofia da USP.

Em 1998 a ITCP-USP é criada por iniciativa da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE) da USP, órgão ligado a Pró-Reitoria da Universidade. O projeto teve adesão imediata do professor e dos alunos que formavam o grupo de estudos e, nesse momento, foi recebida com entusiasmo por um bom número de professores de várias unidades da universidade.

Concepção

Ao conceber a sua linha de ação, a ITCP-USP fez uma escolha por não trabalhar apenas com grupos previamente organizados e já interessados em cooperativismo.

Foi estabelecido como objetivo realizar um trabalho de sensibilização do grupo, prévio ao desenvolvimento da atividade econômica, pressupondo a criação de uma metodologia e estratégia educativa próprias. Essa atividade foi dirigida pela professora Sônia Kruppa. Se compreendia que a incubação deveria ser um processo pedagógico, que favorecesse o desenvolvimento de sujeitos autônomos. Outro traço fundamental foi a escolha da interdisciplinaridade, tida como necessária para captar de uma forma mais sensível a realidade dos projetos. Nessa concepção, os grupos de trabalho reúnem pessoas de diferentes formações para lidar com as mesmas questões e processos. As especialidades não ficam fechadas e separadas dentro de funções específicas, como gestão, formação, comercialização. Todos participam de tudo, ou seja, os processos devem ser transparentes de modo que haja a compreensão do todo e não apenas de partes.

Além disso, foi assegurado o caráter de ensino, pesquisa, e extensão devido ao entendimento de que a teoria e a prática são indissociáveis para uma formação consistente. Outro aspecto fundamental foi a busca pelo exercício da autogestão como forma de organização, adotada tanto dentro da ITCP-USP, como nos projetos de incubação.

Primeiras Ações

O primeiro projeto de incubação foi com a Cooperativa Força da Lua Brilhante, Cooperbrilha. O grupo teve como primeiro mercado consolidado a prestação de serviços de jardinagem para o Departamento de Engenharia da USP. Também teve início um curso de cooperativismo, oferecido pela ITCP às pessoas interessadas da favela São Remo, nossa vizinha.

A incubadora sofreu forte intensificação de suas atividades no fim de 1999, quando primeiramente foi contratada no âmbito do Projeto Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos CNM/CUT para dar cursos de formação cooperativa aos alunos do projeto. Após esse primeiro contrato, a ITCP-USP foi chamada também pela Secretaria Regional do Trabalho para realizar formações sobre cooperativismo

com a perspectiva de que após essas formações o convênio fosse renovado para a incubação de grupos. Data desta época ainda o primeiro convênio com a FINEP no âmbito do PRONINC (Programa Nacional de Fomento as ITCPs).

A expansão das atividades da ITCP-USP, a quantidade de grupos incubados e o curto período de financiamento (caso do Integrar e do projeto com a SERT) trouxeram dificuldades para que se fizesse um trabalho com uma estrutura nos moldes ideais.

Registra-se, nessa época, a incubação de 16 empreendimentos, a grande maioria enfrentando dificuldades de viabilização ao enfrentarem um mercado altamente concorrencial sem dispor de nenhuma diferenciação produtiva. Alguns deles, estando em processo de constituição, tiveram o acompanhamento interrompido forçosamente ao fim dos projetos por localizarem-se em regiões muito distantes. Esse afastamento geográfico entre incubadores e incubados dificultava a realização do trabalho e afetava diferentemente os resultados.

Um caso especialmente interessante é o da Coopervida, cooperativa de reciclagem localizada no município de Praia Grande, que fica a 86 km da capital. Seu acompanhamento foi encerrado por divergências entre a Incubadora e a prefeitura.

Essa experiência de incubação permitiu a elaboração de duas proposições fundamentais adotadas pela ITCP-USP daí em diante: a não imposição do formato cooperativo prescrito pela lei devido às dificuldades dos grupos populares de se enquadrarem nos critérios jurídicos necessários e a necessidade da criação de uma equipe local de incubação.

Mesmo que o projeto tenha encontrado dificuldades, os relatórios demonstram perceptíveis ganhos para os membros de todos os grupos incubados, ainda que nem sempre de caráter econômico, mas de construção da cidadania:

“Com relação aos cooperados, além da reinserção no mercado de trabalho, do qual a maioria estava excluída, observa-se que, com o processo de incubagem, estas pessoas passam a exercer a cidadania. Indicador importante disso, é o retorno dos cooperados à escola. Além disso, a própria vivência política,

entendendo-se política em seu sentido amplo de participação direta em decisões que dizem respeito à vida pública é um exercício praticado pelos cooperados quer nas assembléias e outras instâncias internas da cooperativa, quer em fóruns externos à cooperativa. Esta experiência, individual em seu início, termina por resultar em uma conquista coletiva da cidadania” (ITCP-USP 2000: 16).

Parceria com a Prefeitura de Guarulhos

A atuação da ITCP-USP em Guarulhos iniciou-se em 2001, através de um projeto realizado em parceria com o Escritório Piloto, da Escola Politécnica da USP, com a Prefeitura de Guarulhos, com o Instituto Vereda (especializado em educação popular) e com a Cooperativa Integra. Esta cooperativa, formada por engenheiros, arquitetos e outros profissionais, havia sido incubada pela ITCP durante o ano de 1999.

O intuito do projeto era unir três formações básicas, a saber: a formação profissional para construção civil, a formação em autogestão e cooperativismo e a formação educacional e para a cidadania. Esperava-se que desta experiência de trabalho coletivo fosse formada uma cooperativa de construção civil ou de outra atividade econômica.

Os membros do grupo foram selecionados no programa BAD, de “bolsa auxílio ao desempregado” da prefeitura de Guarulhos, estando condicionado o recebimento de sua bolsa à participação no curso.

Como resultado desta inserção no BAD, articulou-se a proposta da ITCP-USP desenvolver um trabalho junto a demais beneficiários do programa, resultando na sensibilização de mais de 700 pessoas e no acompanhamento de grupos de costura, artesanato, coletores de materiais recicláveis e na legalização de uma cooperativa de jardinagem, a Transjardim. Nesta parceria a proposta de formação de uma equipe local de incubação concretizou-se com a realização de cursos de multiplicadores, sendo o primeiro para a comunidade e o segundo para a equipe da Secretaria das Relações de Trabalho envolvida no Programa.

A Fapesp, em seu Programa de incentivar parcerias entre os pesquisadores e o estado, financiou parcialmente o projeto.

Ao término da parceria, a Prefeitura tornou-se responsável por continuar o acompanhamento dos EESs que mantiveram suas atividades.

Parceria com a Prefeitura de São Paulo

A parceria da ITCP-USP com a Prefeitura Municipal de São Paulo iniciou-se em 2001, no distrito do Capão Redondo, região que pelo alto índice de vulnerabilidade social foi escolhida como piloto para implantação do Programa Desenvolvimento Solidário (que pretendia implementar ações desse tipo pela periferia da cidade). Ali a incubadora ofereceria cursos de cooperativismo para beneficiários de políticas públicas de geração de renda.

O projeto previa 6 meses para a realização de cursos de cooperativismo e estruturação de empreendimentos. Esse período não foi suficiente para a realização plena do trabalho. O tempo exíguo foi um dos fatores que dificultaram a execução do projeto. Outras dificuldades foram a ausência de espaço para reuniões, a forma de seleção dos beneficiários (que eram obrigados a assistir aos cursos para receberem bolsas) e a forma de composição das classes (completamente aleatória). Além disso, os grupos precisavam de recursos para investir em produção. Assim, devido à baixa disponibilização de recursos, a continuidade do trabalho no Capão Redondo foi dificultada.

No total, a ITCP-USP acompanhou mais de 1500 beneficiários de programas redistributivos na região, com a formação de mais de 60 empreendimentos, dos quais em 2004 haviam sobrado apenas 15, sendo que poucos destes duraram muito mais tempo.

O professor Singer apontou algumas ações a serem realizadas que pudessem potencializar o impacto do programa Oportunidade Solidária, a começar pela constatação de que sua integração a programas redistributivos de apenas 6 meses não é o suficiente. Já se apontava também a importância de que instituições locais

pudessem fomentar a Economia Solidária por meio de incubadoras locais e com a criação de centros onde os moradores pudessem vir a conhecer mais sobre o tema. Singer também apontou como saída possível a criação de estratégias de intercooperação como clubes de troca e de poupança.

A constituição da Rede Solidária da Zona Sul, espaço democrático e de participação dos atores da região, foi o primeiro passo de um projeto de construção da autonomia da região. Este processo constituiu-se em um esforço de reconhecimento e sensibilização das diferentes entidades que trabalhavam ali. Foi realizado o chamado “Encontrão” da rede, que foi seguido por um curso de introdução à economia solidária.

Mais uma vez, a disparidade entre o tempo dos trâmites burocráticos do poder público e o tempo do projeto comprometeu a sua execução. A implementação do projeto Rede só pôde ter início mais de um ano depois do término do financiamento dos projetos de incubação, quando a maior parte destes EESs já haviam se dissolvido por falta de apoio. No mais, o projeto não financiava a incubação de novos EESs, demanda de diversas associações que constituíram a Rede.

Como resultados do trabalho neste período podem ser destacadas três realizações: a fundação da Rede Solidária da Zona Sul, como embrião de incubadora local; o início do trabalho com o Clube de Compras, e com um grupo de prestação de serviços que tinha um maior grau de qualificação, o Alpha.com, que atua na área de informática.

Considerando a dificuldade de obtenção de resultados econômicos para os empreendimentos, este período foi de grande aprendizagem e desenvolvimento de novas estratégias, Mello et alli (2007: 60), trazem um depoimento sobre as dificuldades enfrentadas.

“Essas previsões (ou anseios) não se realizaram e os resultados do programa distributivo não foram satisfatórios. Mas, da perspectiva da economia solidária, esse resultado já era esperado: não é possível transformar, com a premência inerente ao tempo político, homens e mulheres dramaticamente marginalizados durante décadas, em empreendedores capazes de superar a sua condição com

seis meses ou um ano de bolsa e cursos bem intencionados, mas insuficientes, sobre as virtudes do cooperativismo ou da economia solidária. As dificuldades nos pareceram insuperáveis, dada a fragilidade dos grupos que se interessavam em produzir alguma coisa, fragilidade dos laços sociais que se criavam entre as pessoas, fragilidade oriunda da mais extrema pobreza e da necessidade de obter o sustento o mais rápido possível, fragilidade das habilidades que possuíam para, a partir delas, e sem qualquer capital, criar um empreendimento sustentável. O descaso e o abandono não são reversíveis em tempo tão curto quando se mantém os padrões de concentração de poder e de renda próprios à sociedade capitalista.”

A partir dessas experiências a Incubadora começa a concentrar suas ações em projetos de desenvolvimento local. Podemos considerar como centros dessa atuação áreas das regiões Sul e Oeste da cidade de São Paulo.

Desenvolvimento local

Zona Sul

Na zona sul, a incubadora atuou nos sub-distritos Campo Limpo e Jardim Ângela. Ao final do projeto Rede Solidária da Zona Sul e mudança do panorama político municipal, a parceria da incubadora com a prefeitura não mais se renovou. Apesar das dificuldades financeiras internas e dos limites à incubação encontrados, a ITCP-USP deu prosseguimento à construção que vinha realizando em conjunto com os EESs incubados e parceiros da Rede Solidária na Zona Sul, porque entendíamos que as pessoas são o centro da Economia Solidária e deixar de lado suas necessidades, ou os sonhos para os quais a ITCP-USP havia contribuído, seria negar a própria presença junto a eles e estabelecer a cisão entre o discurso e a prática.

O trabalho desenvolvido pela comissão do clube de trocas resultou na elaboração de um projeto junto à Cáritas Diocesana do Campo Limpo, chamado Mercado-Escola, que proporcionou um pequeno financiamento em termos de

matéria-prima e equipamento para os empreendimentos incubados no âmbito do Proninc.

Até este momento a Incubadora acompanhava empreendimentos de forma relativamente dispersa, à medida que surgiam novas demandas, sejam formuladas pelos próprios cooperados, sejam por parte de um financiador interessado em seus trabalhos.

Em 2004, no entanto, a ITCP-USP tomou uma decisão importante:

“Como resultado do planejamento de 2004, determinamos que o foco de trabalho atual da ITCP é o desenvolvimento da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local em duas regiões: zona sul e zona oeste da cidade. Assim, a proposição de novos financiamentos tem um foco mais claro, de dar continuidade ao trabalho que tem sido realizado nessas regiões, o que torna os projetos propostos mais próximos das demandas locais”. (ITCP-USP, 2005a: 18).

O que efetivamente, entendemos por desenvolvimento local, foi definido, mais precisamente, pelo Núcleo Rede, da ITCP-USP, em 2006:

“Desenvolvimento, para nós, é então a instauração de uma cultura solidária, desde a forma de produção dos bens materiais necessários ou desejáveis até os espaços de moradia, lazer, educação, etc. O acesso a bens materiais e culturais faz sentido dentro de uma experiência comunitária, operada por uma organização solidária das pessoas, de maneira que elas possam se relacionar diretamente entre si, sem a intermediação do dinheiro ou de mercadorias, e possam se reconhecer naquilo que fazem, exercer sua criatividade e, em última instância, sua própria humanidade.” (Sigolo e Pateo, 2007: 72)

Após o término do financiamento direto fornecido pelo Proninc, foram conseguidos financiamentos específicos para permitir a continuidade dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos: foi aprovado junto à Rede de Tecnologia Social (RTS) a possibilidade de reaplicação da tecnologia social “mercado-escola” para mais empreendimentos na Zona Sul. Contudo, o desenvolvimento da metodologia foi seriamente comprometido pelo corte realizado nos recursos a serem aplicados no financiamento aos empreendimentos, impedindo a efetivação do microcrédito, crucial

para o funcionamento da proposta.

Já em 2005, no período de implementação do Projeto Mercado-Escola, a Rede muda o formato de suas reuniões não mais se organizando por comissões e agregando algumas novas discussões para o seu debate. Data de 2006, uma grande conquista, a constituição do Centro de Referência em Economia Solidária do Campo Limpo, de acordo com Mello *et alli* (2007: 65):

“nesse lugar comum a todos, o corrente conteúdo individual e solitário das realizações, que leva à competição própria da sociedade capitalista, tende a desaparecer. Ele é, desde o começo, coletivo e assim se apresenta aos trabalhadores, como um avanço na compreensão prática da democracia, efeito tangível da criação de um espaço de igualdade e de livre discussão.”

Foi lá que a Rede da Zona Sul passou a constituir-se, contando cada vez mais com o protagonismo dos EESs em suas reuniões. Vale destacar o processo de formação de agentes locais de economia solidária (ALES), com remuneração garantida pelo projeto RTS. Juntamente com o enraizamento da Rede e do Centro de Referência, este processo configura-se no desenvolvimento de mais uma etapa rumo ao antigo sonho de construção de uma incubadora local.

Também é deste período a implementação de uma das estratégias formuladas pela Rede Solidária da Zona Sul e que até então vinha encontrando dificuldades em se firmar, a criação de um projeto de agricultura urbana que foi iniciado em Parelheiros. O projeto, financiado pelo CNPq, em seus dois primeiros anos (2007 e 2008) reuniu e organizou pequenos produtores agrícolas da região, que vendiam juntos suas produções, se livrando de atravessadores e fornecendo direto para o cliente final. A segunda versão, nos dois anos seguintes, focalizou a transição agroecologia na produção (hoje obrigatória por lei em Parelheiros) desses produtores, assim como diversas benfeitorias em suas terras, por meio de técnicas da bioconstrução, como banheiro seco, cisternas, tirolesa, entre outros. Além do apoio aos produtores, a ITCP atuou na região participando da APA Bororé-Colônia.

Zona Oeste

Na zona oeste, a incubação do empreendimento localizado no Jardim Jaqueline, bairro próximo a Cidade Universitária, pôde transformar-se em proposta de desenvolvimento local através de um projeto realizado em parceria com a Secretaria do Verde, da Prefeitura de São Paulo, e o Instituto Polis. A iniciativa começou em 2005 e a partir de 2007 foi financiada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, e teve como meta a instalação de um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã (CRSAN-BT). Ali o empreendimento incubado poderia iniciar o seu processo produtivo. A constituição da Rede local de Segurança Alimentar e Nutricional também mostra-se muito importante nesse processo no que se refere ao fomento de outras atividades no CRSAN-BT, assim como em parcerias que fortaleceram o processo de incubação como, por exemplo, com a participação nesse processo de mestrandas e graduandas da nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP.

A ITCP-USP garantiu a continuidade dos trabalhos através do acesso à terceira edição do PRONINC, em que buscou contemplar recursos para continuar o desenvolvimento de ações de desenvolvimento local nas áreas citadas e para promover ações de integração entre os EESs das diferentes regiões da cidade, através de formações temáticas. Atualmente, a participação nos espaços do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, assim como a incubação do grupo no local, conta com o financiamento do Ministério do Trabalho e emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Projeto Moradia Solidária

No início de 2008, depois das experiências acumuladas nas zonas sul e oeste, a incubadora inicia um projeto em parceria com movimentos de moradia e junto com o Laboratório de Extensão da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH-USP). O financiamento foi da SENAES.

Esse projeto pretendeu propor a construção do desenvolvimento local a partir da incubação de empreendimentos associada à instalação de quatro bancos comunitários nas periferias das Zonas Leste, Norte, Oeste e Sul de São Paulo, tendo como foco inicial conjuntos habitacionais construídos em processo de mutirão nessas áreas. Foi prevista verba para a esses bancos e para a remuneração de agentes locais de economia solidária, moradores desses conjuntos habitacionais.

Entretanto, o trabalho não foi plenamente bem sucedido. Um claro motivo foi a falta de entrosamento político entre a ITCP-USP e o Movimento de Moradia Paulistano. Concepções diferentes sobre a autogestão e sobre a atuação do indivíduo dentro de um movimento de transformação social foram impasses para o bem-estar e o sucesso do programa. Além disso, os formadores tiveram a impressão de que interesses partidários regiam as ações dentro do projeto. Isso pode ser visto como uma ingenuidade por parte da Incubadora, que não se preocupou em conhecer previamente a dinâmica dos atores que estavam envolvidos naquela ação.

Ainda assim a experiência rendeu frutos e cinco bancos (dois na Zona Sul) foram criados. Especialmente na Zona Norte e na Zona Sul eles expressaram bom desenvolvimento e mantiveram suas atividades de maneira satisfatória. Isso potencializou a multiplicação de bancos comunitários no país, processo que já vinha em movimento ascendente. Outro resultado positivo foi a experiência formativa que o projeto proporcionou para os membros da Incubadora. Mas não apenas: a ITCP obteve financiamento para continuar as ações em um dos bancos constituídos na zona sul, um bairro que possui uma forte associação comunitária, mais especificamente no Jardim Maria Sampaio. Criaram a moeda social e o banco vem tendo ações para o desenvolvimento local, envolvendo os comerciantes e produtores locais.

Considerações

De modo geral, a dinâmica da ITCP-USP é marcada pela mediação entre, por um lado, a proposta de não abandonar seus projetos, buscando os meios possíveis

de acesso a financiamento para continuar a sua execução e, por outro, o atendimento a novas demandas provenientes do poder público, de outras associações ou de líderes comunitários. Apesar de suas instabilidades financeiras e institucionais, a Incubadora procurou dar continuidade aos trabalhos iniciados, considerando-os como o passivo que não pode ser simplesmente descartado.

As dificuldades e decepções no meio do caminho tendem a proporcionar novos pensamentos e propostas de desenvolvimento metodológico. É possível visualizar, no histórico, o constante movimento da ITCP na busca de maior clareza nos seus objetivos e na sua prática. Sem perder as oportunidades que nos eram oferecidas, mas sem ceder a pressões e objetivos alheios aos nossos, a ITCP vem resistindo ao tempo, aprendendo com ele e, quando possível, tornando-o seu aliado.

3.0 - Aprendizado e reflexões sobre a prática

Teoricamente, a proposta de criação das ITCPs nas universidades estava ancorada nas concepções socialistas da sociedade justa e do trabalho decente¹ e da ausência de dominação. Pelo fato de estarem dentro da universidade davam corpo à necessidade de se formularem as questões da economia solidária sob uma ótica acadêmica, do enriquecimento das pesquisas e reflexões e da formulação de um quadro conceitual para a economia solidária. A característica essencial da universidade é a formação dos jovens trabalhando os diferentes processos educativos que se dão dentro das diversas áreas do conhecimento segundo as suas especificidades. Para isso, deveria aliar a pesquisa e a extensão. A incubação é uma atividade pedagógica e educativa por excelência. Porém, diferentemente dos processos centrados na transmissão unilateral de conhecimentos, dos professores para os alunos, as ITCPs se propõem “um processo de formação coletiva, de troca de experiências, de reflexão sobre o sistema e sobre a reprodução da vida.” Aqui, a nossa participação na universidade, como um projeto de extensão, se diferencia radicalmente da concepção de extensão comum às universidades. Cooperação não é apenas uma palavra mas é uma constante no processo de incubação. Cooperação, cujo objetivo mais amplo é fortalecer a experiência de autonomia dos grupos e das pessoas. Autonomia individual e coletiva são interdependentes. Se as pessoas não fazem a experiência da autonomia individual terão dificuldades para conceber e procurar a autonomia coletiva, que nasce no trabalho, a autogestão. Mas, a autonomia individual é o cerne da possibilidade do desenvolvimento da autonomia coletiva. Ser autônomo significa ser capaz de fazer escolhas. Ser autônomo e fazer escolhas não envolve apenas a minha autonomia mas a de outros. A escolha é um princípio ético. Implica o outro, os outros, uma escolha para todos. Este é o mais caro e o mais problemático objetivo da Economia Solidária. Ela já parte de uma escolha, de transformações de amplo efeito na sociedade, da proposta de uma outra sociedade, cujo centro seja o trabalho e não o capital, os trabalhadores e não o lucro. Precisamos da autonomia para transformar a heteronomia e a submissão dos trabalhadores (e dos formadores) em um movimento de independência, de pensar e dar voz aos seus pensamentos,

1

precisamos contar com a educação e com a sua companheira, a experiência. Mas não apenas a formação automática e a educação formal, mas a capacidade de reflexão sobre a própria experiência, de apropriação dos valores que aí ganham significado e potência criativa e transformadora. Para tanto, o curso de cooperativismo, mas também a prática: a associação ou cooperativa. São numerosos os exemplos de transformação pessoal das pessoas com as quais trabalhamos e que se refletem na transformação dos formadores. Talvez fosse importante recolhermos essas experiências transformadoras. A Economia Solidária é, essencialmente, um processo pedagógico. Educação e formação, portanto, para novos valores, dentre eles a liberdade. Parece muito para um processo de incubação mas, como diz Castoriadis, “ não é correndo atrás ‘do que se usa’ e ‘do que se diz’, não é emasculando o que pensamos e queremos, que aumentaremos as chances da liberdade. Não é o que é, mas o que poderia e deveria ser, que precisa de nós.”²

Portanto, o que se espera do processo de incubação é favorecer a capacidade produtiva das pessoas, até mesmo a criatividade, reforçando sua disponibilidade para a prática emancipatória do trabalho autogestionário, pelo menos como uma aspiração legítima. A incubação é um processo, como já sabemos, que tem características peculiares porque não pode ser normatizado ou transformado numa série de passos que levem pessoas (aí incluídos os formadores) a vencerem os limites da sua experiência para construir, juntos, empreendimentos capazes de gerar renda, encontrarem um trabalho satisfatório, descobrirem a cidadania e a participação política. Nossa experiência demonstrou que esses objetivos são aquisições do grupo, definidos segundo as possibilidades e condições do grupo. Não há na incubação nada semelhante à formação que o Sebrae oferece. Mas temos dificuldades que são também peculiares. Uma delas é o domínio da técnica e da tecnologia convencional. A ITCP ainda não encontrou na universidade (falamos da USP), um diálogo fecundo com as áreas mais aptas a prestarem auxílio nas dificuldades dos empreendimentos, como nas questões legais, administrativas e contábeis, ou na construção de tecnologia adequada aos diversos tipos de

² . ¹ Tal como definido pela OIT, o trabalho decente caracteriza-se pelo trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho (MTE, 2006).

² Castoriadis, Cornelius – Feito e a ser feito – As Encruzilhadas do Labirinto V , RJ. Ed.DP&A, 1999, p.84

processos produtivos que fazem parte de nossa experiência nos empreendimentos. Cabe também refinarmos o conceito de tecnologia.³ Para nós, ela não se restringe aos instrumentos materiais, mas essa discussão fica para ser feita. Existe a dificuldade também de estarmos trabalhando com pessoas extremamente pobres que não têm habilidades básicas de leitura e interpretação de texto, visualização de tabelas, contas simples, etc. É muito difícil os grupos conseguirem acompanhar até mesmo a linguagem Sebrae. Procurar parceiros? Interessá-los nos problemas dos pequenos empreendimentos? Muitas vezes aparecemos, aos olhos de nossos colegas da universidade, como militantes de uma causa utópica, de uma ação sem futuro. Diálogo com a universidade é importante e desejável, mas também, se possível, com atores de outros movimentos presentes na comunidade de modo a não isolar a ação da ITCP. Os grupos e cooperativas que conseguem, apesar de tudo, sobreviver às dificuldades, são, em geral, defasados na sua capacidade produtiva devido à precariedade de seus instrumentos de produção. Enquanto a empresa capitalista atualiza rapidamente o aparato tecnológico, dificilmente as cooperativas da economia solidária podem competir nesse nível.

A experiência da ITCP nos mostra que os grupos para incubar (falamos grupos como um conceito genérico) podem vir de demandas externas ou serem constituídos por iniciativa da própria incubadora. De modo geral são pessoas pobres, que precisam gerar renda para sobreviver. Não possuem habilidades especiais que tornariam mais fácil, talvez, encontrar emprego. Possuem, é claro, experiência de trabalho, porque toda a vida trabalharam. Trabalho no campo, trabalho doméstico, trabalhos inventados no apuro do momento. Mas trata-se aqui de outra coisa: sistematizar o que sempre fizeram como parte da educação que lhes foi transmitida pela tradição. Precisam de apoio para tudo o que se propõem a fazer no âmbito da organização do mercado capitalista, não para dar apoio a ele mas para contestá-lo a partir do conhecimento que possuem e de sua necessidade de gerar renda. Encontrar um nicho de trabalho, aceitarem o trabalho coletivo e a dimensão política das suas atividades. São pequenos grupos, que têm muita dificuldade de unir-se e permanecer unidos. O conhecimento da realidade de vida dos nossos incubados, de suas práticas e valores culturais, é fundamental para que a

³

Este é o tema do próximo seminário deste projeto, que será coordenado pela ITCP Unicamp.

incubação seja bem sucedida. Mais do que tudo, esse conhecimento deve fazer parte da formação dos formadores. Quem são as pessoas, porque estamos trabalhando com elas, qual o limite de nossa intervenção? O conhecer os outros passa também pelo auto-conhecimento: motivações, limitações, aspirações.

Logo no início da ITCP, quando se formam os gepems (grupos de ensino, pesquisa e extensão multidisciplinar) para atender às necessidades da incubação, as questões acima ~~são~~ transformam-se em parte do processo de incubação e são discutidas e analisadas em cada gepem e para cada grupo.

Não há diferenças de processo de formação segundo a origem da demanda para incubação, embora ela possa trazer condicionantes especiais, como os prazos impostos pelos órgãos financiadores, os editais e outros financiadores que possuem, todos eles, concepções diferentes do tempo necessário para a realização dos objetivos da incubação. Além disso há diferenças grandes de informação e de formação para os formadores que nem sempre a ITCP tem condições de atender: algumas demandas específicas não podem ser respondidas somente pela ITCP. Grupos com demandas técnicas relativas, por exemplo, à produção de vídeos, não encontram resposta na formação dos formadores. Também não sabemos costurar os cozinhar ou fazer sabão. O nosso objetivo é fortalecer o *grupo enquanto grupo* de modo que possam realizar o trabalho coletivo da melhor maneira possível atendendo e reconhecendo as escolhas e os seus caminhos, mesmo quando não cumpram todos os princípios da Economia Solidária. Procuramos responder a tais demandas técnicas com a contratação pontual de técnicos em projetos específicos, como foi o caso da atuação em Parelheiros, ou fazendo parcerias, como no caso do CRSAN-BT. Porém, esse processo é ainda frágil. As dificuldades de trabalhar coletivamente já são grandes, sem contar os outros desafios que se põem para os trabalhadores cujo capital é a força de trabalho, o desejo e a premente necessidade de gerar renda. A ITCP ainda não tem uma posição muito clara a respeito da “qualificação profissional” dos formadores e há um forte sentimento de que esta é um engodo. Mas poderíamos nos arriscar a procurar formações específicas? Em nosso entender seriam de grande valia para os trabalhadores. Em muitos momentos tivemos advogados, por exemplo, no quadro de formadores. Mas não sabemos se a melhor forma de ajudar os grupos nesse sentido são as parcerias ou a tal “qualificação profissional”.

Outra questão que constantemente nos deparamos é que ainda não sabemos em que medida a interdisciplinaridade dos formadores, dentro da nossa dinâmica, é eficaz na busca por essa ajuda. Deve haver uma formação básica que oriente a visão política e os objetivos dos processos de incubação dos formadores: uma perspectiva neo-liberal ou assistencialista não cabem nas práticas da ITCP mas a discussão, a divergência ou o dissenso são bem vindos. As diferenças de formação enriquecem o processo de discussão dentro da ITCP. Mas durante a incubação elas oferecem perspectivas variadas sobre o que está ocorrendo: o economista ou o engenheiro vêem com olhos próprios o que fazemos, críticos e atentos, e trazem problemas que seriam impossíveis de detectar para pessoas com outra formação. Mas, nem sempre é o psicólogo **é quem** tem sensibilidade para perceber problemas de relacionamentos dentro dos grupos e na ITCP. Seja sociólogo, educador, engenheiro ou biólogo, sua sensibilidade é bem vinda e o conhecimento do psicólogo também se beneficia dessa capacidade humana de perceber. A possibilidade de articulação dos diferentes saberes é semelhante àquela que propomos aos empreendimentos e vem do reconhecimento das diferenças como legítimas. Na experiência que vivemos em Guarulhos, no projeto da Escola Itinerante, na construção civil, território tradicionalmente masculino, as mulheres não só aprenderam as técnicas da edificação como ensinaram aos homens, a pedido deles, a arte do crochet. Essa experiência acrescenta conhecimento e prática, mostra como saberes, tradicionalmente vistos como apanágio de gênero, masculino ou feminino, são aprendidos e definidos culturalmente. Autonomia é, também, libertar-se de práticas culturais que perderam o seu significado pessoal, embora mantenham o seu valor social.

O problema que temos é não transformar a categoria de formador, no que respeita aos conhecimentos que cada um traz, homogeneizando. Na verdade a categoria “formador”, como todo o nome que generaliza, torna-se quase abstrato em sua generalidade.

O tempo de experiência e estudo acabam virando uma questão de hierarquia política, quando na verdade deveríamos, a partir do reconhecimento de que cada um carrega um conhecimento específico (que vem de trajetórias diferentes), construir coletivamente as metodologias de incubação tendo como base a assimetria. Autogestão não precisa significar que todas as áreas do conhecimento virem processos formativos. É desesperador todo mundo ter que saber tudo.

4.0 Limites do trabalho da ITCP-USP, a partir das possibilidades presentes

ITCP-USP, criada em 1998 na Universidade de São Paulo a partir da inspiração e sonhos de docentes, funcionários e alunos que juntos, decidem estudar autogestão e realizá-la na realidade interna, e para além dos muros: dois mundos separados por um grande muro que cerca a propriedade do saber e rigor da academia. Inicia-se um trabalho que tem por finalidade aproximar estes dois mundos através da vivência em autogestão, criando “buracos nesta parede cinza e opaca”.

Os limites estão dados: trata-se de dois mundos que possuem linguagem e costumes próprios. Na academia, encontramos a “pureza” dos conceitos, os quais são cuidadosamente alimentados, através da busca constante pelo conhecimento. Trata-se de um ambiente carregado pela separação simbólica entre teoria e prática, afinal a academia se configura como local privilegiado para a reflexão e formulação de teorias sobre a realidade.

ITCP-USP está sediada na cidade universitária, aqui temos regras e governabilidade própria, mas que estão intrinsecamente ligadas aos interesses do poder presente no aparelho do Estado de São Paulo. Nosso rei, mais conhecido como Reitor é legitimado pela indicação do governador do Estado. A comunidade acadêmica não elege seu governante, simplesmente o aceita de forma deliberada e mantém, como centro de sua preocupação, o desenvolvimento da ciência. Assim, estamos inseridos numa realidade hierarquizada e pouco democrática. Além disso, apesar da USP ser considerada uma autarquia, sua autonomia está diretamente comprometida com os interesses das instituições que investem recursos na universidade: as agências de fomento e as empresas privadas. Donos do capital exercem grande influência nos rumos das pesquisas e no desenvolvimento de paradigmas para a ciência. Esta lógica aproxima bastante a universidade à realidade do mercado econômico, onde o capital é importante elemento de mediação das relações sociais.

Do outro lado do muro está presente outra realidade, a qual se configura pela mescla de diversos mundos que, apesar de unirem-se por regras comuns dos poderes legislativos, executivo, judiciário e do mercado econômico, se separam fortemente pelas consequências destas ligações. As comunidades às quais a ITCP-USP propõe-se a aproximar são justamente as que possuem uma grande fragilidade

econômica e que não desfrutam plenamente da tecnologia e da riqueza promovida pelo desenvolvimento econômico capitalista.

A ITCP-USP nasce com o desafio de aproximar estes dois mundos. Para tal, enfrentamos tanto os conflitos gerados pela contraposição ao projeto de universidade que está colocado, quanto pelos conflitos externos, de lidar com uma realidade própria e dura das comunidades que se propõe atuar. Assim, acabamos por concentrar nossas forças muito mais para atuar para fora dos muros do que para dentro. Temos grande dificuldade em nos organizar para lutar por pautas comuns a outros grupos de extensão aumentando, consequentemente, certo isolamento quanto às demandas e pautas presentes na universidade. Tais comunidades, muitas vezes, se colocam de forma resistente a permitir esta relação, por estarem incomodados pela atuação anterior da universidade no local, a qual fora pautada a partir da relação entre objeto e pesquisador, no processo de construção do conhecimento. Outra dificuldade é lidar com a expectativa da carteira assinada e do padrão.

Apesar de estarmos inseridos na universidade, questionamos constantemente este tipo de atuação da academia e negamos, sobretudo, sua função histórica de manutenção do status quo social. Subverter esta ordem nos inspira e nos move a pensar outra forma de organização do trabalho, tanto para dentro da ITCP quanto para fora, nas cooperativas: uma organização do trabalho a partir do exercício da autogestão, reconfigurando as relações entre os sujeitos de forma horizontal. Nesta perspectiva, quem está em primeiro plano é o ser humano e não o capital. Assim, retoma-se outra função histórica da universidade que é o da formação em seu sentido humanístico, pensada em contraposição ao modelo de universidade que deslegitima a formação dos alunos, em seu sentido mais amplo, em prol de uma educação mais técnica, voltada à atender as demandas do mercado de trabalho. Internamente, no coletivo da ITCP formado entre alunos, professores e funcionários, é colocado em prática o exercício da autogestão. Exercemos esta experiência, no sentido benjaminiano do termo, como algo que pode ser narrado e compartilhado com o outro, numa experiência comum.

Apesar de nos dividimos em equipes (os gepems) para atuar para além dos muros, mantemos nossa unidade em espaços coletivos internos, tanto de formação como

de deliberação, os quais possuem frequência semanal. Estes encontros semanais variam entre o *Conselho Orientador*; onde se dão as decisões gerais que o grupo irá executar, e os espaços formativos: como *Estado da Arte*; onde as equipes compartilham os desafios que estão enfrentando, *formações temáticas e práticas corporais*, como a permacultura do espaço físico. De forma mais estratégica realizamos planejamento coletivo, importante espaço para fortalecer a identidade do grupo e organização do trabalho. O olhar para dentro, atento as questões formativas e burocráticas é exercido pela coordenação interna, composta de alunos e recém formados, e eleita pelo grupo. Atualmente, a coordenação é formada por três pessoas, as quais possuem mandato de um ano e meio. A cada seis meses se dá um processo eleitoral que muda a composição deste trio. Prezamos muito pela igualdade de posições entre as diferentes categorias da universidade, as relações de autoridade criadas no espaço não são baseadas diretamente pela função ou categoria que a pessoa exerce, mas sim pelo acúmulo que possui em relação às questões de fundo da ITCP. A entrada de novas pessoas no grupo se dá anualmente, por meio de um processo formativo, composto por um curso que tem como um dos objetivos propiciar uma entrada na perspectiva de grupo e não do indivíduo, fortalecendo assim, a identidade do coletivo que se reconfigura com novos integrantes.

O fato de se tratar de um espaço rotativo permite que este acúmulo individual seja compartilhado entre diversas pessoas em diferentes períodos. Assim, a questão da rotatividade fortalece a autogestão, pois dificulta a centralização, por muito tempo, de informações e funções em uma pessoa específica. Por outro lado, esta rotatividade também propicia alguns desafios em relação à alguns processos que já estão em andamento, fragilizando muitas vezes, manutenção de relações consolidadas. Por exemplo, a troca do formador no acompanhamento de alguma cooperativa, ocasiona alguns conflitos e exige que seja reconstruída a relação de confiança que existia anteriormente. Atuar sempre em dupla é uma das estratégias para minimizar o vácuo criado nestas situações.

Ao vivenciar esta experiência de autogestão, permite-se criar outro espaço de formação na universidade que não está presente nas quatro paredes da sala de aula. Praticar a autogestão, antes de tudo, representa realizar aquilo que se propõe para além dos muros, buscando aliar o discurso à prática. Obviamente que

encontramos diversas dificuldades no cotidiano, as quais representam também inspirações em superá-las. Todos os que permanecem na equipe estão abertos a vivenciar e tentar superar estas limitações, causadas muitas vezes, pela dificuldade de construção conjunta de algo que represente, ao mesmo tempo, o todo e cada um, fazendo com que todos se reconheçam naquilo que está em permanente construção.

O fato de não alimentarmos internamente, a construção de uma realidade de cima para baixo, exige que seja trabalhado constantemente o exercício de saber escutar e ser escutado. Abrir mão da própria opinião, permitir ser contrariado e construir também a partir da perspectiva do outro, são práticas muito freqüentes e necessárias para a criação de um acordo comum, o que preferimos denominar de consenso. Atingir este estado em sua totalidade representaria a *harmonia plena* deste movimento de construção coletiva, o que se aproxima muito mais do plano do ideal do que do plano da realidade. No cotidiano, pode-se dizer que realizamos uma dança constante que varia entre o estado harmônico e desarmônico. Mas o desafio não está em manter a plenitude desta harmonia e sim, em não refazer os mesmos erros, aprendendo com eles e sofisticando estes processos. Assim, voltamos ao caráter de experiência de Walter Benjamin, afinal a dança *experimentada* está em constante movimento, sua lógica não é pautada pela técnica, mas pela narração.

Para fora, a criação de cooperativas ou de outras formas de trabalho associativo, que compartilhem deste mesmo ideário, é uma das maiores inspirações da ITCP-USP. Para tal, realiza-se o trabalho de incubação junto a estes grupos, este processo é longo e não possui modelo pronto a ser seguido. Apesar de termos uma base comum, partimos da perspectiva de autonomia da equipe, a qual planeja a incubação num processo dialógico, a partir da realidade específica do grupo. Por isso, cada caso sempre será um caso próprio, com demandas e questões muitos particulares daquele grupo. Esta característica da nossa metodologia de incubação, apesar de proporcionar maior abertura em adaptá-la para cada realidade, gera também alguns descompassos no processo e frustrações mútuas. Pois, muitas vezes, tanto os formadores, quanto os cooperados esperam por algo já elaborado a ser aplicado. O processo de formação do formador se dá muito mais pela atuação na prática do que pelos passos contidos numa cartilha. Apesar de termos

orientações e princípios gerais que norteiam essas práticas, há certa dificuldade em nomeá-las numa metodologia comum.

Por que a ITCP pertence à academia, há certa dificuldade em reconhecer outros tipos de sistematizações de materiais que não estejam nos padrões da ABNT. Conseguimos organizar e disponibilizar, arquivos brutos, como atas e registros de formação e arquivos finais, como artigos e documentos internos que embasam o *Estado da Arte*. Mas o desafio em sistematizar os arquivos brutos e, sobretudo em ler o que já está sistematizado, permanece constante. Contudo, olhamos frequentemente para esta dificuldade em busca de sua superação, a qual ainda permanece como uma pauta em aberto que faz parte de um debate em construção.

Apesar de compartilharmos, em muitos casos, princípios ideológicos que nos aproximam dos grupos com os quais atuamos, os abismos, promovidos pela linguagem e pela posição e perspectiva de classe, estão dados. De um lado estão os sujeitos oriundos da academia, vinculados a uma posição de classe que tem acesso ao aparato da universidade pública, a qual vem carregada de arrogância do saber. Neste meio, há diferentes olhares para o mundo, mas com uma conduta comum, que se expressa pela fala e pela escrita. Muitas vezes, esta linguagem universitária fortalece o abismo simbólico existente. Do outro lado do muro, nas comunidades que atuamos, estão os sujeitos pertencentes à outra classe social.

Neste encontro, há uma construção de algo que é gerado tanto a partir de momentos conflituosos quanto de aliança. Os incômodos gerados, frequentemente resultam na frustração de ambos. Frustrações advindas por diversos motivos. Muitas vezes pelo fato da comunidade esperar da universidade justamente o que nos negamos a realizar: simples transferência de saber e assessoria técnica. Afinal, partimos da perspectiva de que a construção do saber também será gerada no processo do encontro, numa relação de troca e não numa via de mão única, na qual só a universidade leva algo, afinal a comunidade também possui muitos conhecimentos que são importantes bases para o desenvolvimento do trabalho. Por outro lado, nos frustramos quando não conseguimos realizar o ideal que nos move: o exercício de autogestão no empreendimento em formação. Talvez isso ocorra em alguns casos justamente por se tratar de um projeto nosso e não do grupo incubado.

Dois mundos que se aproximam e se distanciam de acordo com necessidades materiais, expectativa de vida e concepção de mundo. A falta de sintonia entre as diferentes temporalidades presentes nas comunidades, na burocracia dos editais e na dinâmica da nossa autogestão, proporciona diversos descompassos no processo de incubação. O fato dos empreendimentos não terem uma receita constante e equilibrada, leva-os muitas vezes, a focarem suas energias para a geração de renda sem vinculá-la necessariamente a um projeto político. Possuem necessidade material em busca de respostas mais imediatas, as quais podem não ser contempladas com o tempo colocado pelos editais. Por outro lado, o exercício da autogestão da ITCP-USP gera um ritmo de decisões e planejamentos mais lento do que as demandas que os grupos apresentam.

Além disso, privilegiamos a questão política, tanto de organização do trabalho, quanto do olhar para o mundo. Neste conflito de múltiplos objetivos, a questão de classe se aflora, uma vez que, o vínculo universitário proporciona maior estrutura material e nos permite relativa liberdade em concentrar energia na questão política. Enquanto que, os indivíduos dos grupos, estão muito mais vulneráveis em questões materiais, levando-os a priorizar o aumento da renda em detrimento da construção de uma estratégia política. Vivenciamos uma experiência em que o conflito se deu pelo fato do grupo incubado reivindicar o recebimento de bolsas, tal como os formadores. Contudo, tempos depois a própria incubadora ficou, dez meses, sem recursos para cobrir os custos com as bolsas dos formadores, fruto da dificuldade de acessar edital e da falta de apoio financeiro por parte da própria universidade. Neste contexto, continuamos a atuação no bairro, mas o grupo se desfez.

Em outro caso, pode-se dizer que houve uma conciliação de classe, pois uma ex-cooperada passou a fazer parte da equipe da ITCP-USP. Sua entrada proporcionou grande debate interno, que girou em torno da relação da negação que ela estaria tendo de sua própria comunidade, mas este argumento não foi suficiente para impedir sua entrada. Sua contribuição com outros olhares foi de extrema importância para enriquecer tanto os debates internos quanto, as ações com os grupos incubados.

Talvez os conflitos se apresentem também, por não atuarmos em comunidades previamente organizadas politicamente. Por muitos anos atuamos na perspectiva de

envolvimento numa *base desorganizada*, ou seja, com pessoas e grupos sem vínculos com outros movimentos sociais. Porém, quando nos propusemos a atuar com movimento organizado de moradia urbana, também enfrentamos enormes conflitos de perspectivas políticas. Neste projeto, como já apontado, tivemos conflitos de concepções de estratégias políticas e de conceito sobre autogestão. O movimento, tal como nós, se intitulava autogestionário, contudo ao longo do processo percebemos diferentes paradigmas de autogestão e que, de certa forma, eram até mesmo excludentes: enquanto partimos para o fortalecimento das bases, eles fortaleciam as lideranças. Para nós a autogestão se dava no fortalecimento dos espaços de decisões coletivas, enquanto que o movimento mantinha a prática de decisões em pequenos espaços entre as próprias lideranças. O conflito foi gerado a partir do momento em que as diferenças entre a apropriação de conceitos foram afloradas. O que nos levou a partir mais para ações de disputa do que para construção comum. Algo que reflete a prática dos grupos de esquerda. Infelizmente, caímos automaticamente nessa dinâmica.

Contudo, este conflito nos levou a rever uma série de questionamentos profundos em relação à própria existência: Qual o nosso papel? O que somos? O que nos propomos a fazer? Refletindo a falta de clareza da identidade da própria ITCP-USP. Não é somente geração de trabalho e renda. Temos que formular melhor nosso papel, para ter segurança e para dizer o que podemos ou não fazer. Em meio a estes questionamentos, há dois anos, nos propusemos a construir o Projeto Político Pedagógico (PPP). Ainda estamos no processo de construção do PPP, em busca do fortalecimento de uma identidade. Nossa atuação está relacionada ao fortalecimento das iniciativas econômicas, mas muitas vezes caímos na dicotomia entre formação política e questão econômica. É necessário dar maior organicidade entre estas esferas e não dissociá-las. Não podemos fazer formação em si mesma. Ao debater com os empreendimentos sobre as condições do trabalho e as possíveis formas de se organizar, caminhamos em busca de aliar a formação política à organização econômica, mas, como já dito, não temos condições técnicas para dar suporte suficiente na produção. A multidisciplinaridade dos formadores não se aplica na especialização de tarefas, mas na formação mútua que pode-se proporcionar. Há grande dificuldade de mediar parcerias em outros espaços internos da universidade, os quais possuem prioridades próprias. Mas ainda nos propomos a fazer tudo e

causamos freqüente frustrações, tanto dos que esperam se focar na geração de renda, quanto dos que querem se focar na formação e organização política. Estamos com este debate em aberto em busca de sua superação, para a partir daí, abrirmos para novos problemas e dilemas a serem superados

5.0 - ANEXOS:

Textos disparadores para discussão:

5.1 - Pedagogia da Autogestão

Por Ana Luzia Alvares de Laporte

O tema pedagogia da autogestão remete ao aprendizado dos trabalhadores na auto-organização das relações econômicas, a partir da resistência às formas de exploração do trabalho. Este texto pretende dar uma breve introdução sobre o tema, ressaltando alguns pontos sobre como o conceito pedagogia da autogestão aparece nos documentos sobre formação elaborados pelo movimento de Economia Solidária, nas oficinas nacionais e na conferência temática sobre formação.

A autogestão é a forma de organização dos trabalhadores que se expressa, ao longo da história, sobretudo nos conselhos de trabalhadores que surgem em diversos contextos no mundo (revolucionários ou não) e se caracterizam pela ação direta de seus membros, a partir da construção de estruturas igualitárias, que entram em choque com as relações sociais existentes.

Estas organizações tem potencial transformador, na medida em que permitem uma ação direta dos trabalhadores, contrária às relações econômicas capitalistas, a partir da unificação entre planejamento e ação e da superação da divisão entre os que decidem e os que executam.

Segundo Tragtenberg, *“No século XIX, a autogestão das lutas operárias apresentou-se sob a forma de organização de associações operárias, as quais, por meio das greves, faziam-se ouvir e reagiam à exploração do trabalho e à extinção do próprio salariado como forma predominante de remuneração.”* (1986, pág15)

Esta característica de superação das relações de trabalho assalariado é colocada pela forma jurídica das cooperativas, que compõem sociedades de pessoas e não de capital. Assim, as decisões são tomadas a partir de relações horizontais e igualitárias e não há venda da força de trabalho, já que todos são trabalhadores e possuidores dos meios de produção. Paul Singer, no livro *Utopia Militante*, apresenta um resgate histórico da luta contra as formas de produção impostas pela revolução industrial inglesa e como as cooperativas se constituíram em atores econômicos que possuem uma lógica anti-capitalistas.

Porém, ao desenvolvimento desta possibilidade anti-capitalista se colocam diversas resistências, que estão relacionadas à tendência de degeneração das cooperativas, sobretudo quando isoladas, no contexto das relações econômicas do mercado capitalista. Assim, a sustentabilidade das formas de organização econômicas autogestionárias, também depende da generalização deste tipo de relação econômica, na articulação com outras lutas sociais que tenham como pauta superar a exploração do trabalho a partir da autogestão.

À generalização das experiências e práticas autogestionárias é colocada a necessidade de repensar as práticas de competição, hierarquia, consumismo, etc.. às quais fomos socializados, reinventando e experimentando relações de maior igualdade e transformação das relações sociais. Este caráter prático do aprendizado autogestionário, que esta necessariamente vinculado à experiência, é destacado pela II Oficina Nacional de Formadores, que afirma: *“Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo, o método para a integração, construção e partilha dos saberes deve ser também autogestionado”*. (2007, pág 7)

Portanto, a autogestão é antes de tudo uma prática que esta para além da reprodução dos princípios expressos em qualquer doutrina, mas que ocorre no enfrentamento cotidiano dos conflitos gerados entre as relações sociais postas e a tentativa de construção de possibilidades viáveis. Kraychete aborda esta característica ao colocar que: *“A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Incluem as relações do trabalhador com os outros, com a organização e o processo de trabalho específico de cada atividade. Incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos usos que faz de si – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.”* (idem, pág 37)

Neste processo de planejar, discutir e repensar o vivido, o trabalho aparece como princípio educativo. Sobre a centralidade do trabalho no processo educativo é interessante destacar como o movimento concebe o trabalho, expresso na passagem abaixo da I Oficina Nacional de Formação: *“Como nos demais processos autogestionários de produção da vida, a educação/formação tem como perspectiva o trabalho-criação, no qual homens e mulheres têm o controle sobre todo o processo (produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo ético/crítico/consciente dos frutos do seu trabalho)”*. (FBES, 2006, p.16)

O trecho acima atrela diretamente o trabalho à autogestão e extrapola o conceito hegemônico de trabalho, como um meio para a aquisição de mercadorias,

significando o trabalho como momento criativo, significativo e transformador do sujeito que o desenvolve. Sobre o trabalho como princípio educativo, o documento da I Oficina Nacional de Formação coloca:

“Ao invés da acumulação privada da riqueza, a finalidade da atividade econômica é o próprio ser humano; nesse sentido, como nos demais processos de trabalho que têm a Economia Solidária como musa inspiradora, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia, contribuindo para que todas as pessoas envolvidas, reconhecidas como sujeitos de conhecimento, possam resgatar os sentidos do trabalho, construindo sua autonomia como atores econômicos, construtores de história e de cultura. Concebidos, também, como processo de trabalho, os processos educativos promovem a construção coletiva de conhecimentos e de novas práticas sociais, pela participação – entendida como princípio emancipador dos trabalhadores e trabalhadoras.” (FBES, 2006, pag 16)

Esta caracterização do trabalho está diretamente ligada à qualidade autogestionária, que confere a possibilidade de atuar conjuntamente, a partir da perspectiva da socialização, tanto dos meios de produção, como do poder sobre eles. Nesse sentido é interessante o potencial político-pedagógico, destacado por Mészáros, das experiências participativas da classe trabalhadora, enquanto: *“aquisição progressiva dos poderes alienados da tomada de decisão por parte do antagonista estrutural do capital que se transforma, no devido tempo, em corpo social de produtores livremente organizados”*. Ele também acrescenta que *“participação significa exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos”*. (Mészáros, 2004, p. 52)

Mészáros ajuda a explicitar que a autogestão deve estar diretamente vinculada a um projeto societário. Portanto, não é mera forma de gestão e se fundamenta no exercício cotidiano do compartilhamento do poder e de ações que permitam a maior horizontalidade nas relações no ambiente de trabalho e, para além dele, nas organizações sociais.

Assim, a autogestão e o trabalho tem seu sentido ampliado à construção da sociedade socialista, a partir das experimentações de auto-organização popular. Esta característica dos movimentos autogestionários levou, ao longo da história, à ocorrência de eventos, como a Revolução Espanhola, Revolução dos Cravos, Comuna de Paris, etc, nos quais houve, por parte dos trabalhadores auto organizados, a negação das estruturas verticais de atuação da própria esquerda, como os sindicatos, partidos políticos e o Estado.

Atualmente, é fundamental realizar a diferenciação entre as experiências de autogestão dos trabalhadores e o aumento da exploração, colocadas pelas estratégias à valorização da participação dos empregados nas empresas. Este exercício, da construção e participação democrática não tutelada, também deve nortear as formações para a autogestão, como coloca o documento da II Oficina Nacional de Formadores: *“A 'Metodologia Autogestionária' deve contemplar a participação radical de tod@s os/as envolvid@s nos processos decisórios de planejamento, execução, avaliação e sistematização das atividades. A metodologia autogestionária não se resume a formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica Economia Solidária. Ela deve propiciar o sentido da participação e cooperação, simultaneamente, a formação para os serviços e produtos ofertados pelos empreendimentos e a busca do exercício da cidadania ativa .”* (2007, pág 9)

Também sobre a participação nas atividades formativas da Economia Solidária, o mesmo documento coloca que esta: *“Incorpora a participação, não como uma técnica, mas como uma estratégia fundante da valorização dos diversos saberes, superando, pela prática educativa, a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. A metodologia autogestionária une e humaniza o que o capitalismo divide e desumaniza em suas hierarquias valorativas. A metodologia autogestionária é o caminho para uma nova sociedade. A metodologia deve valorizar o empoderamento dos atores sociais/sujeitos da Economia Solidária .”*(idem, pág8, grifo nosso)

Esta pretende ser uma breve apresentação sobre alguns sentidos e características dos processos de autogestão na história e na formação em Economia Solidária. Cabe as ITCPs refletirem como estas dinâmicas aparecem nos processos de formação dos EES e dos universitários (alunos e professores). Uma das linhas de análise poderia ser aprofundar como estas concebem o tema da autogestão (a que correntes de pensamento e experiências históricas nos filiamos) que ações neste sentido desenvolvem e como praticam a pedagogia da autogestão (autogestão é certamente educativa, mas ela se ensina?). Para sistematizar alguns pontos já levantados no texto, sitamos abaixo documento elaborado pelo CFES nordeste na construção de seu PPP (I Seminário Nacional de PPP, 2010 - Brasília). A proposta é repensar nossa prática a partir dos seguintes pontos colocados:

Princípios Gerais

Que concepção temos de educação?

Em nossa sociedade quem é educador e quem é educando?

Qual o papel da educação na sociedade? É um ato político?

Educação pode ser neutra?

Como se dá o processo de construção de saberes? Tem como base os saberes científicos? Populares?

A construção dos saberes depende da prática? Como se combina a formação teórica com a prática?

Qual nossa concepção de autogestão?

Como a autogestão aparece dentro de um projeto político de transformação social?

Princípios Metodológicos

Como ocorre?

A valorização dos saberes dos participantes

O estímulo à emissão de opiniões

A criação de um ambiente lúdico e amigável

A prática interdisciplinar

Pontos para uma política de formação para a autogestão, ou seja, uma educação permanente em vários níveis:

1. Formação técnico-econômica (empresa)
2. Formação sócio-política (sociedade)
3. Formação cultural e moral (solidariedade)
4. Formação específica (em comunicação e de multiplicadores)

5.2 - Movimento de Economia Solidária

Por Gabriela Veras Iglesias

Concepção - O que é?

A economia solidária, mais do que um modelo a ser seguido, é uma prática social exercida por diversos atores que a partir do cotidiano experimentam outro modo de produção. Tal prática está calcada na horizontalidade das relações e na autogestão da produção; na qual se cria uma experiência diferenciada do sujeito com o trabalho e em relação a ele mesmo. Experiência é uma prática que você reflete e é capaz de situá-la como um todo. Estas experiências permitem quebrar as relações hegemônicas, naturalizadas e projetar novas possibilidades de construção nas relações do trabalho.

Para Paul Singer, a economia solidária representa um modo de produção, que em conjunto com outros modelos, compõe a formação social do capitalismo, o qual se configura como superestrutura legal e institucional no mundo contemporâneo. Neste sentido, trata-se de um modo de produção que convive no capitalismo, mas que possui princípios norteadores próprios e distintos. A principal característica que a diferencia do modo de produção capitalista predominante, está na relação entre capital e trabalho: enquanto na base do capitalismo há forte separação entre trabalho e posse de meios de produção, na economia solidária não há diferença entre quem detém os meios de produção e a força de trabalho, pois o capital (representado pelos meios de produção) são de propriedade de todos que exercem a força de trabalho. A forma jurídica que, atualmente, mais se aproxima deste princípio é a cooperativa, pois trata-se de uma associação de pessoas e não de capital, por isso, privilegia as relações entre os homens à acumulação de capital.

Singer atrela o surgimento da economia solidária às experiências de cooperativismo, que ocorreram desde o século XIX no contexto da Revolução Industrial. As cooperativas surgiram, por meio da resistência dos operários, como forma de recuperar trabalho e autonomia econômica. Contudo, a forma de trabalho assalariado foi se fortalecendo e consolidando-se no mundo do trabalho como principal modelo de organização e as cooperativas se configuraram enquanto minoria neste quadro. Assim, os momentos de crise econômica representaram

períodos de fragilidade desta estrutura de trabalho assalariado e tornaram-se os principais momentos em que a economia solidária cresce como forma alternativa à organização do trabalho. Singer esclarece que o fato do capitalismo ser incapaz de absorver a demanda de toda população economicamente ativa, abre possibilidades do surgimento de outros modos de produção. Neste caso, as crises sociais geradas pela especulação do capital, representam momentos de crescimento da economia solidária.

No Brasil, a economia solidária teve seu marco de surgimento no período das crises das décadas de 80 e 90. Estando presente nas seguintes esferas sociais: no movimento sindical, nos processos de recuperação de fábricas falidas pelos trabalhadores, as chamadas fábricas recuperadas; na reforma agrária, quando os camponeses iniciam a organização da produção por meio de redes de cooperativas de caráter mais corporativo; na esfera progressista da igreja, com os programas de ação social que investiu em projetos alternativos comunitários e nas universidades, com o desenvolvimento da extensão universitária, via incubadoras de cooperativas. Nestas diversas esferas, durante as décadas de 80 e 90 consolidaram-se práticas de economia solidária, por meio de experiências que tiveram como inspiração outra organização nas relações de produção e entre os trabalhadores. Obviamente que este leque de práticas sociais não obteve êxito em todas as tentativas de auto-organização, afinal, trata-se de uma lógica não hegemônica, na qual é preciso aprender no ato do fazer e lutar contra as pressões ideológicas e economicamente opostas. Semeando, assim princípios dos quais, muitas vezes os sujeitos pouco tiveram contato durante sua formação pessoal. Por isso, neste período, muitas vezes observa-se experiências que tiveram êxito durante um curto período, outras que nasceram e pouco sobreviveram e finalmente as que até hoje estão sobrevivendo em meio a tantas pressões das esferas políticas e econômicas que seguem na lógica hegemônica. Contudo, em todas elas pode-se dizer que houve mudanças na subjetividade dos indivíduos que tiveram envolvidos, trazendo, no mínimo provocações e reflexões acerca dos sentidos de viver neste mundo. Algo que não é mensurado em números e gráficos, mas interiorizado na história de cada um, que em conjunto com as demais, transformam-se em experiências coletivas. As quais fornecem aprendizados para além do próprio indivíduo que viveu a experiência, construindo uma memória coletiva, podendo servir de exemplo à novas experiências

que estão por vir.

Neste período também, consolidaram-se formas de organização destes diversos atores que permitiram experimentar práticas de autogestão. Assim, surgem as redes políticas, entidades de representação e apoio e fóruns civis, que trabalharam na identidade da economia solidária e reivindicação junto ao Estado. Daí advém um embrião de um movimento social, contudo cabe questionar suas peculiaridades de organização, pois unifica grupos sociais que possuem diferentes perspectivas de mundo, tendo em comum muito mais a tentativa de fomentar uma produção alternativa que se baseie em princípios ligados a autogestão. Privilegiando, em muitos momentos, reivindicações de políticas públicas às ações de caráter mais direto, como passeatas e ocupações. Neste sentido, é importante refletir nas peculiaridades desta forma de configuração de movimento social, quando comparamos a outras experiências de organização de grupos sociais no Brasil.

Como faz?

Este peculiar movimento de economia solidária possui um diálogo constante com o poder público. Sua estrutura organizacional está baseada na prática de representatividade, sintetizada na ação de três atores principais: Empreendimentos de economia solidária, fomento/ assessoria de apoio e rede de gestores públicos. Estes atores estão presentes nas dimensões regionais, estaduais e nacional, por meio de seus respectivos fóruns. Estes espaços são importantes esferas de articulação política e de construção de bandeiras comuns, as quais norteiam reivindicações de políticas públicas e práticas na base do movimento.

Para se ter uma idéia da abrangência deste movimento no Brasil, segundo os dados do mapeamento realizado em 2008, atualmente, temos cerca de 21.859 empreendimentos de economia solidária e 1120 entidades de apoio e fomento. Os empreendimentos estão presentes em 53% dos municípios brasileiros e organizados em cooperativas (10%), associações (52%) e grupos informais (36,5%)⁴. Estes dados demonstram a dificuldade de legalização, sobretudo, na forma de cooperativismo. Trata-se dos termos em que se encontra a luta pelo marco legal da economia solidária, a qual encontra dificuldades de adequar a lei do cooperativismo

⁴

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007, pg 27 e 49

à realidade dos empreendimentos na esfera urbana e rural. Outro dado interessante diz respeito à participação das mulheres nos empreendimentos: *“se examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos verifica-se que quanto menor o seu tamanho maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos EES com menos de 10 sócios (58%) e os homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (56%). Do montante geral há cerca de 3.900 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (18%)”*⁵. Em geral observa-se a atuação massiva das mulheres nas práticas de economia solidária. Muitas vezes fica mais explícito, em processos avaliativos, as mudanças que a inserção no movimento proporcionou à subjetividade de cada mulher, impactando desde separações conjugais na esfera privada até engajamento político na esfera pública.

Críticas e reflexões sobre a Economia Solidária

Singer aponta que uma das críticas ideológicas realizadas à economia solidária tem por base o papel ambíguo que as cooperativas proporcionam, na medida em que, transforma o operário em patrão e empregado ao mesmo tempo. Esta categoria não colaboraria com a luta de classe dos trabalhadores, pois estes não estariam expropriando sua mais-valia para um terceiro. Neste sentido, somente a classe operária assalariada teria como função histórica realizar reivindicações e mudança do capitalismo para o socialismo. Outro questionamento à economia solidária, parte do pressuposto de que a população que pratica ações de economia solidária é fruto do próprio capitalismo, o qual não tem condições de atender toda população economicamente ativa. Neste sentido, o capitalismo sempre comportaria uma margem de população que, não tendo acesso aos recursos da organização do trabalho predominante, se localizaria à margem e não teriam condições políticas e econômicas para ser identificadas enquanto classe trabalhadora e contribuir para o processo revolucionário. Estas críticas em geral, possuem como norte teórico, o modelo macro de ruptura e transformação do sistema, no qual se baseia o marxismo ortodoxo.

Contudo, Singer defende que estes argumentos são fruto da falta de informação sobre a própria economia solidária. Considera as cooperativas operárias, na medida em que, são frutos do próprio movimento da classe trabalhadora. As

⁵

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007, pg 39

entidades de representação (ANTEAG, UNISOL) possuem princípios socialistas e abrigam muitos militantes da causa revolucionária. Defende que os sindicatos deveriam ampliar sua abrangência aos trabalhadores de cooperativas e não estarem limitados às relações de trabalho assalariada, tal como ocorre em diversas experiências na Europa, sobretudo na Itália. Um ponto fundamental do caráter revolucionário da economia solidária estaria no fato de que, representa muito mais a resistência à hegemonia capitalista do que fruto deste modelo econômico. Assim, desloca-se o olhar da economia solidária como reprodução automática do capitalismo para resistência ao próprio capitalismo. Neste sentido, esta resistência não se dá por modelo preconcebido, mas sim numa prática social das relações de trabalho, que gradativamente vão construindo outra realidade de potencial caráter revolucionário. Contudo, não se trata de uma ruptura do sistema, mas uma transformação gradual dentro do próprio capitalismo, a qual está a mercê de inúmeros avanços e retrocesso no processo revolucionário de longa duração.

5.3 - Sobre a Incubação e seus Problemas

Por Sylvia Leser de Mello

Discutir metodologia de incubação com as incubadoras seria redundante se não nos propusemos a discutir, também, os problemas que as incubadoras encontram no seu trabalho. O projeto original da incubação estava centrado na geração de trabalho e renda para grupos populares dispostos a criar cooperativas e a experimentarem o trabalho coletivo segundo os princípios da Economia Solidária. Mas, uma vez que as incubadoras foram criadas nas universidades e seus membros seriam, presumivelmente, alunos e professores e, como um projeto que se propunha a cumprir também as funções inerentes aos programas universitários, a tarefa anunciada não era tão simples.

Na USP, descobrimos muito rapidamente que a aproximação com as populações que deveriam ser o sujeito de nossa intervenção apresentava problemas com os quais não contávamos: colocar lado a lado universos tão distintos quanto a universidade e as pessoas da população, necessitada de encontrar trabalho e gerar dinheiro suficiente para a sua sobrevivência, significava mais do que convencê-las a criar cooperativas. A perspectiva da incubadora não passava pelo convencimento ou a indução. Sua tarefa era muito outra. Começava por considerar os sujeitos como plenamente dotados de vontade própria, capazes de decidir o que esperavam dos encontros com os formadores: eram os únicos conhecedores de sua própria vida. Submetidos e dominados pelo capital nem por isso eram tábulas rasas onde poderíamos inscrever o que quiséssemos. Eram, pois, dois tipos de experiências que se encontravam: a experiência de um conhecimento letrado, dos jovens formadores da incubadora e a experiência longamente testada na e pela vida pessoal. Ao tomar o trabalho, centro da inserção dos sujeitos no mundo e também como centro de uma atividade significativa, aproximando-os num espaço de livre palavra e de livre associação, poderíamos esperar sua inserção no universo da sociedade e de uma atuação política transformadora. Pois se a organização do trabalho e o controle e a posse dos meios de produção criam a dependência do trabalhador em relação ao capital, o trabalho organizado de forma associativa seria um primeiro movimento na direção da autonomia e da emancipação. A autogestão é o maior aprendizado para os trabalhadores associados e também para os formadores da itcp.

Seria importante refletirmos sobre as nossas expectativas e também sobre as nossas frustrações. Posso listar numerosas dificuldades para a permanência e o sucesso dos grupos: 1) dificuldade de aproximar as pessoas de modo que o grupo se forme e se consolide; sob este aspecto são inúmeros os problemas que se apresentam para a incubadora, desde inimizades incontornáveis e roubos até a total incapacidade de tolerar pontos de vista diferentes, de suportar a diferença, a alteridade; 2) os grupos não conseguem desenvolver atividades econômicas que lhes permitam obter uma retirada satisfatória ou que não os obriguem a buscar a complementação de renda fora da cooperativa: cedo ou tarde desistem da cooperativa, embora reconheçam que foi uma boa experiência de trabalho; 3) ausência de apoio econômico uma vez que a itcp apóia o grupo na definição das atividades, no delineamento do que seria a cooperativa, na legislação e outros necessários saberes técnicos mas não tem como apoiar economicamente os grupos. 4) Na USP discutimos longa e acerbamente qual era, afinal, o objetivo de nosso trabalho. Mesmo quando os sujeitos chegam a um grau importante de compromisso com movimentos sociais e a ação política, sua liberdade de participação fica limitada às necessidades mais urgentes de prover a subsistência. À pobreza crônica associa-se à marginalização dos grupos populares das questões políticas. Só muito recentemente vêm tendo acesso ao espaço público, participando dele para além de suas necessidades de subsistência, reconhecendo a importância de cada um para a consolidação dos direitos de todos e da democracia. 5) A metodologia de incubação não capacita os grupos para o enfrentamento das múltiplas dificuldades que aguardam a inserção no mercado de trabalho embora se possa imaginar que as conhecem melhor do que nós. Não é apenas com a associação que se resolvem as questões de financiamento para as atividades produtivas. 6) Talvez seja importante considerar que o processo de formação deve ser permanente. Não há formação só em cursos e seminários: toda experiência de trabalho é formativa, toda discussão entre iguais é formativa. 7) Também as itcps devem participar desta formação permanente pois os grupos são diferentes entre si e precisam de atuações peculiares da itcp; muitas vezes os formadores não estão preparados para assumir essa diversidade e corre-se o risco de padronizar a nossa atuação. 8) o espaço da cidade conspira contra nós. Kraichete, muito apropriadamente, fez uma longa exposição sobre as diferenças da incubação nas cidades e no campo. Casa uma com uma suas dificuldades peculiares mas partindo

de problemas diferentes: os moradores da cidade são mais pobre, no sentido de nada possuírem que os enraíze, que encontrem uma atividade própria de modo a se organizarem em grupos. No campo não há muita dificuldade na escolha da atividade econômica. Na cidade estão dispersos, perdidos de suas experiências anteriores de trabalho; 9) os grupos e cooperativas que conseguem , apesar de tudo, sobreviver às dificuldades são, em geral, atrasados na sua capacidade produtiva devido à precariedade de seus instrumentos de produção. Enquanto a empresa capitalista atualiza rapidamente o aparato tecnológico, dificilmente as cooperativas da economia solidária podem competir nesse nível.

Penso que poderíamos continuar a propor esses e outros dilemas, mas é preciso deixar espaço para que as outras itcps definam suas preocupações com a metodologia de incubação e suas consequências para nós e para os nossos parceiros nesse processo.

5.4 - Bibliografia interessante e complementadora

1- Cornelius Castoriadis: além do livro citado as suas obras se dedicam a discutir a autonomia, a liberdade, a autogestão. Ele pertenceu ao grupo Socialismo ou Barbárie que se voltava para a discussão das questões de reconstrução das democracias após a 2ª guerra mundial. Seu livro mais conhecido é a Instituição Imaginária da Sociedade, RJ. Paz e Terra, 1982. De forte inspiração anarco-socialista, escreveu mais quatro Encruzilhadas do Labirinto para trazer sempre a discussão da liberdade, da autonomia pessoal e política.

2- Jean Paul Sartre : O Existencialismo é um Humanismo e Questão de Método. Há uma tradução dos dois textos no volume dedicado a ele na coleção Os Pensadores.

Também , mais próximos dos nossos problemas:

3-Coraggio, José Luis (org). La Economia Social desde la Periferia, B.A, Ed. Altamira 2007

Ver especialmente o artigo do Cunca que se aproxima muito do que nos interessa: Economia Solidária y la nueva centralidad Del trabajo asociado.

5.5 – Roteiros de perguntas e as respostas

Com base no roteiro de práticas separamos as perguntas para serem debatidas diretamente nos grupos de trabalho de campo (GEPEMs) e no coletivo. São elas:

Roteiro GEPEM:

- O que o Gepem espera do processo de incubação?
 - Para quem se estabelece o processo de incubação? (Demanda específica, mapeamento da ITCP, outros processos)
 - COMO o Gepem realiza o trabalho de incubação? Quais os passos centrais?
 - Como as diferentes áreas se articulam na metodologia de incubação?
 - Como ocorre o debate sobre os temas educação e autogestão com os EES?
- Destaque aos seguintes aspectos:

- forma de organização
 - divisão entre trabalho intelectual e material
 - instâncias de decisão
 - valorização dos diferentes saberes
 - outras linguagens
- COMO no processo de incubação a ITCP lida com as relações de classe presentes, concretamente?
 - Como o Gepem aproxima os EES dos espaços do movimento?

Questões para o coletivo:

- Como é adaptada a metodologia aos diferentes grupos, em diferentes contextos?
- COMO a incubadora trata as diferenças que existem entre universitários e cooperados, sem negá-las?
- Apresente um caso que a incubadora avalie como significativo e impactante , que consiga demonstrar concretamente como se “aplica” um aspecto importante da

metodologia da incubadora.

–Apresente uma situação que demonstre um limite claro do processo de incubação. COMO a incubadora tentou resolvê-lo?

–Como ocorre o debate sobre os temas educação e autogestão na ITCP? O que a ITCP tem de acúmulo sobre educação e autogestão? Quais os avanços, dificuldades e contradições encontradas no processo?

RESPOSTAS GEPEMS

O que esperamos do processo de incubação?

Um processo de formação coletiva, de troca de experiências, de reflexão sobre o sistema e sobre a reprodução da vida. Exercitar a autogestão.

Há uma diferença entre um processo de incubação para a economia solidária dos processos de formação do SEBRAE, por exemplo. Acharmos que nosso processo não pode ser reduzido a um processo de formação técnica, nem temos condições para isso. Mas, por outro lado, os EESs esperam essa formação técnica da gente porque estamos na Universidade, porém, não podemos terminar o trabalho de incubação simplesmente na formação política já que os EES precisam e esperam gerar renda. A universidade não é espaço para formação técnica e sim um espaço privilegiado propício para pensar e experimentar formas, no nosso caso, de geração de trabalho e renda que sejam emancipatórias e autogestionárias. Testar esses limites. Esperamos que a partir dessa prática possamos refletir sobre as possibilidades de geração de trabalho e renda de modo autogestionado na sociedade capitalista, sem apoio e ver os limites disso. Não achamos que não temos que ter apoio; mas o fato é que não temos.

A questão da experimentação deve ser olhada com muito cuidado e preparo. Isso é difícil porque fazemos muita coisa. Como estamos lidando com vidas e sonhos, é necessário ter cuidado e preparo. O outro lado, o da técnica, é tão importante quanto, e aí há um buraco, pois além de não sabermos dar essa formação, não é vocação da Universidade fazê-lo. Outra complicação é saber com quem e conseguir fazer as parcerias necessárias para dar conta dessa questão da técnica. Também temos dificuldade em fazer uma ponte entre as tecnologias produzidas na universidade e as demandas dos grupos. Primeiro devemos assumir

que não conseguimos dar essa formação técnica, e experimentação não significa irresponsabilidade. Devemos experimentar mas com muito cuidado e isso requer tempo e também seriedade na sistematização e reflexão dessas experimentações. Não cometer os mesmo erros....

Para dar conta do processo talvez seja interessante conseguir fazer parcerias mais a longo prazo.

Como as diferentes áreas se articulam na metodologia de incubação

Infelizmente os diferentes conhecimentos são homogeneizados na categoria formador. Não conseguimos lidar com o fato de que assimetria não é desigualdade: o tempo de experiência e estudo acabam virando uma questão de hierarquia política, quando na verdade deveríamos, a partir do reconhecimento de que cada um carrega um conhecimento específico (que vêm de trajetórias diferentes), construir coletivamente as metodologias de incubação tendo como base a assimetria. Autogestão não precisa significar que todas as áreas do conhecimento virem processos formativos. É desesperador todo mundo ter que saber tudo.

debate sobre os temas educação e autogestão com os EESs:

forma de organização

A materialização desse trabalho se dá na construção coletiva do regimento interno e sua retomada constante: porque e como determinada decisão foi tomada e partir daí repensar se mudaremos a decisão ou não.

divisão entre trabalho intelectual e material // valorização dos diferente saberes

Assim como no processo interno da incubadora, temos dificuldade de lidar com a contradição entre a ultra-especialização e a necessidade de todos saberem de tudo. A ultra-especialização empodera algumas pessoas e acaba tornando-as insubstituíveis. Mas, por outro lado, não é necessário que todos se especializem em tudo. Seria interessante buscar um caminho de apropriação mínima que permita que o trabalho continue na falta de alguém, que ninguém tenha o conhecimento sozinho, mas que também não necessite da apropriação plena de todos os processos por todos.

Fazemos formação de ferramentas de gestão. O que o grupo vai fazer com essas ferramentas, se será autogestionário ou não, é uma questão do grupo. Se eles escolhem outro caminho, que não o da autogestão que vislumbramos, deixamos de trabalhar com o grupo. É possível falar que um grupo incubado é autogestionado, dado que interferimos tanto na organização dos mesmos? Autogestão é uma categoria polissêmica. Pretendemos ser radicalmente democráticos mas, qual a viabilidade de sermos realmente autogestionados dado que estamos inseridos na sociedade capitalista? Autogestão é uma categoria política. Os iguais da política não são simétricos mas partem de um lugar comum que é a possibilidade de fala e de ação. O movimento de eco sol chama tudo de autogestão mas temos dúvidas de se democracia radical e autogestão é a mesma coisa.

Roteiro gepem agroalimentar

O que o gepem espera do processo de incubação?

Que as pessoas consigam ter independência de pensamento e de renda, mas sabemos que no fundo eles querem mais tirar renda do que ser independente.

É uma abertura de diálogo de construção de identidade, dá para ver os olhos brilhando das pessoas que fazem parte do grupo durante a reunião de incubação.

A incubação como um curso permanente que promove mudanças de pensamentos, idéias, construindo algo novo internamente. Promove também questões contraditórias, conflitos.

Mexer neste local, tanto fisicamente quanto emocionalmente. Ter uma inserção num movimento local, desenvolvimento daquela região, não somente no grupo, numa perspectiva de desenvolvimento local.

Não queremos brincar ou experimentar na comunidade, temos que ter responsabilidade nesta atuação.

O processo de incubação é um momento privilegiado de aprendizagem. Um aprendizado de vida, lidamos com realidades e desafios tão diferentes, a gente aprende a lidar com parcerias criando uma relação entre iguais.

Sempre tentamos aprender um com o outro, com os conhecimentos que um não tem e vice-versa, é uma troca de informações. Levamos provocações para os grupos

pensarem e melhorarem.

Há uma relação de cooperação neste processo de incubação, que quando vemos os frutos desta relação, vemos as pessoas da comunidade se apropriarem de espaços e de procedimentos, dando razão para esta cooperação.

Incubação é um movimento de dentro para fora, ajudamos neste processo. Educação sem vínculo não funciona, essa educação com vínculos é super importante para que ocorra uma relação mais horizontal, com vínculo há maior responsabilidade.

Muitas pessoas da comunidade nem querem ver a academia, tendo em vista que muitas vezes nada tem retorno.

Para quem se estabelece o processo de incubação? (demanda específica, mapeamento, etc)

perfil de pessoas que estejam abertas ao processo de aprendizagem na comunidade, que queiram produzir, que não estejam inseridas no mercado formal e queiram uma atividade voltada para a produção. Mesmo que alguma destas pessoas não fiquem muito tempo no grupo e acabem saindo, muitas vezes tornam-se divulgadores da idéia de ecosol.

Como não conseguimos atuar sozinho na região, nos aproximamos de instituições locais.

Em geral estas instituições localizadas na comunidade são sempre presentes e importantes canais de diálogo, pois representam um elo com o público que elas atendem e ajudam a aproximar o diálogo, além de ajudar a dar credibilidade ao trabalho da ITCP e do futuro grupo.

Contudo, em geral já temos alguma relação anterior com estas instituições, seja pelo fato de conhecerem o trabalho da ITCP, seja pela atuação no CRSAN.

Estas instituições representam potencial espaço para fomentar futuros processos de incubação.

Por exemplo, no caso da parceria com o CAPS, já tínhamos relação anterior, mas eles vieram com a demanda específica de ajudar a fomentar um grupo misto. Daí saíram planejamento de um curso de culinária e do curso está se construindo a idéia de montar um grupo. Desta articulação saíram escritas de novos projetos e assim as

coisas vão acontecendo. Não temos uma receita exata.

Equipe Zona Sul

O que o gepem espera do processo incubação?

- processo de formação recíproca;
- que busque alcançar a autonomia dos empreendimentos (independente com relação à ITCP, autonomia financeira entre outras);
- que os empreendimentos façam suas próprias articulações políticas com atores políticos do movimento de ecosol e com outros atores da sociedade;
- que as relações entre a incubadora, empreendimentos e o movimento de ecosol sejam distintas (sem dependências);
- que a itcp estude o nicho da atividade que o grupo irá desenvolver;

Pra quem se estabelece o processo de incubação?

- no caso da ZS a gente pretende fazer mapeamentos de acordo com demandas específicas: de consumo e produção e de grupos culturais (nesse caso esse mapeamento foi demandado por conta da forte atuação que a UPM tem no movimento cultural da ZS). No caso do mapeamento de consumo e produção, ele foi demandando devido à existência do banco;
- há um tempo atrás havia demanda de incubação do município, depois veio por associações, em seguida veio por grupos já formados dentro das associações com cursos técnicos, e com isso diagnosticou-se que a necessidade era mapear a produção, e agora notamos que era necessário mapear também o consumo local para cruzar os dados com a produção.

Como o gepem realiza o processo de incubação? Quais os passos centrais?

1. primeiro passo: formação política dos integrantes do grupo;
2. segundo passo: formadores da ITCP vão buscar conhecimentos específicos, tais como conhecimentos sobre quais oportunidades essa atividade abre, conhecimentos específicos diretamente relacionados à ecosol e à atividade que será desenvolvida pelo grupo;
3. terceiro passo: formação dos integrantes do grupo com esses conhecimentos

específicos

[nota: esses passos 2o e 3o não são necessariamente nessa ordem, pois o processo de adquirir conhecimentos específicos e de formação ocorre de forma mais orgânica, entre integrante e formador e vice-versa, durante maior parte do tempo];

4. na seqüência desses passos o caminho seria que cada grupo fosse criando sua própria dinâmica de gestão, emancipando-se cada vez mais da ITCP (e isso não é só bom, bem como é o próprio objetivo da ITCP de fato);

Como as diferentes áreas se articulam na metodologia de incubação?

(Entendemos essas diferentes áreas como áreas dos formadores)

A relação entre as diferentes áreas do conhecimento se dá de diversas formas em contextos diferentes, em uma situação, por exemplo, no início da incubação, podem existir demandas específicas para desenvolvimento de novas ferramentas (técnicas) que exijam, não só apenas o conhecimento em si, mas também a capacidade de usar e refletir sobre esse conhecimento transformando-o (capacidade do formador se rebolar e reinventar o conhecimento no contexto da comunidade).

Em outros momentos da incubação a relação com o conhecimento específico pode se dar de uma forma não tão intensiva, na qual o formador levar apenas o conhecimento específico à comunidade pode ser suficiente.

Como no processo de incubação a ITCP lida com as relações de classe concretamente?

Tentando estabelecer uma relação de igualdade, sabendo que não somos donos da verdade, e que estamos lá para ajudar no processo de tomadas de decisão.

Sabemos que essa relação de igualdade de classes não existe plenamente, por isso a exercemos na medida em que toca tomadas decisões, que envolvem diálogos, etc.

RESPOSTAS DO COLETIVO

Aqui apresentamos o registro em ata da discussão do coletivo a respeito das dificuldades, métodos e limites de cada projeto:

–Agro – aspecto importante de **se adaptar à realidade**. Respeitar o costume dos agricultores de não produzirem coletivamente.

–Banco, estavam trabalhando e perceberam que o grupo avançou mais que a incubação (estavam mais rápido) demoraram para perceber que era parceria e não mais incubação.

–Lanche Ecológico – Os conflitos no grupo e na incubação geraram aumento no numero de formadores na incubação. As dificuldades de formadores de lidar com as diferenças entre as condições de vida de cooperados e universitários, gerou a proposta de atuação mais conjunta entre as instituições que realizavam formação.

Caso muito impactante, de dificuldade de trabalhar com o grupo – este não falava explicitamente (no final chegou a falar) mas a postura era de que queriam receber bolsa, assim como os formadores do fomento. Este foi um **limite** à incubação que não conseguimos superar na incubação deste.

–CR, Rede e Banco – estratégias **para além da geração de renda** por meio da formação de EESs. Grupo deve se relacionar nas outras estratégias. Como fazemos a inserção do grupo na relação com outras estratégias de desenvolvimento local.

–Ales

–lidamos muito com elas como coitadinhas. Isto também traz a questão de como nos relacionamos entre diferentes classes sociais. Se estávamos considerando que eram todos iguais elas deveriam ter entrado na ITCP. Isso não é consenso, elas desempenhavam papel diferente e não necessariamente precisavam entrar na incubação. Outra coisa muito estranha foi discutir se elas iriam receber sem a presença delas, elas não tinham direito à voz.

–Não se incorporaram como formadoras pois a distância entre universidade e a comunidade são muito grandes

–Microlhar – era tudo igual demais, a incubação se confundia – a parceria era excessiva, é preciso se distanciar do grupo até para que ele possa se desenvolver.

A incubadora dava uma super-proteção. Eles refletiam a arrogância cruspiana. Muitas vezes ficávamos muito iguais, perdíamos a noção de papel.

Por outro lado o trabalho acontecia muito bem quando o trabalho era dividido com o grupo, quando os formadores participavam do grupo.

Outra posição é de que é importante a definição de papéis para o próprio grupo.

–Porém qual o nosso papel? Muitas vezes não é confortável falar de geração de renda, não parece totalmente honesto. Não somos honestos nem para fora, nem para dentro – não temos clareza de papel, não é geração de trabalho e renda; temos que formular melhor nosso papel, para ter segurança e para dizer o que podemos ou não fazer

–não podemos negar o papel individual, dos conhecimentos de cada formador, isso conta muito na incubação.

–Saber ouvir, tentar entender; buscar o que as pessoas podem fazer de melhor. Tentar aclarar os problemas que acontecem.

–Nosso papel é do correr atrás

–**Amuja**

–Formadores foram tão honestos que a incubação acabou. Nos esforçamos, porém é um esforço para todos os lados, precisamos ter mais cuidado e preparo do nosso trabalho. Tentar fazer coisas minúsculas que dêem certo. Temos que assumir que também fazemos o trabalho para nós mesmos.

–Necessidade de assumir que estamos na universidade e que isto traz um para que (implicações) e limitações. Dentre as implicações esta aprender coletivamente, o que não conseguimos fazer, produzir conhecimento coletivamente sem refazer os erros, sofisticar os erros. Atualmente nosso trabalho fica pela metade, pois aprendemos de forma individual, sem conseguir ter um acúmulo coletivo. Não buscamos refletir sobre o que já fizemos e o que estamos fazendo para testar novas coisas. Isto tem haver com o fato de negarmos que somos da academia.

–Temos que assumir que estamos aprendendo na ponta já logo no início. Essa desconstrução de nosso papel não depende só de nossa fala. No campo aparecemos como a solução.

–Estamos juntos para construir algo, ganhamos para aprender e eles não ganham para fazer. O fundo solidário nos dá mais dignidade nesta relação. Porém, isto é muito contraditório.

–Caso Lucia -

–quando entrou na incubadora, houve uma discussão na qual um formador colocou que ela estava negando à comunidade.

–O peso da instituição é um grande fardo, tem que responder, tem que trazer a solução (mesmo com pouca grana). O ensinamento que se tem na faculdade é para que individualmente a pessoa se dê bem, ganhe grana e deixe os outros pra trás.

–A importância que a comunidade dá para nós, precisamos negar a prepotência, a arrogância, mas não a possibilidade que trazemos de buscar parceria, trazer para espaços de articulação. Não podemos negar uma coisa que é palpável, a própria diferença de classe.

–Projeto Moradia

–limites -

–trabalho com movimento social organizado

–estávamos num momento de isolamento, quase negação, do caráter de militância do trabalho; isto tornou mais difícil

–relação de classe – temos um idealismo em relação ao movimento, ficamos muito chocados com posturas anti-éticas. Temos uma ingenuidade, de não perceber que existe uma diferença.

–diferentes concepções de autogestão

–gestão entre diferentes atores

–diferentes concepções – ficamos muito chocados com as práticas democráticas (purismo nosso) e tentamos fazer só do nosso jeito, sem nenhuma noção de quais os limites do tempo do projeto. Sem pensar que a forma de gestão e deliberação não seria como a nossa.

–trabalho com outros grupos de extensão dentro da universidade

–politica partidária – recurso veio para um movimento específico, nós formulamos um projeto e não conseguimos perceber que o recurso veio para o movimento de moradia

–projeto era um conjunto de estratégias muito ambiciosas em pouco tempo

–**limite de ação** – percebemos que não havia governabilidade nossa do projeto

–ITCP

–Não estamos olhando para nossa singularidade internamente, muitas vezes nos escondemos atrás da academia.

–Educação e autogestão

A questão de ver o outro como alguém realmente diferente e singular é fundamental. Quando vemos o outro em primeiro lugar como pessoa de uma classe específica fica difícil enxergá-lo a singularidade, diferença dele maior fica sendo a de classe. Precisamos ir para além desta questão, na formação de um grupo as singularidades precisam se manifestar, gerar um produto. Ver só pelo viés de classe homogeniza o olhar.

1. Apresentação

Como todo processo de incubação de cooperativas e associações populares, a transcrição destas práticas colocou como prerrogativa a implicação de todos os integrantes da equipe da Incop Unesp – Núcleo Assis. Este trabalho caracterizou-se por um processo de escrita coletiva, o que, obviamente, não se caracteriza como uma tarefa das mais fáceis.

Dentro do contexto acadêmico, o trabalho individual/autoral se coloca como uma de suas marcas. Portanto, atuar por um modo de registro que conjugue características e olhares diversos em uma unidade de sentidos que comunique ao leitor foi um desafio para o grupo.

No início do levantamento das práticas relacionadas à metodologia de incubação, educação e autogestão e Movimento da Economia Solidária as discussões foram organizadas a partir do roteiro elaborado pela equipe da incubadora da USP. Com o roteiro em mãos fizemos um primeiro trabalho de divisão das temáticas em dois grupos diferentes para iniciar a produção da escrita: 1) Autogestão e Educação e Movimento da Economia Solidária; e 2) Metodologia de Incubação.

A partir destes dois grupos, cada ponto do roteiro foi discutido e, concomitantemente, cada moderador responsável pelo grupo sistematizou em forma de escrita o que era colocado verbalmente. Estes moderadores/relatores, após o registro das discussões e a efetivação de um primeiro esboço, se dedicaram a produzir uma unidade de cada texto que, em seguida, foi apresentado para a equipe da incubadora em uma de suas reuniões semanais.

Após os apontamentos da equipe, os docentes integrantes da Incop Unesp – Núcleo Assis, em conjunto com os relatores, se responsabilizaram em reunir os textos a fim de dar uma terceira unidade ao texto com a incumbência de preservar uma fragmentação que lhe é inerente e inevitável, mas que pudesse se apresentar de modo palatável aos futuros leitores.

O resultado final se coloca a seguir e esperamos ter atingido o objetivo de compartilhar nossas experiências de assessoria a empreendimentos populares, no sentido de colaborar para a sistematização de uma metodologia de trabalho característica a esta incubadora. Boa leitura a quem se aventurar por estas linhas que compreendem uma série de olhares e subjetividades diversas, mas que, constantemente, fazem do exercício coletivo, uma prática de intercomunicação para a atuação social.

2. Introdução

A descrição de uma metodologia de incubação de empreendimentos populares pode parecer, a princípio, um demonstrativo sequencial de etapas estanques, procedimentos claros e indicadores pré-definidos. Logicamente, um trabalho metodológico de intervenção social depende de uma base de ação que conte com tais características. No entanto, nossa experiência de construção e desenvolvimento deste trabalho nos traz algo mais vivo, ou seja, algo que se constitui não apenas por fases de desenvolvimento, como também por uma ordem de improváveis.

Neste sentido, a história de constituição da Incop Unesp, mais especificamente do Núcleo de Assis, em sua atuação junto a grupos de catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista nos revela, para além de sua metodologia de atuação um trabalho de caráter provisório, inacabado, em constante transformação, e que não se propõe a apresentar um produto final e sedimentado.

Em 2001, ainda em seu período inicial, a equipe do Grupo de Discussão sobre Desemprego com Trabalhadores Desempregados⁶, em suas reuniões com trabalhadores desempregados, deparava-se com uma indagação por eles apresentada: “... mas vai ter trabalho?” Ou seja, discutir a condição e os determinantes do desemprego só teria sentido se fosse possível vislumbrar alternativas.

Ao passo que as conversas com estes trabalhadores criavam certa consistência para pensar uma alternativa de condições melhores de trabalho e soluções conjuntas de geração de renda, fomos abordados pela equipe da Cáritas Diocesana⁷ que nos apresentou seu projeto de mobilização nacional, o Luxo do Lixo, cujo objetivo consistia em apoiar organizações de catadores de materiais recicláveis. Na ocasião, o trabalho que desenvolviam em Assis com catadores estava suspenso. Foi então que nos convidaram para um trabalho conjunto, oferecendo infra-estrutura (galpão 300 m², balança e prensas, carrinhos e outros), pagamento de um funcionário que atuava internamente e participação de um membro da Diretoria para os trabalhos de assessoria.

⁶ Núcleo de Estágios da Unesp de Assis que se formava por uma equipe de professores e estagiários do Curso de Psicologia.

⁷ A Cáritas Diocesana de Assis é uma rede da Igreja Católica de caráter social, atuando na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que se consolidava o trabalho realizado pelos catadores no novo galpão em Assis, articulava-se no Brasil o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que teve como objetivos principais o reconhecimento da categoria, bem como, regulamentação de sua ocupação e, ainda, integração das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis nas políticas públicas sobre gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

Neste período, o MNCR mobilizou centenas de catadores para o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em 2001, em Brasília. A força desta articulação chegou ao Oeste Paulista e trouxe ao grupo de Assis as bases políticas que norteariam um processo local de organização do trabalho cooperativista. Em 2003, o então Grupo de Formação da Cooperativa foi oficializado como COOCASSIS (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis). Contando, nesta ocasião, com 47 cooperados, a cada mês novos catadores e desempregados de outras áreas procuravam a COOCASSIS para ingressarem em busca de uma alternativa de trabalho e renda.

Em 2003, a COOCASSIS firma seu primeiro Convênio com a Prefeitura Municipal e assume as atividades de triagem do lixo no Parque de Reciclagem. Na renovação do Convênio, em 2004, implantou-se a coleta seletiva do município. Neste período, o então núcleo de estágio em assessoria às cooperativas populares ganha visibilidade na região e algumas prefeituras começam a procurar seus serviços para organizar novos grupos de catadores.

Ainda em 2003, é fortalecida uma metodologia de incubação que tem como característica, não apenas fortalecer a gestão e produção coletiva dos empreendimentos, como também, atuar na organização política dos catadores. Para isto, estreitou-se ainda mais os laços com o MNCR, o que culminou na organização do I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis – Sudoeste Paulista. A principal ação para o fortalecimento das políticas públicas dos municípios integrantes da região foi estabelecer os primeiros passos para a criação do Comitê Regional Oeste Paulista, conforme dispõem as diretrizes de organização política de bases previstas pelo MNCR. Integravam o Comitê trabalhadores representantes das bases de catadores presentes naquele encontro e que teriam como objetivo a troca de informações sobre o funcionamento das cooperativas e associações, bem como a criação de estratégias conjuntas para mobilização dos gestores

públicos para a Coleta Seletiva com inclusão de catadores e a criação de políticas públicas mais perenes e eficazes nesta área.

Em 2004, o núcleo de estágio se transforma na Incop Unesp – Núcleo Assis. Suas atividades compreendem desde então na assessoria a gestores públicos para elaboração de políticas públicas na área de Gestão de Resíduos Sólidos com inclusão de catadores, pois além dos trabalhos de incubação com organizações de catadores, a incubadora participou da implantação de Coleta Seletiva nos municípios de Assis, Maracaí, Palmital, Quatá e Candido Mota, e atuou junto ao Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista.

Inevitavelmente, esta experiência de extensão universitária acabaria por marcar uma identidade quanto aos processos metodológicos realizados pela Incop Unesp – Núcleo Assis. O trabalho em bases organizadas de catadores ocorre de acordo com especificidades alheias a outras naturezas de empreendimentos populares e isto nos permitiu especializar nossa metodologia de acordo com tal contexto.

No entanto, como aquilo que especializa também pode aprisionar, a incubadora inicia outros trabalhos para incrementar suas ações e atuar de forma mais ampla no território. Em 2008, a convite da Pastoral da Terra, foi iniciado um trabalho de assessoria a uma Associação de Pequenos Produtores Rurais do município de Iepê que, por sua vez, trouxe ao grupo outro campo de experiências no processo de incubação a empreendimentos populares e que também serão aqui ponderados.

Os processos de metodologia em incubação que serão apresentados em seguida caracterizam-se como desdobramentos destas experiências, bem como, fruto das discussões realizadas por diferentes profissionais que, ao longo de uma trajetória de quase 10 anos, deram à Incop Unesp Assis características próprias, singulares e bem demarcadas para o trabalho de formação e assessoria a empreendimentos populares, bem como, de formação de seus profissionais.

3. Educação e Autogestão

Considerando que o cooperativismo popular atual também se apresenta como alternativa ao desemprego, muitos trabalhadores, inicialmente, veem sua participação nestes espaços, apenas como uma possibilidade de renda. O fato de pertencerem a empreendimentos que se sustentam nos princípios e valores da Economia Solidária não garante uma concreta incorporação e reflexão sobre o processo de organização do trabalho

autogestionário, coletivo e democrático, uma vez que em todos os outros âmbitos da sociedade estes sujeitos são atravessados pelos valores que afirmam o modo de produção capitalista: competição, individualismo, consumismo e a crescente maquinização. Assim, a vivência desta contradição, de maneira direta por parte destes trabalhadores, não os assegura contra o processo de subjetivação alienante, caracterizado pela ausência de sentido no trabalho e de uma consciência mais crítica acerca da realidade, dos problemas sociais, políticos e intelectuais.

As experiências anteriores destes trabalhadores, enquanto autônomos ou assalariados, vêm de um modelo hierárquico de gestão e de expropriação de seus saberes. É natural então que, ao se inserirem em um grupo que propõe relações democráticas, reproduzam o modelo do capitalismo: individualismo e competitividade. Dessa forma, o desafio está, também, em fortalecer a participação coletiva na gestão democrática, possível apenas com o desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos. A proposta de um processo de Educação Popular e Educação Permanente, apresentam-se como estratégias pertinentes ao trabalho com grupos populares, principalmente em grupos com um alto número de membros, onde a participação de todos no processo autogestionário é uma dificuldade a ser superada.

Na Incop Unesp – Núcleo Assis buscamos utilizar a Educação Popular como estratégia de superação desta realidade. Este saber proposto por Paulo Freire orienta nossas ações com os grupos incubados, pois possibilita ensino e aprendizagem no seu sentido mais amplo. Nos espaços em que estas ações ocorrem, o que se apresenta é a iniciativa de se romper com as formas tradicionais de transferência de conhecimento, buscando sua construção: todos aprendem e ensinam a partir do que cada sujeito traz de si, ou seja, sob a perspectiva que reconhece e valoriza a história, a participação e o saber desse sujeito. Todos os participantes podem pesquisar, pensar, praticar, refletir, sentir, ser, agir, intervir e avaliar o seu fazer, ao mesmo tempo em que assimilam a valorização de saberes outros que não apenas o legitimado pela academia.

No método de intervenção junto aos grupos assessorados, percebemos a oportunidade de usar a Educação Popular também como estratégia para um possível distanciamento da alienação e uma aproximação da autonomia, onde questiona-se a subjetividade formada no sistema capitalista, modelo que separa as atividades de concepção e de comando, das atividades operacionais, dividindo os trabalhadores em duas grandes

categorias: os que pensam e tem poder e os que meramente obedecem e executam. Essa força continua produzindo subjetividades, mesmo quando se invocam dispositivos de mudança. Neste sentido, desvelar, a partir da promoção de espaços de debates, o antagonismo entre os valores capitalistas e os valores solidários contribui para que não se reproduza a alienação também nos empreendimentos solidários. Esta nova forma coletiva de organização das relações econômicas poderá produzir novo sentido ao trabalho desses sujeitos, criando um novo modo de subjetivação, com sujeitos ativos e conscientes de suas práticas sociais, políticas e econômicas.

Conseguimos perceber estas possibilidades de mudanças por meio de algumas estratégias próprias da Educação Popular, adotadas pela Incop junto a alguns grupos assessorados, como por exemplo: letramento, teatro, capacitações e Círculo de Cultura. Este último, traz como sugestão o uso da linguagem com formas expressivas diversificadas, para além da linguagem falada (tradicional): teatro, música, dança, argila e outras atividades artísticas e culturais, primando pelo movimento participativo. O Círculo de Cultura tem por objetivo promover reflexões que contribuam para a promoção de sujeitos ativos e não mais subsumidos pela passividade, como na velha ordem educacional discursiva. A construção coletiva de conhecimento pressupõe estimular as trocas, potencializar os vários olhares, incentivar a criatividade, pensar nas vivências como potencialidades e buscar questionamentos e respostas no grupo de trabalho. Nesse sentido, pode contribuir para distanciar os sujeitos de uma “consciência ingênua” e caminhar em direção a uma “consciência crítica”, potencializando as novas configurações de trabalho, cujo modelo de gestão é democrático e autônomo. Em outros tópicos do texto discutiremos com mais acuidade os processos deste espaço de formação.

Em síntese, os grupos populares assessorados, em geral, são formados por trabalhadores que foram expropriados de seus saberes e tornaram-se sujeitos passivos engendrados pelo sistema capitalista. Assessorá-los, neste sentido, é produzir com eles um saber que se inscreve no social e que se desdobra em outros saberes, em outros processos de subjetivação, e no estabelecimento de outras relações sociais.

Entretanto, a análise crítica do processo de incubação e, conseqüentemente, da relação existente entre Incop e esses grupos populares, acaba por revelar que vivemos também uma outra contradição, que inclusive foi abordada durante II Oficina Nacional sobre Formação/Educação em Economia Solidária, promovida em 2007 pela Secretaria de

Economia Solidaria – MTE/SENEAS conjuntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES: *“Não se faz formação sem praticar o que se está propondo, logo o método para a integração, construção e partilha dos saberes deve ser também autogestionado”*, ou dizendo em outras palavras, como superar a dificuldade em educar/formar para a prática democrática e autogestionária sem a instauração de espaços organizados para que os debates sobre estes temas possam ocorrer de forma democrática, planejada e com uma frequência adequada?

À medida que a análise desta dificuldade e, conseqüentemente, da contradição que ela representa, possibilita pensar em ações que nos orientem no sentido de alcançar a sua superação, acaba por permitir também a reflexão acerca do modo como estamos constituídos. Por outro lado, a forma como organizamos e realizamos nossas ações, além de ser resultado de todo um contexto atual é também produto de um processo de constituição maior.

Em outros tempos, especificamente durante o ano 2001, antes da constituição da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Incop Unesp, as ações desenvolvidas junto aos trabalhadores desempregados da cidade de Assis, eram realizadas por um núcleo de estágio do curso do departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Assis. Estas atividades tinham, basicamente, como objetivo a organização e realização de discussões acerca da situação em que se encontravam, bem como das alternativas para superá-la. Em 2002, a aproximação entre os departamentos de Psicologia Evolutiva Social e Escolar com o de Psicologia Experimental e do Trabalho, teve como resultado a proposta de realização de um projeto de extensão universitária, a partir da elaboração e definição do âmbito de atuação conjunta entre os núcleos de estágio destes departamentos, bem como de um público alvo para as ações de assessoria para a formação, desenvolvimento e acompanhamento de grupos populares - linha de atuação que vem sendo seguida até os dias atuais. Em novembro de 2005, respondendo ao edital do PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS – PRONINC, organizado pela SENAES/MTE, com financiamento da FINEP, encaminhamos projeto solicitando recursos para a instalação da Incop Unesp. A partir da liberação dos recursos, em setembro de 2006, a Incop Unesp foi formalmente constituída.

Portanto, desde as primeiras experiências com trabalhadores desempregados, até as atividades atuais de assessoria a empreendimentos populares, ainda permanecemos

organizados e constituídos, também, como um núcleo de estágio do curso de Psicologia – espaço voltado ao aprendizado do aluno, institucionalmente organizado de forma centralizada na figura do supervisor. Este modo de organização acaba se configurando como uma barreira para a apropriação do processo democrático autogestionário, isso porque: primeiro, o ingresso dos membros da Incop ocorre, na grande maioria dos casos, através da seleção de estágio realizado pelos supervisores; segundo, há uma grande rotatividade de estagiários ; terceiro, a atuação dos membros da Incubadora é, em determinado grau, impregnada pelo modo como estão institucionalmente organizados todos os outros estágios oferecidos pelo curso de Psicologia da Unesp Assis. A permanência de alunos por no máximo dois anos e ausência de membros de outras áreas do conhecimento, se dava principalmente por falta de financiamentos que trouxessem técnicos ou bolsistas para o trabalho na Incubadora, ou seja, os alunos ficavam o tempo que estavam no estágio de Psicologia.

A carência de preparação, ou seja, da incorporação do processo educativo de autogestão na formação dos membros da equipe da Incop Unesp (pois geralmente esta preparação ocorre partindo da iniciativa individual de algum membro que busca alcançar um maior aprofundamento sobre estas questões), bem como a necessidade de construção de um referencial teórico sólido, são outros desafios que enfrentamos no percurso de instaurar os espaços formais de debates sobre estes temas.

Por outro lado, as experiências vividas desde 2001, de trabalhar a autogestão a partir do processo educativo com os grupos assessorados, especificamente os de catadores de materiais recicláveis, permitiram a constituição de certo acúmulo prático que, por vezes, serviu como ponto de partida para uma reflexão sobre esta prática e, em consequência disso, também para a elaboração de textos, artigos, ensaios, etc.

Ainda que a Incop Unesp – Núcleo de Assis não tenha estes espaços organizados e bem definidos para a discussão sobre o processo educativo de autogestão, isto não significa, necessariamente, que os debates não ocorram ou que não tenhamos nenhum acúmulo sobre o tema. As discussões sobre o acompanhamento do cotidiano de trabalho dos grupos assessorados, mesmo quando concentradas nas ações e no plano da prática, acabam se revelando momentos e espaços em que estes temas são contemplados, embora reconhecemos que isto não ocorra com a frequência com a qual gostaríamos.

Atualmente a Incubadora executa projetos financiados pela SENAES e Finep, o que tem nos proporcionado uma nova experiência e um novo aprendizado. Por meio deles

houve a possibilidade de estagiários continuarem atuando na Incubadora na condição de bolsistas e da entrada de membros de outras áreas que não os do curso de Psicologia, garantindo, assim, a interdisciplinaridade. Esse cenário, além de contribuir para uma continuidade dos trabalhos que estavam sendo realizados, deu oportunidade para que a autogestão se apresentasse com mais eficácia e as discussões sobre o tema se tornassem mais seguras e aprofundadas, devido ao acúmulo desses bolsistas enquanto estagiários. Os espaços democráticos, portanto, podem ser utilizados de forma mais consciente e emancipatória, a medida que o tema for sendo melhor apropriado pelos membros.

Entendemos, por fim, que a apropriação do método de educação da autogestão, tanto para os grupos incubados quanto para a equipe da incubadora demanda certo tempo, não se dá no plano imediato das ações, é parte de um processo dialético e contraditório, é um caminhar...

4. O caminhar de um método

4.1. Contatos de primeiro grau e chegada ao território de atuação

4.1.1. Análise da demanda para organização de grupo de catadores

Os primeiros contatos com o trabalho em campo ocorrem com o recebimento da demanda, levantamento das informações necessárias para estudo e análise da viabilidade do empreendimento e posterior definição quanto à aceitação ou recusa do trabalho.

No que concerne às proveniências destas demandas para acompanhamento de grupos de catadores em municípios da região de Assis, podemos sinalizar que, embora o primeiro trabalho realizado pela Incop Unesp Assis tenha surgido de reuniões com desempregados e de uma parceria com a Cáritas Diocesana no projeto “Luxo do Lixo”, atualmente a maioria dos contatos são feitos por instâncias de poderes públicos municipais que apresentam sua demanda específica. A partir desse diálogo com o poder público e catadores, procura-se firmar algumas garantias de infra-estrutura para o início do trabalho de organização do empreendimento. Ao mesmo tempo em que essa aproximação com o poder público é realizada, a equipe da Incop inicia suas visitas aos espaços de trabalho dos grupos. Importante ressaltar que em todas estas visitas iniciais, a equipe se faz acompanhar por catadores de outras bases organizadas que auxiliam na troca de informações e na sensibilização do novo grupo para sua organização conforme os princípios do cooperativismo.

Esta parceria entre incubadora e bases organizadas para assessoria e articulação regional de associações e cooperativas de catadores no Oeste Paulista teve seu início com a formação do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista. Neste trabalho de incubação de uma instância política do MNCR, a Incop atua principalmente no apoio para reuniões da Secretaria do Comitê, bem como, produção de encontros regionais e construção de um Observatório de Políticas Públicas⁸. Em contrapartida, catadores integrantes do Comitê, em parceria com a incubadora, realizam as visitas técnicas aos outros empreendimentos com objetivo de auxiliar tanto nos processos produtivos, como na organização política do MNCR na região.

A partir de então, procuramos identificar características próprias do grupo em seu cotidiano de trabalho, de modo a identificar os processos de coleta, separação e beneficiamento do material realizado. A fim de discutir tais processos e ter uma contextualização do trabalho a ser definido, são agendadas reuniões entre o grupo e a equipe da Incop com apoio de profissionais do poder público local e outros parceiros.

Paralelamente, são realizadas reuniões periódicas com o gestor público local para definição de políticas públicas efetivas na gestão de resíduos com participação de bases organizadas de catadores. Consideramos esta estratégia fundamental para a garantia de melhores condições de trabalho para os empreendimentos, já que a gestão de resíduos sólidos urbanos é primordialmente responsabilidade desta instância pública, no que concerne principalmente à logística de coleta seletiva.

Dadas estas condições iniciais, realizamos um estudo de viabilidade econômica a partir da razão de cálculo entre número de habitantes, produção de resíduos no município e número possível de catadores para integrar o empreendimento. Este cálculo tem ainda como balizas fundamentais planejar uma retirada em torno de um salário mínimo por associado e também a garantia do recolhimento do INSS. Este cálculo irá definir previamente as condições básicas para sustentabilidade do empreendimento que será negociado entre o grupo de catadores, poder público e incubadora.

A formação de parcerias é outro passo fundamental para início da incubação. Neste sentido, realizamos um levantamento para mapear as parcerias já consolidadas no território,

⁸ O Observatório de Políticas Públicas tem o objetivo de organizar informações sobre a coleta seletiva dos municípios do Oeste Paulista no que concerne a suas determinações legais, modos de funcionamento e tipos de parceria entre Prefeituras e cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

bem como, a possibilidade de novos parceiros. O início dos contatos com estas parcerias possíveis ou já efetivadas partem das relações pertinentes a estes três atores: incubadora, prefeitura municipal e grupo de catadores. No caso específico dos catadores, por ainda não se configurarem como instituições formais, tais parcerias podem surgir a partir de relações que os próprios catadores tenham na cidade, sendo estas relações tanto individuais, como relações estabelecidas pelo próprio grupo. Neste conjunto de ações, as estratégias podem variar como, por exemplo, contato com grandes geradores, estabelecimentos comerciais, instâncias de movimentos sociais, associações de moradores, mídia local e órgãos de controle social gerenciados pelo poder público (poder legislativo, conselhos gestores de postos de saúde, conselhos municipais de saúde, criança e adolescência e etc).

No caso específico das relações estabelecidas com o poder público são feitas parcerias em diferentes instâncias. Uma delas é o contato com o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), em que pode se contar, além dos benefícios sociais previstos no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), conta-se também com o acompanhamento efetivo de seus profissionais, até mesmo durante as reuniões semanais do trabalho de incubação. Em alguns casos, as prefeituras também disponibilizam técnicos específicos e em situações pontuais para prestar assessoria aos empreendimentos como, por exemplo, técnicos das áreas de engenharia, agricultura, contabilidade, gestão ambiental, saúde, comunicação, jurídica, dentre outras. Alguns destes serviços pontuais são palestras, visitas de profissionais da área da saúde para serviços de odontologia, prevenção DST/AIDS e saúde do trabalhador. Desses contatos, em geral, resultam encaminhamentos dos casos necessários aos serviços públicos de atendimento conforme as demandas específicas. Ainda que esse processo ocorra de modo mais efetivo em alguns municípios, podemos considerar que, de modo geral, os gestores públicos municipais ainda não correspondem plenamente as suas responsabilidades conforme estabelecidas pelas legislações pertinentes (Política Nacional de Resíduos Sólidos, SUS, SUAS, saúde de trabalhadores, etc). Para que isto se efetive de modo mais perene, consideramos ser necessária a substituição de uma concepção assistencialista por uma definição de políticas públicas mais consistentes neste setor de serviços. Com isto, são dadas condições de participação na gestão pública para que os catadores indiquem o modelo de trabalho a ser desenvolvido e, desta maneira, possam contribuir para a construção do programa de coleta seletiva a ser implantado.

Trabalhar com o poder público para o desenvolvimento da Coleta Seletiva com inclusão de catadores de materiais recicláveis torna-se, na maioria dos casos, um grande desafio, já que este tipo de ação não se pauta como prioridade nas agendas das gestões públicas locais. Para isto, um processo de sensibilização dos gestores públicos se faz necessário a fim de convencê-los da importância social, econômica e ambiental que a Coleta Seletiva Solidária pode trazer para o município. Outra tentativa de assegurar a parceria com instâncias públicas é a efetivação de Termos de Parceria ou Convênios entre os empreendimentos dos catadores e Prefeitura Municipal para que as ações em pauta não fiquem à mercê de “vontades políticas” do poder executivo.

Mais uma etapa fundamental que caracteriza tal diagnóstico implica na identificação das necessidades de infra-estrutura, equipamentos e veículos para a viabilização do empreendimento. A discussão com representantes da prefeitura vão dando visibilidade às demandas e às condições básicas para o início do trabalho para a coleta de resíduos no município. Os insumos básicos para início do trabalho são: galpão, prensa, esteira ou mesa de triagem, balança, carrinhos para coleta e veículos para logística de transporte que, por sua vez, precisam ser necessariamente cedidos pela prefeitura. Nesta etapa, consideramos imprescindível que as prefeituras se responsabilizem pela logística de transporte dos materiais provenientes da coleta, pois, caso contrário, o trabalho dos empreendimentos corre o risco de se tornar economicamente inviável. Além deste fato, consideramos que a regulamentação do serviço de coleta é também responsabilidade do poder público, conforme o que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em alguns casos, como ocorreu em Assis com a COOCASSIS, a infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades com os catadores, nos primeiros anos, foi cedida pela Cáritas Diocesana. Outra alternativa à estruturação das bases, ocorre pela articulação entre os grupos, por meio do Comitê Regional do Oeste Paulista, que potencializa a troca de informações e inclusive de equipamentos entre os grupos.

Portanto, os critérios de análise das condições para atendimento da demanda por assessoria a grupos de catadores são: área de alcance dos trabalhos da incubadora que se encerra na região de Assis; viabilidade econômica do empreendimento; condições de parceria com o poder público local e/ou outros; número de catadores no grupo; e condições mínimas de infra-estrutura e equipamentos. Todavia, cabe a ressalva de que, em certos casos, mesmo sem contar com todos estes critérios básicos, optamos por atender a

demanda na tentativa de sanar as condições faltantes logo nos estágios iniciais do trabalho de incubação.

Em caso da inviabilidade do atendimento da demanda, ainda há a possibilidade de uma consultoria eventual à prefeitura, orientando quanto às condições técnicas básicas para que ela realize os trabalhos de formação e apoio ao grupo.

4.1.2. Análise da demanda para organização de trabalhadores da agricultura familiar

Nossas parcerias com instituições e entidades, comprometidas com setores populares além do poder público, nos levaram ao encontro com demandas para o trabalho de assessoria a associações e cooperativas. Em relação aos pequenos produtores rurais, nossa primeira experiência decorreu de uma preocupação com um grupo de assentados da Reforma Agrária, no município de Iepê – SP, apresentada pela Comissão da Pastoral de Terra de Assis, em conjunto com o Sindicato dos Bancários de Assis e Região.

A Associação Bom Jesus havia sido recentemente constituída por assentados de dois PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um no município de Iepê e outro no de João Ramalho. Após as primeiras visitas ao PDS de Iepê, no qual atuavam várias lideranças à frente da Associação, definimos juntos - lideranças, assentados, parceiros e a equipe da Incubadora - pelo trabalho de assessoria, visando ao fortalecimento da associação, em um primeiro momento, apenas com os assentados desse PDS.

A aproximação com aquela comunidade ocorreu por meio de atividades culturais participativas realizadas por grupos convidados pela Incubadora e também de apresentações de experiências e debates sobre organizações populares e economia solidária, dos quais participaram lideranças de catadores com os quais trabalhávamos.

Olhando para trás, hoje surge a dúvida quanto ao real interesse de algumas daquelas lideranças na nossa presença no cotidiano de trabalho deles. Teriam sido levados a nos aceitar em respeito ao Bispo Diocesano, que os apoiava e avalizava nosso trabalho?

Logo no início dos trabalhos, apesar do discurso favorável e do interesse efetivo de vários associados, inclusive das mulheres, algumas lideranças se afastaram dos espaços de reuniões.

À medida que em reuniões o grupo se apropriava do conteúdo do Estatuto da Associação, vários questionamentos iam surgindo, especialmente quanto à ausência de relações democráticas e de transparência. Paralelamente, um grupo de mulheres apresentou seu interesse pelo Letramento, dando início a encontros semanais para tal finalidade.

Esses movimentos que poderiam ter levado a um avanço no diálogo entre lideranças e demais associados, parecem ter apenas criado animosidade entre eles e entre as lideranças e a equipe da incubadora. A contradição expressa entre o discurso e ações, levaram os parceiros que se dispuseram ao trabalho a ponderarem por sua interrupção em pouco mais de 6 meses.

Decorrido pouco mais de um ano deste triste final, a Incubadora foi procurada pela equipe do Escritório Regional do INCRA de Rancharia, apresentando uma nova demanda. Desta vez, uma cooperativa, constituída por dissidentes da Associação de Iepê, pertencentes ao PDS de João Ramalho, a Cooperativa Boa Esperança.

A chegada da equipe no PDS para a primeira reunião foi curiosa, pois ainda que não compreendessem exatamente o que poderíamos realizar em conjunto, mostravam-se receptivos e muito animados com a nossa presença. Pouco esclarecidos quanto ao funcionamento da Cooperativa e até mesmo assustados com a iniciativa, confessaram que romper com a Associação decorria da discordância com as atitudes que suas lideranças mantinham.

Nossa pouca experiência com essa população também nos deixava apreensivos em acolher a demanda, entretanto, o contato produtivo com aqueles assentados, desde o início, nos encorajou ao trabalho. Aos poucos, fomos tornando mais clara a proposta de assessoria e firmando parcerias para viabilizá-la: INCRA, poder público municipal e Escola Superior da Agronomia de Paraguaçu Paulista.

Neste sentido, por meio de diversas reuniões, o processamento da demanda considerou o reconhecimento de nossos limites técnicos, de nossas condições físicas (equipe e infra estrutura), da viabilização das parcerias e do interesse e necessidade daqueles assentados. Os produtores que cultivavam hortas ou criavam pequenos animais, começavam a acessar os créditos disponibilizados pelos programas da Reforma Agrária, inclusive cadastrando-se para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

A proposta de assessoria destacava entre outros aspectos, o acompanhamento semanal do grupo, por meio de reuniões, assessoria ao Conselho de Administração e Fiscal, a formação para o cooperativismo popular e economia solidária, planejamento, bem como apoio para elaboração de projetos e parcerias

4.2. Início dos trabalhos de incubação

A valorização do processo coletivo de tomada de decisões entre os membros da equipe e o respeito à autonomia dos empreendimentos compõem o conjunto de valores e princípios adotados pela incubadora, também pautados pelo cooperativismo popular, pelo Movimento de Economia Solidária e por outros movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Em continuidade ao estabelecimento de parceria entre poder público, catadores e incubadora e outras instituições, são realizadas reuniões periódicas visando concretizar as condições e as bases para o desenvolvimento do trabalho com o grupo.

Neste processo, definimos a equipe interna da Incop para acompanhamento do grupo, possíveis profissionais da prefeitura e outros parceiros. Após a definição da equipe, as primeiras reuniões com os grupos priorizam a apresentação de princípios que nortearão os trabalhos de assessoria e a natureza dos trabalhos de uma incubadora. Nesta oportunidade, juntos, equipe da incubadora e trabalhadores, esboçam o trabalho de assessoria que será desenvolvido: reuniões periódicas, visitas, capacitações, entre outros. Paralelamente são apontados os princípios do cooperativismo popular, da Economia Solidária e, conforme o caso, princípios ligados a movimentos sociais com os quais o grupo se articula (catadores ou agricultura familiar).

Esta etapa inicial do processo de incubação dura aproximadamente dois meses, período fundamental para que os vínculos de confiança comecem a ser estabelecidos e, por consequência, se constitua em oportunidade para a sedimentação do grupo de trabalhadores que formará o futuro empreendimento. Estes encontros são fundamentais, pois a grande maioria dos trabalhadores desconhece a natureza do trabalho cooperativista, mesmo em casos de grupos que já estejam formalizados como cooperativa ou associação. Esta condição implica, por vezes, na desistência de alguns possíveis integrantes que não se dispõem a compartilhar o trabalho coletivo e a gestão democrática. Em decorrência deste trabalho inicial, conflitos e alianças vão se tornando minimamente visíveis, o que contribui

para a compreensão sobre o funcionamento das relações no grupo. Entendemos que esta análise da dinâmica grupal pode fazer surgir fatores que potencializam a sedimentação do processo coletivo de trabalho.

Discussões para o estabelecimento de critérios que definam a natureza jurídica a ser adotada pelo empreendimento também permeiam este processo inicial de incubação. Um critério inevitável para tal definição é o número de trabalhadores que compõe o grupo, conforme estabelece lei 5.764/71, que define Política Nacional de Cooperativismo, determina que para constituir uma cooperativa, é preciso ao menos 20 integrantes. Além desta condição, também são debatidos as responsabilidades na constituição de um empreendimento, bem como, os custos dela recorrente.

Visando a realização das atividades que demandam a constituição de um empreendimento, a formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por trabalhadores e integrantes da Incop é um passo da estratégia para elaboração do estatuto. Adotamos aqui o princípio da democracia representativa de modo a garantir que o trabalho elaborado seja, a cada passo, referendado pelo coletivo. Durante este processo o GT relata suas discussões nas reuniões semanais com todos para receber considerações, sugestões e alterações até que se obtenha um consenso do coletivo para encerramento desta etapa do trabalho.

Além da definição da natureza jurídica são discutidas as etapas de composição dos primeiros integrantes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, como, por exemplo, a possibilidade de formação de chapas para o processo eleitoral. Em geral, a escolha dos integrantes destas duas instâncias representativas ocorre por consenso entre os pares.

4.3. Educação para o trabalho como processo de formação contínua

O processo de formação para o trabalho em empreendimentos de economia solidária ocorre tanto em espaços formais – cursos e oficinas –, como nos encontros que ocorrem no cotidiano entre trabalhadores e incubadora. Neste sentido, consideramos que as próprias reuniões semanais, assim como as visitas eventuais fazem parte deste processo educacional. A partir dos princípios da Educação Popular, a equipe da Incop trabalha as demandas que surgem nestes vários espaços de formação.

Em relação aos espaços de capacitação podemos elencar os principais temas e estratégias adotadas:

a) Capacitação administrativa: realizada em formato de assessoria, são definidos grupos conforme a especificidade do trabalho (diretoria, conselho fiscal, contabilidade) que se reúnem periodicamente, discutindo a partir do cotidiano de trabalho os seguintes pontos: controle de caixa e de comercialização dos produtos, controle de produção, rateio de renda, tributos e impostos, prestação de contas, eleição de conselhos administrativo e fiscal.

b) Capacitação Produção e Comercialização: no caso particular dos empreendimentos de catadores, é realizada em parceria com membros do Comitê Regional de Catadores do Oeste Paulista. Consideramos que estes parceiros, que compartilham da mesma realidade, atuando na mesma área e produzindo nos mesmos moldes de trabalho coletivo, estão credenciados para troca de experiências e orientações ao novo grupo, tanto para a área de coleta seletiva, como para os procedimentos de separação e beneficiamento do produto e posterior comercialização. Em relação aos pequenos produtores rurais, por se tratar de uma área de conhecimento que escapa do domínio dos membros da incubadora, temos recorrido à parceria com outras instituições de ensino superior e assessoria de órgãos do poder público que têm proporcionado, em certa medida, a capacitação necessária (INCRA⁹, CATI¹⁰, entre outros).

c) Capacitação para o Movimento de Economia Solidária: realizada por meio de curso, em geral, em um dia de atividades, no qual são apresentados os princípios da Economia Solidária, de modo a marcar as diferenças para uma Economia de Capital, pontuando suas características sobre relações de trabalho, produção coletiva e consumo solidário. Consideramos esta atividade como sendo apenas uma primeira etapa desta capacitação, pois para o efetivo entendimento destas diferenças de posicionamento político é necessário uma experiência de educação mais permanente para que seja possível aprofundar tal temática aliada ao cotidiano de trabalho dos empreendimentos.

d) Capacitação de lideranças: a Incop em parceria com o MNCR considera imprescindível a realização das capacitações para lideranças criadas por este movimento social. Esta concepção de uma formação “de catador para catador” se torna estratégica para as definições de políticas públicas locais que defendam melhores condições de trabalho.

e) Círculo de Cultura: formação de um espaço de educação que pretende potencializar as ações/reflexões sócio-culturais, conscientização da realidade política

⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁰ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

imediate e aprimoramento do saber-fazer dos cooperados. Ocorre a partir da definição de temas geradores, baseado no processo codificação/descodificação desenvolvidos por Paulo Freire. Em alguns casos, são constituídos espaços de letramento voltados aos trabalhadores que não dominam a escrita e a leitura.

f) Oficinas de Planejamento: as oficinas têm sido uma estratégia que potencializa a aprendizagem por meio do “aprender fazendo”. Considerando-se que, em geral, os trabalhadores dos empreendimentos populares tiveram pouca ou nenhuma experiência em atividades que requerem planejamento, temos priorizado essa temática nas capacitações de lideranças. Esses espaços têm possibilitado aos trabalhadores, afastados do cotidiano de trabalho e mergulhados em ambiente de aprendizagem, identificar desafios, estabelecer resultados a serem alcançados e definir estratégias de ação. Neste sentido, o documento final, construído coletivamente com o apoio da equipe da Incubadora, balizará o trabalho que os membros do Conselho Administrativo, Fiscal e demais lideranças deverão desenvolver, juntamente com os demais associados.

g) Comitê Regional do Oeste Paulista: ainda em relação com o trabalho desenvolvido com os grupos de catadores do oeste paulista, cabe-nos apontar para a relação da Incubadora com o Comitê Regional do Oeste Paulista. Sua constituição, em 2003, ocorreu durante o I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado na Unesp Assis, com o apoio da equipe do Projeto de Extensão “Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos Populares”, que deu origem à incubadora. Desde o início de suas atividades, o Comitê tem sido apoiado pela Incop, especialmente para os trabalhos de sua Secretaria e realização de seus encontros bimestrais. Para o trabalho de organização da Secretaria e de capacitação das lideranças que nela atuam, contamos com a parceria da CIRCUS¹¹, cujas atividades viabilizaram seu efetivo funcionamento. Alinhados com os princípios e bandeiras do MNCR, a relação que estabelecemos com essas lideranças, além do apoio prestado, tem possibilitado uma parceria para o trabalho de organização de cada nova base de catadores. Neste sentido, para o início do trabalho com um novo grupo de catadores, à equipe da Incop se somam lideranças do Comitê. Juntos realizam a abordagem daqueles trabalhadores e apresentam a proposta de trabalho, a partir da

¹¹ CIRCUS: Circuito de Interação de Redes Sociais é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e apartidária, cuja missão social implica em gerir, com a comunidade, ações orientadas para a administração coletiva de questões relacionadas ao Município, com o objetivo de intensificar as ações de Controle Social sobre as Políticas Públicas.

experiência concreta daquelas lideranças. Acreditamos que esta estratégia valoriza o contato e saber dos catadores e favorece o estabelecimento de vínculo entre a equipe da Incop e os novos catadores.

h) Políticas Públicas e Democracia Participativa: Com o propósito de contribuir para o exercício da cidadania dos gestores de empreendimentos populares e para sua efetiva inclusão social, temos discutido e incentivado sua participação em instâncias representativas de controle social. Alguns empreendimentos contam com representações em Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos Gestores de Postos de Saúde, Planos Diretores da Cidade e Foruns Municipais de Lixo e Cidadania. Com a estratégia de participação nestas instâncias, tem sido possível pautar as necessidades e exigências identificadas pelos empreendimentos em suas reuniões no que se refere aos processos de gestão dos resíduos sólidos urbanos e fortalecimento da agricultura familiar na região de Assis.

Uma das dificuldades mais prementes durante o processo de formação e assessoria aos empreendimentos, especificamente nos de catadores de materiais recicláveis decorre da alta rotatividade de seus integrantes que deixam o trabalho das bases, principalmente em períodos de crise financeira da instituição ou por encontrarem um emprego que julgam dar melhores condições de trabalho e renda. Diante desta situação de freqüente entrada e saída de associados, a incubadora realizava capacitações anuais para os novos membros dos grupos incubados. Entretanto, com o crescimento, tanto de integrantes dos grupos, quanto da quantidade de grupos assessorados, a incubadora nem sempre consegue atender à demanda. Atualmente, as capacitações priorizam os grupos nos quais se verificam maiores necessidades. Avaliamos que por meio do convênio MEC/**Proext** já assinado pela UNESP, será possível equacionar a questão das capacitações de catadores.

4.4. Desincubar ou não desincubar... eis a questão.

Para a Incop Unesp Assis o processo de desincubação ainda é uma etapa não realizada. Consideramos que existem áreas específicas dos processos administrativos dos empreendimentos há mais tempo incubados que necessitam de um constante acompanhamento, especialmente pela alta rotatividade dos associados. Avaliamos também que outras temáticas como o acesso a financiamentos públicos e privados, exigem uma

assessoria constante na busca por editais e apoio na elaboração de projetos para o desenvolvimento dos empreendimentos em conjunto com estes trabalhadores.

Por estes motivos, prospectamos um processo de desincubação que se transmute em outras naturezas de relações com os empreendimentos como parcerias e consultorias específicas. As parcerias têm se concretizado com grupos que possuem conhecimentos e experiências capazes de se somarem aos da equipe da incubadora. Essa articulação para o desenvolvimento de atividades conjuntas tem potencializado ainda mais o grupo que se coloca também no papel de educador e/ou assessor. Particularmente, a parceria entre a COOCASSIS e Incop não tem se limitado às atividades junto aos novos grupos. Nos espaços acadêmicos e outros para aos quais somos convidados a apresentar e discutir a temática do Cooperativismo Popular, da Economia Solidária e da Coleta Seletiva, temos garantido a presença de representantes dessas lideranças. Os resultados têm sido positivos para todos, catadores, equipe da Incop e participantes dos eventos: muita discussão, troca de experiências e aprendizagem.

1. 5. Formação, capacitação e funcionamento da equipe local da incubadora

A equipe na Incop Unesp Assis é composta por docentes, técnicos e estagiários provenientes, em sua maioria, da área da psicologia. Atualmente, conta também com bolsistas CNPq do curso de letras, comunicação, área jurídica e ciências contábeis. Esta equipe como mencionamos, trabalha junto a uma cooperativa e quatro associações de catadores de materiais recicláveis, ao Comitê de Catadores de Oeste Paulista e a cooperativa de agricultura familiar.

A Incubadora é também um Núcleo de Estágios do Curso de Psicologia da Unesp Campus Assis, cujos professores supervisores são membros da Incop. O recrutamento da maioria dos integrantes desta equipe ocorre pelas vias burocráticas da estrutura acadêmica. No entanto, a partir de 2010, com os novos convênios pelo PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares), PROEXT (Programa de Extensão Universitária) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), foi possível iniciar a diversificação de áreas de conhecimentos na Incop. Com isto, foram contratados técnicos/estagiários pertencentes às áreas de direito, contábeis e comunicação e até mesmo ex-estagiários, agora graduados no curso de psicologia para incorporarem a equipe técnica da incubadora.

Em relação à seleção, o procedimento decorre da condição da vaga de modo a se diferenciar entre estagiários do Curso de Psicologia ou não. No caso dos estagiários, a seleção é própria do processo seletivo do estágio do curso de psicologia. A seleção de ex-estagiários ocorre após a manifestação de interesse, a partir da análise de currículo, da disponibilidade de horas de dedicação e avaliação dos docentes coordenadores da Incop sobre histórico de atuação na incubadora. No caso dos técnicos/bolsistas das outras áreas, o processo inclui o contato com cursos de outras universidades do município, para divulgação da vaga e identificação de interessados; as etapas consistem em análise de currículo e entrevistas realizadas pelos docentes da Incop.

A condição do projeto de extensão universitária, formado basicamente por alunos e recém-formados, a alta rotatividade de seus integrantes tem sido um obstáculo concreto para o desenvolvimento dos trabalhos. Para tentar minimizar os problemas que esta característica de funcionamento acarreta, ao início de cada ano são realizadas capacitações teóricas para novos integrantes em que se abordam os temas de Educação Popular, Cooperativismo, Movimento de Economia Solidária, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, entre outros. Além da capacitação teórica, são realizadas visitas dos novos integrantes aos empreendimentos incubados. Todos os membros da equipe são incentivados à participação em congressos, encontros temáticos, articulação com movimentos sociais e redes de incubadoras, pois acreditamos que a troca de experiências é fundamental para a preparação da equipe.

Sobre tais aspectos, vale ainda ressaltar que a abertura de novos financiamentos oferecidos pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) e Governo Federal foram essenciais para a formação de uma equipe mais efetiva e que este fator certamente contribuirá para o desenvolvimento de ações mais perenes no processo de assessoria dos empreendimentos populares.

No trabalho de organização interna das ações, as decisões são tomadas nas reuniões semanais, com toda a equipe do núcleo da incubadora: estagiários, técnicos, docentes e eventuais participantes. Neste espaço, as demandas dos processos de incubação são colocadas pela equipe, discutidas em grupo, sendo posteriormente encaminhadas as ações pertinentes. Em paralelo a estas reuniões, são realizados estudos teórico-metodológicos que fornecem algumas bases epistemológicas, atuando como norteadoras do trabalho.

Realizam-se ainda reuniões administrativo-financeiras para planejar os procedimentos de gestão de projetos e recursos, acesso a novos financiamentos, política de gastos, compra de equipamentos, entre outros.

O processo de avaliação desenvolvido nos trabalhos com os empreendimentos ocorre, em geral, no cotidiano das reuniões e visitas. Eventualmente realizamos avaliações pontuais referentes a projetos específicos que nos possibilitam refletir sobre a prática interna da incubadora. De modo menos sistemático, a avaliação ocorre no cotidiano, em encontros da equipe com os grupos. Tanto de forma direta, quanto indireta, os indicadores sobre o andamento das atividades e o desenvolvimento do grupo são colecionados para, posteriormente, serem discutidos na equipe, alimentando a avaliação do processo de incubação, ou mesmo da condição do grupo. Uma avaliação mais sistematizada, ainda que pontual, foi possível efetivar por ocasião do seminário realizado ao finalizarmos o primeiro Convênio PRONINC, em 2009. De um lado, a equipe da Incop discutiu e avaliou seu desempenho no processo de incubação identificando processos favoráveis e desfavoráveis; de outro lado, os representantes de empreendimentos avaliando a relação estabelecida com a equipe da Incubadora e o trabalho desenvolvido. Desta “troca de olhares”, apontamos para correções e fortalecimentos dos métodos de incubação realizados.

Ao fim de cada ano, realizamos um planejamento geral com toda a equipe para definição de cronogramas de ação, retomada das metas previstas nos projetos, montagem das equipes responsáveis e cronograma orçamentário.

Ainda como incremento para gestão da Incop e auxílio nos processos de incubação, em algumas situações, recorremos a outras áreas técnicas da universidade para orientações específicas como: organização de secretaria, aspectos contábeis e registro em vídeo.

A partir de 2010 agregamos à equipe da Incop Unesp Assis um profissional da área de comunicação que se responsabiliza pela organização tanto interna de informações, como também pelo contato com agentes externos de comunicação e mídia. Neste sentido, esperamos que esta área possa suprir uma deficiência da incubadora no que se refere a estas questões pertinentes ao trabalho de comunicação.

6. A formação do Círculo de Cultura na COOCASSIS

As práticas metodológicas de uma incubadora de empreendimentos populares são circunscritas pela realização de pesquisas e articuladas às práticas de extensão universitária. Nestes moldes, o trabalho com grupos de catadores de materiais recicláveis marcou profundamente nosso método de atuação.

Outra metodologia de Educação Popular que protagoniza nossas ações com os empreendimentos é o Círculo de Cultura, um espaço de educação criado na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região (COOCASSIS), decorrente da demanda dos cooperados pela alfabetização e obtenção de certificado na época denominado de EJAC (Educação de Jovens e Adultos na Cooperativa). Desde seu início, em 2004, desenvolveu-se também como espaço de formação para construção da autonomia e de conscientização política, buscando o reconhecimento do saber-fazer-ser dos catadores no mundo do trabalho. O EJAC transformou-se logo em Círculo de Cultura.

A metodologia, baseada na educação política de Paulo Freire e nos preceitos da pesquisa participante, pressupõe a composição do saber acadêmico com o saber popular, buscando investigar a realidade para transformá-la e possibilitar a produção de formas de existir mais autônoma.

Após os primeiros encontros, ainda no início do EJAC, os educadores desenvolveram uma pesquisa a partir do acompanhamento do cotidiano daqueles educandos. A análise de conteúdo dos dados coletados levou às categorias temáticas que indicaram os temas geradores para letramento e leitura de mundo e, posteriormente, processos de codificação e decodificação.

As atividades dos encontros são preparadas com base na análise de dados buscados em campo, ou seja, no cotidiano de vida dos catadores, assim, os temas geradores são identificados pelos educadores, em reuniões e conversas informais. Ao iniciar os trabalhos no Círculo, os temas mobilizam discussões no plano das relações sociais, no momento de codificação da realidade, e depois, na decodificação, onde são mediados novos elementos que propõem a reflexão crítica e totalizadora das visões já codificadas.

É este processo de codificação/decodificação que explicita as lacunas do discurso ideológico no momento de sua implosão. A dimensão discursiva provoca o surgimento de contradições na realidade social do sujeito, que entra em contato com novas visões de mundo, podendo criar e recriar sua perspectiva sobre os fenômenos. A problematização constante do cotidiano e o contato com a sua complexidade podem construir

conhecimentos que ultrapassem a aparência imediata dos fatos (discurso ideológico) e que não se fechem em si como verdades absolutas e segmentadas, pois a realidade e as verdades, construídas socialmente, sofrem constantes transformações.

A composição do grupo, bastante heterogênea (catadores que sabiam construir textos com facilidade e se expressavam de forma relativamente fácil, enquanto outros mal sabiam escrever uma palavra), tornava alguns momentos de exercícios ou debates muito “puxados” para alguns e “simplórios” para muitos.

Os textos produzidos coletivamente foram muito importantes neste percurso do Círculo de Cultura, pois como relatado anteriormente, além de serem carregados de sentidos (transcrições das falas dos próprios cooperados), auxiliaram tanto aqueles que dominavam muito pouco do código escrito, quanto os que já sabiam ler e escrever. Todos participavam da construção do texto, e as palavras transcritas na lousa proporcionaram interações significativas com cada sujeito ali presente, independente da familiaridade com o código escrito.

O caráter dinâmico dos referenciais e métodos adotados, que nos permitiram refletir junto com os cooperados a respeito da divisão de funções na cooperativa e articular estratégias de atuação dos cooperados em relação aos espaços de gestão (Conselhos e Assembléia) da COOCASSIS.

Este dinamismo mostra que movimentos de apropriação da realidade aconteceram e novas inquietações foram colocadas em circulação. Tal mediação numa perspectiva dialética, em que questionamentos foram levantados, antíteses desequilibraram as visões do grupo e novas sínteses compartilhadas e coletivizadas, configuram um movimento inacabado de construção de estratégias e discursos.

Esse movimento de apropriação do Círculo de Cultura mostrou-se como prática instituinte de novas possibilidades dentro da COOCASSIS. Foi a partir dessas ações que o EJAC deixou de ser um espaço formal de educação e assumiu a forma de Círculo de Cultura, um dispositivo de reflexão e análise dos problemas cotidianos da cooperativa, de sua organização e de planejamento de ações concretas e de interesse coletivo. O debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica se tronaram, portanto, objeto destas atividades do Círculo de Cultura.

7. Porque nem tudo “são flores”

Se na temática acima nossa marca caracterizada pela situação de trabalho com grupo de catadores de materiais recicláveis nos permitiu mostrar uma experiência de atuação que potencializou a relação entre academia e empreendimento de modo a expandir nossas possibilidades de trabalho, em contrapartida, uma outra característica da Incop nos revelará uma limitação, desta vez, inerente à equipe da Incop Unesp Assis.

Como a equipe se compõe em sua maioria de estudantes, docentes e profissionais da psicologia, um dos maiores desafios que enfrentamos no processo de incubação se refere às demandas administrativas, jurídicas, financeiras e contábeis dos empreendimentos. Durante estes quase dez anos de experiência nos confrontamos com diferentes problemáticas nestas áreas e que refletiram na construção de nossa metodologia de incubação.

Essa dificuldade, compartilhada entre equipe da Incop e empreendimentos, nos trouxe também alguns obstáculos quanto à construção coletiva do trabalho. Nestes empreendimentos, a carência de processos efetivos de instrumentalização coletiva para gestão financeira e contábil é evidente e a presença da figura do especialista nesta área se torna inevitável.

A sensação de nos tornarmos reféns de um saber ao qual não nos apropriamos, nos traz algumas limitações de atuação. Este espaço de saber especializado implica em tomadas de decisões e, portanto, em relações de poder. Em muitas situações, profissionais destas áreas são contratados para realizar tal serviço de natureza burocrática. O problema é que, na maioria dos casos, estes especialistas não estão capacitados para compreender as características inerentes à natureza de trabalho em empreendimentos populares e desconhecem os procedimentos necessários para sua formação e gestão coletiva. Neste contexto, alguns problemas emergem como, por exemplo: a concentração de decisões financeiras do empreendimento de modo a tomar vários encaminhamentos sem consultar o coletivo gestor; resoluções que beneficiem apenas o próprio especialista; arbitrariedade na condução administrativa do empreendimento; e enfraquecimento de espaços coletivos de deliberação sobre os procedimentos administrativos.

Consideramos o fato de que muitas vezes pode parecer cômodo não lidar com algo tão complexo como a organização dos “números” da cooperativa e que este fator contribui para um menor engajamento do grupo e dos formadores para lidar com esta área de organização de trabalho. No entanto, trata-se de um setor estratégico para a consolidação

da autogestão e que deve ser considerada como tão importante, quanto os processos de produção e comercialização.

Como tentativa de solucionar tal problemática desta incubadora, atualmente foram incorporados à equipe dois bolsistas/estagiários nas áreas de contabilidade e direito para que possamos explorar estratégias para capacitação dos grupos assessorados. Esta estratégia, ainda em fase inicial, ainda encontra o desafio de elaborar um plano de ação e capacitação que reflita efetivamente na produção de autonomia dos empreendimentos frente à gestão administrativa-financeira, contábil e jurídica.

8. Flertando com a Economia Solidária

De acordo com o resultado do debate ocorrido na II Oficina Nacional sobre Formação/Educação em Economia Solidária, promovida em 2007, pela Secretaria de Economia Solidária – MTE/SENAES, conjuntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, *“a inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental”* [...] para que aconteça a apropriação e, conseqüentemente, a prática da Economia Solidária.

A despeito do reconhecimento da importância que há em freqüentar/fortalecer os espaços formais do Movimento de Economia Solidária, não tem sido possível à equipe da Incop Unesp – concretizá-lo. Algumas situações corroboram a limitação, entre elas a distância entre Assis e a Grande São Paulo (em geral, local dos eventos), a composição da equipe com grande número de estagiários, entre outras. Entretanto, no fim de 2010, a equipe iniciou uma aproximação com o Fórum Paulista de Economia Solidária –FPES, participando de reuniões do Fórum, em Osasco e em Arthur Nogueira.

Diante desta realidade de pouca aproximação entre a Incop e os espaços do Movimento de Economia Solidária, objetivando a superação deste distanciamento, previmos no convênio SENAES MTE 01/2010 “Fortalecimento e Ampliação das Ações da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Incop Unesp” meta e atividades específicas. Podem ser destacadas: promover a sensibilização de gestores públicos para divulgar a importância social e econômica da Economia Solidária para o desenvolvimento local, bem como informá-los sobre suas Políticas Públicas, instâncias organizativas e os EES existentes na microrregião de Assis e Ourinhos; estimular e participar da organização e da realização de eventos e fóruns municipais e regionais de Economia Solidária na mesma região.

Entre as estratégias para fortalecer as ações da Incop Unesp nos espaços do Movimento de Economia Solidária faremos articulação com a Prefeitura de Assis, visando implementar a Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária. Pretendemos mapear os EES existentes no município, contribuir para a ação de novos empreendimentos e viabilizar as articulações entre estes e com o Movimento de Economia Solidária. Em nível regional, iremos propor e contribuir para a realização de fóruns, capacitações e encontros sobre a temática.

A realização destas ações contribuirá para a superação de uma dificuldade, há algum tempo diagnosticada por quem atua na difusão dos princípios e valores da Economia Solidária, ou seja, a escassez deste tipo de iniciativa na região Oeste Paulista. Desse modo, seja através da constituição do Fórum Regional de Economia Solidária ou de espaços de discussão, educação e de formação, além de superar o distanciamento da Incop com o Movimento de Economia Solidária, será possível também, articular politicamente, de forma consistente, a estrutura organizacional deste Movimento, representada pela participação de seus atores principais: EES, entidades de apoio e fomento e rede de gestores públicos.

Atualmente, a aproximação dos empreendimentos incubados pela Incop Unesp – Núcleo Assis nos espaços do Movimento da Economia Solidária se constrói primeiramente por meio da atuação pedagógica, pois durante todo o processo de incubação, desde os primeiros momentos de organização e constituição dos empreendimentos, bem como durante todo o período em que a assessoria oferecida pela incubadora identifica essa necessidade, são realizadas formações e capacitações em Economia Solidária com os grupos assessorados. Em relação à participação direta destes grupos nas reuniões e encontros, que marcam os espaços formais do Movimento de Economia Solidária, como fóruns e eventos, reconhecemos que esta ainda é incipiente. Principalmente devido à ausência deste tipo de iniciativa na região em que atuamos. Esse fato nos coloca diante de outra dificuldade, disponibilizar recursos próprios para o deslocamento e o tempo necessário para garantir a participação dos empreendimentos nos espaços do Movimento de Economia Solidária, especialmente quando ocorrem em localidades distantes representando pois, para estes grupos, um obstáculo de difícil superação.

Se por um lado, a participação dos empreendimentos, por nós assessorados, nos espaços do Movimento de Economia Solidária se encontra em um estágio primitivo, por outro lado, cabe ressaltar que estes empreendimentos populares, especificamente os

grupos de catadores de materiais recicláveis, desenvolvem uma ativa e sólida participação junto às ações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Este vínculo entre empreendimentos e o MNCR se estabelece, principalmente, por meio dos encontros e ações realizadas pelo Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Oeste Paulista. O Comitê se constitui como espaço de discussão sobre Políticas Públicas e suas relações com catadores, sobre as problemáticas inerentes ao cotidiano do trabalho, sobre a formação de redes entre os grupos, os avanços na cadeia produtiva, mas, sobretudo como espaço de divulgação e defesa das bandeiras do MNCR e do Movimento da Economia Solidária.

Atualmente, um dos objetivos centrais desta organização política é viabilizar a constituição de uma rede regional de processamento, comercialização e de transformação de materiais, no sentido de proporcionar aos grupos participantes do Comitê melhores condições de trabalho e renda, pois a possibilidade de agregar maior volume de materiais favorece o processamento mais padronizado e proporciona uma comercialização mais rápida e a preços mais justos. Além de divulgar e defender os valores da Economia Solidária, o Comitê também promove ações que estão vinculadas aos seus princípios, já que a atuação desses sujeitos está diretamente ligada com este novo jeito de organizar as relações econômicas.

9. Considerações Finais

O exercício de sistematizar uma metodologia de trabalho em que os limites do que se planeja e do que se realiza são rompidos cotidianamente, com certeza nos permite avaliar percursos, redescobrir momentos e assimilar nossos acúmulos e nossas carências tanto em questões teórico-metodológicas, como no que concerne à própria prática de atuação.

Rememorar e reorganizar cada etapa do processo de incubação nos coloca face a face com nossas perspectivas e ideais metodológicos em contraste com o cotidiano de trabalho. As tomadas de decisão quanto à aceitação ou recusa de atendimento da demanda, os processos de desenvolvimento dos grupos para operacionalização do empreendimento e a busca de resultados efetivos de sustentabilidade, por mais que sejam planejados previamente ou que obedeçam a um mecanismo sequencial de procedimentos, é inevitável

surpreendermo-nos com insurgências características da natureza de trabalho que se pretende coletivo e autogestionário.

Deste modo, algumas das limitações/desafios relatados colocam-nos em alerta para a continuidade dos trabalhos, no sentido de renovação de forças para desenvolvimento de pesquisas tanto teóricas, como técnicas, dando-nos condições para a adequação de nosso trabalho aos diferentes contextos de atuação.

A criação de outras estratégias de formação, como no caso do Círculo de Cultura, pode fundar espaços híbridos de produção de saber que rompam com os limites entre o saber acadêmico e a realidade dos empreendimentos. A manutenção constante deste espaço comum de problematização das relações de trabalho e relação entre academia e campo de extensão, pode dar condições para a produção de sentidos singulares que respeite cada situação e realidade específicas.

Por fim, gostaríamos de apontar para o fato de que por sermos uma equipe em sua maioria formada por psicólogos, sabemos que a escolha da estratégia em metodologia de atuação acaba por determinar e produzir um modo de aparecer no mundo. Deste modo, não propomos um processo de incubação que se sustente apenas por métodos estanques, ordenados e pouco dialógicos, pois acreditamos que, se assim operarmos, estaremos produzindo relações de formação e de trabalho dentro do próprio empreendimento pautados nestes mesmos modos de atuação. Em oposição a isto, acreditamos que, ao abrir as etapas de nossa metodologia para as rupturas do cotidiano, nos permitiremos descobrir, na vivacidade das relações sociais, uma multiplicidade de encontros e modos de trabalho possíveis entre universidade e empreendimentos populares.

1 - Introdução

Este documento tem como gênese a participação da ITCP-FGV no projeto “PRONINC-C”, que tem como objetivo a sistematização e a troca de experiências, acúmulos e metodologias entre as incubadoras envolvidas (USP, Unesp, Unicamp, UFSCar e FGV) dentro de um processo formativo, que possa beneficiar integralmente, as equipes destas instituições.

Os primeiros temas a serem abordados são educação e autogestão, metodologia de incubação e movimento de economia solidária. Desse modo foi construído um roteiro de questões que poderiam suscitar o debate sobre o tema, de modo que internamente, as incubadoras refletissem sobre o assunto e dialogassem sobre suas práticas e concepções.

Assim, a ITCP preparou sua organização interna de modo a construir dentro de sua rotina de trabalho momentos coletivos em que fossem desenvolvidos encontros formativos, reuniões da equipe de incubação com todos os formadores, e em subgrupos divididos por nichos de atividades econômicas. Desenvolvendo uma práxis estabelecida em ciclos dialéticos entre estudos teóricos e reflexões advindas das práticas cotidianas.

Atividades formativas

Espaço para desenvolvimento dos formadores, através de leitura de textos, aprofundamento de conceitos, reflexão da prática e socialização de ferramentas, experiências, conteúdos, dinâmicas.

Os temas abordados neste seminário foram desenvolvidos da seguinte forma: cada formador se responsabilizou por um determinado tema, indicou a bibliografia e facilitou o espaço. Em cada encontro foram utilizadas dinâmicas participativas, debates e diálogos partindo da visão de mundo de cada formador.

Reunião de equipe de Incubação

Espaço com a participação de todos os formadores, específico para realização de planejamentos, construções coletivas de aulas, oficinas, estratégia de atuação, monitoramento e avaliação das atividades de incubação.



Fotograma 1: Equipe de incubação em imersão para planejamento de 2011

Reunião de equipes temáticas

Espaço dividido em nichos de atividades econômicas, de aprofundamento de estratégias e de demandas específicas da equipe de incubação. Dividimos as equipes temáticas da seguinte forma:

5. Equipe Alimentação, Confeção e Artesanato
6. Equipe Resíduos
7. Equipe Agricultura
8. Equipe Finanças

A tabela a seguir ilustra como estas atividades estão organizadas semanalmente.

Rotina de atividades

	Segunda- feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
MANHÃ	Espaço de Formação	RE Alimentação, Confeção e Artesanato Arte da costura	Limpet-Tonato Agessol RE Agricultura	Cooperglécio Brasilianas	Reunião Geral de Equipes
TARDE	Arte Luz Caoby Assembléia	RE Finanças RV Articulação	RE Resíduos	Doces Talentos Cooperilha Limpet Valongo	Departamento de Inovação

Legenda: Atividades Internas da ITCP-FGV (RE: Reunião de Equipe e RV: Reunião Virtual)

Atividades Externas - Incubação

2 - Reflexões Críticas acerca da Economia Solidária

Geralmente quando militantes da Economia Solidária (Ecosol) procuram falar sobre seu próprio trabalho e concepção política é comum iniciarem com a abordagem dos princípios, valores e fundamentação filosófica de sua atuação. Como já há diversos materiais que procuram explicitar as benesses desta, optamos por abordar o tema sobre uma ótica diferente. Uma abordagem que permita a nós, entrarmos diretamente em contato com as concepções críticas da Ecosol, de modo a permitir que no processo de absorção destas as contradições inerentes à nossa atuação surjam e subsidiem reflexões acerca de nossa prática.

Para isso, de modo a formar um processo pedagógico que fomentasse a discussão crítica da Ecosol, utilizamos a dinâmica do “Tribunal”. Ela consiste, basicamente, em um processo de discussão coletiva com o propósito de confrontar argumentações de modo a absolver ou condenar um “réu”, geralmente um conceito, uma ideia ou uma atividade que o grupo tenha em comum. Divide-se o coletivo em dois grupos: os acusadores e os defensores, e cada qual tem o objetivo de angariar argumentos que embasem ou condenem o “réu”. Cada grupo elabora uma série de argumentos, expõe ao outro grupo que em seguida elabora uma resposta a cada argumento. Em seguida, são lidos todos os argumentos e respostas e é votado se naquele ponto o “réu” é correto ou errado. No fim contam-se os votos, se a maioria é a favor, o “réu” é absolvido, caso contrário ele é condenado. Essa dinâmica é interessante para provocar a reflexão crítica sobre assuntos que já atingiram um consenso comum e que raramente são abordados pelo coletivo.

No nosso caso o “réu” escolhido foi a própria Ecosol, entendida como uma proposta política composta de um conjunto de princípios e práticas que construirão uma nova economia, mais justa e solidária. Aos grupos foram entregues alguns excertos de textos para

contribuir e suscitar as argumentações (Em Anexo). Segue abaixo a transcrição dos argumentos:

Argumentação da Defesa

- 1) A economia solidária fomenta instrumentos para a política nacional de formação e assistência técnica.
- 2) Ela defende e constrói uma humanização dos processos relacionais entre capital e trabalho.
- 3) Atua pela democratização da economia, pela apropriação do trabalho com um enfoque social e não apenas econômico, permitindo assim ações de cooperação e consumo para o desenvolvimento comunitário.
- 4) Segue os princípios de livre adesão e voluntária.
- 5) Busca a emancipação dos sujeitos e melhora de sua qualidade de vida, construindo alternativas contra a precarização do trabalho.
- 6) Economia Solidária é uma revolução pacífica. Ela não é apenas um movimento de resistência, mas sim uma proposta de mudança de valores.

Réplica da Acusação

- 1) A política de financiamento da Economia Solidária é falha, pois prioriza a formação e assistência técnica dos especialistas (incubadores) e se restringe quanto à sustentabilidade e desenvolvimento dos empreendimentos. Além disso, muitas vezes, o especialista mantém a relação de oposição entre classes, mantendo-os na ordem sócio-econômica atual.
- 2) Essa humanização fica à segundo plano diante da necessidade de se manter dentro do sistema, preocupados com a viabilidade econômica dos grupos.
- 3) As pessoas não são atraídas para a Economia Solidária através do enfoque social, mas sim por falta de alternativas para o próprio sustento material.
- 4 e 5) A precarização do trabalho acontece na medida em que a remuneração, na maioria das vezes é inferior ao esperado, as condições de trabalho são ruins e não há políticas eficientes que incentivem/viabilizem suas iniciativas.
- 6) É uma revolução passiva. A necessidade de inserção no mercado e a viabilidade econômica empurram para o segundo, terceiro plano a emancipação do sujeito.

Argumentação da Acusação

- 1) O trabalho associado não é escolha do trabalhador, é apenas uma saída à falta de alternativas para garantir a sobrevivência material.
- 2) Os EES enfrentam toda sorte de dificuldades para tornarem-se viáveis economicamente, uma vez que não há política pública que crie condições de sustentabilidade dos mesmos.
- 3) A economia solidária é um meio de controle social. Ela mina as possibilidades de ampliação das forças sociais para a luta de uma sociedade mais justa. Manutenção e legitimação do *status quo* através de uma nova experiência de opressão.
- 4) Não se podem implantar ilhas de autonomia total no meio de uma sociedade onde impera o autoritarismo (herança do processo educativo e familiar que permeia todas as relações).
- 5) Não ocorre a ruptura com as relações de exploração, mesmo internamente, através da transferência de mais-valia que se dá na relação com o mercado.
- 6) Os consumidores da Economia Solidária são elitizados. O “solidário” passa a ser uma mercadoria tal como qualquer outra usada para agregar valor (mercantilização de qualidades subjetivas). A economia solidária produz e vende slogan de solidariedade.
- 7) A chancela dos especialistas (incubadores) mantém os trabalhadores na ordem econômica atual.

Réplica da Defesa

- 1) Concordamos, mas com o desenvolvimento dos EES, são valorizadas outras opções humanas, como trabalho em grupo, cada etapa de conquista e solidariedade.
- 2) Existem ITCPs, Senaes, Proninc, etc. São todas políticas públicas. Além dos programas ministeriais de geração de trabalho e renda.
- 3) Não é um meio de controle, nem mina as possibilidades. Ela amplia as possibilidades das forças sociais pela luta de uma sociedade mais justa e a democratização da economia.
- 4) Concordamos: porém cabe o papel dos atores da Ecosol em trabalhar isto como mudança de valores e paradigma.
- 5) Concordamos, porém é o mesmo conceito em que os atores podem ajudar a transformar esta realidade.
- 6) Discordamos. O ciclo produtivo do comércio local é um dos principais lastros da Economia Solidária. “O que é mais importante, ter uma bolsa Louis Vuitton ou uma bolsa das Brazilianas (EES incubado no bairro da Brasilândia)?”. A questão de ser solidário atrai um determinado perfil de comprador.

7) Não replicada.

Outra questão interessante ao final da proposta foi a de se optar pela votação sem a opção de busca por consenso, um artifício utilizado para propor formas de decisão diferentes do que o grupo estava acostumado a adotar, aumentando a carga de desconforto dos participantes, com isso se produziu um efeito maior de estranhamento e reflexão.

O veredicto final foi decidido após uma votação de 6 argumentos a favor contra 5 argumentos contrários, sendo que dois argumentos obtiveram empate no número de votos. Assim, a economia solidária saiu absolvida da dinâmica, apesar do resultado apertado que se definiu. Curioso o fato de estar sendo julgada por seus próprios militantes e que, de certa maneira, coloca em evidência a existência de contradições que a Ecosol vivencia durante sua práxis cotidiana, sendo um conceito em permanente estado de (re)construção.

A avaliação dos participantes sobre a atividade se revelou satisfatória, uma vez que ao analisarmos criticamente nossas próprias bases de atuação nos damos a oportunidade de vasculhar o cotidiano de incubação e aperfeiçoar nossa atuação de modo a condizer com o caminho que pretendemos trilhar.

3 – Texto Base da Metodologia de Incubação

A metodologia de Incubação é o norte, é o caminho que os técnicos de incubação devem trilhar em conjunto com os empreendedores, a fim de que no final do processo estes consigam gerir seu negócio de forma autônoma.

Por se tratar de um processo complexo, que lida com gestão, mercado, meio ambiente, pessoas, história, política, entre outros temas, as atividades previstas na metodologia se refere a um indicativo de tarefas a serem desenvolvidas, mas que de acordo com o desenrolar das atividades propostas pode ser mais rápido ou mais lento do que o previsto, pode não ter a necessidade de se cumprir todas as etapas ou até pode ser que outras etapas venham a surgir.

A metodologia está em constante mudança, seja por evolução natural, seja por adaptação a diferentes realidades e segmentos produtivos.

Por isso o técnico de incubação deve conhecer a fundo a metodologia de incubação, pois somente assim poderá trabalhar com flexibilidade sem “atropelar” os processos propostos.

Ela está fundamentada no processo de aprendizagem e construção do conhecimento que absorve elementos da pedagogia de Paulo Freire e da Antroposofia.

Para isso, utiliza-se como baliza para todos os processos pedagógicos a compreensão das três esferas do ser humano, sendo elas:

5. Pensar: aspecto ligado à mente humana;
6. Sentir: aspecto ligado ao coração humano;
7. Querer/fazer: aspecto ligado as membros humanos (braços e pernas).

Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem pode ser iniciado com a apresentação de conceitos e conteúdos (pensar) que são trabalhados de forma a fazer sentido para o educando (sentir), ou seja, deve ser digerido pelas pessoas para, então, representar uma mudança nas atitudes pessoais (querer/fazer).

Métodos tradicionais de aprendizagem não dão a devida atenção ao “sentir” dos educandos, reduzindo sua capacidade de gerar transformações efetivas na sua prática e nos seus hábitos.

Como estamos trabalhando com pessoas que não apresentam, ainda, grande prática na gestão de atividades econômicas, se faz necessário utilizar técnicas que possibilitem um processo de construção de novos conteúdos que serão desenvolvidos juntos aos grupos incubados. Ou seja, é necessário conduzir o processo de aprendizagem com uma postura democrática, calcada nos princípios da educação popular, que leve em conta a realidade dos educandos e envolva-os no processo de construção dos conteúdos. A utilização de jogos cooperativos, dinâmicas de grupo e um conjunto de atividades lúdicas diversificam as técnicas de aprendizagem e o repertório pedagógico da equipe de incubação.

No sentido oposto, a prática cotidiana dessas pessoas (querer/fazer) quando faz sentido para elas e elas enxergam nessas práticas a resolução de problemas do dia a dia (sentir) isso viabiliza a construção de novos conceitos e conteúdos (pensar) que podem ser reaplicados em outros EES e em outras comunidades

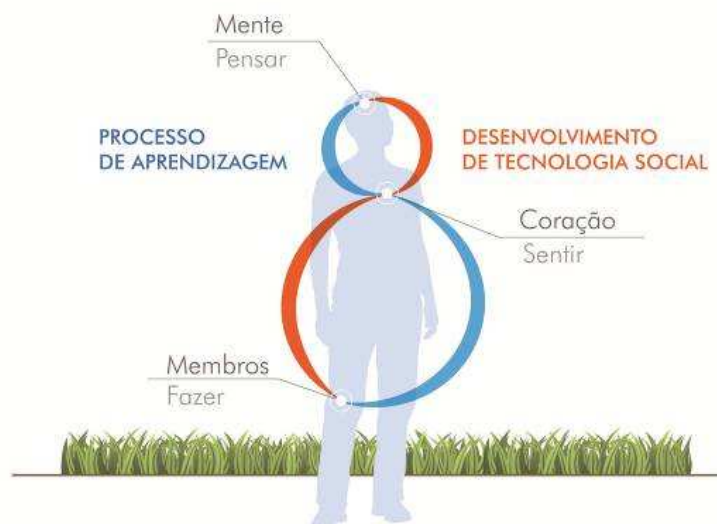


Figura 1: Processos pedagógicos que orientam nossa metodologia.

É nesse processo que se constrói um novo modelo de tecnologia, a Tecnologia Social, uma proposta orientada para a transformação social e de poder comunitário. A Tecnologia Social hoje é reconhecida como importante tema no desenvolvimento da economia solidária e fortalece a busca por novos modelos de tecnologia adequados resolução de dilemas da humanidade, como o combate a pobreza e à democratização da economia. De um modo geral, apresenta as seguintes características:

- Libertadora do potencial e da criatividade;
- Elaboradas e implementadas participativamente;
- Focadas às realidades locais;
- Produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis;
- Baixo custo monetário de aplicação;
- Resultados comprovados.

Nesse sentido, a metodologia de incubação da ITCP-FGV é um conjunto de:

- Conteúdos: Pensar;
- Postura dos educadores: Sentir;
- Procedimentos: querer/fazer.

Estes colaboram para um processo de aprendizagem e construção de tecnologias sociais focados na consolidação de atividades econômicas baseadas nos princípios e valores da Economia Solidária, que tem como pilares básicos: autogestão, autonomia e articulação de EES em redes de cooperação.

1.1. 3.1 Conteúdos da Incubação de EES

A incubação trabalha conteúdos de forma alinhada com o tripé da sustentabilidade a partir da proposta da Viabilidade Socioeconômica e Ambiental. Assim, o processo de concepção, nascimento, estruturação e consolidação dos grupos produtivos atenta para os três aspectos, sendo eles: Aspectos Econômicos, Associativos e Ambientais que formam a seguinte imagem:

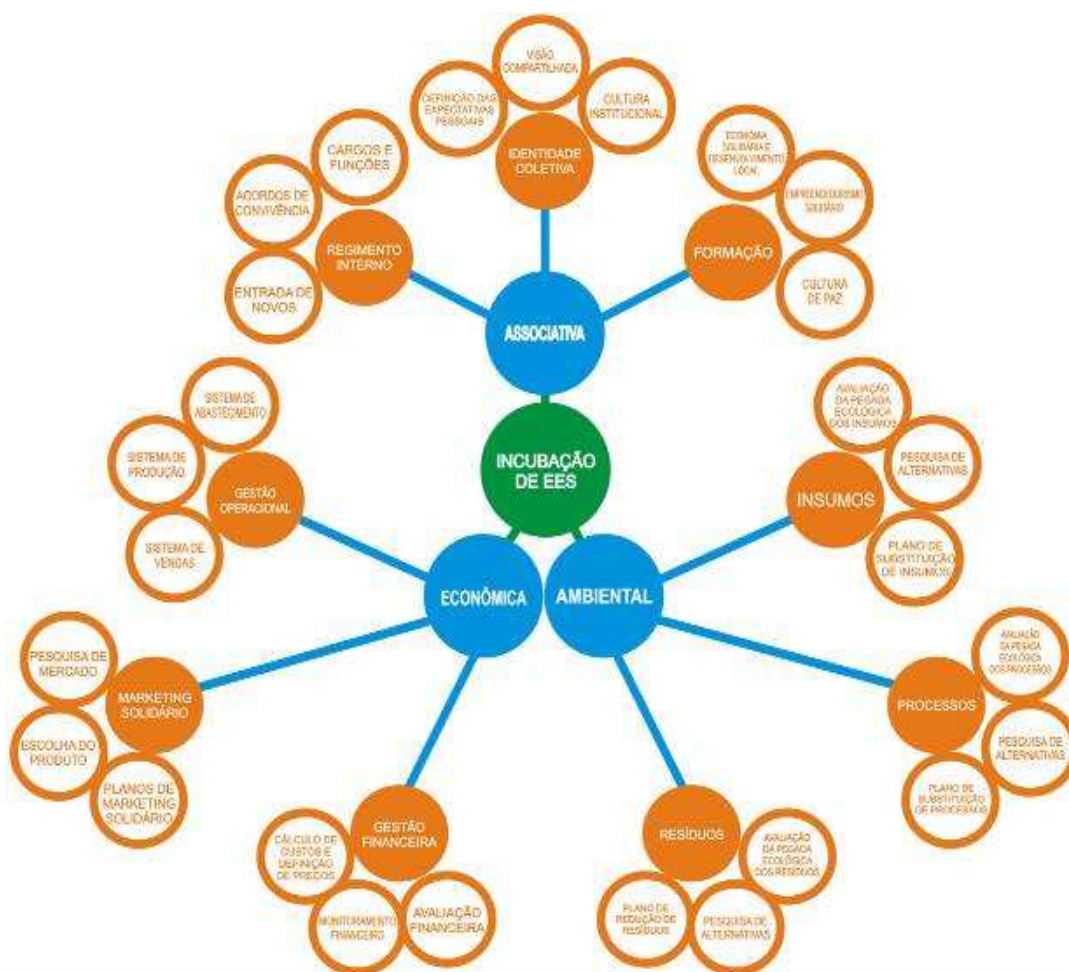


Figura 2: Representação gráfica dos conteúdos metodológicos.

3.1.1 Aspectos Econômicos:

Dado que a proposta do empreendimento é gerar renda a partir de uma nova forma de organizar a economia, o aspecto econômico deve ser olhado com grande atenção, a fim de garantir a estruturação das principais atividades necessárias para a consolidação dos EES.

A)Gestão financeira: o trato com os números do empreendimento.

Esse tópico se inicia com os cálculos de custos, formação de preço, passando por estudos de viabilidade econômica que fornecem, não só informações sobre a viabilidade dos produtos/serviços escolhidos pelo empreendimento como o estabelecimento de metas de produção e de vendas. As metas servem de orientação para a organização das pessoas e a divisão de tarefas como o planejamento e estruturação da rotina de trabalho do grupo.

Além disso, o controle das entradas e saídas de dinheiro, as contas a pagar e receber, além da distribuição das "sobras", conhecida no mercado como lucro, entre os membros do grupo e a constituição de fundos são fundamentais para o bom andamento do empreendimento.

B)Gestão operacional: o giro produtivo do empreendimento.

Todos os empreendimentos desenvolvem atividades de compras, produção/prestação de serviços e vendas. Após esse ciclo, o empreendimento realiza a gestão financeira e retoma o ciclo, comprando mais matérias primas, reiniciando a produção e as vendas. É com esse ciclo em funcionamento que o empreendimento ampliando sua qualificação e o volume de produção e vendas.

Esse é o processo comum de crescimento dos grupos produtivos e cuidar da "saúde" dessas atividades é um foco fundamental para a consolidação dos EES.

A gestão operacional visa organizar essas atividades de forma profissional e qualificada, a fim de garantir a satisfação dos clientes e a qualidade das relações interpessoais dentro do grupo. Ela prevê a organização de subgrupos responsáveis por cada uma dessas atividades, distribuindo tarefas, possibilitando a melhoria contínua e a conquista de espaço no mercado.

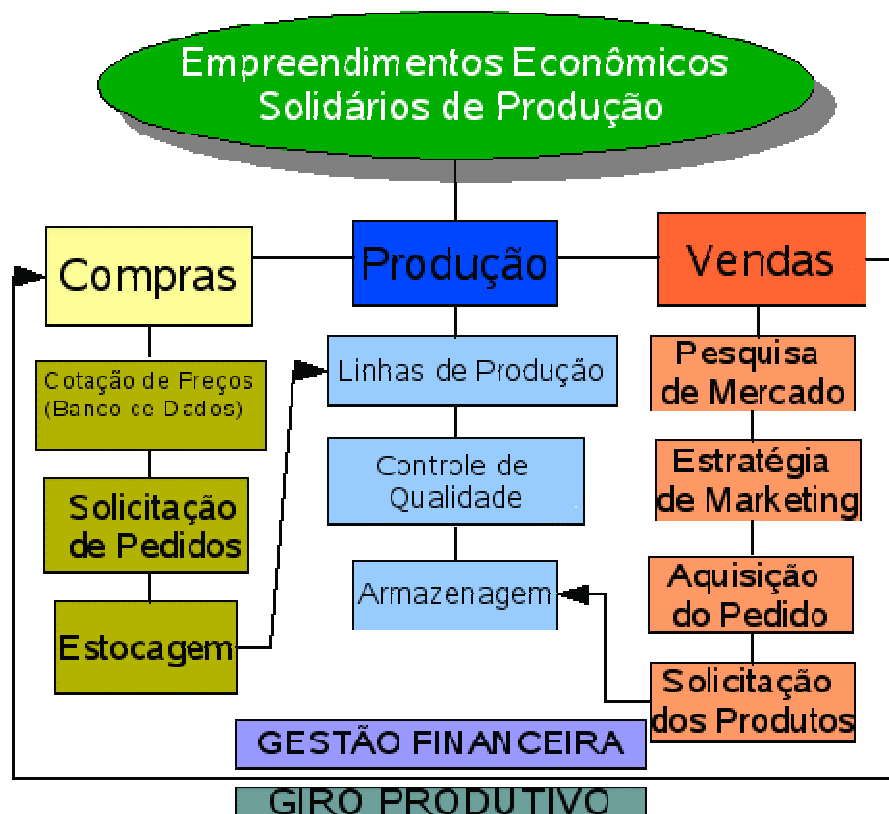


Figura 3: Representação do giro produtivo e responsabilidades dos departamentos.

C)Marketing Solidário: Planejamento para inserção no mercado.

Apesar do marketing ser um conceito mal visto pela Economia Solidária, a ITCP-FGV acredita que elementos básicos da sua essência podem ser utilizados para ajudar os EES a se prepararem melhor para sua inserção no mercado.

A proposta de unir elementos do marketing com o projeto político pedagógico da Economia Solidária possibilita a neutralização de aspectos negativos ligados à capacidade do marketing criar necessidades e influenciar hábitos de consumo. Com isso, a proposta da educação para o consumo alinhada à construção de uma economia mais democrática e cooperativista pode gerar oportunidades para os EES se tornarem alternativas concretas ao consumo tradicional, passando a serem vistas pelo mercado como soluções efetivas para suas necessidades e não apenas como uma forma de “ajudar os pobres”.

Assim, elementos como definição de públicos-alvo, realização de pesquisas de mercado e elaboração de Planos de Marketing (definição de preços justos, garantia de produtos solidários, propagandas educativas e pontos de venda baseados no comércio justo) passam a ser trabalhados nos EES como forma de prepará-los para viverem, pelo menos, 10 anos no mercado.

3.1.2 Aspectos Associativos:

Como já dito, a proposta dos EES não é só gerar renda, mas trabalhar de forma autogestionária, contribuindo para a transformação social de suas comunidades. Assim, se faz necessário trabalhar um conjunto de elementos que garantam um fortalecimento da democracia interna do grupo e as relações interpessoais, além de um crescente envolvimento do empreendimento com seu entorno e com o movimento de Economia Solidária.

A assembleia, sendo a instância máxima de decisão, só representa verdadeiramente o coletivo quando este tem consciência, participa e constrói junto. E é nesta consciência de si e de seu papel no coletivo, neste construir junto, que ocorre a busca pela autogestão. Dessa maneira utilizamos a educação como pano de fundo nos encontros de incubação. Através da socialização das informações e da participação desenhamos estrategicamente a autogestão.

A)Regimento interno: conjunto de acordos elaborados coletivamente que norteiam a postura das pessoas e as principais decisões do dia a dia do empreendimento.

O processo de transformar um “bando de pessoas” em uma equipe de trabalho, profissional, competente e autogestionária demanda um conjunto de acordos que devem regular as atividades do dia a dia e as tomadas de decisão estratégica. Elaborar um regimento interno capaz de minimizar conflitos e garantir um processo transparente e participativo de tomada de decisão é uma das prioridades.

Para isso, se faz necessário a condução de uma construção coletiva verdadeiramente participativa que leve em conta as diferenças entre as pessoas dentro do grupo, diluindo lideranças concentradoras de poder e estimulando os mais tímidos a participarem e darem suas opiniões. Esse processo enriquece o grupo, potencializa as vocações e garante a autogestão na sua essência.

B)Identidade coletiva: construção de uma visão compartilhada e cultura institucional.

Além do regimento interno, se faz necessário a criação de espaços para a criação da visão compartilhada entre os membros dos grupos sobre as mais diferentes situações do dia a dia do empreendimento. A colheita constante das expectativas dos membros do grupo é fundamental para ter certeza de que todos estão “remando para o mesmo lado”.

A construção de uma cultura institucional de escuta e de diálogo é fundamental para que todos se sintam pertencentes ao grupo, com espaço para colocar suas insatisfações e críticas em um ambiente de diálogo e não de debate. O saber ouvir e falar se mostram pilares da boa convivência e garantem um ambiente de trabalho harmônico e estável, mesmo em tempos de crise e de diferenças dentro do grupo.

A incubação deve atentar para isso, contribuindo para que o grupo fortaleça espaços de diálogo, planejamento coletivo, prestação de contas e definição de metas e estratégias de médio e longo prazo. A autogestão não acontece naturalmente, espaços devem ser criados e informações precisam ser socializadas para que todos possam entender o momento do grupo para a tomada de decisão de forma consciente e consistente.

C)Espaços de Formação: garantia de espaços de formação continuada.

Por fim, o fortalecimento das práticas associativas deve primar pela manutenção de espaços formativos que estimulem o empreendimento a adotarem um postura de envolvimento com as problemáticas da comunidade, se apresentando como um ator ativo na melhoria das condições do bairro e no fortalecimento da economia local.

A promoção do consumo local, a geração de postos de trabalho para a comunidade, a oferta de custos gratuitos de capacitação sobre sua atividade econômica, além da participação em Fóruns, Conselhos e espaços de diálogo sobre as problemáticas do bairro são exemplos de como o empreendimento pode se envolver na construção de uma comunidade melhor para todos.

Além do envolvimento no bairro, o envolvimento com o movimento de economia solidária tanto através da articulação com outros empreendimentos solidários a fim de estabelecer redes de cooperação como na articulação para a formulação de novos modelos de política pública.

As redes podem estreitar vínculos comerciais, produtivos e de financiamento, além de socializar informações e atividades educativas garantindo uma ampliação da viabilidade econômica dos EES, como o fortalecimento de práticas de cooperação que marcam uma nova forma de organizar a economia.

Já a construção de políticas públicas atreladas à proposta da economia solidária se mostram estratégias efetivas para “unir as pontas” das tradicionais atividades de qualificação profissional que não resolvem o problema da classe trabalhadora e as políticas assistências

que também não garantem a autonomia de famílias que vivem do bolsa família ou de programas que não as preparam para o mundo do trabalho.

Assim, a realização de formações dentro dos EES é muito importantes para garantir que os EES não fiquem isolados, preocupados apenas com a geração de renda de seus integrantes, perdendo a essência da economia solidária e da construção de “outro mundo possível”.

3.1.3 Aspectos Ambientais:

Para finalizar o tripé da sustentabilidade, a incubação prevê um conjunto de conteúdos ligados a redução dos impactos ambientais dos EES, a fim de garantir, não apenas modelos de negócios verdes com baixo impacto, mas fortalecer seu diferencial no mercado a partir da oferta de produtos e serviços verdes, desenvolvendo suas atividades com a consciência de sempre zelar pela diminuição de sua “pegada ecológica”.

A) Insumos: olhar para as compras do empreendimento.

Um olhar para todos os insumos utilizados pelo EES pode nos mostrar um padrão de consumo insustentável. Desde o uso de copos descartáveis para o café da tarde, até o uso de matérias-primas industrializadas com alto impacto ambiental rondam os empreendimentos. Alguns desses produtos podem ser facilmente trocados por alternativas ecológicas, que inclusive podem reduzir seus custos, porém sabemos que algumas matérias primas industriais apresentam custos muito inferiores às suas alternativas ecológicas, como o exemplo de alimentos orgânicos.

Cuidar dos insumos não significa ser radicalmente contra matérias-primas industriais de baixo custo, pois sabemos que a adoção de determinadas matérias primas ecológicas podem inviabilizar a comercialização de produtos que competem com grandes fábricas e empresas multinacionais. Mas um olhar atento para novas possibilidades viabiliza, não só a substituição de matérias primas industriais por naturais ou reutilizadas como agrega um novo valor aos produtos dos EES, possibilitando a abertura de novos mercados.

A produção de mobiliários de garrafa Pet, móveis com madeira reutilizada de pallets, vassouras com fios de Pet e bolsas ecológicas feitas com lonas de banner garantem não só

redução de custos, como um diferencial no mercado. A incubação deve fornecer estímulo e informações para os grupos ampliarem seus horizontes com relação a essas possibilidades.

B)Processos: Reduzir desperdícios e aumentar a ecoeficiência.

Outra forma de reduzir a “pegada ecológica” dos EES é atentar para os processos de produção e atividades rotineiras dos grupos.

Reduzir desperdícios não só melhora a gestão ambiental dos empreendimentos como reduz custos. Um olhar atento para as alternativas de baixo custo disponíveis no mercado podem ajudar a melhorar a ecoeficiência, ou seja, produzir mais e melhor com menores recursos naturais.

A reutilização da água da chuva para lavar a sede dos grupos, dar descarga e utilizar em processos produtivos não alimentares é uma forma criativa de reduzir a conta de água. Utilizar lâmpadas frias, realizar manutenção de equipamentos elétricos e movidos a petróleo parecem ser custo, mas na verdade podem reduzir o gasto de energia e economizar dinheiro.

Esses pequenos exemplos podem ser adequados a realidade do EES incubado e devemos atentar para as novas tecnologias de baixo custo que o mercado está oferecendo.

C)Destinação de resíduos: os 3 R’s da redução, reutilização e reciclagem.

Para finalizar o trabalho de gestão ambiental dos EES, se faz necessário atentar para a destinação de resíduos gerados no processo de produção e nas suas atividades do dia a dia.

Destinar corretamente os resíduos é a última das medidas. Primeiramente deve-se orientar os empreendimentos a comprarem produtos que usam embalagens retornáveis ou embalagem de maior quantidade. Por exemplo, comprar um saco de farinha de trinta quilos, além de mais barato do que comprar em fardos de dez pacotes de um quilo, gera menos embalagem.

Mesmo destinando as embalagens para a reciclagem, o processo de produção dessas embalagem utilizou recursos naturais e energia, e o processo de reciclagem utilizará mais energia e parte do material é “gasto” no processo. Escolher pela redução é um caminho mais ecológico do que a reciclagem.

Uma alternativa é a reutilização de materiais e embalagens, mas observando o cuidado para não orientar os EES a reutilizarem materiais no seu processo de produção que possam

prejudicar a qualidade dos mesmos. Estes fatos se devem principalmente em produtos alimentares. As normas de vigilância sanitárias devem vir primeiro do que a gestão ambiental.

1.2. 3.2 Postura para a Incubação de EES

A postura dos técnicos de incubação da ITCP-FGV segue um Projeto Político Pedagógico. Abaixo segue o seu resumo:

A metodologia de incubação leva em consideração a clareza da necessidade de uma educação continuada que busque superar a fragmentação do conhecimento, por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos.

Assim, entendemos que o processo de incubação é uma ferramenta não só de desenvolvimento local, mas também de emancipação individual, visto que traz uma dimensão para a vida dos empreendedores de colaboração, solidariedade e autogestão.

Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. A Incubação é um trabalho recente como extensão universitária e como experiência transdisciplinar e exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

Levando-se em consideração a baixa escolaridade dos empreendedores, a metodologia desenvolvida tem foco no fortalecimento resgate da auto-estima dos incubados. Atuamos por meio de ações que desmistifiquem eventuais culpas por insucessos profissionais, sendo isto fundamental para a ampliação das potencialidades dos empreendedores de EES.

Neste processo, as aulas, encontros e oficinas devem ser apresentados através de dinâmicas de grupos, jogos cooperativos, exercícios de sócio dramatização, visitação de ambientes externos e sala de aula no “chão de fábrica”, buscando-se a solução de problemas reais e concretos.

A concepção de que o processo de incubação é uma atividade eminentemente educativa, cujo desenvolver implica em desenvolver habilidades, competências e conhecimentos dentro dos grupos, traz consigo uma carga de responsabilidade do técnico de incubação como um agente pedagógico que têm sua postura embasada por referenciais teóricos

O entendimento hegemônico de Educação considera o conhecimento como uno que deve ser transmitido a quem não o possui. Por não considerar o contexto do educando, não faz sentido para si e, por isso, não reflete em mudança de atitudes, e construção de novos sujeitos. A escola, a religião, a família, valores, política, ciência e tecnologia são determinados pelo

modelo econômico de sociedade. Neste sentido a educação formal segue e reforça uma concepção de sociedade, onde o foco não é a vivência pessoal e não há reflexão sobre a realidade, portanto não é útil para a construção do novo sujeito histórico, crítico e consciente de seu papel social. O ambiente escolar reproduz a lógica da concorrência, poder e hierarquia da sociedade domesticada, com padronização e regras a serem seguidas desde muito cedo como o passaporte para entrada na estrutura social. Abaixo segue algumas imagens que utilizamos em uma de nossas formações:



Figura 4: Críticas à Educação Formal

Portanto nossa concepção do conceito de educação segue a linha de pensadores como Macarenko que define a educação como um processo social de tomada de consciência de si próprio e do meio que nos cerca. Educar para ele é socializar através do trabalho coletivo em função da vida em comunidade. Também acrescentando reflexões de Pistrak e sua experiência da implantação da “Escola do Trabalho”, que foi guiada pelo método dialético. Esta escola foi portadora de uma visão educacional construída na ascensão das massas na Revolução Russa, baseada na auto-organização dos educandos, na autonomia exercida ativamente através da cooperação de sujeitos conscientes, na autogestão e na liberdade. E por fim o construtivismo histórico de Paulo Freire, que procurou definir as bases teóricas para a construção de uma educação prioritariamente democrática que seja apta a solidificar no educando a passagem da consciência ingênua à consciência crítica.

Trata-se, portanto, de enfrentar o desafio de ensinar habilidades profissionais e de gestão de empreendimentos autogestionários para pessoas em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade e que têm por sonho gerir seu próprio negócio. Para isso, são

necessárias técnicas de abordagens próprias para o público a ser atendido pela incubadora, sempre construindo “com” e nunca “por”.

Para isso, estimulamos:

1. Capacidade empreendedora;
2. Tomada de decisões;
3. Busca do diálogo;
4. Identificação de metas e resultados;
5. Relação com o meio ambiente em que atua;
6. Relação com outros empreendedores;
7. Solidariedade;
8. Mudança de padrão mental hierárquico para horizontalizado, porém com deleção de funções e cargos.

A metodologia de incubação utiliza-se dos princípios da educação construtivista, que entende sempre o fazer “com” e nunca “por”. Para isso, utilizamo-nos de alguns princípios básicos oriundos da pedagogia freiriana:

1.TODO SER HUMANO É UM SER INACABADO. A ação dos seres humanos sobre o mundo não só muda o mundo, mas muda também os sujeitos desta ação;

2.O SER HUMANO É UM SER DE RELAÇÃO. Mulheres e homens mudam o mundo para torná-lo mais adequado a suas necessidades;

3.TODOS SABEM. Em cada ser existe um saber, às vezes diferente do saber dos demais;

4.O SER HUMANO É UM SER FEITO PARA O DIÁLOGO. Para dialogar é preciso respeitar, onde não há diálogo há imposição e manipulação, o que dificulta a participação consciente e crítica;

5.A CONSCIÊNCIA HUMANA ACONTECE NA PRÁTICA. A análise da prática, da ação, que gera o conhecimento e a consciência;

6.A VOCAÇÃO DO SER HUMANO É A DE SER SUJEITO HISTÓRICO. A ação e a luta coletiva dos povos é que promovem as mudanças. Ao ter clareza disso, o educando se dá conta de que ele também pode interferir na transformação de suas próprias condições de vida;

7.A EDUCAÇÃO É UM ATO POLÍTICO. É impossível uma educação que atenda a todos, que agrade a todos, pois sempre haverá interesses opostos e contraditórios;

8.É A PARTIR DA REALIDADE QUE SE COMEÇA TODA PRÁTICA EDUCATIVA. Devemos partir de fatos concretos e da realidade das pessoas e da sociedade. Aceitar e assumir essa realidade para voltar a ela com uma compreensão mais abrangente;

9.A CIDADANIA É UMA CONQUISTA HISTÓRICA. É preciso tornar-se cidadão através do exercício de direitos e deveres sociais e políticos;

10.EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO. Educação que sirva de instrumento de transformação da ordem posta, buscando a humanização dos seres humanos;

11.VALORIZAR A CULTURA DOS EDUCANDOS. O trabalho de educação deve valorizar o saber, as experiências, o modo de ver a vida, de vivenciar a relação familiar, social e política dos educandos. Partindo daí, aprofundar o conhecimento dessa realidade criando, assim, novos conhecimentos e novas práticas.

(extraído dos Princípios da Pedagogia de Paulo Freire, Coletivo Alfa Já).

Assim, todas as oficinas, encontros e aulas vão ser permeadas pela transdisciplinaridade, pela realidade dos empreendedores como ponto de partida, pela participação dos mesmos na construção do conhecimento, pela democratização da economia como ponto de chegada, pela boa utilização de materiais pedagógicos, pela avaliação como parte integrante da aprendizagem e pela abertura à colaboração de fora.

1.3. 3.3 Procedimentos da Incubação de EES

A metodologia de incubação segue um curso, um norte, que denominamos de PROCESSO DE INCUBAÇÃO. Este é um ciclo de acompanhamento contínuo do empreendimento, desde sua concepção, até sua consolidação no mercado. Esse processo é dividido nas seguintes fases:

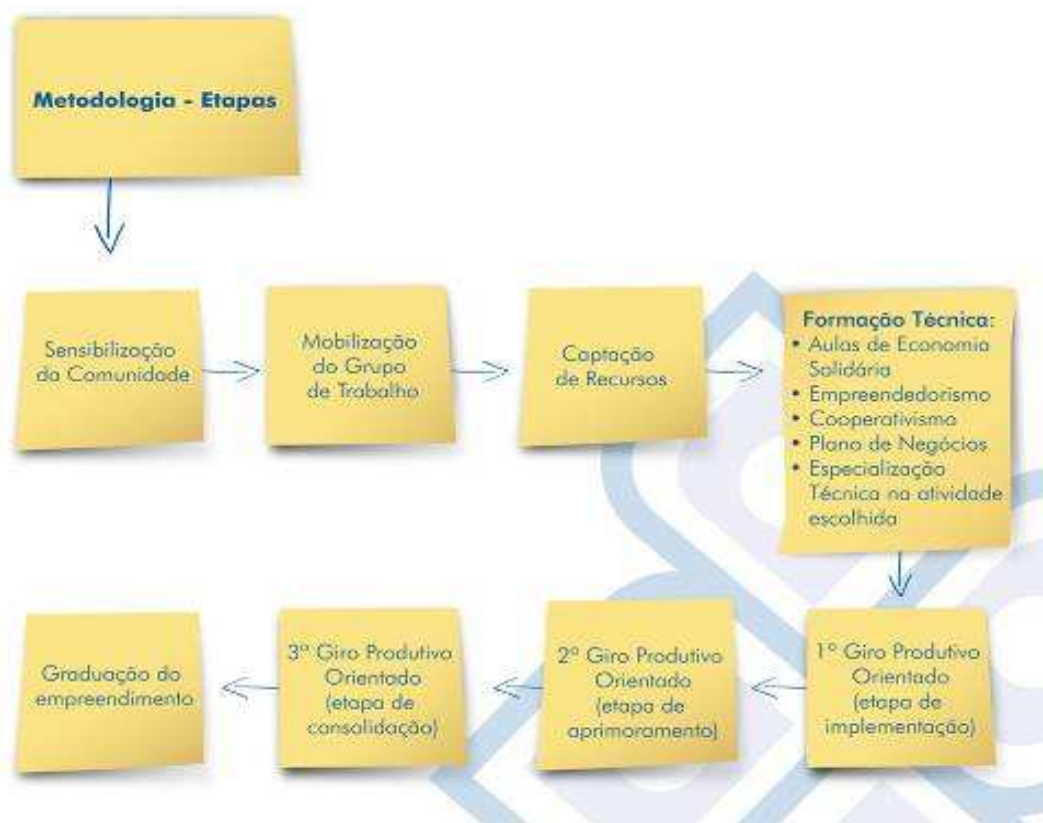


Figura 5: Etapas do processo de incubação

Quando o empreendimento já existe no início do processo de incubação, realizamos um diagnóstico que contempla os seguintes aspectos: Gerais, Produtivos, Econômicos, Associativos, Político-Pedagógicos, Gênero e Saúde. Além de um diagnóstico individual. O resultado desse processo é um conjunto de temas a serem trabalhados com o grupo que se desmembra num planejamento de ações. Esse planejamento depende da fase da metodologia na qual o grupo se encontra. Cada fase apresenta objetivos e atividades específicas que são apresentadas, de forma resumida, na tabela abaixo:

Etapas	Objetivos	Atividades
1)Sensibilização da comunidade	Conhecer a demanda da comunidade com o intuito de saber se a necessidade desta pode ser atendida pela ITCP-FGV; Verificar o nível de empoderamento comunitário e identificar o nascimento de um possível grupo de trabalho.	Reuniões de sensibilização com lideranças comunitárias; Elaboração de relatório.
2)Mobilização do grupo	Apoderar o grupo de trabalho com informações sobre a viabilidade ou não da atividade econômica escolhida e assinar o termo de incubação, conciliando agendas e realizando um plano de trabalho	Reuniões de mobilização; Elaboração de pré plano de EES; Mapeamento do consumo local; Mapeamento dos ativos da comunidade; Elaboração de relatório.
3)Captação de recursos	Viabilizar os recursos financeiros para a implementação do Empreendimento.	Reuniões para elaboração de projeto; Atividades de captação de recursos;

		Elaboração de relatório.
4) Formação Técnica	Preparar o Empreendimento para o início do giro produtivo orientado, nas frentes de: Domínio do processo produtivo; Acesso a direitos sociais; Alfabetização, inclusive digital; Instruções para realização das compras, produção, vendas e gestão financeira do Empreendimento; Postura empreendedora autogestionária; Elaboração coletiva do plano de negócios;	Oficinas de Economia Solidária, Empreendedorismo e Cooperativismo Popular; Oficinas de Plano de EES; Cursos de capacitação profissional; Encaminhamento para EJA, inclusão digital e serviços de saúde e programas sociais; Elaboração de relatório.
5) Giro produtivo orientado	Implementar o plano de negócios a partir do giro produtivo orientado pela equipe de incubação.	Aulas e oficinas de: Introdução ao giro produtivo; Regimento Interno; Marketing Solidário; Sistema de abastecimento; Gestão da Produção; Gestão de vendas; Gestão Financeira; Cargos e funções; Gestão ambiental; Reuniões deliberativas; Inclusão digital empreendedora; Revisão do Plano de EES; Elaboração de relatório.
6) Graduação	Fortalecer a autonomia do EES para que este realize suas atividades produtivas sem a supervisão direta da equipe de incubação	Consultorias; Indicação de profissionais autônomos; Elaboração de relatório.

1.4. **3.4 Atividades de Incubação:**

As atividades de incubação são compostas por encontros semanais entre o técnico de incubação e os empreendedores e são formadas por:

A) Aulas: são momentos em que algum conteúdo será trabalhado junto educandos pelo técnico de incubação, cumprindo com uma grade curricular já pré definida no plano de incubação. São momentos expositivos, porém, o assunto deve sempre ser introduzido e desenvolvido a partir do estudo da realidade do educando. As aulas devem ser realizadas sempre com o apoio de um plano de aula e no fim das mesmas, uma memória deve ser realizada, além da coleta de sugestões de inovação no processo de incubação.

B) Oficinas: são momentos de prática empreendedora supervisionada. Também cumprem com uma grade curricular já pré estabelecida e tem o condão de “fazer junto” – educadores e técnicos de incubação. As oficinas devem ser realizadas sempre com o apoio de um plano de aula e no fim das mesmas, uma memória deve ser realizada, além da coleta de sugestões de inovação do processo de incubação..

C)Reuniões deliberativas: encontro com pauta definida por ambas as partes (educador e técnico de incubação) que são realizadas para a tomada de decisão coletiva. As pautas normalmente estão relacionadas a: prestação de contas, planejamento de atividades estratégicas, montagem de agendas coletivas, solução de eventuais problemas, propor soluções, entre outras possibilidades.



Fotograma 2: Reunião na Cooperglicério – São Paulo/SP.

O ideal é que as reuniões deliberativas sempre tenham pauta conhecida por todos, duração pré-determinada, facilitador (que pode não necessariamente ser o técnico de incubação), momento expositivo, momento decisivo, encaminhamentos e avaliação.

D)Saídas de campo: são momentos em que o grupo de educandos juntamente com o técnico de incubação saem de seu local de encontro ou produção para visitar outras iniciativas. Tem o objetivo de vivência coletiva e de conhecimento de atividades similares.

E)Palestras: são encontros de sensibilização dos educandos ou abertos a toda comunidade, com um especialista, sobre um tema específico e tem por objetivo a transmissão e construção coletiva de novos conhecimentos.

As aulas e oficinas devem sempre seguir um plano de aula. Já as reuniões, saídas de campo e palestrar devem seguir um modelo de planejamento.

1.5. 3.5 Equipe de Incubação:

A incubação é realizada por uma equipe multidisciplinar com papéis definidos, sendo eles:

A)Gestor de Incubação: É o técnico da Incubadora que se responsabiliza pelo processo de incubação (como um todo) junto a um grupo incubado, ele que realiza o acompanhamento semanal junto aos grupos de sua responsabilidade. Ele é o ponto de referência do empreendimento dentro da Incubadora e é a ele que o grupo deve se reportar. Responsável pelo bom e fiel andamento da metodologia de incubação, pelas memórias semanais e relatórios mensais de incubação, pela explanação sobre o empreendimento junto às reuniões e assembleias da Incubadora, pela representação do grupo em instâncias externas, pela resposta de e-mails e demais solicitações de informações sobre o grupo, da equipe da incubadora ou de terceiros e ainda pela chamada de técnicos especialistas da equipe da incubadora ou de fora dela para a garantia do processo de incubação.

B)Técnico Especialista: São os técnicos da Incubadora ou consultores externos responsáveis por assuntos específicos de suas áreas de formação profissional. Estes técnicos atuam por meio de aulas, oficinas, palestras, reuniões e saídas de campo, já determinadas no processo de incubação.

O gestor de incubação requer a presença do técnico especialista em determinado grupo de sua responsabilidade, combinando o tema e as agendas.

O técnico especialista deve apresentar o plano de aula ou planejamento com no mínimo cinco dias de antecedência ao gestor da incubação, para que este possa organizar o evento (recursos didáticos, listas de presença, etc.).

A atuação do técnico especialista não precisa necessariamente ser acompanhada do gestor de incubação, porém, caso este queira isto pode ocorrer.

Caso o quadro da Incubadora não conte com a especialidade necessária, o gestor da incubação deverá indicar um profissional externo, com preferência de escolha ao quadro de consultores da Incubadora, na próxima assembleia geral.

1.6. 3.5 Instrumentos da Incubação:

Para organizar as informações relacionadas à incubação, são utilizados os seguintes instrumentos:

A) Pasta de Incubação: A pasta de incubação é o instrumento de incubação onde ficam arquivados todas as informações sobre a incubação de determinado empreendimento. Ela tem o objetivo de armazenar as informações facilitando a atuação dos gestores e técnicos em campo. Para isso, ela deverá conter:

1. Folha de rosto com nome do grupo e demais informações;
2. Planos de aula e memórias de campo;
3. Planejamentos;
4. Relatórios do gestor de incubação;
5. Listas de presença;
6. Termo de incubação;
7. Ficha de acompanhamento de incubação;
8. Fichas de cadastro dos participantes;
9. Pesquisas realizadas;
10. Demais documentos que se fizerem necessários;

Esta pasta é de responsabilidade do gestor da incubação e deverá sempre ser levada ao grupo quando dos encontros (seja pelo gestor ou pelo técnico especialista que irá desenvolver a atividade).

B)Ficha de cadastro socioeconômica do participante: Essa ficha tem o objetivo de trazer informações para a equipe sobre renda, escolaridade, número de dependentes, tempo de desemprego, vocações, entre outras informações. Ela serve de apoio ao trabalho da assistente social no encaminhamento a salas do EJA, Inclusão digital e acesso a direitos sociais básicos, mas também fornece informações importantes para o planejamento do empreendimento.

C)Termo de Incubação: É o documento que regula a relação entre a Incubadora e o grupo atendido. Faz parte deste documento informações sobre os objetivos do grupo, natureza

do empreendimento a ser formado, processo de incubação, tempo de incubação, regras de convivência e captação de recursos.

D) Ficha de Campo: A ficha de campo é o documento que contém o plano de aula da atividade de campo prevista para o dia, além de espaços para anotações sobre a memória da atividade realizada e sugestões para realizar inovações na metodologia.

Nesta ficha, o gestor de incubação deve realizar as anotações no fim da atividade campo que será socializada com a equipe da ITCP-FGV e demais parceiros do processo de incubação. As sugestões de inovação são destinadas ao departamento de inovação da ITCP-FGV que atualiza frequentemente a metodologia a partir dos erros e acertos das práticas cotidianas da equipe de incubação.

E) Relatórios de incubação: O gestor da incubação é responsável pela elaboração de:

Relatório mensal de incubação: Relatório processual que fornece informações sobre as principais atividades realizadas, produtos entregues e resultados alcançados no mês. Esse relatório é elaborado a partir da sistematização dos relatos constantes dos planos de aula e oficinas;

Relatório de término da Fase de incubação: Relatório de resultado da fase de incubação que apresenta uma avaliação dos indicadores de resultado atingidos pelo empreendimento durante a fase. A partir desse relatório é realizada a avaliação sobre a viabilidade do empreendimento passar para a próxima fase de incubação. Os indicadores apontam para a absorção efetiva dos conteúdos e instrumentos de trabalho oferecidos pela equipe de incubação.

4 - Linha do tempo da metodologia

A ITCP-FGV foi fundada por um grupo de estudantes da EAESP-FGV que participaram de uma oficina de Economia Solidária realizada pela equipe da ITCP-USP no Fórum Social Mundial de 2001. No primeiro semestre de 2001 a ITCP-FGV inicia suas atividades aprendendo com a ITCP-USP participando da realização de oficinas de Economia Solidária e início da incubação de empreendimentos no Jardim Angela, zona sul de São Paulo, financiado pelo Programa Oportunidade Solidária da prefeitura de São Paulo.

Após atuação com a ITCP-USP, a equipe da ITCP-FGV iniciou a reaplicação dessas atividades no Centro de São Paulo. Durante os anos de 2002 a 2004 os primeiros

empreendimentos foram incubados nos segmentos de coleta seletiva e confecção. As atividades de formação e orientação política da equipe estava calcada nos princípios da democracia participativa, educação popular e textos e livros clássicos de Paul Singer sobre a Economia Solidária no Brasil.

Em 2004 o Programa Oportunidade Solidária e as atividades de incubação foram reduzidas, a primeira geração da ITCP-FGV fechou seu ciclo de estudos na FGV deixando a ITCP para uma nova geração que assumia um convênio com a FINEP.

A equipe estava com dificuldades de mobilizar empreendimentos para serem incubados e sem metodologia de trabalho e foram buscar apoio técnico de profissionais graduados e com experiência em Economia Solidária para estruturar a equipe para execução do convênio.

A partir de 2005, a ITCP-FGV inicia o fomento a redes de comércio e finanças solidárias foram desenvolvidas em três regiões de São Paulo, em parceria com organizações sociais e prefeitura. A orientação política começa a se embasar no conceito de redes solidárias, desenvolvimento local e socialismo de mercado, propondo os valores da democracia participativa nos três mercados, vale dizer: mercado de trabalho e autogestão; mercado financeiro e bancos comunitários; mercado de bens e serviços e comércio justo.

De 2007 a 2008 a sistematização da incubação da Cooperilha no Guarujá começa a estruturar a espinha dorsal da metodologia de incubação da ITCP-FGV. A definição de matrizes de procedimento, conteúdos e posturas da metodologia começam a ser formadas. Aliado ao conceito de redes solidárias e desenvolvimento local, a proposta da andragogia começa a ser fortalecido, priorizando o desenvolvimento de atividades práticas de aprendizado e inclusão digital dos grupos.

Em 2009 a primeira versão do texto base de metodologia de incubação é desenhado e passa a ser utilizado na incubação de 9 EES. A busca pela reprodução material dos grupos e seu difícil acesso ao mercado, iniciamos a criação de uma agência de comunicação capaz de melhorar a apresentação dos EES e a comercialização de seus produtos. Aliado a isso, a elaboração de Planos de Negócios e estudos de viabilidade econômica também são reforçados atrelados a ferramentas digitais de gestão. Nesse período conceitos básicos da antroposofia entram na metodologia, reforçando a percepção sistêmica que a proposta das redes solidárias manifesta.

5 - Exemplo Prático de Aplicação da Metodologia

Ao procurar um caso que pudesse servir de exemplo da aplicação de aspectos importantes da metodologia, chegamos ao consenso que deveríamos escolher o grupo Brazilianas, isso devido ao fato de que ele é um caso claro das fases de incubação, demonstrando a relação intrínseca que existe na evolução destas com os objetivos e parâmetros da implantação de nossa metodologia.



Fotograma 3: Grupo Brazilianas em dinâmica de planejar o ciclo produtivo

A Brazilianas é um empreendimento localizado na Brasilândia, composto por 08 mulheres das comunidades de Jardim Carimbé e Jardim Damasceno. Tem como atividade econômica a produção de ecobags e brindes através da reutilização de banners.

Fase 1: Sensibilização da comunidade - A incubadora iniciou o processo de incubação deste empreendimento em 2010, depois de decidir com a organização social parceira que existe o interesse de se realizar atividades de geração de renda na Brasilândia (uma das regiões mais pobres da cidade de São Paulo). Assim pode-se iniciar as atividades desde o primeiro passo da metodologia que consistia em realizar a sensibilização da comunidade.

Nesta fase o técnico de incubação, em conjunto com a organização social que atua na comunidade, entrou em contato com lideranças locais, associações de bairros, e centros de encontros da comunidade (como as igrejas, praças) de modo a sensibilizar pessoas para participar da construção de um empreendimento popular no bairro.

Fase 2: Mobilização do grupo de trabalho - Depois de reunidas as pessoas interessadas em participar do EES, o processo de incubação foi desenhado coletivamente a proposta de atividade econômica, neste caso a manufatura ecobags de banner. Esse processo se deu através de um diálogo entre as potencialidades apresentadas pelo grupo e as possibilidades e oportunidades que a ITCP FGV construiu ao longo da seu histórico de atuação. No caso da costura de bolsas, a experiência da incubadora com outro grupo da baixada santista (a Cooperilha) que já tinha alguns anos de experiência produzindo ecobags, cria condições para que possíveis intercâmbios de experiências e oportunidades de comercialização conjuntas possam se estabelecer.

Fase 3: Captação de recursos - Como a organização social parceira já havia previsto uma dotação orçamentária para a execução do projeto, inclusive recursos para investimentos de maquinários e capital de giro, não foi necessário iniciar uma campanha de captação de recursos.

Fase 4: Formação técnica - A formação técnica realizada foi composta por módulos de Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Empreendedorismo e um módulo de elaboração do Plano de Negócios, onde o grupo deu início a construção de imagem, fator importantíssimo para manter a coesão e diálogo entre as empreendedoras. Estas também fizeram uma capacitação no SENAI em costura industrial, de maneira a empoderar o grupo das capacidades produtivas que necessitariam para exercer a produção de ecobags.

Fase 5: Giro Produtivo Orientado - Nessa fase o empreendimento iniciou suas atividades, começando a fabricar as ecobags, se engajar no processo de vendas e divulgação, controlar o estoque de matérias-prima e etc. O grupo se dividiu em quatro departamentos (compras, produção, vendas e finanças), com as responsabilidades divididas entre os integrantes e, em um segundo momento, fazem rodízio das responsabilidades para todos entendam cada etapa de funcionamento do empreendimento. Assim cada grupos de responsáveis pelos departamentos pode preparar outros membros, no sentido da leitura, compreensão das informações e realização de mudanças.

Este é o momento que o empreendimento se encontra atualmente, e prossegue com ciclos de oficinas que vão se aprofundando nos temas de modo a gradualmente apoderar o grupo e prepará-lo para seguir seu funcionamento de maneira cada vez mais autônoma.

Nesta fase o técnico de incubação realiza uma rotina de trabalho mensal descrita abaixo:

- 1ª Semana - Reunião de Planejamento Mensal (4 horas);
- 2ª Semana - Reuniões com os departamentos de Compras e Produção (2h cada);
- 3ª Semana – Facilitação de Assembleia Mensal (4 horas);
- 4ª Semana - Reuniões com os departamentos de Vendas e Financeiro (2h cada).

Atualmente a Brazilianas, que já possuiu uma rotina de trabalho estabelecida, está desenvolvendo novas estratégias de comercialização em conjunto com a Agência de Comercialização Solidária (AGESOL), uma equipe constituída na ITCP FGV que tem como meta auxiliar os grupos incubados em estratégias de acesso à mercados, com objetivo de ampliar as ações de vendas e a carteira de clientes do empreendimento.

6 - Desafios do processo de incubação

Situações limites: Co-incubação e Conflitos no Grupo.

Um limite da metodologia que foi pautado em discussão é de envolver organizações parceiras no processo de incubação. Entendemos que uma organização que tenha raiz territorial e que possua maior envolvimento com os locais é extremamente benéfico para a relação da ITCP com o grupo e a comunidade. Entretanto, por incorporar um novo elemento no processo de incubação, em alguns casos que já se manifestaram, ocorreram momentos em que não se alinharam as ações, objetivos e posturas entre a ITCP e a organizações sociais parceiras, criando situações de vulnerabilidade do processo de incubação. Algumas ocasiões os parceiros tomam um papel assistencialista que não estimula a autonomia dos grupos. Também ocorre quando existem interesses divergentes entre a ITCP e a organização parceira, onde as ações de um cria empecilhos para os objetivos do outro. Nossa metodologia tem uma ideologia, um processo pedagógico de autonomia, que entra em descompasso quando os parceiros apresentam situações e casos em que pela ansiedade de ajudar os grupos, atuam sob uma ótica assistencialista, fazendo por eles e não com eles. Geralmente essa divergência cria situações de dependência entre o grupo e as entidades parceiras, com prejuízo à autonomia dos grupos, um pilar importante de nosso projeto político pedagógico.

Uma ferramenta para atenuar e resolver essa situação é a definição de papéis e ajuste de expectativas entre as organizações parceiras e a ITCP, construindo dialogicamente uma síntese para avançar na solução das contradições que surgem no processo e também a

capacitação dos parceiros (não apenas no momento do curso, mas sim um processo permanente prático do técnico de incubação) é necessário para atenuar esses limites.

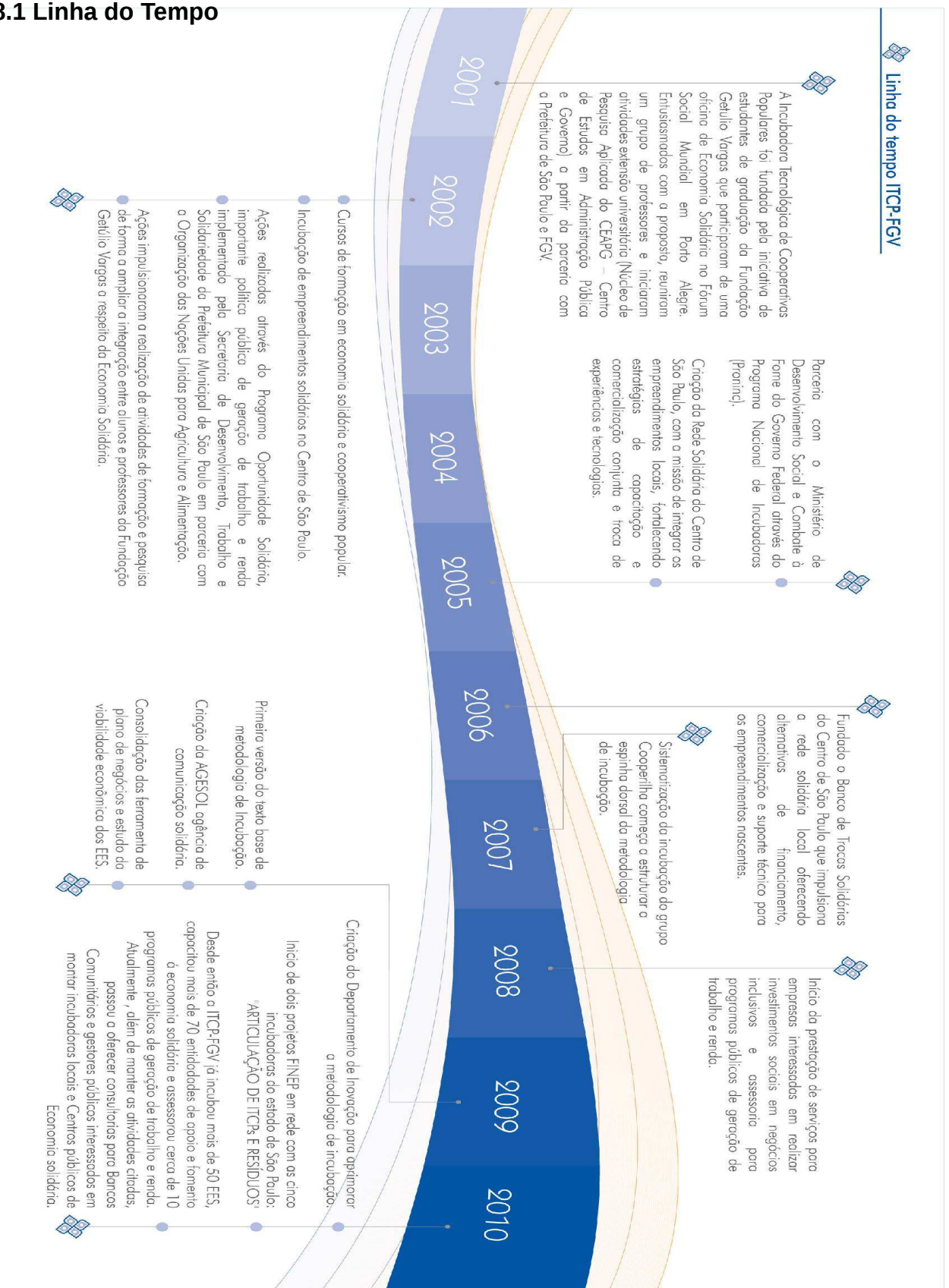
Nesse processo de formação e reflexão sobre a metodologia de incubação, identificamos outros limites e desafios enfrentados pela equipe de incubação. Sendo eles: conflitos nos grupos, falta de autonomia na comercialização, geração de acima de um salário mínimo e desmotivação.

7 – Considerações Finais

O processo de sistematizar as experiências que a ITCP FGV desenvolveu ao longo de seus anos de atuação foi um desafio para todos os envolvidos. Foi um processo complexo, pois tinha como incumbência escrutinar nossa metodologia, suas qualidades e suas limitações, contradições e potencialidades. Escrutinar nossas bases conceituais pedagógicas, suas concepções epistemológicas e os sujeitos que estas têm como objetivo construir. Além é claro, de nos fazer mergulhar em questões sobre nosso papel político enquanto uma incubadora integrante do movimento de Economia Solidária, seus ideais e princípios, seu papel enquanto motor de uma nova sociedade, mais humana e justa.

8 – Anexos

8.1 Linha do Tempo



Apresentação

A sistematização das experiências acumuladas ao longo dos últimos 12 anos pela Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos INCOOP UFSCar é o objetivo do texto que apresentamos a seguir. Centrado em três temas, tais sejam Educação e Autogestão, participação no Movimento de Economia Solidária e a Metodologia de Incubação, apresentamos o fazer e o pensar de uma equipe composta atualmente por professores, coordenadores técnicos graduados (nossos formadores) e alunos de graduação que atuam conjuntamente na extensão por meio da assessoria a empreendimentos econômicos solidários (EES); no ensino com a formação de novos quadros de atuação junto a Economia Solidária, sejam eles alunos de graduação e pós-graduação, trabalhadores e agentes de apoio e fomento; e na pesquisa com a produção de conhecimento alicerçada na reflexão sobre as práticas da incubadora.

O texto é baseado na resposta por diferentes membros da incubadora a uma série de questões que remetem a sua realidade atual, ao processo de autogestão, tanto interno quanto ligado aos empreendimentos assessorados, bem como o envolvimento da incubadora nas diferentes esferas de atuação junto ao movimento de economia solidária. A descrição da metodologia de incubação da INCOOP UFSCar centrou-se tanto na resposta da equipe quanto na retomada de textos já produzidos que mostram os seus avanços por meios das estratégias assumidas ao longo dos anos de atuação da incubadora. Por fim apresentamos uma linha do tempo que contempla as mudanças de estratégia da incubadora e sua interferência na metodologia de incubação.

Esse é o primeiro de uma série de textos que sistematizarão as práticas da INCOOP UFSCar no âmbito do projeto “Articulação ITCPs”. Convidamos à leitura.

Histórico de atuação, estrutura e funcionamento da INCOOP

A INCOOP UFSCar vem desenvolvendo, desde 1998, atividades de Ensino-Pesquisa-Extensão no campo da Economia Solidária como forma de geração de trabalho e renda e promoção da cidadania tendo como público preferencial segmentos historicamente excluídos. Esta nasce em 1998 juntamente com outras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, na perspectiva de incubação de cooperativas populares, realizando assessoria quanto a viabilidade de EES, qualificação dos serviços e organização coletiva autogestionária.

A partir de estudo realizado por pesquisadores Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, foram identificados os bolsões de pobreza no município de São Carlos. Um dos bolsões identificados foi o Bairro Jardim Gonzaga e entorno, localizado na cidade de São Carlos, que passa a ser objeto de intervenção e pesquisa da INCOOP UFSCar. A atuação da incubadora neste primeiro momento foi de sensibilização dos moradores da localidade para a possibilidade de geração de trabalho associado e renda.

Em seguida foi ampliando sua atuação para outros territórios. Tendo com centralidade a Incubação de EES, a INCOOP UFSCar contribuiu para criação e consolidação de EES em várias cadeias produtivas, como limpeza, alimentação, confecções, artesanato, resíduos, marcenaria, horta orgânica, derivados da cana orgânica, entre outros, atuando em diferentes municípios como São Carlos, Matão, Catanduva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras. Realizou articulação com diversos parceiros como prefeituras municipais, sindicatos e entidades da sociedade civil e elaborou e executou vários projetos com participação em cerca de 20 editais para captação de recursos tendo sido contemplado em mais de 10.

A partir de 2007 a INCOOP UFSCar passa a atuar em dois territórios (urbano e rural) com a perspectiva de promover o desenvolvimento territorial. O território urbano é o bairro Jardim Gonzaga e entorno localizado na cidade de São Carlos. O território rural é um assentamento localizado na cidade de Itapeva, SP. A incubadora começa, a partir de então, considerar a pertinência de articulação de políticas setoriais, como saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e de práticas de

cooperação. Ainda, passa a serem levados em consideração no território, atores sociais, mercados, cadeias produtivas, fluxos, políticas públicas, etc., é incorporado o debate sobre o Desenvolvimento Territorial, a sustentabilidade com dimensões além da econômica: social, cultural, política-institucional e ambiental. O conceito de endogenia é adotado com destaque para relações sociais internas da comunidade do território-alvo.

A partir da nova estratégia geral adotada pela INCOOP UFSCar passou a ter centralidade o fomento ao protagonismo dos EES para criação de novos EES, consolidação dos existentes e fomento a outras iniciativas de EcoSol. Com a atuação focada em dois territórios definidos e com parcerias em andamento com um EES de Limpeza (Cooperativa de Limpeza do Jardim Gonzaga Organização - COOPERLIMP) e com o Departamento de Apoio a Economia Solidária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de São Carlos (DAES/SMDSCT/PMSC), a INCOOP inicia um processo de articulação com outras parcerias com perspectiva de contribuir para o avanço da EcoSol no território em questão.

Essa nova perspectiva permite pensar a Economia Solidária para além de seus empreendimentos. Permite colocá-la como fortalecedora de relações sociais tais como a solidariedade e a cooperação que se expandem para além das relações puramente econômicas. A Economia Solidária atuará, então, como um fator central de endogeneidade cujas práticas de solidariedade, cooperação, confiança, responsabilidade, etc. - internas aos seus empreendimentos - tendem a se expandir modificando a dinâmica da comunidade local e favorecendo os processos de empoderamento e gestão social. Neste momento tem-se como objetivo a promoção do Desenvolvimento Local e fomento ao aumento do acesso dos membros dos EES a outros direitos de cidadania como saúde, lazer, cultura etc.

A estrutura e funcionamento da INCOOP UFSCar contam com instâncias de decisão reuniões semanais, gerais e do projeto de Desenvolvimento Territorial. As ausências ocorridas são recuperadas com a leitura dos relatos elaborados em reunião, mas nem sempre isto ocorre da forma mais satisfatória. Os acordos são difíceis de operacionalizar, ainda mais com pessoas ausentes. Há uma questão de explicitação e monitoramento dos acordos coletivos.

As reuniões de coletivo ocorrem todas as sextas-feiras no período da manhã com alternância semanal de reuniões gerais e reuniões do projeto de desenvolvimento territorial. Além dessas reuniões que são compostas pelo coletivo maior, temos as reuniões das diferentes equipes que atuam junto às frentes e cadeias produtivas, assim como das diferentes comissões que tratam, por exemplo, da sistematização e socialização das ações da INCOOP UFSCar, da mobilização para Economia Solidária no território de atuação da incubadora, da articulação externa, da infra-estrutura. Há uma separação entre quem planeja, modera e monitora além de uma dificuldade de monitoramento das decisões tomadas. Alguém acaba assumindo a tarefa quando ela não é cumprida pelo seu responsável original. Em certo momento foi feito um acordo de que todos os pontos de pauta para ser fechados precisam ter responsáveis e prazos definidos, mas devido a urgências, entre outras situações, nem sempre isso acontece. Não há, atualmente, um monitoramento de divisão de tarefas entre responsáveis. Para garantir um monitoramento seria necessário que o moderador não assumisse tarefas durante as reuniões. Ainda não foi definido as consequências de quem não executa os encaminhamentos.

As instancias de decisão da INCOOP UFSCar se apóiam em equipes e comissões especiais. As equipes são, em sua maioria, multidisciplinares, estimulando o maior aproveitamento do conhecimento específico de cada área do conhecimento. Cada membro das equipes assume papéis e responsabilidades dentro deste coletivo de acordo com sua motivação e com a afinidade quanto a sua área específica de formação.

EQUIPES REFERENTES A CADEIAS/FRENTES¹² PRODUTIVAS ECONÔMICAS	
Equipe	Empreendimentos/iniciativas/atividades
Cadeia da Limpeza	coordenação
	Cooperlimp
	Grupo Sabão Recicla
	grupo fabricação produtos limpeza
Cadeia da Alimentação	coordenação
	horta comunitária
	padaria/cozinha
	produção de fitoterápicos

¹² A partir do nosso ultimo seminário interno, realizado em novembro de 2010, decidimos reavaliar a existência de cadeias produtivas já existentes para considerarmos a composição de frentes produtivas com potencial de formação de cadeias produtivas.

Cadeia de Confeções	coordenação
	Maria Fuxico
	Coosturarte
Cadeia de Resíduos	Coordenação
	COOPERVIDA (Unidade de Beneficiamento de Plástico)
	Resíduos Eletro-Eletrônicos
	A Coopervida em articulação com outros EES do território
	Articulação da cadeia de resíduos com outras ITCPs paulistas
Cadeia dos usos múltiplos da madeira (rural)	Produção de conhecimento na temática relacionada
	coordenação
	Madeirarte
Cadeia dos usos múltiplos da madeira (urbano)	pequenos objetos de madeira, móveis e componentes para habitação
	pequenos objetos de madeira
Cadeia da Cultura	coordenação
	produção audiovisual/registro de eventos
Cadeia da construção civil	coordenação
	Painéis pré-fabricados de madeira para cobertura
	Capacitação em técnicas construtivas mais sustentáveis
	Monitoramento construção de Centro de Difusão da Economia Solidária no Gonzaga
Cadeia de “serviços”	Articulação de parcerias de atores, como DAES e Teia;
	cuidadores
	enfermos, idosos etc
Cadeia de Finanças Solidárias	logística com bicicleta
	banco comunitário, clube de trocas

EQUIPES REFERENTES A ATENDIMENTOS A SEGMENTOS ESPECÍFICOS DA POPULAÇÃO	
Equipe	Empreendimentos/iniciativas/atividades
Saúde Mental	Recriart
	inserção de pessoas com transtorno mental em empreendimentos
Jovens em conflito com a lei	

EQUIPES REFERENTES A AÇÕES TRANSVERSAIS PARA PROMOÇÃO DE MELHORIAS PARA POPULAÇÃO
Promoção de igualdade de relações (Gênero)
Práticas educativas em Saúde - Qualidade de Vida
Educação Matemática

Letramento
Lazer

Equipes de apoio ao projeto de desenvolvimento territorial	
Equipe	Empreendimentos/iniciativas/atividades
Formação em Economia Solidária	- ACIEPE; atividades de formação para sócios de empreendimentos assessorados; apoio para realização de atividades de formação de interesse das equipes da Incoop; preparo de material didático para formação em economia solidária pela equipe
Publicação na INCOOP	biblioteca virtual, fomento à produção acadêmica pela equipe, grupo de pesquisa, livro incoop
Divulgação na INCOOP	
ConsumoSol	atividades diversas voltadas para a promoção de consumo ético, responsável e solidário
Articulação incubadoras estado de São Paulo	Atividades dos projetos financiados pela FINEP: Articulação ITCPs e FINEP Resíduos

REPRESENTAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EM ATIVIDADES INTERNAS À UFSCar	
Instância	Descrição (onde, frequência, duração etc)
CoEx – Conselho de Extensão da UFSCar	participação em reuniões mensais do conselho

Comissão especial	Papel / Atribuição
Captação de Recursos	Identificação de fontes de recursos e apoio a elaboração de projetos.
Gerenciamento de projetos	Identifica e explicita os procedimentos para prestação de contas dos diversos projetos da INCOOP, monitora a utilização dos recursos financeiros assim como aponta as eventuais diferenças entre o previsto no projeto e o realizado. É desejável que pessoas responsáveis pelos diversos projetos elaborados e aprovados pela INCOOP façam parte desta comissão.
Acolhimento	Atendimento a pessoas e processamento de demandas.
Infraestrutura	Manutenção de equipamentos: Espaço físico INCOOP, nova sede, manutenção da Incoop: sede; manuais de procedimentos internos e de uso dos equipamentos; controle de e-mails e providências de urgência.
Articulação Externa e Projeto Político	Identificar os fóruns, eventos, espaços e encontros desejáveis que a INCOOP participe apontando quais os itens de discussão, procedimentos para participação, recursos necessários, qual a logística necessária e critérios para definição de representante INCOOP. Elaborar proposta de projeto político; proposta de conteúdo; pautar na Rede as discussões levantadas pela INCOOP;

	fazer recuperação dos documentos existentes (arquivo digital e impresso).
Sistematização	Sistematizar nossas práticas para avaliarmos o alcance dos objetivos gerais da INCOOP, dentre os quais está: Produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre cooperativismo, autogestão e Economia Solidária; fomentar de maneira contínua e permanente o debate teórico, conceitual e metodológico que permeiam as atividades da INCOOP; fomentar atividades e discussões de processos formativos de estudantes sobre economia solidária, autogestão, entre outras questões que permeiam nossas práticas.
Mobilização e sensibilização para a EcoSol no Jd. Gonzaga	Articulação de estratégias para mobilização e sensibilização para a economia solidária no território de atuação da INCOOP UFSCar.
Apoio a Cooperlimp	Assessorar juridicamente no processo do Termo de Ajustamento de Conduta que pôs fim nas atividades da cooperativas, bem como assessorar para inserção dos sócios em outros empreendimento econômicos solidários.
Preparatória dos Seminários INCOOP	Identificar pontos de pauta, materiais de preparação e consulta prévia, moderadores e relatores assim como a logística e recursos necessários para realização do Seminário.
Produção de Conhecimento	Discutir os processos de produção de conhecimento da mesma, definindo aspectos desejáveis em relação à estes processos. Indicar a todos os membros da equipe INCOOP qual o compromisso com produção de conhecimento em Ciência, operacionalizada esta por rigor metodológico e esforço por garantir grau mais alto possível de controle sobre o processo de conhecer.

Além das equipes e comissões, a principal instância de decisão se dá nas reuniões gerais e nas reuniões de desenvolvimento territorial nas quais devem estar presentes todos os membros da incubadora.

A INCOOP UFSCar tem como instâncias de decisão reuniões semanais, gerais e do projeto de Desenvolvimento Territorial. As ausências ocorridas são recuperadas com a leitura dos relatos elaborados em reunião, mas nem sempre isto ocorre da forma mais satisfatória. Os acordos são difíceis de operacionalizar, ainda mais com pessoas ausentes. Há uma questão de explicitação e monitoramento dos acordos coletivos.

As reuniões de coletivo ocorrem todas as sextas-feiras no período da manhã com alternância semanal de reuniões gerais e reuniões do projeto de desenvolvimento territorial. Além dessas reuniões que são compostas pelo coletivo

maior, temos as reuniões das diferentes equipes que atuam junto às frentes e cadeias produtivas, assim como das diferentes comissões que tratam, por exemplo, da sistematização e socialização das ações da INCOOP UFSCar, da mobilização para Economia Solidária no território de atuação da incubadora, da articulação externa, da infra-estrutura. Há uma separação entre quem planeja, modera e monitora além de uma dificuldade de monitoramento das decisões tomadas. Alguém acaba assumindo a tarefa quando ela não é cumprida pelo seu responsável original. Em certo momento foi feito um acordo de que todos os pontos de pauta para ser fechados precisam ter responsáveis e prazos definidos, mas devido a urgências, entre outras situações, nem sempre isso acontece. Não há, atualmente, um monitoramento de divisão de tarefas entre responsáveis. Para garantir um monitoramento seria necessário que o moderador não assumisse tarefas durante as reuniões. Ainda não foi definido as consequências de quem não executa os encaminhamentos.

A INCOOP UFSCar tem no seu quadro um leque diversificado de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento. Essa diversidade implica no exercício constante da interdisciplinaridade por meio do diálogo dos diferentes olhares de cada pesquisador.

A decisão sobre o que fazer e o como fazer dentro da INCOOP UFSCar ocorre através de instâncias coletivas (reuniões gerais) deliberativas, em busca de consenso. Dentro da incubadora e dos grupos incubados as decisões são tomadas coletivamente sempre que possível, mas é claro que os membros comumente são levados a tomar decisões individuais, as quais devem ser informadas ao coletivo, para que se consulte se este tem acordo com a decisão individual tomada. Dentro dos fóruns de discussão e deliberação como reuniões e assembléias, busca-se sempre tomar decisões por consenso. Este esforço tem o intuito de aprofundar a discussão até que se chegue a uma decisão que seja entendida como a melhor para o coletivo como um todo.

A divisão do trabalho acontece na tentativa de que todos tenham oportunidade de aprendizado para moderação/relato. Identificamos problemas de processamento de conflitos interpessoais: como se explicitam e quais os procedimentos para resolver os conflitos? Há uma dificuldade de divisão de trabalho no cotidiano. Sobre a formação para a autogestão temos o kit acolhimento

para novos membros da INCOOP UFSCar. Não sabemos se o kit está sendo utilizado, especialmente para novos coordenadores. Existe o espaço das reuniões para aprendizagem. Temos material e literatura, mas não sabemos se as pessoas estão lendo. Temos alguns grupos de estudo, mas nenhum sobre autogestão.

1. A autogestão como princípio educativo na INCOOP UFSCar

1.1. A autogestão na INCOOP UFSCar

A formação oferecida pela academia fragmenta o saber em diferentes áreas que acabam não se aproximando, ou por vezes atribuindo rótulos. A incubadora evita que esses rótulos sejam utilizados. Uma pessoa que atua na INCOOP UFSCar sem uma visão de articulação entre os diversos saberes terá dificuldades no trabalho. Desde o início da INCOOP UFSCar adotou-se essa postura, já que suas primeiras atividades surgiram por iniciativa de professores de diversas áreas, e desde esse momento contando com uma equipe mínima de trabalho com cada EES: um professor, um coordenador executivo e um aluno de graduação. Assim, **temos uma diversidade de olhares e saberes**, sendo o ponto em comum o trabalho com economia solidária e com os empreendimentos. Também na **INCOOP UFSCar nunca houve divisão entre trabalho intelectual e manual**: todos pensam o processo, e todos atuam na prática, bem como os EES são estimulados a serem protagonistas na sua incubação e nos projetos da INCOOP UFSCar.

Um dos princípios que orientam essa forma de ação é a tentativa de articular os conhecimentos entre os membros da incubadora, mesmo que originalmente fragmentados, o que é uma dificuldade, devido tanto ao volume de informações e trabalho, quanto ao número de membros envolvidos na INCOOP UFSCar.

A rotatividade dentro da incubadora é uma das maiores dificuldades para a continuidade e para a amplificação do potencial das ações. A enorme diversidade de atribuições e tarefas que os membros precisam saber para que a incubadora se mantenha leva à dificuldade de inserção de novos membros, que levam meses ou anos para compreender, em um nível significativo, a complexidade da atuação dentro dela.

Atualmente faz-se um esforço para que as tarefas e atribuições sejam sistematizadas dentro das equipes (relacionadas à atuação junto aos grupos incubados), das comissões (relacionadas às tarefas internas da instituição e temas transversais ao trabalho das equipes) e dos grupos de estudo (relacionadas a temas específicos). A manutenção de núcleos duráveis dentro de cada um destes grupos busca garantir o registro da história de atuação do mesmo.

A presença de professores e de técnicos graduados favorece o acúmulo de experiência e a construção de uma identidade de longo prazo. Por outro lado, esta presença pode enrijecer o modo de atuação ao dificultar a entrada de propostas novas. A presença de membros muito mais experientes no coletivo pode levar a um acúmulo de poder que pode ter conseqüências indesejáveis, como, por exemplo, dificultar a expressão, o posicionamento em público de novos membros, podendo reduzir a velocidade com que este se envolve com o grupo e com suas ações. A maior facilidade e agilidade com que os membros mais antigos desempenham as tarefas pode levar a um “comodismo” dos novos membros, que, tendo percebido esta diferença, utilizam-na consciente ou inconscientemente como uma forma de se esquivar de assumir algumas responsabilidades. É papel do membro mais experiente buscar inserir os mais novos no processo de execução, realizando uma transição gradual, buscando a despersonificação das responsabilidades, necessária à auto-gestão e conseqüentemente à continuidade de qualquer coletivo.

O debate sobre os temas educação e autogestão na INCOOP UFSCar ocorre apoiado nas leituras diferenciadas sobre o conceito e princípios da autogestão. Identificamos alguns problemas em nossa autogestão, como, por exemplo, a assiduidade na participação de todos os membros da incubadora nessas reuniões, dificuldade de operacionalizar os acordos (devido em partes ao baixo grau de explicitação e monitoramento dos acordos coletivos). Atualmente, a incubadora tem adotado novas estratégias para lidar com essas questões, retomando e reconstruindo acordos coletivos.

Uma outra dificuldade observada é a dificuldade em promover discussões conceituais e estratégicas, exceto internamente a alguns grupos de trabalho e de pesquisa sobre temas específicos. Isso se deve principalmente às reuniões inchadas com assuntos emergenciais, cuja resolução depende de um posicionamento coletivo. Mesmo com a existência das comissões já apresentadas,

que facilitam o processamento dessas demandas, tem sido um desafio “desinchar” as reuniões para favorecer esse outro tipo de discussão. No contexto de um grande projeto, focado no desenvolvimento territorial de uma área em situação precária (o Jardim Gonzaga e seu entorno), que previa inclusive esses momentos de formação da equipe da INCOOP UFSCar, decidiu-se adotar a estratégia de realizar oficinas temáticas, com participação massiva do coletivo da incubadora, a respeito dos principais pontos inerentes à atual atuação da incubadora: Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Movimento de Economia Solidária e Formação de Redes e Cadeias.

Outro aspecto relacionado à formação da equipe da INCOOP UFSCar para a economia solidária e a autogestão é a divisão do trabalho, que acontece na tentativa de que todos tenham oportunidade de aprendizado para moderação/relato de reuniões. Nesse contexto de constante e intensa interação entre os membros da INCOOP UFSCar, é possível identificar problemas de processamento de conflitos interpessoais. Este é um ponto que ainda é necessário trabalhar para alcançar níveis crescentes de confiança mútua, necessária para a autogestão. Conflitos existem onde quer que haja relações humanas, e são úteis para o desenvolvimento de uma iniciativa. Não é pretensão acabar com eles, mas sim aprender a explicitá-los e a lidar com eles de forma saudável.

Sobre a formação para a autogestão, a INCOOP UFSCar produziu um kit acolhimento para novos membros. Esse kit é composto por diversos materiais, entre textos de referenciais teóricos adotados pela incubadora, apresentações a respeito do método de incubação adotado e o regimento interno da incubadora. Ele está disponível no site da INCOOP UFSCar, bem como nos seus computadores. Infelizmente, não sabemos se o kit está sendo utilizado, especialmente para novos coordenadores.

Além da autogestão, a questão da opressão de gênero é um tema transversal abordado na INCOOP UFSCar, entendido como inerente às relações de trabalho dos empreendimentos e, portanto, afetando a prática da autogestão. Trouxemos especialistas na temática para a discussão sobre discriminação e estereótipo e como se manifestam nas casas e nos locais de trabalho. No quadro da INCOOP UFSCar tínhamos antes mais mulheres, hoje aparentemente a diferença no número de homens e mulheres é um pouco menor. A INCOOP UFSCar tem como princípio

tentar entender o fenômeno da opressão ao identificá-lo. Ainda não conseguimos revelar as contradições de gênero que ocorrem na nossa incubadora e por isso não sabemos bem como lidar com elas. De qualquer forma, o gênero nunca determinou funções a serem exercidas. Observamos, porém, que o número de mulheres na INCOOP, na ACIEPE (disciplina ministrada aos cursos de graduação) é maior que o de homens.

O espaço das reuniões de equipe e gerais são ambientes muito ricos para aprendizagem de competências e habilidades necessárias para o exercício da autogestão, bem como de conteúdos próprios do funcionamento da economia solidária, empreendimentos e incubadora. A INCOOP UFSCar tem no seu quadro um leque diversificado de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento. Essa diversidade implica no exercício constante da interdisciplinaridade por meio do diálogo dos diferentes olhares de cada pesquisador.

Mesmo com uma diversidade de momentos e atividades de aprendizagem, algumas já consolidadas, outras sendo construídas, ainda percebemos discordâncias a respeito do que é autogestão e se ela acontece ou não efetivamente dentro do coletivo da INCOOP/UFSCar. Estamos constantemente buscando formas para lidar com as dificuldades apresentadas, e isso também significa um processo de aprendizagem conjunta constante.

1.2. Fomento a autogestão dos EES

Em relação a autogestão nos EES, a educação é entendida pela INCOOP UFSCar como a criação de espaços e situações de aprendizagens, desde o cotidiano até o contexto ou conjuntura que afetam o EES. São espaços de aprender e de apreender (compreender o que está acontecendo). Nossa atenção está na formação contínua em EcoSol e autogestão, direitos de cidadania, capacitação técnica. Também incentivamos a educação formal/escolar. Como por exemplo, temos metas específicas do projeto nosso projeto de desenvolvimento territorial e políticas públicas para esse fim, além de uma mobilização interna das equipes. Conceituamos educação como uma forma de promover mudanças de condutas indesejáveis, de forma a fortalecer a economia solidária.

As equipes da INCOOP UFSCar responsáveis pelos empreendimentos incubados se reúnem semanalmente para planejamento. Esses momentos de discussão servem como recurso para reuniões com os EES.

Todos os empreendimentos passam por uma formação inicial para a economia solidária e o cooperativismo. Para facilitar esse processo, a INCOOP UFSCar tem uma equipe de ação transversal, responsável pela formação em economia solidária. Essa equipe tanto mantém material disponível para uso em situações de capacitação, quanto se coloca à disposição para atender às demandas mais específicas das demais equipes, auxiliando na preparação de condições essenciais para a capacitação em economia solidária, perfazendo os processos de educação contínua que são considerados imprescindíveis na incubação dos empreendimentos.

A seguir, apresentamos exemplos de dois empreendimentos incubados e a forma que se dá a autogestão em cada um deles. A forma de implementar a autogestão desses dois empreendimentos servem de exemplo, tanto dos processos decisórios que a caracterizam, quanto da atuação da INCOOP UFSCar nesse processo:

a) Recriart (coletivo de produção de papel reciclado e artesanatos que utilizam essa matéria prima, formado por usuários de Centros de Atenção Psicossocial da cidade): o processo decisório é realizado em Assembléia, onde os participantes do grupo solidário decidem o que fazer e como, mas os apoiadores da INCOOP/UFSCar podem sugerir pautas, soluções dos problemas, mediar conflitos, auxiliando no processo de incubação.

b) Coopervida (cooperativa de catadores e reciclagem, formada pela fusão de três outras cooperativas): As reuniões mensais de apresentação e debate do balanço financeiro servem também de espaço para tomadas de decisões sobre assuntos comuns à cooperativa. No dia-a-dia o Conselho administrativo tem a legitimidade de tomar decisões que envolva assuntos executivos da cooperativa. Quando este Conselho se depara com assuntos que julgue não ser de caráter meramente executivo, está criada uma pauta para a próxima conversa mensal sobre o balanço financeiro. Dependendo do caráter da decisão a ser tomada coletivamente, esta “reunião de balanço financeiro” na cooperativa toma status de assembléia geral extraordinária.

Uma dificuldade observada para a construção da autogestão dentro dos empreendimentos é a alta rotatividade, tanto dos sócios, quanto da equipe da incubadora. Por exemplo, no Recriart os sócios têm dificuldade de formar o vínculo e confiar no apoiador/coordenador executivo; este processo de formação de vínculo, principalmente em pessoas com transtornos mentais severos, é bastante longo e quando ocorre já esta no fim do período de bolsa do coordenador. O período de bolsa é reduzido, devido ao tempo que coordenador leva para entender o funcionamento do grupo, as particularidades dos participantes.

A rotatividade na Coopervida é um problema enfrentado a partir da ideia de se trabalhar no dia-a-dia com o que chamamos de “núcleo duro” da cooperativa. Dos 60 cooperados, ao menos 10 são trabalhadores antigos em cooperativas, são pessoas que fundaram ou trabalham a muito tempo nas antigas três cooperativas de catadores e hoje estão fazendo parte da Coopervida unificada. Entende-se que existam limitações nesta forma de trabalho de assessoria, contudo por inúmeras vezes ações de incubação e assessoria foram profundamente prejudicados pelo fato de cooperados se desligarem do grupo de repente. Em paralelo essa forma reconhecidamente falha de trabalho no dia-a-dia, procura-se estudar os aspectos que levam a esta rotatividade de cooperados e propor ações que façam os trabalhadores permanecerem mais tempo na cooperativa.

Nos EES onde a rotatividade de membros da INCOOP UFSCar assessorando foi mais freqüente percebemos maiores dificuldades de consolidação. Esse são os casos da Costurarte e da Maria Fuxico.

Os debates sobre autogestão e educação surgem nos grupos na medida em que fica evidente a necessidade destes conhecimentos e habilidades para que a prática da auto-gestão se dê da melhor forma de acordo com os critérios do próprio grupo. Busca-se trabalhar as teorias sempre associadas à prática, para que os conhecimentos e habilidades sejam entendidos no contexto em que são, ou devem ser, úteis, proporcionando um aprendizado mais orgânico que favoreça não só o entendimento das teorias, mas também a habilidade de identificar em que situações cada conhecimento pode ser útil de acordo com os objetivos do coletivo.

A autogestão é uma das condições essenciais para a incubação de EES. Como princípio, a autogestão se pauta pela propriedade coletiva dos meios de produção e a organização não-hierárquica do trabalho. Assim como esse princípio, sempre

outros temas são debatidos junto aos EESs mostrando a contraposição com o modo de produção hegemônico. Esse contraponto entre a autogestão e a forma de organização do trabalho como ocorre na empresa capitalista é colocado mesmo para os trabalhadores que nunca foram empregados no mercado formal tradicional.

No Recriart, por exemplo, a forma de organização por meio da autogestão é debatida nas oficinas de confecção do papel e de produtos feitos a partir deste. É no cotidiano que surgem as demandas e estas são levantadas pelos participantes do grupo e/ou pelos apoiadores e podem ser conversadas no momento em que surgem, com a mediação dos apoiadores. Dependendo da seriedade e da urgência, estas demandas são levadas para serem discutidas em assembléia. Momentos como os de capacitações sobre Economia Solidária são aproveitados pela equipe de apoio para abordar questões referentes à organização de trabalho, trazendo estes conceitos para o concreto, de modo a facilitar o entendimento.

Na Coopervida, desde o início do trabalho identificou-se a necessidade de abordar com os cooperados o tema “autogestão”. Quando os catadores de São Carlos se dividiam em três cooperativas, os EESs (Coopertiva, Cooletiva e Ecoativa) eram organizados internamente de maneira que aspectos da autogestão eram fragilizados, cada grupo com peculiaridades diferentes. O dia-a-dia dos trabalhos de assessoria que DAES (Departamento de Apoio à Economia Solidária, Secretaria do Trabalho, Prefeitura Municipal de São Carlos) e INCOOP realizavam com os catadores pouco enfrentavam estes problemas e não se conseguia debater e encontrar soluções comuns para certas práticas internas dos grupos identificadas como prejudiciais para sua autogestão. Em 2009 aconteceu o processo de unificação das três cooperativas, e enxergou-se a oportunidade de se fazer um trabalho completo de reestruturação interna e debates sobre vários temas que fragilizavam os grupos e não condiziam com a prática da EcoSol, entre estes temas as práticas de autogestão. Tratou-se de um processo de incubação de uma nova cooperativa, porém a partir de integrantes de três outras cooperativas que já possuíam práticas e vícios de uma organização interna que pouco valorizava a autogestão. Os órgãos de fomento dos catadores de São Carlos, DAES e INCOOP enxergaram também uma oportunidade para se organizarem internamente para poderem oferecer ao novo grupo práticas permanentes de educação para a

autogestão. Durante 10 meses de 2009 foram feitas oficinas, reuniões e assembléias para se formar a nova Coopervida, todos os trabalhos e dinâmicas feitas primaram pela construção coletiva e participação do máximo de pessoas possíveis, tanto das cooperativas como da INCOOP UFSCar e Departamento de Apoio a Economia Solidária da Prefeitura Municipal de São Carlos (DAES). O tema da autogestão foi um dos mais abordados refletindo-se sobre antigas práticas dos grupos e sobre as oportunidades que o surgimento de uma nova Coopervida unificada trazia de recomeçar os trabalhos sem antigos vícios.

Hoje a Coopervida adota práticas de trabalho que valorizam sua autogestão, embora ainda sejam identificadas lacunas que precisam ser trabalhadas para melhorar aspectos da autogestão do grupo, contudo é nítido o avanço dos cooperados em relação a antiga organização em três cooperativas. Um dos exemplos disso é a criação do Conselho Administrativo formado por três cooperados que realizam o trabalho interno de organização da cooperativa e representação desta externamente. Entendeu-se que era necessária a existência de alguns cooperados tratando apenas da parte administrativa da cooperativa, e que este trabalho seria valorizado assim como o trabalho de coleta, triagem e venda do material. O fim do preconceito com a “turma do escritório” foi uma das conquistas mais importantes para a Coopervida ser a cooperativa que é hoje. Outros exemplos de valorização de práticas de autogestão são: as reuniões mensais dos cooperados para apresentar e debater o balanço financeiro da cooperativa; a criação e atuação do Conselho fiscal; estudos sobre a criação do Conselho de ética; etc.

Embora seja desejável que a divisão entre o trabalho intelectual e material ocorra de forma igualitária o que ocorre no cotidiano dos EESs, essa situação é diversa a depender das condições de cada grupo. No Recriart, por exemplo, essa divisão de trabalho não é igualitária entre os participantes e a equipe de apoio da INCOOP UFSCar. O grupo conta com participantes que apresentam bastante limitação quanto à autonomia, no que se refere a tomar decisões em relação gestão do grupo e planejamento. A equipe de apoio atua como facilitadora neste processo, analisando as necessidades e levando propostas advindas do saber técnico aos usuários. Estes analisam as propostas e as discutem em Assembléia. As sugestões da equipe de apoio são extremamente consideradas pelos participantes do grupo ao tomarem as decisões. O trabalho material é feito prioritariamente pelos

usuários e, quando necessário (devido à patologia e medicação), este trabalho é auxiliado pelos apoiadores.

Assim, é possível verificar que na prática as instâncias de decisão são as Assembléias, realizadas mensalmente ou conforme a necessidade do empreendimento. Nestes momentos são debatidos de forma concreta temas como a autogestão, através da exemplificação prática do tema, na forma como são realizados os processos decisórios. Os participantes e apoiadores levam os pontos de pauta a serem discutidos e o processo decisório é realizado pelos participantes do grupo, que podem se posicionar a favor ou contra as propostas feitas pelo próprio grupo ou pelos apoiadores, buscando-se sempre o consenso na tomada de decisão.

É um cuidado da equipe e bastante trabalhado com o grupo a valorização dos diferentes saberes e habilidades, assim como o respeito as necessidades e dificuldades de cada um. No caso do Recriart, o grupo enfrenta estigmas, questões ligadas à baixa auto-estima e exclusão social. O trabalho sobre os princípios da economia solidária, preconizado pela equipe, tende a melhorar a auto-estima através da valorização de cada um, ressaltando sua importância para o grupo. Incluindo os verdadeiramente.

Nos momentos específicos relacionados à capacitação de membros dos empreendimentos, há a preocupação com a adequação da linguagem em relação ao repertório das pessoas com especial atenção ao estilo da fala, da escrita, da expressão corporal. Evitamos o uso de termos técnicos quando não fazem parte do repertório dos trabalhadores. Embora tenhamos clareza sobre a eficiência dos recursos audiovisuais nós ainda estamos gradativamente fazendo uso de vídeos e músicas, painéis ilustrativos, banners, jogos interativos e nos utilizamos daqueles recursos tradicionais da academia. Um outro recurso de aprendizagem é observação direta, visitas programadas para ter contato com a experiência do outro.

Com relação à temática gênero, nos EESs há, por exemplo, um grupo de estudos de gênero na Cooperlimp. Na MADEIRARTE, marcenaria coletiva incubada em um território rural, a questão de gênero é singular, pois a atividade fim do empreendimento é historicamente feita pelos homens, mas a vontade de trabalhar de algumas mulheres com outra coisa que não fosse o trabalho doméstico as levou

a executar trabalhos de marcenaria. De maneira geral, nos EESs a presença de mulheres é muito maior que a de homens. Normalmente são elas que assumem papéis de gestoras. Perguntamo-nos por que mais mulheres? Temos como evidências a discriminação no mercado de trabalho, luta de resistência e reprodução da vida, oportunidade de experimentação, auto-afirmação frente a um sistema opressor. Buscamos compreender como esses fenômenos acontecem. Entre outras coisas, identificamos a questão cultural na qual as mulheres se colocam no papel de cuidadoras. Temos na INCOOP UFSCar uma equipe que promove discussões, debates e oficinas sobre o tema “relações de gênero”. Existem ações realizadas diretamente com os grupos incubados e ações junto às equipes da incubadora para que durante o processo de incubação não sejam reforçados pensamentos, sentimentos e especialmente ações que estimulem o agravamento da opressão de gênero.

Quanto as relações de classe há um esforço no processo de incubação no sentido de ruptura com o processo convencional de produção e posse dos meios de produção. Não é explicitada a categoria “classe”, apenas se consideramos classe “patrão”-“trabalhador”. A diferença de classe está posta de forma implícita, sem colocar categorias.

No processo de incubação a INCOOP UFSCar e os EESs não negam as diferenças de classes: elas existem, mas são tratadas com respeito e valorização dos diversos saberes de cada indivíduo e classe.

Quanto à relação universitários-cooperados, vivemos num contexto em que a universidade se distancia da comunidade e das poucas alternativas de acesso da população às pessoas e conhecimentos da academia. Procuramos tomar cuidado para que os EESs sejam dos e para os cooperados. A INCOOP UFSCar atua como um facilitador, com saberes técnicos para auxiliar o processo. Essas diferenças e saberes não são superiores, apenas tem uma especificidade diferente, que pode ajudar no processo. A comunidade nos identifica no início enquanto pesquisadores. Colocamos nossas expectativas para a comunidade e verificamos o grau de aceitação. A partir daí, as relações entre universitários e cooperados dependem do perfil do universitário, suas habilidades para criar legitimidade com o grupo, sua aproximação, o grau de intimidade, compartilhamento de experiências e de conhecimentos. Identificamos como barreiras para um bom relacionamento os

estereótipos, já que, por vezes, a comunidade nos identifica como sendo a prefeitura, por exemplo. Outra dificuldade se dá pela rotatividade das equipes da INCOOP UFSCar. Buscamos a superação conjuntural através de esforço de transição para substituição. A figura do professor auxilia na transição, pois é mais constante que a figura dos coordenadores executivos e dos bolsistas graduandos. Seria importante garantir um núcleo durável com dedicação integral e estável (p. ex., ter mais membros da INCOOP que sejam contratados pela UFSCar).

Assim, as diferenças de classe social entre os membros dos grupos e das equipes da INCOOP UFSCar são trabalhadas a partir da superação das diferenças de pontos de partida, focando o objetivo comum de todos que estão se dedicando àquela empreitada. Criando-se uma identidade de grupo entre universitários e cooperados que favorece que as diferenças de classe não surjam como um empecilho no processo, mas sim como um potencializador deste, devido à diversidade de experiências e vivências existentes neste grupo.

A convivência cotidiana entre estes dois grupos favorece muito a aproximação e o aumento da confiança mútua, aproxima as linguagens e culturas, deixando as diferenças cada vez mais distantes, em favor da relação humana que se estabelece.

O trabalho de assessoria junto aos catadores, por exemplo, é feito a partir da idéia de construção coletiva de saberes. Procura-se adotar a prática do trabalho de assessoria onde os saberes acadêmicos da universidade são apenas diferentes dos saberes práticos da cooperativa, e que nenhum dos dois saberes é hierarquicamente mais importante do que o outro. O processo de construção coletiva leva à união dos dois diferentes tipos de saberes para a formulação de um produto que será a mescla destes.

Todos esses aspectos redundam na necessidade e na implementação de atividades de formação contínua para a economia solidária, a autogestão, a superação de condições inerentes ao modelo capitalista, que é, ao mesmo tempo, um processo permanente de educação técnica e humana, rompendo com modelos tradicionais de ensino-aprendizagem.

2. Na correnteza do movimento: a participação da INCOOP UFSCar junto à Economia Solidária

A participação da INCOOP UFSCar no movimento de Economia Solidária foi uma das estratégias adotadas ao longo de sua atuação para fortalecer as condições dos empreendimentos que assessora. Além da incubação, que é a centralidade da ação da incubadora, a relação com outros agentes, sejam eles gestores públicos, fóruns nas diversas instâncias, conselhos e redes de incubadoras, aumenta a compreensão das possibilidades de consolidação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, no qual se assenta a atuação da incubadora.

2.1. Parceria com gestores públicos e participação nos fóruns, redes e conselhos

A INCOOP UFSCar mantém ao longo de sua existência uma relação com gestores públicos através de prefeituras. Em São Carlos/SP há um contexto favorável de aproximação com o movimento através dos encontros municipais de economia solidária, do Fórum Municipal de Economia Solidária, do Conselho de Economia Solidária, da participação na elaboração da lei municipal, além da participação em feiras regionais.

Participando dos diversos fóruns e instâncias de diálogo e deliberação do movimento de EcoSol, a INCOOP UFSCar tenta evidenciar os benefícios da associação em movimento, buscando sempre estimular a participação dos grupos no movimento. Os grupos são sempre convidados a participar especialmente do fórum municipal de EcoSol e dos eventos que este organiza.

De maneira geral, entendemos que as incubadoras ainda poderiam aproximar mais os EESs do movimento. Identificamos essa dificuldade de participação na forma como são feitas as reuniões: tempo de duração (muito longos), dias de realização (dias da semana e horário comercial), linguagem acadêmica, locais (dentro da universidade) não propiciam a participação dos empreendimentos e da comunidade. Estes muitas vezes, se sentem deslocados nesses espaços.

A INCOOP UFSCar sempre buscou em sua história de atuação participar de maneira ativa e propositiva dos diversos espaços de articulação do movimento de economia solidária, nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

No nível municipal, ajuda a construir a história da economia solidária na cidade de São Carlos participando da organização e do debate dos quatro encontros municipais aqui realizados, do processo de implantação do Centro Público de economia solidária, da elaboração da lei municipal de fomento à economia solidária, da organização das feiras de comercialização realizadas em parceria com o Festival CONTATO, da retomada do Fórum Municipal no final de 2009 e também da organização da I Conferência Regional de Economia Solidária, como parte da II CONAES. Além disso, a incubadora sempre buscou incentivar, fomentar e viabilizar a participação dos membros dos EES nos espaços políticos e deliberativos de modo a democratizar o processo de construção do movimento de economia solidária em São Carlos.

No âmbito estadual, também houve um esforço permanente para ocupar os espaços de articulação política do movimento e os espaços criados para planejar e executar os projetos de interesse da economia solidária de uma maneira geral. Neste sentido, participamos (na medida do possível) das reuniões ordinárias do FPES, atuamos enquanto membro permanente da Comissão Gestora Estadual do SIES, participamos da construção dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), da organização da II Conferência Estadual de Ecosol, além de realizar articulação com as outras ITCPs do estado de São Paulo (ações e projetos conjuntos).

No nível nacional participamos da Comissão gestora nacional do sistema de informações de Economia Solidária, dos Centros de formação em economia solidária da região sudeste (CFES-SE), da rede de ITCPs, etc. Além disso, a INCOOP UFSCar ainda faz parte do Procoas: Comitê Acadêmico sobre Processos Associativos Cooperativos e iniciativas econômicas associativas da AUGM – Associação de Universidades do Grupo de Montevidéo.

Atuar enquanto entidade de fomento de EES pelo fortalecimento do movimento político da economia solidária, a partir da participação cooperativa nos debates propostos dentro das diferentes instâncias representativas existentes e também da execução de ações que fortaleçam os EES. Acreditamos que a legitimidade dos espaços deliberativos do movimento só se dará a partir da ampla participação dos atores que o compõe e da construção coletiva de um projeto político comum.

Há dois aspectos a serem destacados: 1) a alta demanda de participação em atividades de articulação externa por parte do movimento de economia solidária aliada à instabilidade e ao reduzido quadro de pessoas trabalhando nas incubadoras universitárias por vezes impede que participemos de maneira mais ativa desta construção; 2) a dificuldade de garantir a participação dos membros dos EES incubados nos fóruns de economia solidária.

A relação entre o trabalho de base e o cotidiano da incubadora e o trabalho de articulação externa não se dá de maneira orgânica, nem dentro da própria equipe nem com relação aos grupos incubados. O distanciamento é evidente pela baixa motivação que se percebe nos momentos de discussão destes pontos (quando se consegue socializar e discutir este tema), e os diferentes graus de compreensão sobre a relevância ou mesmo sobre a própria natureza das esferas políticas de representatividade do movimento podem ser tanto reflexo como causa deste distanciamento ou falta de motivação.

Outro reflexo desta situação é a sensação habitual de que o trabalho de articulação externa é temporalmente concorrente com o trabalho de base, e por isso muitas vezes se procede de modo a promover a divisão do trabalho dentro das incubadoras: uns fazem trabalho de coordenação e outros de incubação (e a partir disso como garantir a organicidade). Na incubadora de São Carlos não fazemos esta separação de função, mas é definitivamente impossível realizar de maneira satisfatória o acompanhamento de um grupo incubado simultaneamente das atividades de articulação. Os tempos destas atividades e processos não são conciliáveis.

2.2. EES incubados e o movimento de EcoSol

Com relação aos EES há uma maior dificuldade porque depende de quem está fazendo o acompanhamento dos EES e de como incluir na agenda dos EES a atuação no movimento EcoSol. Dentre as dificuldades está a ênfase nas questões dos EES que só são pautadas em eventos. Não é feito um processo de inserção. Alguns casos demonstram essa dificuldade: na Cooperlimp há apenas a participação da diretoria; na Coosturarte apenas uma pessoa participa; no Recriart há esforço para ter algumas pessoas próximas do movimento; no Maria Fuxico também apenas diretoria; na Madeirarte há apenas a participação em feiras; na Coopervida a participação é mais esporádica - o envolvimento politizado dos catadores de São Carlos é um dos aspectos mais frágeis do grupo. Apesar de nacionalmente existir uma forte organização desta categoria através do

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, historicamente os catadores de São Carlos não procuram se envolver com práticas de movimentos políticos. Na INCOOP UFSCar procura-se reforçar e incentivar a participação dos cooperados da Coopervida em instâncias como o Fórum Municipal de Ecosol e no próprio MNCR.

O apoio e o fomento por parte da INCOOP UFSCar e do gestor público municipal criam condições para os empreendimentos que estão além do contexto de outros municípios brasileiros. Essa é uma das leituras possíveis acerca da baixa participação dos cooperados no movimento de economia solidária. Cabe a equipe que assessora os empreendimentos fomentar junto aos grupos que a participação no movimento vai além do caráter reivindicativo, mas que ação conjunta fortalece a Economia Solidária no Brasil.

3. A incubação como centralidade do agir e do pensar da INCOOP UFSCar

Na trajetória de contato com outras ITCP's e instâncias políticas do movimento da Economia Solidária, a INCOOP/UFSCar vem desenvolvendo seu método de incubação, pautado tanto nas discussões do movimento sobre a temática, quanto em extensas discussões internas: que “passos” assumimos? Como tornar a incubação ao mesmo tempo flexível, dinâmica, mas contemplando aspectos que consideramos essenciais? Como conciliar a metodologia de incubação com os aportes teóricos e acúmulos de experiência dos membros da INCOOP? Foram questões que permearam a evolução da metodologia de incubação.

Desde seu início, a INCOOP/UFSCar respondeu ou responde pela incubação de um conjunto relativamente amplo e diversificado de empreendimentos solidários do ponto de vista de atividades econômicas: produção de alimentos orgânicos, processamento de alimentos, hortifruticultura, limpeza de ambientes, costura, artesanato, resíduos, marcenaria, lavanderia, panificação etc. Suas atividades envolvem, ainda, um conjunto diversificado de pessoas, incluindo moradores de bairros de baixa renda, de assentamentos rurais, catadores de resíduos, egressos de programas de assistência social e de cursos de qualificação etc. Neste período, além de garantir registro e avaliações contínuas das atividades realizadas, e de garantir condições para produção de conhecimento sobre aspectos específicos do

processo de incubação, tem investido no esforço de identificar, em sua prática e na literatura relacionada à Economia Solidária, os aspectos essenciais de sua maneira de conduzir processos de incubação. Realizou e realiza, periodicamente, seminários internos, nos quais as experiências são apresentadas por aqueles que respondem diretamente pelos processos de incubação, e examinadas naquilo que podiam ser considerados como avanços no alcance dos objetivos pretendidos (indicados mais adiante neste texto em relação aos empreendimentos que, espera-se, devem emergir destes processos de incubação), bem como naquilo que parecia distanciar este processo dos mesmos objetivos. Ao mesmo tempo, ao se articular com outras incubadoras e com outros atores da Economia Solidária, como é o caso dos fóruns de Economia Solidária, tem ficado exposta ao relato e à observação de outras experiências e modos de realizar e representar processos de incubação, bem como participado do debate conceitual e empírico sobre questões de interesse na Economia Solidária. E é com base neste acúmulo de dados e de reflexões que vem construindo como resposta, necessariamente provisória, à questão sobre seu modo de proceder ao implementar processos de incubação de empreendimentos solidários, uma sistematização de “fazeres” que podem ser esperados de uma incubadora universitária de cooperativas populares ao realizar um processo de incubação (CORTEGOSO et al, 2007).

A compreensão do processo de incubação na concepção da equipe da INCOOP UFSCar requer a explicitação dos resultados pretendidos a partir deste processo, ao menos do ponto de vista da equipe responsável pela incubação de um empreendimento. Dentre os resultados desejáveis deste tipo de fazer da Incubadora, são destacados: empreendimentos solidários de natureza popular, organizados para o trabalho coletivo, que funcionem de forma autônoma, com capacidade para identificar suas próprias necessidades e providenciar para que sejam atendidas, inseridos no mercado e no contexto mais amplo da economia solidária e com características gradualmente mais compatíveis com princípios e diretrizes do cooperativismo (Adesão livre e voluntária, Controle democrático pelos sócios, Participação econômica dos sócios, Autonomia e Independência, Educação, Treinamento e Informação, Cooperação entre cooperativas,

Preocupação com a comunidade, conforme RECH, 2000¹³) e da Economia Solidária (autogestão, cooperação, solidariedade e valorização do trabalho), aprimoramento da sensibilidade daqueles que atuam neste processo para identificar necessidades e potenciais das populações envolvidas, para levar em consideração tais necessidades e potenciais na interação que se estabelece no processo de incubação, aprimoramento da capacidade destas pessoas para aprender a partir destas interações, para produzir conhecimento e tecnologia adequados a estas necessidades e condições, bem como para tornar conhecimento existente acessível à população envolvida, de modo compatível com características, interesses e necessidades desta população (CORTEGOSO et al., 2007).

A INCOOP UFSCar espera que o processo de incubação tenha como resultados que os grupos se constituam e se fortaleçam, visando que os incubados operem com autonomia no trato das questões relativas ao empreendimento, construindo assim a autogestão a partir das estratégias utilizadas para a organização do coletivo popular. Também se espera a partir desse processo a **produção de conhecimento**, uma vez que o trabalho de extensão acadêmica se dá com público invisibilizado (no caso, população da periferia, que é público com o qual trabalhamos), sendo um espaço de verificação de conceitos e de informações que aprendemos na academia. Ao aplicar esses conceitos e informações na prática, checamos/verificamos/observamos a sua aplicação, definindo o que foi construtivo e o que dificultou o processo e delineando formas de lidar com a prática de incubação que podem ser úteis em outros contextos. A INCOOP se preocupa com a eficácia, obstáculos e dificuldades derivados do processo/passos/etapas adotados, bem como com a pertinência do aporte teórico-conceitual àquela situação, produzindo o conhecimento necessário para o desenvolvimento desse trabalho de extensão. No nosso método elencamos variáveis e obstáculos. Buscamos de forma contínua e permanente superar as dificuldades do cotidiano esperando sempre que os **EES ganhem autonomia gradual e crescente**, que populações excluídas consigam se organizar para o trabalho coletivo e associado, por meio da auto-gestão, para superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram;

¹³ RECH, D. - **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

Também esperamos que o processo de incubação seja um **espaço de aprendizagem** aos estudantes de graduação e pós-graduação, aos docentes e aos coordenadores executivos por meio da vivência na realidade social de grupos historicamente excluídos, favorecendo o desenvolvimento de pesquisas que sirvam não apenas interesses da ciência, mas também para a transformação social, e que esta ação aumente o compromisso da universidade para com a população historicamente excluída da sociedade.

O processo de incubação se estabelece com vistas a promover transformações nos diversos atores envolvidos. Esse processo possui **beneficiários diretos e indiretos**, sendo diretos: os membros dos EES incubados, os educadores da INCOOP (professores, estudantes de graduação e pós-graduação, coordenadores); gestores públicos (como, por exemplo, as diversas prefeituras que foram parceiras da INCOOP UFSCar desde o início de suas atividades, dentre elas a Prefeitura Municipal de Catanduva e de São Carlos); e ONGs, como o Consulado da Mulher de Rio Claro. Os beneficiários indiretos envolvem todos aqueles que estão articulados de alguma forma aos EESs, sejam eles as famílias dos membros dos EESs, a comunidade que sedia os EESs e que promove o debate sobre temas que se relacionam a participação popular, a democracia participativa, as questões de gênero, de cultura, de saúde pública dentre outras questões transversais que, em conjunto com as ações da Economia Solidária promovem a cidadania.

A decisão pela incubação de um empreendimento pode surgir de diversas formas, seja por demanda de grupos específicos (o que é mais desejável, pois reflete certo nível de organização do grupo demandante), por demanda de gestores públicos com vistas à construção de ações, programas e políticas públicas para Economia Solidária e também por interesse da INCOOP UFSCar, movida pelo ideal de transformação social por entender-se, também, como um ator social de seu tempo e como tal, com responsabilidade perante a sociedade em que se insere.

Se inicialmente a INCOOP UFSCar estabelecia seu método de incubação a partir de demandas isoladas, a partir de 2007, com a redefinição de sua estratégia de atuação focando o desenvolvimento territorial, nosso processo se estabelece com o objetivo de formar redes e cadeias produtivas que integrem EESs para além de incubar novos grupos, consolidar aqueles já existentes.

Adquire centralidade neste processo a assessoria¹⁴ a empreendimentos e grupos para constituição de empreendimentos solidários na forma de incubação. A INCOOP UFSCar tem como diretriz metodológica que todos os membros da incubadora acompanhem pelo menos um empreendimento econômico solidário. No caso da INCOOP UFSCar, o processo de incubação prevê um conjunto de ações que inclui:

- 1) **Processar demandas para** incubação de empreendimentos solidários,
- 2) **identificar população em potencial** para formação de empreendimento solidário compatível com a demanda, quando esta população não está identificada na demanda, de modo o mais possível inclusive em relação à população potencial;
- 3) **Caracterizar cada um dos atores**, de diferentes tipos, envolvidos, ou que devem ser envolvidos, no processo de incubação específico a ser realizado, de forma o mais completa possível;
- 4) **Apresentar Economia Solidária como possibilidade de** organização com vistas à geração de trabalho e renda, à população ou grupo em potencial para constituição de empreendimentos solidários;
- 5) **Apoiar o grupo em sua organização inicial** para que os participantes possam tomar decisão democrática e esclarecida sobre formação (ou não) de empreendimento econômico solidário, caso o grupo apresente grau insuficiente de organização autônoma para isto;
- 6) **Elaborar proposta conjunta de trabalho**, com participação dos membros em potencial do grupo a ser incubado;
- 7) **Apoiar escolha de atividade econômica** a ser realizada pelo grupo a partir do exame de cadeias produtivas;
- 8) **Promover formação dos membros** do grupo para o cooperativismo popular e para a Economia Solidária de forma contínua e permanente;
- 9) **Promover formação contínua e permanente** dos membros para a autogestão e para a gestão administrativa;
- 10) **Promover condições para capacitação técnica dos participantes** em relação ao serviço ou produto ofertado pelo empreendimento;

¹⁴ A expressão assessorar corresponde, neste contexto, a oferecer subsídios e acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação de resultados, reconhecendo como essencial o aspecto dialógico da relação a ser estabelecida entre a equipe INCOOP e os membros dos grupos assessorados.

- 11) **Promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento**, particularmente o regimento interno, de maneira participativa e o mais precocemente possível;
12. **Apoiar grupo para legalização do empreendimento**;
13. **Apoiar grupo para implantação do empreendimento**, de modo que este tenha sua inserção inicial no mercado;
14. **Apoiar grupo para implantação de sistema de monitoramento** por meio de indicadores sobre seu próprio funcionamento;
15. **Apoiar o grupo na implementação do empreendimento**, de forma episódica e esporádica, conforme suas necessidades;
- 16) **Apoiar grupo para participação em redes de cooperação** e em iniciativas do movimento de Economia Solidária. Estas ações não apresentam uma seqüência única de desenvolvimento, sendo definida a partir das necessidades e condições de andamento do grupo, várias delas ocorrendo simultaneamente.

Atividades voltadas para a capacitação dos diferentes tipos de participantes são realizadas, como parte integrante do processo de incubação, de forma contínua e permanente, de todas as maneiras possíveis. Os diferentes tipos de apoio técnico constituem, também, parte integrante do método de incubação, sendo que em alguns casos a equipe pode oferecer este assessoramento de modo direto (considerando as especialidades de seus componentes em termos de áreas do conhecimento e campos de atuação profissional) e, em outros casos, articulando parceiros e especialistas com capacidade para este assessoramento; os empreendimentos são assessorados, também, para alcançar autonomia no sentido de identificar apoios de que necessita e de buscá-los com seus próprios recursos.

Aliado ao contexto de construção participativa do conhecimento, conforme os princípios da educação popular de Paulo Freire, também nos apoiamos em classes de comportamento desejáveis a partir de situações identificadas. A descrição do que está sendo denominado de método de incubação da INCOOP parte de uma certa concepção de o que seja “comportamento”, como unidade mínima significativa para orientar quem deve atuar no processo de incubação : “comportamento” como relação entre aquilo que uma pessoa ou coletivo FAZ e o CONTEXTO (meio) em que este fazer se dá, sendo o meio entendido como as condições em que este agir é desejável, necessário ou oportuno, os aspectos que

devem ser levados em consideração para agir, e os resultados, produtos e efeitos que podem ou devem ser esperados deste agir.

A partir desta concepção, são feitas (e refeitas, sempre que a experiência ou o conhecimento aponta novos aspectos a serem levados em consideração), descrições das ações indicadas como desejáveis, a partir de algumas perguntas:

1. Em que situações este tipo de ação é desejável?
2. O que deve ser levado em consideração ou utilizado para apresentar este tipo de ação?
3. Que resultados, produtos ou efeitos devem ou podem ser esperados deste tipo de ação?
4. Que propriedades deve ou pode ter esta ação para garantir tais produtos, resultados ou efeitos considerados desejáveis?

Cada uma das dezesseis ações citadas, que são parte do processo de incubação de um empreendimento, foi descrita em termos dessas quatro questões, e detalhadas em ações mais específicas a ser ou não adotadas, dependendo do contexto do empreendimento atendido (esse detalhamento pode ser encontrado no Anexo 1). Esse detalhamento é, assim, uma linha guia para o trabalho da INCOOP/UFSCar, porém são apenas indicativos, sendo que a todo momento da incubação essas quatro questões devem ser re-respondidas, de forma a manter o método de incubação dinâmico, adaptável e adequado para cada caso.

Nosso método de incubação é em si mesmo muito flexível, já que é baseado em comportamentos e não em prazos ou objetivos estanques. A maneira como os seus passos são executados depende do repertório já existente, de como o EES está no seu início de como vai se desenvolvendo a apropriação do grupo em formação dos princípios propostos pela economia solidária. Por exemplo: se o EES já possui alguma formação em economia solidária, verificamos até onde vai essa formação e a complementamos, ou então damos menor ênfase a esse passo no princípio, mas sempre tendo a clareza que a formação em Economia Solidária deve ser contínua. Até a mudança para a estratégia territorial da INCOOP UFSCar havia EESs em diversos territórios e diferentes atividades econômicas. Tivemos experiências diversas quando o demandante era uma prefeitura com grupos em construção e alguns já com atividade econômica definida. Nesses grupos as condições são diferentes e o método foi e é adaptado a cada situação.

Sintetizando, o método de incubação da INCOOP UFSCar ajusta-se aos diferentes contextos, pois é baseado em classes de comportamento observadas, estando calcado, portanto, na análise do contexto em que cada ação deve, ou não, ser desenvolvida, ou seja, nas práticas cotidianas das pessoas.

Enfrentamos em nossa história também alguns limites no processo de incubação. Por exemplo, o EES Coosturarte, coletivo de costureiras, foi incubado por nós durante alguns anos. Nesse período, atendeu a diversas encomendas, porém aos poucos centrou o trabalho na confecção de toalhas para suprir demanda de uma grande empresa da cidade. Por diversas vezes e com diversas estratégias tentou-se adequar o processo de trabalho da cooperativa, que se comportava como facção dessa grande empresa. Nenhuma das estratégias e discussões surtiu efeito, devido ao baixo interesse das cooperadas em praticar os princípios da economia solidária e se constituir um empreendimento autônomo e não de serviços terceirizados a uma única empresa. Assim, deixamos de incubar o empreendimento, tendo havido algumas tentativas, mesmo após essa interrupção, de retomar o trabalho de incubação, sem sucesso. Nos últimos anos, o processo de incubação foi retomado, devido a um interesse estratégico para a execução de nosso projeto de desenvolvimento territorial. Além de diversas dificuldades internas ao empreendimento (local inapropriado para o trabalho, problemas com a autogestão, entre outros), permanece a dedicação exclusiva à produção de toalhas para essa grande empresa, gerando diversas dificuldades. Entendemos que a incubação desse empreendimento nesse segundo momento trouxe alguns avanços em direção à autogestão, porém não conseguimos romper com a comodidade de servir aos interesses de um detentor de capital e poder em troca da “segurança” da certeza de uma renda mensal que depende apenas da quantidade de produtos confeccionados.

Observando a metodologia de incubação adotada pela INCOOP/UFSCar, é possível verificar que ela não é dividida nos “passos” clássicos: pré-incubação, incubação, desincubação e pós-incubação. Isso se justifica por dois principais motivos:

- 1) Quando se adota o referencial dos comportamentos envolvidos no processo de incubação, essa categorização se torna meramente burocrática, sem utilidade prática;

- 2) A equipe da INCOOP/UFSCar, após extensas discussões, chegou à conclusão de que a incubação é um processo contínuo, não incluindo em sua metodologia de incubação o passo da desincubação, por entender que o empreendimento deve ganhar o máximo de autonomia possível, porém o papel da

incubadora é se colocar à disposição para eventuais atuações, sejam elas extensas ou pontuais, mesmo após o empreendimento ser considerado autônomo. Considerando que, se um empreendimento pode ser assessorado após atingir um alto grau de autonomia, se houver necessidade, não faz sentido falar em “desincubação”, quebra de vínculo com o empreendimento.

Sobre esse segundo ponto é necessário ainda considerar que mesmo um empreendimento com alto grau de autonomia pode vir a sofrer crises, devido a fatores externos e internos, que comprometem seu funcionamento enquanto iniciativa autogestionária e solidária, necessitando do apoio da incubadora. A seguir é apresentado um exemplo de um caso que representa uma série de motivos em relação ao tipo de metodologia adotada pela INCOOP UFSCar, bem como uma situação-limite de nossa assessoria. Trata-se de um empreendimento de mais de doze anos de existência, com mais de 250 sócios, com alto grau de autonomia, que veio a ser extinto devido à pressão de condições externas e internas ao EES.

3.1. O caso da COOPERLIMP

Dentre os EES incubados pela INCOOP UFSCar tem importância na construção do protagonismo a COOPERLIMP, cooperativa que inicia suas atividades juntamente com a incubadora da UFSCar. Através da pesquisa 'Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar', a UFSCar identificou o Bairro Jardim Gonzaga como potencial de incubação. O processo se deu por contatos entre a Incubadora e a Associação de Moradores que manifestou por sua vez interesse em ser atendido. A cooperativa foi formada em 1999, sua fundação ocorreu em 28/05/1999 e sua legalização se deu em agosto do mesmo ano. A Cooperlímp foi identificada como um dos empreendimentos protagonistas do território de atuação da INCOOP/UFSCar, devido à sua longa história, pelo reconhecimento dos moradores da região e pelo seu alto grau de autonomia. Trechos de um artigo produzido pela INCOOP/UFSCar a respeito desse empreendimento são apresentados a seguir para melhor exemplificar o nosso método de incubação (CORTEGOSO, 2010).

A cooperativa surgiu após a INCOOP UFSCar realizar um estudo de condições para definir as ações de incubação. Um grupo de professores e técnicos avaliaram que o local ideal para iniciar as ações relacionadas às classes de

comportamento 1 e 2 (processar demandas e identificar população em potencial) citadas acima seria uma região de condições de precariedade na cidade, na época, a Favela do Gonzaga (hoje Jardim Gonzaga). Foram reunidas pessoas interessadas em trabalhar em seus próprios empreendimentos em uma reunião inicial para capacitação para economia solidária e cooperativismo e definição de nichos de atuação em que as pessoas ali reunidas tivessem interesse ou acúmulo (apresentar Economia Solidária como possibilidade de organização com vistas à geração de trabalho e renda; apoiar o grupo em sua organização inicial; apoiar escolha de atividade econômica).

Dali surgiram propostas de três empreendimentos: um de construção civil, um de costura e um de limpeza, a Cooperlimp.

“O início da cooperativa exigiu a superação de obstáculos relacionados ao atendimento a exigências básicas para sua constituição por parte da população, que em muitos casos não tinha documentos pessoais, tendo sido necessário providenciar esta documentação para que vinte pessoas pudessem dar início ao empreendimento. [...]” Por ser um empreendimento novo, cujos membros não possuíam conhecimento prévio a respeito da economia solidária e do cooperativismo, a equipe responsável pela sua incubação precisou promover condições para capacitação técnica dos participantes, tanto em relação ao serviço prestado, quanto em relação a essas condições básicas de funcionamento, o que pode ser sintetizado em uma série de ações relacionadas a apoiar o empreendimento para sua implantação. Após a escolha da atividade econômica, foram realizadas assembléias para a definição de um regimento interno que delineasse o funcionamento da cooperativa.

A partir de então, foram realizadas oficinas de capacitação contínua para economia solidária e cooperativismo, porém, devido à escolha de concorrer a licitações da prefeitura, o número de membros da cooperativa dobrou duas vezes em alguns anos. Dessa forma, não foi possível capacitar os novos membros de forma que todos se apropriassem das noções de economia solidária. Nesse processo, a INCOOP UFSCar prestou apoio no sentido de melhor organizar a Cooperlimp internamente. Foram constituídos Conselho Fiscal, Conselho de Ética e Diretoria.

A partir da consolidação da cooperativa, e devido à grande disposição de seus membros para tal, a Cooperlimp passou a apoiar empreendimentos emergentes, especialmente a partir de 2008, quando se tornou participante protagonista de um dos grandes projetos de atuação da INCOOP UFSCar.

“Passados mais de dez anos, ela conta com cerca de trezentos sócios e sócias, e garante renda mensal fixa para mais de 200 famílias. Ao longo de sua história a cooperativa necessitou superar muitas dificuldades, dentre elas o preconceito da população da cidade em relação aos moradores do bairro; alcançou grandes avanços no que diz respeito, por exemplo, ao aprimoramento das atividades administrativas e do processo democrático interno e ao propiciar fonte de renda para um grande número de pessoas, aumentando a auto-estima destas pessoas e o respeito, no bairro e fora dele, pelo empreendimento. Atuou e atua de modo a criar oportunidades para pessoas em condições extremas de vulnerabilidade social trabalharem na cooperativa, tais como egressos do sistema penal, jovens e idosos, escolhendo prioritariamente pessoas completamente desprovidas de recursos para sua manutenção (Coser, 2005, entre outros) para comporem o quadro de associados.

O maior desafio da cooperativa surgiu, entretanto, alguns anos após sua criação, imposto exatamente por quem deveria apoiá-la, que é o poder público, na figura do Ministério Público do Trabalho. O primeiro impacto deste tipo de medida foi sentido com a proibição de contratação de seus serviços por órgãos da esfera federal, uma vez que mantinha, na época, aproximadamente 30 postos de serviço, conseguidos por meio de participação em edital público, na universidade em que a incubadora se insere, a partir da assinatura do termo de ajustamento de conduta entre este ministério e a Advocacia Geral da União. Com a administração universitária enfrentando a proibição, enquanto encontrou abertura legal para isso, os contratos em vigor naquele momento foram renovados até o prazo limite. Diante da necessidade de abrir novo edital para atender às necessidades da universidade, a cooperativa já não pode participar, e deixou para trás os postos em que havia iniciado sua atividade. A tentativa de enfrentar a proibição de participação no edital por meio judicial não teve sucesso, e a cooperativa passou a buscar postos de trabalho no âmbito privado e por meio da participação em editais públicos estaduais e municipais. Começou então aqui a trajetória que ameaça levar

ao desaparecimento, no início de 2011, do empreendimento, dando início a uma devastadora ação do MPT sobre cooperativas de serviços em diferentes atividades produtivas.

Em 2008 a cooperativa detinha aproximadamente 210 postos de trabalho em equipamentos públicos do município, quando o Ministério Público do Trabalho concedeu, mediante a assinatura de um termo de ajustamento de conduta que estabeleceu dois anos como prazo para finalização das atividades da cooperativa, prestes a serem cumpridos entre início de dezembro de 2010 até final de janeiro de 2011, considerando as datas dos contratos. Tal concessão foi feita mediante a apresentação de um conjunto de informações e demonstrações da legitimidade da cooperativa e de perspectivas de menor impacto social na dissolução da cooperativa caso fosse possível manter os postos de trabalho ainda por dois anos, organizadas com o apoio da incubadora, do setor jurídico da prefeitura e da equipe que responde por órgão de apoio à Economia Solidária no município, a possibilidade de a cooperativa concluir os contratos em vigor. A não aceitação desta condição, de acordo com representante do MPT, implicaria em uma ação destinada ao encerramento imediato das atividades da cooperativa, mediante Ação Civil Pública que seria movida pelo Ministério, evidenciando o caráter coercitivo da ação do MPT; evidência também deste caráter foi o fato de que à cooperativa não foi garantido direito de contraditório e a ampla defesa diante a alegação de que seria fraudulenta. A obrigatoriedade de assinatura do TAC pela cooperativa caracterizou, ainda, impedido dos sócios do empreendimento no uso de seu direito de livre associação e livre iniciativa, fazendo letra morta estes princípios de natureza liberal tidos como cláusula pétrea no ordenamento jurídico brasileiro.

Os danos produzidos por esta medida do Ministério Público do Trabalho são múltiplos, profundos e graves. O encerramento das atividades da cooperativa ao final do período estabelecido tem como resultado mais facilmente identificável mais de 210 famílias sem recursos para sua manutenção, na região. Centenas de pessoas desesperançadas pela destruição de um esforço de mais de 10 anos, que foi capaz de mudar o perfil do próprio bairro e oferecer condições de cidadania para pessoas sistematicamente excluídas das oportunidades que a sociedade distribui de forma injusta. A mera existência do TAC, com definição de uma data de término para a cooperativa, contudo, já foi capaz de causar um enorme estrago no

funcionamento do empreendimento, tanto no que se refere a aspectos internos da cooperativa, quanto na disposição de consumidores potenciais do serviço prestado pela cooperativa em efetivamente utilizá-lo. A cooperativa ficou impedida de firmar novos contratos, de modo que perdeu a possibilidade de se expandir, de renovar contratos que já possuía antes da assinatura do TAC ou mesmo de modificar suas atividades a partir de outros tipos de postos de trabalho.

A ameaça concreta de extinção da cooperativa favoreceu, ainda, a evasão por parte de um grande número de cooperados, temerosos pelo seu fim, desencadeando dificuldades administrativas, tanto para gerir os contratos de trabalhos ainda em andamento, quanto para promover um funcionamento harmônico da coletividade. A necessidade permanente de recomposição do quadro de sócios, como condição para atender aos contratos, levou a uma precarização dos processos de inserção de pessoas e ampliação de conflitos, elevando muito o esforço dos dirigentes para garantir um mínimo de normalidade do trabalho para os sócios e atendimento aos contratantes. Providências relacionadas a busca de alternativas dentro do campo da Economia Solidária para os sócios, indicadas como possibilidades que foram, aparentemente, consideradas pelo promotor para que fosse estabelecido um prazo de tolerância para encerrar as atividades da cooperativa, ficaram também prejudicadas, com o aumento do fluxo de entrada e saída de sócios, comprometendo o envolvimento deles no preparo de novos empreendimentos.”

Assim, mesmo após ser um empreendimento amplamente consolidado, a INCOOP UFSCar manteve apoio pontual às demandas da cooperativa, o que possibilitou uma relação de confiança e respeito mútuo, de forma que, nessa nova situação de dificuldade, a incubadora tomasse parte das ações que foram avaliadas necessárias para lidar com essa nova situação.

“Várias medidas vêm sendo tomadas pela cooperativa, com o suporte da incubadora, assim como pela incubadora, como agente de fomento à Economia Solidária, no esforço de derrubar não apenas o termo de ajustamento de conduta assinado pela cooperativa, mas a própria política de ataque a estes empreendimentos por parte do Ministério Público do Trabalho. A pressão sobre parlamentares tem sido feita, de várias formas e em todas as oportunidades encontradas, incluindo: a) envio de correspondência (e estímulo para que pessoas

enviem mensagens) aos envolvidos (ou que poderiam se envolver) com tramitação de projeto de lei sobre o cooperativismo que, se aprovado, poderá dar sustentação a ações contra a prática dos termos de ajuste de conduta e à cooperativa maiores chances de sobrevivência; b) busca de parlamentares para apresentação dos problemas vividos pela cooperativa em função do TAC e solicitação de ações em defesa dos interesses da Economia Solidária; c) elaboração de um manifesto contra o TAC e em favor das cooperativas de serviços, juntamente com participantes de outros empreendimentos solidários do município, com a equipe da incubadora e representantes do poder público do município, com coleta de assinaturas durante Encontro Municipal de Economia Solidária, encaminhado a diversos parlamentares. Em relação ao Ministério Público do Trabalho, a diretoria da cooperativa e representantes da incubadora têm participado em reuniões com representantes do MPT e de órgãos do Ministério do Trabalho da região de modo a sensibilizá-los sobre o que pode ser considerado como importante equívoco de encaminhamento na leitura e interpretação das leis, incluindo a própria constituição brasileira, quando cooperativas legítimas são tratadas como fraudulentas.

O contato com parlamentares, como senadores e deputados, vem sendo realizado, por vezes, com intermediação de dirigentes da universidade e de gestores públicos do município em que se situam a cooperativa e a incubadora. A eles têm sido apresentadas informações sobre a situação da cooperativa, do histórico dos termos de ajustamento de conduta com este tipo de cooperativa, e principalmente sobre projeto de lei (PROJETO DE LEI Nº 4.622-C DE 2004, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que aguarda aprovação na Câmara dos Deputados, depois de já ter recebido aprovação inicial nesta instância, seguido para o senado, onde foi aprovada com modificações e retornado à Câmara. Neste trajeto, várias iniciativas foram feitas, tanto no sentido de impedir a aprovação da lei ou de modificá-la em favor de interesses alheios à Economia Solidária (como no caso de lobby de médicos para inclusão de planos de saúde oferecidos por cooperativas da categoria), quanto no de fazê-lo

tramitar com rapidez e de manter os aspectos essenciais contidos nele. Em sua etapa final, o projeto permanece parado em função de trancamento de pauta pela prioridade dada a apreciação de medidas provisórias, bem como em função de período eleitoral, que se não obstrui legalmente o funcionamento do parlamento, na prática o imobiliza. O projeto de lei em questão, ainda que não contemple adequadamente os anseios e necessidades da Economia Solidária, e tenha gerado divergências, no âmbito do próprio movimento, acena com condições mais favoráveis para o enfrentamento do TAC, pelo menos do ponto de vista de parte de especialistas no campo jurídico. Tal sinalização advém do reconhecimento do direito à existência de cooperativas de serviço, ainda que contenha, em seu texto, restrições que podem vir a ser utilizadas contra cooperativas em que a especialidade do serviço venha a ser contestada, dada a subjetividade que a questão do que é ou não especializado carrega.

Um manifesto em defesa das cooperativas que realizam prestação de serviços, como a de limpeza, foi elaborado por iniciativa da cooperativa em foco neste estudo, e endossada em Encontro Municipal de Economia Solidária, por gestores públicos, parlamentares, empreendimentos solidários e representantes de entidades de fomento à Economia Solidária, apoiadores. O documento passou a fazer parte do conjunto de informações apresentadas a parlamentares e a participantes do movimento da Economia Solidária. conclamando todos os participantes do movimento a engajar-se na defesa destas cooperativas, contra ações como as do MPT.

Sócios, representando a cooperativa, têm participado, também, de eventos diversos da Economia Solidária, apresentando a situação do empreendimento e o problema que significa, não apenas para empreendimentos diretamente prejudicados pela assinatura dos TACs, mas para a Economia Solidária em seu conjunto, a atuação do Ministério Público do Trabalho, em termos de desrespeito a princípios constitucionais. A ação do Ministério Público do Trabalho representa, na prática, um processo de criminalização de cooperativas legítimas, que surgem como resposta da população às dificuldades que encontra para alcançar renda em um sistema social que gera, a partir de uma lógica capitalista de competição e acúmulo de ganhos para alguns em detrimento de outros, desigualdade e exclusão.

No âmbito da cooperativa, por iniciativa da diretoria e da equipe da incubadora que realiza o assessoramento ao empreendimento, têm sido organizadas, em diferentes oportunidades, situações para apresentação do problema decorrente do TAC para sócios, como forma de sensibilizar e mobilizar o esforço coletivo em defesa dessas cooperativas. Tal medida tem encontrado, como obstáculos importantes, um alto grau de desesperança da população, diante da constatação de que permanecem como parte frágil neste processo, penalizada por buscar alternativas para suas dificuldades, ao mesmo tempo que vêm ser beneficiadas empresas que vivem da exploração de seu trabalho. Evidentemente, contribuem também para estas dificuldades, um baixo grau de politização desta população em relação às razões pelas quais existe e se mantém, em permanente exclusão, parte significativa da população brasileira, difícil de ser alterado mesmo com esforços permanentes nesta direção, por parte das agências de fomento, sendo razões importantes para isso tanto as necessidades prementes de renda, exigindo esforço e energia para serem atendidas com trabalho frequentemente precarizado e desgastante quanto a cultura meritocrática que convence às vítimas da perversidade do sistema excludentes de que elas são culpadas de sua própria condição.

Com a proximidade do término dos contratos, que levará ao encerramento das atividades da cooperativa a menos que ocorram mudanças relevantes neste processo, a cooperativa vem recebendo a assessoria jurídica de profissional cujos serviços foram contratados com recursos de projeto mantido pela incubadora, para identificar, examinar, definir e implementar medidas judiciais de enfrentamento ao TAC. A partir de um conjunto de reuniões deste profissional com a equipe da incubadora, com a diretoria da cooperativa e com os sócios, em assembleias, foram identificadas e examinadas, como possibilidades de enfrentamento jurídico desta condição, dois tipos de medidas legais: solicitação de prorrogação dos contratos, diretamente ao Ministério Público do Trabalho, e ação anulatória do TAC, com suspensão imediata de seus efeitos até que haja a deliberação final sobre o pedido de anulação. A possibilidade de prorrogação do contrato foi verificada junto a representantes do contratante (setor jurídico e gestor do contrato), e considerada de interesse deste contratante.

Em assembléia, o conjunto dos sócios presentes deliberou por reservar um possível pedido de prorrogação dos contratos para depois de serem obtidos resultados preliminares do pedido de anulação, considerando um conjunto de argumentos que incluíram, entre outros: a) possível enfraquecimento da argumentação em favor da anulação, já que esta seria fundamentada no processo de coerção que levou à assinatura do TAC; b) dificuldades de manter a administração do trabalho nos contratos, dadas as dificuldades internas de funcionamento do empreendimento desencadeadas pela ameaça de encerramento da cooperativa, caso houvesse a prorrogação mera e simples dos contratos; c) defasagem nos valores previstos nos contratos em relação a preços praticados e dificuldades encontradas em oportunidades anteriores de negociação de prorrogação com o contratante para reajuste de valores previstos para a remuneração dos serviços. É possível, contudo, que esta decisão leve a uma impossibilidade de solicitar prorrogação dos contratos, considerando que o contratante já está tomando providências no sentido de publicar novo edital para substituir a cooperativa na ocupação dos postos de trabalho. Considerando que tais editais deverão conter a proibição de que a cooperativa concorra a ele, está prevista nova ação por parte do empreendimento, no sentido de reivindicar o direito a participar do processo, na forma da lei.

Faltando aproximadamente dois meses para o término de um dos contratos, e aproximadamente quatro para o segundo contrato, a cooperativa, representada por seu advogado, deu entrada, na vara trabalhista do município em que tem sede o empreendimento, a um pedido de anulação do TAC e à suspensão de seus efeitos. Os pedidos foram fundamentados, essencialmente, no fato de que o termo foi assinado sob coação pela cooperativa, dada a ameaça de suspensão imediata de suas atividades; é enfatizado, ainda, o equívoco sobre a suposição de que a relação estabelecida entre cooperativa e contratante envolveria algum tipo de irregularidade, e que esta estaria na natureza do empreendimento e na suposta impossibilidade deste atuar, na prestação de serviços, sem que se configure, neste processo, subordinação trabalhista de seus sócios ao contratante; e reivindica direitos constitucionais de presunção de inocência, direito à livre iniciativa, contraditório e ampla defesa diante da suposição de fraude que está implícita no TAC assinado. É esperado que, na eventualidade de manifestação positiva por

parte de juiz que fará o exame do pedido de anulação do TAC e/ou de suspensão de seus efeitos até término do processo, o Ministério Público do Trabalho recorra da sentença em instância superior, da mesma forma que a cooperativa o fará, diante de negativa destas solicitações, até esgotamento das instâncias.

A decisão de mover uma ação contra o TAC, neste momento, visa buscar uma saída para a cooperativa em questão, pelas decorrências socialmente danosas que virão do encerramento de suas atividades; mas visa, ainda, contribuir para que esta discussão, de interesse para a Economia Solidária em seu conjunto, avance, e provoque novas possibilidades de defesa contra um processo de combate a este tipo de iniciativa que é evidentemente contrário aos interesses de parte significativa da sociedade, exatamente a mais vulnerável. Importante reconhecer, contudo, que resultam ser iniciativas que atendem, por outro lado, a setores da sociedade que podem ter seus lucros ameaçados pelo avanço de iniciativas populares em busca de maior igualdade social.

Além destas iniciativas, a diretoria da cooperativa, juntamente com a equipe da incubadora, iniciou gestão junto ao governo municipal, para fortalecer o movimento de reação ao TAC, para o caso específico da cooperativa e para este tipo de cooperativa de um modo geral. Desta forma, foi estabelecido contato inicial com o setor de apoio à Economia Solidária, que por sua vez estabeleceu contato com secretário municipal e representantes de outros setores envolvidos com a situação, como o jurídico, para ciência sobre o processo, e participação nas iniciativas propostas, que incluem audiência com prefeito para apresentação, pela cooperativa e pela incubadora, de solicitação específica para que a prefeitura municipal apresente, também ela, ação de solicitação de anulação do TAC relativo à cooperativa. As ações definidas como parte da estratégia desencadeada nesta etapa final dos contratos incluem contato com parlamentares do município que atuam na câmara municipal ou foram recém eleitos para cargos legislativos em outras esferas, delegado do trabalho e outros agentes de fomento à Economia Solidária. Está prevista, ainda, solicitação, ao Fórum Municipal de Economia Solidária, de convocação de reunião para tratar deste ponto de pauta específico, a partir da qual seja organizado Ato Público, com a presença dos participantes da Economia Solidária em nível local, regional e nacional, em defesa do direito de existência de cooperativas populares em todas as suas modalidades.

Do ponto de vista da preservação da cooperativa, é possível que os estragos operados pelo TAC não possam mais ser devidamente revertidos nos prazos disponíveis, e que o encerramento de suas atividades seja inevitável, pelo menos no formato atual que o empreendimento apresenta. Para isso podem concorrer não apenas os resultados específicos da ação judicial, mas a dificuldade concreta de manter postos de trabalho e a coesão dos associados, dentro da cooperativa, considerando: a) restrições legais que podem sofrer órgãos públicos para manter a relação estabelecida com o empreendimento nos últimos anos; b) a própria insegurança na contratação da cooperativa, por parte de usuários em potencial dos serviços, ainda que esta venha a ser autorizada em função de aceite do pedido de suspensão dos efeitos do TAC; c) necessidade de os sócios buscarem outras formas de sobrevivência, levando a uma desmobilização do movimento de reação aos efeitos do TAC.

Como forma de enfrentar esta possibilidade, a equipe da incubadora tem dado continuidade ao projeto de desenvolvimento territorial com Economia solidária, que prevê a constituição de novos empreendimentos e iniciativas solidárias na região em que está a cooperativa; é possível que, com a proximidade do final dos contratos, sócios que atualmente não têm se engajado nestas possibilidades venham a fazê-lo, gerando novas oportunidades de trabalho e renda para si mesmos, suas famílias e vizinhos” (CORTEGOSO et al, 2010).

Mesmo com o apoio constante da incubadora, sem passar por um processo de desincubação, não foi possível nesse caso garantir a permanência das atividades da cooperativa. Diante disso, a INCOOP UFSCar adotou a postura de retomar os primeiros passos do método de incubação, identificando atividades econômicas potenciais, dentro de cadeias produtivas já constituídas (de forma a facilitar a posterior implantação e implementação dos empreendimentos), e constituindo, junto aos ex-sócios da Cooperlimp, novos empreendimentos, de forma a minimizar o quanto possível os impactos negativos do fechamento de um empreendimento de vida longa, que gerava trabalho autogestionário e renda para mais de 100 famílias de um território.

3.2. Linha do tempo – metodologia de incubação – INCOOP-UFSCar

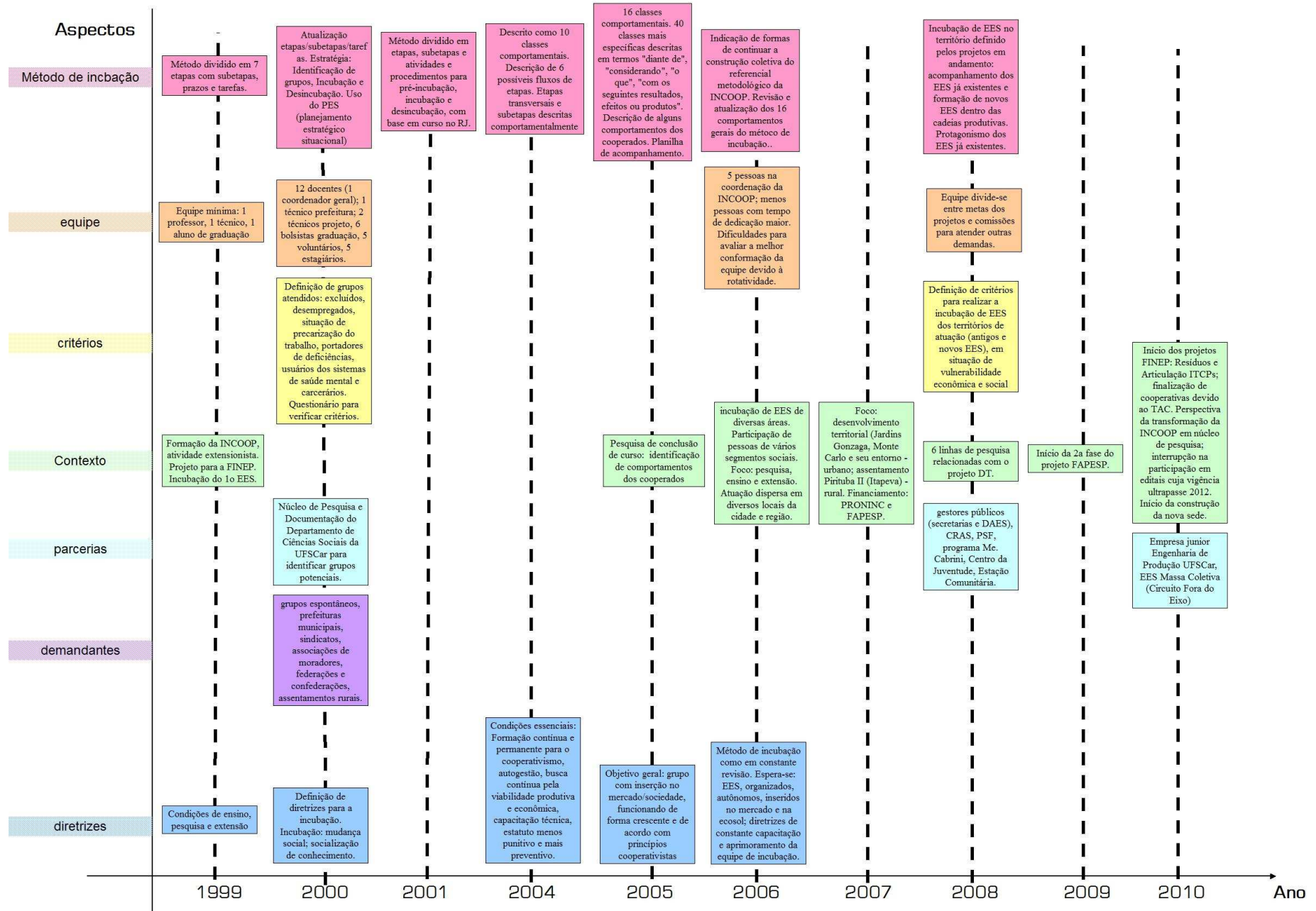
Como já informado, a metodologia de incubação adotada pela INCOOP/UFSCar não foi estanque, estando sempre sujeita a alterações conforme se verifique ser necessário.

Apresentamos a seguir a linha do tempo da metodologia de incubação adotada pela INCOOP/UFSCar desde o seu surgimento, em 1999, até 2010. Nela estão destacados aspectos como o contexto em que se inseria a incubadora, a constituição de equipe, as principais parcerias, os demandantes, os critérios adotados para definição de acolhimento ou não de uma demanda, as diretrizes norteadoras do método de incubação e a metodologia adotada em si.

Os dados foram obtidos por meio de documentos diversos, organizados e apresentados no formato de linha do tempo, sendo posteriormente submetidos ao coletivo da INCOOP para receber contribuições.

Note-se que, devido a dificuldades de registro e à alta rotatividade da equipe da INCOOP, essa linha está provavelmente incompleta, e será submetida a uma constante atualização pelos membros da INCOOP, de forma a se manter o mais fiel possível à realidade histórica da incubadora.

Linha do tempo: metodologia de incubação INCOOP-UFSCar



Textos de apoio

CORTEGOSO, A. L. et al. **Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer coletivo como referencial para o fazer de cada um.** 2007

CORTEGOSO, A. L. et al. **Impacto da atuação do Ministério Público do Trabalho sobre cooperativas de serviços e formas de enfrentamento da política de repressão a este tipo de cooperativa no Brasil: o caso de uma cooperativa de serviços de limpeza.** PROCOAS, 2010.

RECH, D. - **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000

1. Linha do tempo (2001 – 2011): Metodologia de Incubação da ITCP/UNICAMP

1.1. Do acompanhamento técnico à parceria política

(Q. 12, 13, 14)

“Assim, do tecnológico, que oculta o político, passa-se para o político, que submete o tecnológico. Antes de o lavrador meeiro aprender com o extensionista rural a usar melhor a terra, regando-a com adubos e defensivos, que aprenda com o educador popular e, cada vez mais, com a sua própria prática, a lutar pelo seu direito de possuir a terra.” (BRANDÃO, 2002 p.48)

1.2. 1.1 Sobre como foi feita

O texto que segue pretende ser a sistematização de um exercício coletivo: a construção de uma linha do tempo da metodologia de incubação da ITCP/UNICAMP. Realizamos essa atividade no dia 31 de janeiro de 2011. Para reconstruir o histórico do projeto tínhamos à disposição: artigos, textos, publicações, relatos verbais, relatos coletados por e-mail, uma entrevista e a memória dos formadores que pertencem ao coletivo (a relação completa dos materiais encontra-se no anexo 3).

No primeiro momento da atividade os formadores presentes foram divididos em grupos. Cada grupo tinha a disposição um conjunto de materiais que correspondiam a um determinado período. O grupo foi incumbido de ler, discutir e destacar pontos relativos à compreensão de educação e incubação presentes nos mesmos.

Na segunda parte os grupos apresentaram e localizaram suas discussões no varal do tempo. Os parágrafos-síntese foram estendidos e os materiais foram depositados em baixo do varal.

Após as apresentações iniciou-se uma discussão que buscava identificar e interpretar as permanências e mudanças na metodologia de incubação. Ao longo do debate novos materiais, documentos e publicações foram agregados.

Por último os formadores foram convidados a redigir uma carta ao coletivo expressando as suas impressões sobre o processo histórico e anunciando o que esperavam para o futuro. (as cartas transcritas encontram-se no anexo 2).

Essa atividade serviu como momento disparador para a sistematização da linha do tempo da metodologia de incubação.



1.3. 1.2 Metodologia de incubação – mudanças e permanências

É muito difícil separar o desenvolvimento da metodologia da incubadora de seu processo histórico como um todo. Como nos ensina a autogestão, a concepção política se expressa mais por nossas práticas do que por formulações teóricas. Assim, estrutura interna, prática de incubação e concepção política se transformam dialeticamente. A concepção inicial da incubadora se relaciona profundamente com as expectativas e aspirações do cenário no qual foi criada, por isso retomamos o contexto de fundação da ITCP para então nos centrarmos na metodologia.

Fatos que antecederam a criação da ITCP

2000

No ano de 2000 a reitoria da Universidade enxergou no cooperativismo uma solução para um conflito trabalhista interno. Nesse ano houve uma greve organizada pelos funcionários da Unicamp que durou cerca de 3 meses. Além dos funcionários da Unicamp, os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas também participaram da greve. Sujeitos a uma precarização intensa e instabilidade empregatícia, esses trabalhadores acabaram sendo demitidos por participarem do movimento. A coordenação da CORI (Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp) foi chamada a resolver essa questão e o coordenador da época sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas. O grupo aceitou a sugestão e então se contratou o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para assessorar a organização desse coletivo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar. Esse foi um dos fatos que motivaram a criação da ITCP/UNICAMP. Paralelamente a esse acontecimento, em 2001 assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas o prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho conjunto da Prefeitura com a UNICAMP.

Criação da ITCP

2001

Essa conjuntura motivou a elaboração de uma primeira versão de Projeto de Incubadora que foi escrita pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitário (PREAC), Prof. Dr. Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib. Posteriormente a proposta foi revisitada por outros membros da PREAC em uma reunião com a participação de professores, alunos e funcionários, para se discutir a viabilidade de constituição de uma Incubadora dentro da Unicamp. Houve dificuldade por parte deste grupo em chegar a um consenso de como seria essa Incubadora. O movimento estudantil tencionou a discussão no sentido de garantir que a incubadora tivesse uma estrutura democrática de decisão.

Após a reunião formaram-se duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão foi constituída por um docente do Instituto de Geociências, um docente da Faculdade de Educação Física, uma docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o pró-reitor de Extensão. Essa comissão teve como função institucionalizar a ITCP/Unicamp e tratar de sua Regulamentação nos moldes das normas da Universidade. A outra comissão, constituída por pós-graduandos da Unicamp e um membro do grupo da Prefeitura, ficou responsável pelo processo de formação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial os grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal de Campinas.

Em 28 de Agosto de 2001, a Resolução nº86 do Gabinete do Reitor Hemano Tavares reconheceu a ITCP/Unicamp junto à PREAC, que estabelecia os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

Aparentemente a deliberação pela institucionalização rápida da incubadora se justifica pelo cenário favorável ao projeto no conselho universitário e pela conjuntura política municipal.

Para coroar o início do programa foi realizado o “Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 2001. Segundo folder de divulgação o evento representava:

“a consolidação do processo extensionista da Universidade na direção de sua responsabilidade social (...)A incubadora de base tecnológica se caracteriza por ser um ambiente que apresenta as condições necessárias e suficientes em

termos de estímulo e apoio às organizações recém-criadas, para que elas possam desenvolver-se em um “espaço protegido”. Este processo, que deve acontecer durante um período determinado, possibilita às organizações o acesso à infra-estrutura compartilhada e assessoria especializada visando o crescimento e a ocupação de um lugar no mercado, para posteriormente, permitir uma auto-gestão sustentada.”

Essa concepção evidencia a tentativa de transposição do modelo de incubadoras de empresas para incubadoras populares. A excelência acadêmica e o ambiente protegido por um certo período de tempo (simbolizado por uma casca de ovo) gerariam condições suficientes para que os empreendimentos posteriormente se sustentassem no mercado.

Autoridades como o então senador Eduardo Suplicy, o então governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, Prof. Paul Singer, Prof. Márcio Pochmann, representantes do Banco do Brasil, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e inclusive da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) estavam previstos para palestrar.¹⁵

No dia 9 de setembro de 2001, durante o seminário, foi assinado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura deste acordo, o prefeito foi assassinado¹⁶, fato que causou impacto em toda gestão do Programa e na Economia Solidária do município de Campinas. Devido ao assassinato o seminário não foi concluído.

Após lograda a institucionalização do programa de extensão e a assinatura de convênio com a prefeitura, passou a ser difícil a construção de um consenso entre o grupo de professores sobre como a incubadora deveria funcionar na prática. Tal situação era agravada pela pressão exercida pela prefeitura, parceira na criação do programa, que queria que a incubação começasse logo. Diante do impasse entre a lentidão acadêmica e a pressão política, o grupo de estudantes de pós-graduação tomou a frente do processo. A ausência de docentes engajados no cotidiano desse programa de extensão parece ser marcante desde o seu começo.

Do ponto de vista do programa municipal de geração de trabalho e renda havia três frentes de trabalho em construção: uma frente emergencial para cuidar da manutenção da cidade, em que havia a idéia de se fazer uma Cooperativa de Limpeza Pública e de Paisagismo; outra frente direcionada para a Coleta Seletiva, que seriam as cooperativas de Triagem e de Reciclagem de Resíduos Sólidos; e a última frente que cuidaria da área de Merenda Escolar – a idéia era que essas cooperativas de merendeiras viessem a participar de licitação do corrente ano. Realizou-se uma pesquisa preliminar junto à população da cidade pra localizar pessoas interessadas em constituir cooperativas, seguida do cadastramento desses interessados. Era um público que vinha de vários níveis de expropriação social: algumas pessoas estavam desempregadas, outras nunca tinham trabalhado, muitas mulheres, muitos negros e muitas pessoas acima de 40 anos de idade, que estavam quase sempre excluídas do mercado de trabalho.

2002

Para atender a demanda da prefeitura seria preciso a formação e remuneração de mais discentes. Foram então selecionados 40 estudantes bolsistas para a realização de um curso concentrado durante as férias escolares (Janeiro de 2002). A seleção dos

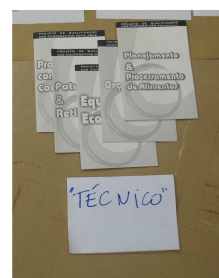
¹⁵ É importante ressaltar que o campo da Economia Solidária ainda não estava consolidado naquele momento o que pode justificar a presença da OCB, que é corporativista e contrária ao cooperativismo popular. Atualmente representa no congresso nacional posição contrária à construção de um marco jurídico para a Economia Solidária.

¹⁶ Na manhã seguinte ao assassinato do prefeito caem as torres gêmeas nos EUA. Esse acontecimento ofuscou o crime político local.

estudantes foi realizada de acordo com as áreas demandadas pelo projeto (Planejamento Econômico, Saúde e Meio Ambiente, Dinâmica das Relações humanas, Produção e Tecnologia e Processos Pedagógicos). A partir dessas áreas foram criados os grupos de estudo e pesquisa em Economia Solidárias (GEPES), que representam uma permanência em nossa estrutura metodológica.

Outro critério que chama a atenção nessa primeira seleção é uma cota para estudantes negros. Por último vale destacar que, conforme relato de formadores mais antigos, o currículo acadêmico dos estudantes deve ter sido determinante nessa primeira seleção. Segundo esses depoimentos uma parte dos formadores tinha ótimo desempenho acadêmico, mas nenhuma experiência ou afinidade com extensão universitária e Educação Popular.

O primeiro curso de formação consistiu em três módulos: “Mudança no Mundo Trabalho” ministrado por professores da Unicamp, “Gestão e Autogestão” ministrado pela ANTEAG com temas pragmáticos e “Educação Popular de Jovens e Adultos” ministrado por Silmara de Campos (FE/Unicamp). Durante o curso desenvolvida a metodologia de intervenção que resultou na produção “caderninhos temáticos”, que estão diretamente ligados aos temas apresentados pela ANTEAG no segundo módulo.



foi
de

A primeira intervenção da ITCP/UNICAMP ocorreu por meio do Programa de Qualificação de cooperativas, atendendo cerca de 320 trabalhadores desempregados ou de baixa renda recrutados pelo poder público. O programa consistia em um curso sobre cooperativismo. Os planos de curso da época sugerem que havia uma turma para a área de cozinheiras e outro pra reciclagem de lixo. Ao final do curso havia certificado de conclusão para os trabalhadores e celebração de encerramento com a presença de autoridades. Os formadores dessa época relatam a dificuldade de coesão e construção de um sentido coletivo de trabalho uma vez que era um cadastro de desempregados que reunia aquelas pessoas. Apesar das dificuldades, 11 grupos produtivos formaram-se a partir do programa de qualificação.

Em março de 2002 a ITCP/UNICAMP inicia de fato o processo de incubação, ou seja o acompanhamento e formação de trabalhadores em seu local de trabalho. Essa mudança é marcada pelo “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”. A partir da programação desse segundo seminário é possível perceber algumas diferenças em relação ao primeiro. Enquanto o primeiro se caracterizava por um evento político com falas de autoridades que apoiavam a iniciativa, o segundo representa um encontro acadêmico entre pares que discutem a prática de incubação. As ITCPs das seguintes universidades estavam presentes: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de São Paulo (USP) e Universidade Católica de Pelotas (UCPel). A partir dos registros do encontro é possível perceber que a ITCP/UNICAMP buscava estruturar sua metodologia de incubação a partir da troca de experiências e metodologias entre as incubadoras mais antigas. Quatro questões orientaram as exposições “princípios para a seleção das iniciativas a serem incubadas”, “objetivos e princípios teóricos da incubação”, “Metodologia”, “Estrutura e funcionamento das incubadoras”.

Também em 2002 realizou-se o segundo curso de formação de formadores.

Diferentemente de hoje, cada equipe de incubação acompanhava grupos de diferentes cadeias produtivas. Uma formadora relatou que a sua equipe incubava um empreendimento de produção de alimentos, um de triagem de material reciclável e outro composto por deficientes auditivos. A incubação consistia em uma assessoria isolada prestada por cada uma das áreas (GEPES). Conforme atestam os planos de incubação relativos àquele período, as equipes definiam um calendário de atividades para o empreendimento e as distribuíam entre seus

formadores. Cada formador ia sozinho “a campo” e apenas para aquelas atividades relativas à sua área específica ou ao seu GEPES. O Plano de Negócios norteava a incubação. Os caderninhos de incubação “Faturamento e Retiradas”, “Equilíbrio Econômico” e “Orçamento” evidenciam a primazia da viabilidade econômica nesse processo.

Alguns relatos indicam que embora houvesse uma linha mestre da incubadora havia equipes que se pautavam por outros princípios. Também havia divergências e conflitos dentro de algumas equipes.

Havia uma instância de avaliação tripartite constituída por poder público, cooperativas e ITCP. A falta de parâmetros prévios e a pouca experiência dos envolvidos com esse tipo de instância deturpou a idéia inicial do espaço. “Não se construiu um espaço de parcerias efetivas, mas de ataques e defesas, mantendo uma distância entre os envolvidos.” (PPP 2005, p.19). Os diálogos eram marcados por cobrança de estrutura por parte das cooperativas e da incubadora, questionamento do trabalho da ITCP por parte da prefeitura enquanto nas falas dos cooperados prevaleciam as relações interpessoais.

A perspectiva do “acompanhamento técnico”, linha mestre da metodologia de incubação nesse período, somada à meritocracia universitária, gerou uma estrutura interna distante do que hoje entendemos por autogestão. A remuneração dos formadores era diferenciada segundo nível de escolaridade. Havia diferentes faixas entre graduando (R\$ 450,00) e doutorando (R\$ 1050,00). Essa situação contrastava com o discurso de igualdade na tomada de decisão..

Os limites dessa concepção de educação e da estrutura de remuneração foram sentidos por membros daquele coletivo, principalmente por aqueles ligados ao movimento estudantil e à militância partidária. Não à toa tal tensão foi apontada como dicotomia entre TECNOCRACIA x PARTIDARISMO em nosso varal do tempo.

“Existia naquela época um confronto praticamente aberto entre diferentes visões de organização política da incubadora, sendo que para mim, duas se destacavam: uma visão gerencial e outra partidarizada. A gerencial privilegiava como orientação a excelência acadêmica e o tecnocracismo. A partidarizada trouxe a disputa escarnecida da organização por correntes para dentro da incubadora, e acabava agindo como se esta fosse uma célula do partido. Esta briga ideológica não foi tão legal, mas como uma visão acabou se prevalecendo (a partidarizada), com o tempo seus conceitos ideológicos (trotskismo, freireanismo, vigotskismo) prevaleceram na incubadora.” (relato de um formador)

2003 Em 2003 o curso de formação de formadores estava orientado por essa nova tendência. O primeiro módulo do curso abordava a estrutura e funcionamento da sociedade e uma análise de conjuntura. O segundo módulo era dedicado às temáticas de cada um dos GEPES que compunham a incubadora. O terceiro módulo era de oficinas práticas e instrumentos de intervenção: pesquisa-ação, teatro do oprimido, jogos cooperativos além de uma discussão permanente sobre o papel da extensão universitária. Nesse módulo os alunos foram convidados a fazer uma releitura crítica dos “caderninhos temáticos” produzidos em 2002.

Em abril de 2004 a ITCP/UNICAMP organizou 1º. encontro de cooperativas populares com o tema: “Procurando se encontrar? 1o. Encontro de Cooperativas Populares.”

Se por um lado esse período foi profícuo em termos do início da construção de uma nova concepção de projeto, por outro, as atividades junto aos grupos incubados perderam intensidade. A prefeitura municipal de Campinas começou a atrasar o repasse da verba o que levou o coletivo de formadores a entrar em greve.

2004

Ao final de 2004 “a ITCP Unicamp rompe o convênio com a Prefeitura alegando fundamentalmente condições inadequadas de trabalho por falta de suporte da Prefeitura, como atraso no repasse de recursos e infra-estrutura para os grupos incubados.” (MARCONSIN, 2008) Enquanto o município dava sinais de retrocesso no fomento ao cooperativismo, o governo federal instituía a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

2005

Em janeiro de 2005 a ITCP/UNICAMP começou a executar o Programa Nacional de Incubação (PRONINC), elaborado pela SENAES, que passou a financiar integralmente o trabalho da ITCP. A partir desse projeto as equipes começaram a atuação por cadeia produtiva. Havia uma equipe de seis formadores que incubava três empreendimentos da cadeia da reciclagem, outra que incubava três empreendimentos agrícolas e uma terceira que atuava com empreendimentos formados por jovens.

A concepção de educação, incubação e o objetivo da intervenção da ITCP/UNICAMP encontram-se sistematizados no Projeto Político Pedagógico elaborado em 2005. No PPP apresenta-se um aporte teórico para a atuação prática, que entende o formador como condutor do processo de conscientização, levando o caminho da autogestão e transformação aos cooperados e cooperadas. Para isso traz a “doutrina marxista para análise da sociedade de classes”. O projeto aborda a questão da educação popular enquanto práxis transformadora e entende o educador como agente da libertação. Segundo essa concepção, é ele quem leva a tomada de consciência ao oprimido. Outro autor bastante presente é Pistrak, um pedagogo soviético que escreveu “A Escola do Trabalho”. Nessa obra a escola é concebida como espaço para pensar a realidade e transformá-la segundo os princípios da sociedade socialista, passando pela auto-organização dos educandos e pelo trabalho auto-organizado como princípio educativo. O PPP estabelece a ponte dessa experiência soviética com as cooperativas como lugar para pensar a relação do homem com o trabalho, refletir sobre sua realidade e transformá-la. Também nessa perspectiva o formador aparece como figura central no processo.

Outro aspecto que esse PPP apresenta é uma metodologia de incubação por “eixos temáticos”. Cada equipe deveria, a partir de um diagnóstico participativo da realidade do grupo produtivo, estabelecer uma questão central que perpassasse a atuação de todos os GEPEs. Esperava-se que a equipe deixasse de ser “um ajuntado de formadores” e começasse a realizar de fato um trabalho coletivo e interdisciplinar de incubação. Outra diretriz que o PPP estabelece é a construção de projeto de GEPEs. Cada grupo de estudo deveria apresentar o seu embasamento teórico e, em caso de divergência, o coletivo decidiria por uma das linhas.

Em 2005 o coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP realizou um encontro interno que resultou na produção do documento o “Consenso de Jaguariúna” em que se afirma a primazia da formação política:

“... entendemos que a tarefa colocada aos militantes da Economia Solidária deve ser maior do que buscar a geração de trabalho e renda a uma parcela excluída da sociedade; deve acima de tudo contribuir com a transformação social, pois somente a transformação social e o fim do capitalismo poderão incluir de forma definitiva todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, o trabalho de formação política deve ser entendido como um princípio a ser seguido...” (Consenso de Jaguariúna, 2005)

O documento final também aborda a avaliação das equipes que atuaram segundo a nova metodologia proposta no período de pré-incubação. Questões como a dificuldade de encontrar um grupo, o estranhamento das comunidades (principalmente rurais) com a proposta e a falta de estrutura para início da produção aparecem nas avaliações.

Embora todas essas formulações apontem para uma relevância do trabalho de incubação, para muitos formadores a ITCP era um espaço secundário. A campanha eleitoral, o movimento estudantil e outros espaços revelaram-se prioritários para a “formação política” quando comparados às atividades da incubadora. Esse foi um período cheio de ausências, rotatividade de formadores e debates políticos acalorados. O PRONINC foi finalizado em dezembro de 2006, 9 grupos foram incubados e 4 foram formalizados. O convênio com o PRONINC possibilitou ainda a realização do IV e V cursos de Formação de Formadores da ITCP/UNICAMP.

2006

O ano de 2006 marca o fim dos grandes financiamentos. O convênio com a prefeitura e o PRONINC se direcionavam ao financiamento integral da incubadora. Permitiam o desenvolvimento do projeto de extensão como um todo abarcando o ensino e a pesquisa. A partir de 2006 os projetos não focalizam a extensão, mas alguma realidade social específica. A extensão deixava assim de ser o objeto de financiamento e passava a ser o meio pelo qual as agências financiadoras alcançam suas “metas sociais”. Isso teve consequências para a metodologia de incubação. O volume de trabalho burocrático aumentou consideravelmente e o descompasso de duração entre os diferentes projetos dificultou o estabelecimento de uma ação coordenada entre as equipes.

Em 2006 a ITCP/UNICAMP dá início a duas novas frentes de atuação financiadas por meio do convênio FINEP/Rede de Tecnologia Social (RTS). Esse é o primeiro de muitos projetos que financia apenas “um pedaço” da incubadora. Entre fevereiro de 2006 e outubro de 2007, uma nova equipe começou a incubar dois grupos autogestionários no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS: um grupo de artesanato (formado por Portadores HIV/AIDS) e uma associação de mulheres profissionais do sexo. Por meio do mesmo financiamento, uma dupla de formadores coordenou a incubação de uma Incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC, com sede em Registro.

Esse projeto trouxe mudanças para a metodologia de incubação. Em primeiro lugar, a temática dos novos empreendimentos possuía centralidade no corpo e na sexualidade. A incubadora não tinha desenvolvido um olhar para esses temas tabus. Essas discussões tomaram corpo em um grupo de estudos de gênero acompanhado por uma docente, que posteriormente foi transformado em um dos GEPES da ITCP. Outra novidade foi a incubação de uma associação política de profissionais de sexo que, diferentemente dos demais EES, não possuía a centralidade no processo de produção. O trabalho consistia na discussão política sobre o mundo do trabalho e sua intersecção com gênero, sexualidade e violência, focando na especificidade dessa ocupação que, assim como catadores, camelôs e ambulantes, está à margem da concepção tradicional de trabalho. Esse conjunto de trabalhadores é constantemente atingido por ações do poder público, em nome de uma concepção de “limpeza urbana”.

A associação das profissionais do sexo se tornou um espaço de formação, discussão e reivindicação dessa categoria, estabelecendo parcerias com outros movimentos sociais e entidades trabalhistas, como a CUT¹⁷.

A incubação da incubadora também foi significativa para a metodologia da ITCP/UNICAMP. A necessidade de apresentar uma metodologia de incubação na perspectiva de formação de

¹⁷ Atualmente a Associação Mulheres Guerreiras tem como sede um sala no prédio da CUT Campinas, demonstrando a perspectiva de reconhecimento dessa atividade como um trabalho.

uma nova incubadora forçou uma melhor organização e sistematização das ações e debates teóricos. Esse processo foi coordenado por dois formadores e contou com a participação rotativa de formadores pertencentes aos diferentes GEPES, que apresentavam seus debates teóricos específicos.

Diante dessa necessidade, a elaboração dos projetos de GEPES ganharam mais sentido. O GEPES de Comunicação e Arte escreveu o artigo “A comunicação popular na construção da identidade” em que aborda o desenvolvimento de uma identidade visual popular em oposição àquela demandada pelo marketing capitalista.

O GEPES de Produção e Tecnologia elaborou o “Engenheiro educador” em que aparece um debate mais avançado, tomando mais cuidado com a dialogicidade do processo, colocado a primazia na demanda real das cooperativas. Por outro lado o texto estabelece um diálogo com os estudantes de engenharia. Ao mesmo tempo em que faz uma crítica aos cursos de engenharia, orientados para produção capitalista, convida os estudantes a colocarem seus conhecimentos sobre processo produtivo à serviço dos pequenos empreendimento com valores igualitários.

Em março de 2006 foi firmado um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esse projeto teve como objetivo proporcionar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos. Esse é o único projeto na história da ITCP/UNICAMP que financiou **estrutura para os grupos incubados.** (Esse edital foi uma conquista do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável - MNCR) Por meio desse financiamento foram adquiridos equipamentos de triagem e de proteção individual para duas cooperativas de Campinas. Além disso, o projeto permitiu colocar a Tecnologia Social em prática. Uma mesa de triagem foi projetada conjuntamente por trabalhadores e formadores¹⁸. Também dentro da perspectiva da Tecnologia Social, ocorreram visitas às cooperativas de triagem de São Paulo com o intuito de levantar as soluções tecnológicas encontradas pelos trabalhadores. As visitas foram realizadas por um formador e uma cooperada e culminaram na realização de um seminário em que participaram as cooperativas de triagem de Campinas e um representante do MNCR.

2007

2007 é o tempo das vacas magras. A ausência de financiamento reduz o quadro de formadores e a incubação se limita a acompanhamentos pontuais com o objetivo de não perder o vínculo com os grupos e poder regressar com mais efetividade com a chegada de novos financiamentos.

No segundo semestre de 2008 inicia a execução de um novo projeto PRONINC. Em sua origem esse programa previa o financiamento integral das incubadoras, mas a edição de 2007 cortou em 50% os recursos previstos em relação à edição anterior. Dessa forma a busca por financiamentos paralelos continuou sendo uma preocupação constante da ITCP. Soma-se a isso a diminuição do apoio financeira por parte da Pró-reitoria de extensão, que também passou a adotar a prática dos editais. A partir de então, para ter apoio financeiro da Universidade, passou a ser necessário submeter um projeto internamente e aguardar todos os trâmites e atrasos burocráticos até a sua aprovação.

2008

Com a chegada dos recursos do Proninc 2007, os formadores que ainda estavam no coletivo, organizaram uma seleção para 8 novos educadores, para qual fora feita uma ampla divulgação. Essa seleção contou com mais de 100 inscritos e o critério mais forte era não apenas o contato com a Educação Popular, mas o trabalho junto aos Movimentos Sociais. Ao mesmo tempo mantém-se a cota de formadores por área de conhecimento.

¹⁸ Um relato completo da experiência encontra-se em FRAGA, VASCONCELLOS e SILVEIRA, Projeto de Construção “Mesa de Triagem de Materiais Recicláveis”. (mimeo)

Os formadores selecionados no entanto, não haviam feito o curso de formação de formadores organizado pela ITCP/Unicamp, que havia passado do critério “obrigatório”, para o “desejável”, mas se comprometeram a cursá-lo concomitantemente ao trabalho. Destaca-se aí um primeiro ponto no que se refere à metodologia da incubadora: os formadores novos, além de fazerem o curso, ministravam algumas aulas. O reconhecimento dos formadores como sendo educandos-educadores, fez com que os selecionados compreendessem esse conceito fundamental de Paulo Freire a partir da prática, talvez alterando o comportamento dos mesmos, diante das atividades de incubação.

Podemos dizer que a chegada desses novos educadores reforçou um posicionamento político do grupo que havia permanecido na ITCP. Ao mesmo tempo o vínculo cada vez maior com os movimentos sociais se fortalecia. O grupo de estudos de processos pedagógicos que, por pressuposto, faz o debate metodológico na Incubadora, escreve então um novo artigo, no qual as idéias de autogestão, o distanciamento teórico/prático dos partidos políticos de esquerda brasileiros e o aprofundamento na filosofia freireana são percebidos (WIRTH, CHABES e PAVAN, 2008).

Nesse momento a dicotomia entre tecnocracia e partidarização já não era central na incubadora. A questão dos partidos, em especial, deixou de ser estruturante (mesmo que de forma velada) do nosso coletivo de formadores.

2009

Em 2009 é finalmente publicada a “EMPÍRICA”, um caderno de metodologia de incubação que resultou de um intenso esforço de sistematização das oficinas e instrumentos práticos produzidos e utilizados durante o processo de incubação.

A presença da ITCP/Unicamp é notada pelos Movimentos Sociais da região nos espaços de reivindicações e lutas dos mesmos, destacando-se aí, a Marcha do MST em 2009, ocupações de terra, ato campo-cidade do MST, atividades organizadas pela Fábrica Ocupada Flaskô como passeatas e atos culturais, diálogo com o MNCR através da participação nas formações organizadas pelo mesmo, convites para que os movimentos ministrassem aulas no curso de formadores, entre outras ações.

Ao convivermos mais e compreendermos um pouco melhor a realidade dos Movimentos, estes também começam a procurar a ITCP/Unicamp e sua concepção (e não apenas a realização). Dessa forma, novos projetos relacionados à organização produtiva dos trabalhadores se iniciam. É importante salientar o trabalho do GEPES de gênero. Como faz parte do perfil da ITCP/UNICAMP tratarmos essa questão com a mesma relevância que o sucesso econômico dos EES, o Setor Regional de Gênero do MST elabora conosco um projeto de organização produtiva das mulheres do Campo, que não foi aprovado. Porém, o vínculo criado nesse momento com o setor de gênero e a participação das formadoras da ITCP em diversos espaços organizativos das mulheres do MST, fortaleceram uma parceria para além de “simples espaços educacionais”, reconhecendo-nos como companheiras de luta.

Essa participação constante nos espaços de luta dos Movimentos representa também nossa posição no momento da “crise econômica” alardeada nos meios de comunicação de massa, em 2009. E esse foi o norte do debate que levamos para a Argentina, quando apresentamos um outro artigo do Gepes de PP “Educação Popular, Universidade e Autogestão: uma experiência brasileira de incubação de empreendimentos populares” no “II Encuentro de Economía de los trabajadores.”.

É também em 2009 que o coletivo de formadores inicia o debate e a escrita do novo PPP da Incubadora. Como fruto desse processo, no planejamento de 2010, os formadores decidem como linha política para os próximos períodos, o trabalho junto aos grupos produtivos ligados aos movimentos sociais que temos contato.

2010

E novas ocupações e lutas acontecem. E os recursos da incubadora continuam diminuindo. E nosso posicionamento político fica mais claro não apenas para os grupos com os quais atuamos, mas também por exemplo, para a PMC que, no início de 2010,

através de uma carta, tenta constranger a continuidade de nossa incubação nos grupos de Campinas. O fato ocorre logo após o encontro de Cooperativas, que nesse ano fora organizado não apenas pela ITCP. Representantes de cooperativas compunham a organização e o encontro revela-se um espaço combativo e de reivindicação dos trabalhadores, no qual houve falas dos trabalhadores e formadores da ITCP, cobrando da Prefeitura Municipal, as melhorias que a mesma outrora prometera.

Esse enfrentamento com a PMC e a resposta unilateral que recebemos (carta de expulsão do programa), ecoou em algumas instâncias da ECOSOL, sobretudo no Fórum Paulista de Economia Solidária, que no mês de maio se reuniu em Campinas.

Para nós, esta data é significativa, uma vez que não apenas as trabalhadoras da Cooperativa incubada por nós fizeram falas em nosso apoio, como também os Movimentos Sociais (MST e Flaskô), que falaram sobre a importância da autogestão e do nosso trabalho. Nós, que sempre cumprimos o papel de apoiadores dos Movimentos, nesta ocasião, nos sentimos apoiados pelos mesmos.

O fórum paulista encaminhou a realização de uma reunião entre prefeitura e ITCP, com participação de outros membros do fórum, para debater o conflito existente. Apesar do pedido de reunião ter sido formalmente protocolado, esta não ocorreu.

Por conta da relação cada vez mais orgânica com os movimentos sociais, participamos, juntamente com outros estudantes da universidade, de algumas atividades na Unicamp, que denunciavam o mau uso dos espaços públicos. Divulgamos em nosso site os vídeos, feitos pelos estudantes, denunciando as péssimas condições dos trabalhadores terceirizados na Unicamp e, nessas ocasiões, os MS sempre estiveram presentes, trazendo para dentro da Universidade extremamente elitizada, um pouco de sua força, de sua mística, suas bandeiras e cores.

O ano de 2010, além de ter sido de muita luta, dentro e fora da universidade, também foi um ano de experimentações para o coletivo. No segundo semestre do ano, podemos pontuar dois fatos: a diferenciação na carga horária dos formadores, e a mudança na estrutura da coordenação.

O primeiro fato ocorre na tentativa de contemplar a participação de todos os formadores que pudessem dedicar algum tempo para a ITCP. E percebemos que haviam perfis diferenciados, com formação e disponibilidade de tempo também muito diferentes. Nosso coletivo contava com graduandos, graduados, pessoas que não eram alunos da Unicamp, pós-graduandos, pós-graduados, mães, pais, pessoas que tinham outras fontes de remuneração, pessoas que viviam apenas da remuneração da ITCP. Nossa carga horária na época era de 20 horas de trabalho mais 10 horas de estudo. Discutimos diversos critérios para a mudança da carga horária, a saber: formação acadêmica, tipo de trabalho que realizaria na ITCP, carga horária prevista em editais aprovados, experiência na ITCP e disponibilidade de cada formador. Após essa discussão coletiva, definimos 4 jornadas: 10, 15, 20 e 25 horas de trabalho semanal, mais 10 horas de estudo. Também chegamos no valor de R\$10,00 por hora de trabalho (que era o que nosso financiamento permitia), o que contemplaria também a arrecadação de INSS dos formadores.

Essa discussão, aliada ao fato de que havíamos sido “retirados” do prédio que ocupávamos, e alojados em um prédio com condições piores de trabalho (fato ocorrido em julho de 2010), fez com que o coletivo retomasse uma discussão deixada de lado pela Universidade, que seria a criação de uma categoria que valorizasse o trabalho de extensionista, dando-lhes os mesmos direitos e assistência que as demais categorias, como os “pesquisadores-colaboradores”, possuem. Acreditamos que apenas uma mobilização muito forte conseguiria aprovar uma proposta assim no Consu (órgão deliberativo da Unicamp). Todavia, uma primeira conversa fora feita com o Pró-Reitor de Extensão, assim como a preparação dessa pauta, que ainda não conseguimos força e articulação suficiente para aprovar. Mesmo assim, o processo de

conversas sobre a criação dessa categoria fora muito rico, pois nos dá mais clareza do descaso que há com a Extensão e consequentemente mais certeza de que essa luta precisa ser feita.

Corroborando com essa luta, o fato de que muitos formadores passam pela incubadora e não tem reconhecimento institucional nenhum. Vide a batalha pelo reconhecimento das horas trabalhadas na ITCP como sendo horas de estágio. Mesmo alegando que o estágio é do tipo “não-remunerado”, o formador que se atreve a pedir reconhecimento, percorre uma verdadeira odisséia burocrática na Unicamp. Em 2010 tivemos o nosso primeiro caso de um processo de reconhecimento de estágio que está dando certo (no gerúndio, porque não está concluído).

Esse reconhecimento daria possibilidade a alunos que não querem utilizar suas horas de estágio em um trabalho vazio e voltado ao capital, de o fazerem na Incubadora, na extensão e na luta concreta junto aos movimentos.

O segundo fato foi a alteração da estrutura de coordenação da ITCP (composta até hoje apenas por alunos). Tínhamos até Outubro de 2010, o que chamávamos de Coordenação Executiva (CE), que era composta por formadores que não participavam das incubações, mas cumpriam as tarefas de representação - externas e internas à Unicamp -, de organização e, muitas vezes, de execução de todo o trabalho burocrático da ITCP. Devido à falta de recursos, do conseqüente enxugamento do quadro de formadores (ninguém fora deligado da ITCP, mas a incerteza que o financiamento via editais nos traz, faz com que os formadores procurem outros trabalhos) a CE passou de 4 para 2 formadoras.

Com a chegada de novos recursos, com a avaliação de alguns formadores de que a CE tendia a uma forte burocratização e distanciamento da realidade dos grupos e com a preocupação de não compormos as novas equipes apenas com formadores inexperientes (pensando na continuidade dos trabalhos junto aos EES e na apropriação dos novos com a metodologia de trabalho), alocamos as duas formadoras da CE em equipes de trabalho. Cada equipe passou a ter um Coordenador de equipe, que está presente nas incubações, cumpre as mesmas funções dos demais, no entanto cuida da gestão de alguns editais e representação. Estes são os formadores que cumprem a maior jornada de trabalho, 25 horas semanais.

Esse novo modelo de coordenação, que reúne os coordenadores de todas as equipes, é chamado de Coordenação Geral. Além da integração e socialização das ações das diferentes equipes, do acompanhamento burocrático dos projetos essa instância tem a função de organizar as pautas e a reunião do coletivo.

A supressão da Coordenação Executiva, para o modelo de coordenação descentralizada e por equipes (CG), ainda está em fase de avaliação.

Foi apenas com a chegada dos novos formadores em Outubro, que o coletivo se estimulou e finalizou finalmente seu PPP, apresentado aos novos na semana de formação “Camille Guerin”, organizada como forma de recepção. Infelizmente, por falta de recursos, a ITCP não organizou em 2010, o curso de formação de formadores.

Para dar coesão ao novo grupo e explorar outras formas de diálogo iniciam-se ao final de 2010, um trabalho de Teatro do Oprimido e Laboratório do Sensível. A utilização de outras linguagens é coerente é necessária em qualquer coletivo e organização que se pretenda transformadora. Essas técnicas vêm sendo conduzidas por um ex-formador, que enxergou nos cursos de teatro realizados a oportunidade de retribuir ao coletivo o aprendizado que teve na ITCP.



1.3 Perspectivas

2011

Em fevereiro de 2011, data de elaboração deste documento, já conseguimos vislumbrar alguns acontecimentos que certamente irão compor esta linha do tempo, a saber:

- o novo planejamento a ser realizado em breve;
- a vivência, que o coletivo fará no quilombo de Ivaporanduva no Vale do Ribeira. Nessa vivência poderemos conhecer um pouco da realidade de uma formadora do coletivo, quilombola, com a qual tivemos alguns problemas no que diz respeito à apropriação da mesma sobre a dinâmica do coletivo e a realidade da Unicamp. Além disso, nos propusemos a refletir sobre a nossa dificuldade de compreendermos o outro, sem o que não faz nenhum sentido falarmos em educação popular e dialogicidade. Nessa ocasião, vislumbramos uma interação mais rica entre nós e também um espaço de formação no qual exporemos as vísceras das nossas contradições, imprescindível para que possamos crescer coletivamente
- a decisão sobre a supressão ou não da Coordenação Executiva
- o aprofundamento de uma discussão que iniciamos, acerca da organização de um “banco solidário”.
- a organização e participação dos seminários do projeto “Articulação ITCPs”.

As cartas escritas ao final da atividade da linha do tempo mostram que a busca incessante pela coerência teórico-prática não terminou e que as respostas para tal dilema se encontram no processo.

“Estamos passando por uma mudança a partir da linha ‘aproximação dos MS’ que penso que daqui à algum tempo vamos avaliar e isso influenciará nossa metodologia de incubação como também mudará nossas preocupações em termos de alianças e parcerias...”

“Apesar de visualizarmos as mudanças e avanços da ITCP olhamos ainda para um futuro e uma intervenção cheia de desafios. (...)As oficinas e a ação das equipes são pensadas internamente e acordadas com as cooperativas, afirmando a segregação do trabalho braçal do trabalho intelectual...”

“...resignificando aos poucos sua postura e ações junto aos grupos e movimentos sociais, descobrindo aos poucos qual seu papel e suas tarefas dentro deste novo universo que começa a aflorar. Neste novo lugar busca, ao mesmo tempo, reorganizar sua posição dentro da universidade nessa relação conflituosa com a burocracia e a

institucionalidade entre rubricas e relatórios e ofícios e a necessidade de auto-organizar, construir acordos e sistematizar os acúmulos teóricos e metodológicos.”

“Crises que são parte do processo; dinâmico; de enfrentamentos de realidades, e de possibilidades de construção conjunta de uma nova realidade...”

2. A metodologia de incubação hoje

(Q. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8)

Atualmente a ITCP/Unicamp possui as seguintes instâncias em sua organização interna: Coletivo (instância máxima de nossa organização, ocorre quinzenalmente); Coordenação Geral (composta por um coordenador de cada equipe); três equipes de trabalho (que realizam a incubação) nas cadeias de agricultura, resíduos sólidos e construção civil; Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária-GEPES(em sete áreas do conhecimento: Processo Pedagógico, Planejamento Econômico, Saúde do Trabalhador, Dinâmica da Relações Humanas, Comunicação e Artes, Produção e Tecnologia e Gênero); Pesquisadoras (mulheres que fazem ou fizeram parte do coletivo de formadores e realizam ou realizaram pesquisa acadêmica em temas relacionados ao nosso trabalho, estudam temas relativos à pesquisa-ação e são responsáveis por encaminhar as demandas relacionadas à projetos acadêmicos que chegam para a ITCP ou EES incubados) e Gts (Grupos de Trabalho para resolver questões mais específicas do coletivo).

É com essa organização interna que a Incubadora tem como horizonte, trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção. A opção por essa direção se dá por sabermos dos limites de nossa atuação no campo da Economia Solidária, uma iniciativa quase consensual e, por isso, perigosa: pode abarcar desde grupos patrocinados por empresas privadas, que visam o lucro e falam de solidariedade, auto-organização para se auto-promoverem e competirem melhor no mercado, até cooperativas de mulheres do acampamento mais precário do MST. Nós, ao longo dos últimos dez anos, fizemos nossa escolha. Tentar construir e aprender com a experiência dos movimentos como podemos criar condições objetivas e materiais, de auto-organização dos trabalhadores, horizontais e, ainda, que apontem para novas formas de organizar o processo produtivo da sociedade. Sabemos que é um projeto um pouco ambicioso, porém, uma mulher nova, livre, que vai construir uma sociedade nova e livre, junto com os homens, não surgirá senão de nossos sonhos. E muita luta. É através dessa luta e de nossa presença nela que as diferenças de classe muitas vezes presentes entre cooperados e universitários, tendem a ser um problema menor. Por um lado, aprende-se com a realidade concreta dos oprimidos e se reconhece como opressor, pré-condição para qualquer possibilidade de transformação. Por outro, respeita-se a opção de classe e enxerga-se naquele que poderia ser muitas vezes opressor, a condição de oprimido do mesmo, quando juntos, na luta, estão do mesmo lado.

Bem, na prática, o processo de incubação tem como passos centrais a realização de diagnóstico por áreas do conhecimento (e cada formador deve ter o olhar atento para a área da qual faz parte), um planejamento conjunto e avaliação permanente, pautados o tempo todo pelos princípios da educação popular. A vivência junto aos grupos e a presença nos espaços, seja delegacia, quando da reintegração de posse onde é comum a detenção de militantes, seja em festa para arrecadação de fundos, hoje são considerados fundamentais para que o processo de incubação passe de “oficinas que os estudantes dão para os cooperados melhorarem”, para espaços de companheirismo e produção, necessários para que possamos atingir nossos objetivos maiores em comum, já descritos acima.

Ao longo dos anos, a Incubadora optou por alguns critérios para tornar o trabalho viável: que os grupos existissem com uma identidade mínima; não preterir algum grupo de acordo com sua organização formal, ou seja, trabalhamos, com cooperativas, associação, grupos que não optaram por legalização; que os grupos fizessem parte da nossa região geográfica, para respeitar um acordo na rede de itcps que preza por isso, além de tornar viável e freqüente os espaços de vivência; que os grupos tivessem alinhamento político e atuassem junto aos movimentos sociais.

Mesmo com esses critérios, a diversidade no que se refere à realidade de cada grupo ou movimento social é muito grande e é necessária uma metodologia muito balizada nos princípios da educação popular, sobretudo a dialogicidade, para conseguirmos trabalhar de forma coerente. Nesse sentido, os movimentos cumprem um papel importantíssimo, à medida que proporcionam outros espaços de aprendizagem e formação política, sejam mutirões, assembleias, cursos etc.

Também é necessária uma sensibilidade grande da parte dos educadores e uma auto-avaliação permanente, para que a metodologia não seja encarada como um guia ou uma cartilha a se aplicar nos grupos, uma vez que durante o processo de incubação, elaboramos muitas oficinas, tanto nas equipes, quanto nos GEPES, o que faz com que as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares.

É através dessas oficinas que se estabelecem o diálogo com os cooperados sobre formas de organização, divisão entre trabalhos formal e intelectual, instâncias decisórias, respeito entre diversos tipos de saberes, busca por novas linguagens, entre outros aspectos. A seguir apresentamos relatos de duas equipes que detalham a maneira como esses temas foram abordados no cotidiano da incubação.

2.1 Trabalho intelectual x trabalho braçal

(Q.6)

2.1.1 Equipe em construção

A equipe que hoje atua junto ao setor de construção civil incuba um único grupo, que apresenta como peculiaridade: a recente reformulação da organização do trabalho interno sob os princípios do cooperativismo. O início do trabalho da ITCP coincide com o momento em que o grupo começa a discutir e identificar a importância da autogestão, da rotatividade de funções, da descentralização das decisões e da troca de saberes para a sua organização. O grupo passou a questionar suas práticas anteriores e pensar uma nova forma de atuação a partir desse momento.

Dentre os aspectos levantados, consideramos mais relevantes a “instância de decisão” e a “divisão entre trabalho intelectual e material”. O primeiro aspecto vem sofrendo um processo de ressignificação. Havia uma grande concentração de poder dentro do grupo, em que apenas poucas pessoas decidiam sobre a gestão dos recursos, da produção, das tarefas e da administração. Atualmente a preocupação com a descentralização das decisões tem estado muito presente no sentido da reorganização desses trabalhadores, sendo este o aspecto que mais evoluiu.

O segundo aspecto também vem sofrendo mudanças. A divisão entre trabalho administrativo e trabalho na produção era bastante proeminente, não havendo reconhecimento do trabalho administrativo como fundamental para o andamento da própria obra, o que, no nosso entendimento, é fruto da centralização das decisões e também da alienação do trabalho. A percepção sobre o trabalho administrativo tem se modificado, com

um maior entendimento da sua importância, mas não avançou tanto quanto o primeiro aspecto.

2.1.2 Equipe Rede

No que diz respeito à divisão do trabalho intelectual e braçal, compreendemos que esse é um fator limitante da autogestão. No empreendimento em questão, a ITCP e algumas poucas cooperadas que realizam as atividades de gerência constroem o trabalho intelectual, enquanto as demais cooperadas o braçal. Neste momento, buscamos nos aproximar do trabalho braçal pensando em fazer uma analogia entre esses dois mundos e estabelecer uma intersecção entre eles, possibilitando uma abertura de pensamento das cooperadas em relação ao trabalho intelectual como transformador da realidade concreta.

Quanto à valorização dos diferentes saberes e ao desenvolvimento de outras linguagens possíveis para a prática de incubação, a equipe considera que a própria experiência de incubação seguida da avaliação do trabalho tem permitido o reconhecimento desses saberes e linguagens, normalmente vinculados à experiência prática das cooperadas e à sua lógica de mundo. Nesse aspecto em especial, consideramos importante, como formadores, desenvolver a sensibilidade de acolher esses saberes e articulá-los de acordo com a metodologia da autogestão para que o conhecimento das cooperadas, somado ao dos formadores, se traduza na auto-organização do empreendimento.

2.2 Exemplos concretos da metodologia de incubação

(Q. 10)

2.2.1 Equipe Rede

Selecionamos uma atividade de incubação cujo objetivo era realizar um planejamento junto ao empreendimento em um contexto de transição da equipe de incubação. No trabalho de transição feito anteriormente, realizou-se uma “chuva de idéias” com as cooperadas, que representava a retomada do planejamento para o empreendimento e o início da incubação para a nova equipe.

Dessa forma, as idéias foram consideradas como possíveis temas para se pensar o planejamento da cooperativa a partir da construção coletiva de um quadro com a seguinte estrutura: Tema /Meta/Tarefas(como?)/ Atores/Prioridade

Os temas por sua vez, foram divididos em grupos:

8. Grupo 1: Trocas de experiências com outras cooperativas, aproximação com a Flaskô, divulgação da Cooperativa, materiais sobre a história da cooperativa (vídeo)
9. Grupo 2: Iluminação da cooperativa, organização do barracão, segurança da cooperativa, organização da produção, manutenção das mesas de triagem.
10. Grupo3: Entender o Contrato do lixo de Campinas, compreender o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, conhecer toda as etapas da cadeia produtiva de resíduos

sólidos, questões da contabilidade.

A divisão das cooperadas durante a atividade obedeceu ao número de grupos que inicialmente trabalharam “Meta e Tarefas” separadamente, e posteriormente se uniram para trabalhar “Atores e Prioridade”.

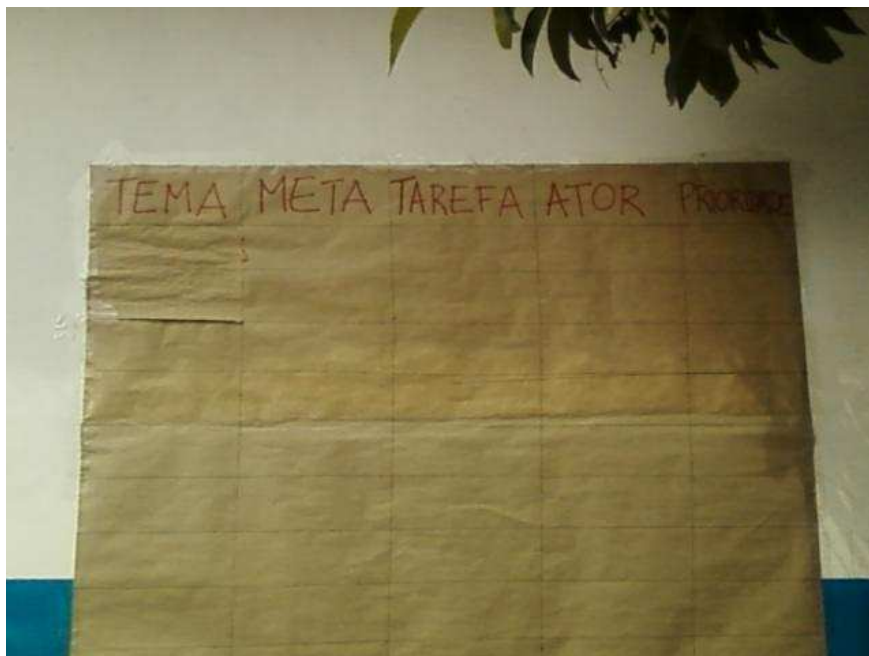


Tabela de Planejamento

Relato Oficina

Os objetivos da oficina não ficaram muito claros de início. Havia certa dificuldade de compreensão do que os termos que estávamos usando significavam naquela oficina (tema, tarefa, meta). Eles faziam muito sentido para nós que havíamos planejado a oficina, mas para elas estavam confusos.

Nos grupos:

No retorno à plenária, havia diferença na receptividade das apresentações de cada grupo. O primeiro grupo a apresentar tratava de questões mais estruturais para a cooperativa, e houve muita divergência entre as cooperadas. As cooperadas que estavam no grupo eram mais novas na cooperativa e houve um choque de opiniões quando foi levada a discussão para a plenária. A apresentação do segundo grupo teve maior aceitação. Possivelmente a diferença tenha se dado pelo fato de o primeiro grupo tratar de questões mais concretas e o segundo ser mais abstrato, gerando menos conflito.

O terceiro grupo também teve uma aceitação boa, contudo, havia um hiato entre o que estava escrito nas tarjetas e o vocabulário usual das cooperadas.

Na hora de elencar as prioridades, ficou clara a centralidade nas falas de algumas cooperadas, talvez pela apropriação que estas já possuem a respeito da cooperativa.

Alguns pontos tiveram divergências de eleição de prioridades:

Conhecer as outras cooperativas → foi colocado como muitíssimo importante para a cooperativa, mas é um projeto de mais longo prazo.

Curso de informática → descrença de que as cooperadas se comprometerão em fazer o curso com seriedade.

Todas as demandas que se relacionavam de alguma forma com a Prefeitura eram colocadas como difíceis. Nas apresentações, a maior parte das atividades envolviam a ITCP e foi levantado que “a cooperativa não está conseguindo andar sem a ITCP”.

Avaliação

Essa atividade forneceu à equipe elementos muito importantes para o trabalho de incubação. Brevemente destacamos alguns deles:

Compreensão das cooperadas em relação ao vocabulário utilizado para a oficina de planejamento;

Diferença de interpretação entre cooperadas mais novas e mais antigas a respeito das questões que envolvem a cooperativa;

Presença de conflitos no grupo;

Diferença de participação e detenção de conhecimento entre as cooperadas a respeito das questões que envolvem a cooperativa;

Dificuldade de relacionamento do grupo com a Prefeitura Municipal;

Reconhecimento de certa dependência na relação entre o grupo e a incubadora.

Avaliando esses elementos, a equipe tem melhores condições de repensar o trabalho no que diz respeito ao uso e à compreensão de linguagens técnicas, à transmissão de diferentes saberes, às relações entre as cooperadas, às relações institucionais do empreendimento com outros atores.

A observação e a constante avaliação do trabalho permitem que equipe e cooperadas, conjuntamente, reorganizem os temas e o próprio planejamento do empreendimento, buscando na conjunção de diferentes técnicas e saberes, efetivar a auto-organização do empreendimento e de cooperados (as). Como um processo de mútuo aprendizado, o exercício da educação popular e da autogestão, como suporte da metodologia da ITCP, permite também que a equipe se forme como educadores.

TEMA	META	TAREFA
Identificação das necessidades das mulheres	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Elaboração da cooperativa	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Segurança da cooperativa	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Organização da produção/empresa	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Materiais sobre a história da cooperativa (vídeos)	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Aproximação com a FLASKÔ	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Trocas de experiências com outras cooperativas	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Divulgação da cooperativa	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Manuseio de equipamentos de informática	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Compreender o Plano Nacional de Resíduos Sólidos	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005
Entender o Contrato do Lixo em Campos	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005	Elaborar o plano de trabalho e a programação para o ano de 2005

Tabela de Planejamento Preenchida

2.2.2 Equipe Agricultura

Uma experiência importante ocorrida recentemente, foi a primeira oficina entre-grupos, na qual os formadores cumpriram o papel de facilitadores do espaço, uma vez que viabilizaram transporte para as mulheres e apresentaram-nas. Obviamente, por conta dos espaços de luta das mulheres do campo, algumas já se conheciam. Tratou-se de uma oficina na qual a AMA- Associação de Mulheres Agroecológicas de Mogi-Mirim, ligado à Sintraf (grupo incubado pela ITCP desde 2005) ensinou como produziam mandioca e banana chips ao recém formado grupo de mulheres, no acampamento Elizabeth Teixeira em Limeira, ligado ao MST. Nesta experiência, podemos considerar que algumas barreiras comuns ao nosso trabalho foram, de certa forma, superadas:

Ambos os grupos possuem quase nenhuma estrutura, e a venda de chips, mostrou-se, ainda que muito timidamente, como uma fonte de renda importante para as mulheres de Limeira. Outra barreira ultrapassada é a imposta por formas de organização hierárquicas que, infelizmente, a esquerda brasileira insiste em reproduzir. Isto porque, regionalmente, para as lideranças do MST e as lideranças do Sintraf, ainda que em muitos momentos unidos na ação, suas diferenças costumam ser impeditivos para as alianças inter grupos da base das duas áreas (Mogi-Mirim e Limeira). Podemos também apontar o respeito ao conhecimento popular e a desmistificação do diploma, por parte dos dois grupos, uma vez que, valorizar o conhecimento popular tanto quanto o acadêmico, é uma barreira muito grande por parte dos EES, que enxergam no conhecimento dos universitários, um conhecimento “superior,

melhor”, enquanto os seus estão carregados de baixa auto-estima e desvalorização por parte de toda a sociedade.

Mais um aspecto vale ser comentado, para que aprendamos com a história. Na ocasião, parte da equipe avaliou que a experiência tinha sido desorganizada, que não fora pensada uma metodologia e que o espaço ficou um pouco “bagunçado”.

Na avaliação junto aos dois grupos, principalmente no Elizabeth Teixeira, esse momento foi apontado como o mais importante do processo de incubação do mesmo.

2.3 Uma situação limite: “AMA e o computador”

(Q.11)

“... não são as situações-limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das situações-limites” (FREIRE, 1987, p. 91)

Dispúnhamos de recursos institucionais para a compra de equipamento eletrônico previsto em um projeto da ITCP Unicamp, elaborado em 2009. Havíamos informado ao grupo de cooperadas da associação de mulheres agricultoras com quem trabalhávamos, que dentro em breve entregaríamos um computador portátil. A nossa equipe de formadores estava dividida no que diz respeito aos rumos que tomaríamos e à interpretação que as cooperadas faziam a cerca da chegada do artefato tecnológico em questão. No entender da equipe de formadores, o artefato era uma ferramenta para a execução do nosso planejamento e acreditávamos que isso deveria ficar claro às cooperadas, afim de que as possibilidades que se abriam com o computador não ficassem em segundo plano diante do próprio computador: nosso planejamento previa a construção de um site de internet como produto final, que serviria de indicador qualitativo do nosso trabalho junto à agência financiadora, além de capacitação básica das cooperadas no uso de programas básicos à inclusão digital e a constituição de uma identidade de grupo mais sólida, a partir de oficinas de elaboração participativa do material de divulgação visual da cooperativa.

Como o grupo já havia passado pelas oficinas de elaboração do logotipo e da identidade, pensamos em outras propostas, como discutir as embalagens e até mesmo aproveitar o logo que elas já tinham e auxiliar no processo de produção das etiquetas para comercialização dos seus produtos. Além disso, havia no grupo uma discussão sobre a importância de um computador ligado à internet para receber pedidos de seus produtos e a dificuldade que tinham pelo fato de todos os contatos dos consumidores serem feitos por e-mail.

Os problemas começaram quando evidenciamos às cooperadas os limites do projeto que executávamos. A compra do aparelho estava prevista no projeto, mas a disponibilidade do equipamento às cooperadas necessitava do cumprimento de um sem número de obrigações e procedimentos junto à burocracia da universidade e das agências financiadoras. Porém, empolgadas pela oficina de planejamento as cooperadas buscaram a assinatura de um plano de internet por telefone celular que entraria em vigor em uma semana. Diante dessa urgência, evidenciamos que não teríamos o computador à disposição em tão breve espaço de tempo.

De fato, a ITCP/Unicamp tem atuado desde 2005 junto a esse grupo de agricultoras, que existe há quase dez anos. E desde a fundação do grupo, ao que consta, essas agricultoras buscam fontes de financiamento para a construção de uma cozinha comunitária. Sofreram processos de desagregação interna constantes desde que viram minguar a promessa de financiamento público do projeto da cozinha comunitária, elaborado em 2005. Recorreram à legalização do grupo como pessoa jurídica para possibilitar a comercialização de seus produtos e hoje buscam alguma forma de financiamento de um veículo que possibilite o transporte dos produtos do grupo para mercados locais. Chegaram a comercializar em nível local e com certo sucesso a farinha de mandioca agroecológica, com o auxílio de um grande pilão de madeira elaborado por elas com ajuda de um assentado. Mas esbarraram nas ameaças da vigilância sanitária, que exigia uma linha de produção de farinha dentro de padrões de produção fora das perspectivas dos grupos de agricultoras e nas dificuldades de manejo do

pilão de madeira. Nesse contexto, quando surge a possibilidade de elaborar um site de internet como parte de mais uma frente de formação para o grupo, a resposta das mulheres foi atrelar esse trabalho à obtenção de uma qualificação técnico-profissional (capacitação em informática) e à conquista de uma infra-estrutura de trabalho (o computador com internet). No planejamento conjunto, percebemos que as oficinas destinadas a consolidação do site iriam tomar muito tempo da incubação e que seriam impossível ensinar o grupos de mulheres agricultoras a aprender a utilizar computador e a administrar um site de internet em um período tão curto de tempo.

Reavaliamos nossa metodologia de apresentação da proposta de trabalho que previa construção do site e as oficinas de capacitação em informática, uma vez que percebemos a grande expectativa do grupo quanto àquilo que nossa equipe de formadores considerava *apenas* uma ferramenta que não iria resolver os problemas estruturais do grupo. Elaboramos uma oficina de inclusão digital voltada a diminuir essa expectativa para não frustrar o grupo. Antes mesmo de iniciar a oficina de inclusão digital as mulheres pediram esclarecimentos sobre a data de chegada do computador. Colocamos que a vinda do computador não estava garantida e o resultado foi o descontentamento, expresso pelas palavras de uma das lideranças do grupo.

Aproveitaram o espaço da oficina para fazer críticas e deixar claro que buscavam uma aliança com a ITCP e não se constituírem como mais um objeto de estudo ou como fonte de promoção da universidade. Fizeram um paralelo entre o trabalho da ITCP Unicamp e outros agentes externos que, do ponto de vista delas, buscam se apropriar do trabalho delas para se promoverem e se bancarem. Como exemplo citaram ITESP (instituto de terras do estado de São Paulo), o INCRA e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que buscam utilizá-las como exemplo de associação e organização social de mulheres agricultoras, mas que restringem o financiamento de infra-estrutura para os empreendimentos econômicos solidários através de regulamentos e procedimentos que por si só exigiriam significativa estrutura dos grupos. E deixaram claro que queriam um apoio de fato da ITCP e que não queriam mais saber de “oficinas de formação” eternas, sem qualquer aporte prático ou garantia de infra-estrutura material.

Os formadores deixaram claro que os recursos que financiam os projetos de extensão universitária são recursos voltados ao financiamento de formadores universitários bolsistas e de forma alguma prevêem o financiamento de qualquer mínima infra-estrutura material aos grupos, impondo inclusive restrições técnico-jurídicas ao repasse desses recursos aos grupos. A ferida exposta entre os limites da extensão universitária e as necessidades concretas do EES ficou evidente.

(Essa situação limite foi retirada do artigo “Notas de campo sobre princípios da Educação Popular e Tecnologia Social: para além das boas intenções da Economia Solidária”, escrito pelo gapes de PP, que será apresentado no III congresso da Rede de ITCPs em março de 2011)

2.4 Os grupos produtivos e os movimentos sociais

(Q. 9, 15)

Como já deixamos claro em outros momentos do texto, a incubação não se limita aos EES, mas se estende aos movimentos, fóruns, redes e outras articulações relacionadas aos grupos incubados. A ITCP/Unicamp procura participar dos espaços em que os EES estão inseridos. Assim, na frente de incubação dos EES ligados a cadeia da reciclagem, a ITCP/Unicamp frequenta as reuniões da associação das cooperativas de triagem de Campinas e outros espaços de discussão ligados a resíduos sólidos urbanos e ao Movimento Nacional de Catadores. Na frente da agricultura familiar a ITCP participa de espaços do MST da regional

Campinas. Em relação ao EES de construção civil incubado pela ITCP, a participação em espaços de articulação é pouco viável devido à distância.

A intensidade de participação nos diferentes espaços de articulação varia, por um lado segundo a disponibilidade da ITCP e, por outro, segundo o ritmo do próprio espaço. No atual momento a participação mais intensa tem sido nos espaços ligados ao MST, regional Campinas, local em que o trabalho da ITCP se somou ao trabalho que já vinha sendo realizado por outro projeto de extensão, o Universidade Popular. Nessa frente os formadores da ITCP participam em atividades do Universidade Popular. Estão envolvidos em encontros formativos e deliberativos do movimento, em mutirões, na ciranda infantil, no setor de educação, de gênero e na alfabetização de jovens e adultos. Embora para os formadores e para a Universidade existam dois projetos de extensão distintos, para o assentamento as atividades são integradas e inter-relacionadas. Comumente as discussões, decisões e conflitos ocorridas em, por exemplo, um mutirão, repercutem negativa ou positivamente em um espaço de formação proposto pela ITCP. Por isso faz-se necessária uma integração cada vez maior entre os dois projetos de extensão, questão que é facilitada pelos formadores híbridos da ITCP, que participam ao mesmo tempo dos dois projetos.

Além desses espaços a ITCP tem participado com frequência das atividades realizadas pelo movimento de fábricas ocupadas, mais especificamente da fábrica ocupada Flaskô, localizada na cidade de Sumaré. A relação com esse espaço não se dá pela incubação, mas por uma relação de apoio político e de parceria em atividades acadêmicas sobre autogestão. Todos os cursos de extensão organizados pela ITCP/Unicamp contam com uma visita à Flaskô e uma aula ministrada por seus trabalhadores.

A partir dessas experiências seria possível dizer que não é a ITCP que aproxima os EES de espaços do movimento, mas são os EES que levam a ITCP a participar dos espaços aos quais estão articulados. Destaca-se que nenhum desses espaços se autodenomina ou se identifica como sendo de Economia Solidária, mas todos estão relacionados ao cooperativismo, à autogestão e à construção de alternativas produtivas rumo a uma outra sociedade.

A ITCP/Unicamp participa, embora de forma menos intensa, dos fóruns de Economia Solidária municipal e estadual. Nesses espaços, ao contrário daqueles que temos priorizado na região de Campinas, registra-se um número superior de gestores e de representantes de identidades de apoio do que de trabalhadores. Nesse sentido, cabe levantar o questionamento, já bastante frequente, sobre a fragilidade da articulação dos Fóruns de Economia Solidária com outros movimentos sociais, sobre as pautas burocráticas e distantes da realidade dos trabalhadores e sobre a preponderância dos mecanismos de “luta” institucionais que caracterizam os espaços de Ecosol e os diferenciam dos de outros movimentos sociais.

Em todos os espaços a ITCP participa como entidade de apoio, ela não substitui ou se sobrepõe à representatividade do empreendimento. Esse princípio é óbvio e pode parecer redundante retomá-lo aqui. No entanto, faz-se necessário ressaltá-lo pois na prática observamos uma coação em sentido contrário em alguns espaços. Nos espaços tripartites de Campinas relacionados às cooperativas de resíduos existe uma pressão, por parte do poder público, para que as incubadoras (existem três na cidade) assumam responsabilidades e funções em nome do empreendimento perante o programa de geração de trabalho e renda. O poder público chegou ao extremo de criar um espaço no âmbito do projeto DRS (BB) em que as entidades de apoio estivessem sobrerepresentadas e as cooperativas subrepresentadas com apenas o presidente da associação de todas as cooperativas. Tal espaço propunha metas de produtividade e uma padronização da produção que deveria ser levada a cabo pelas incubadoras dentro dos empreendimentos. A ITCP/Unicamp se nega a administrar e tomar decisões em nome do empreendimento. Por essas e outras divergências a relação entre a ITCP/Unicamp e a prefeitura de Campinas continua estremecida.

Conclusão

A linha do tempo da metodologia de incubação e o PPP 2009/2010 deixam claro a opção por focar nosso trabalho junto às cooperativas e associações ligadas aos movimentos sociais com os quais nos relacionamos, nos quais se destacam o MST, MNCR, Movimento Feminista, e a Fábrica Ocupada Flaskô.

É importante lembrar que não apenas nós nos posicionamos politicamente junto aos movimentos sociais, mas também representantes dos mesmos procuraram a Incubadora afim de colaborarmos pensando e experimentando uma outra organização possível da produção, seja no campo, seja nas cidades.

Acreditamos que isso se deu devido à nossa postura nos momentos de ações concretas e expressivas das lutas dos movimentos, como ocupações de terras, marchas, eventos culturais promovidos por estes, nos quais sempre nos fizemos presentes e mais do que isso, auxiliamos durante o processo de construção de algumas ações, nos mostrando para além de formadores da ECOSOL, como companheiros de luta e deixando claro para além de moções de apoio ou discurso, que a lutas dos movimentos é legítima e nossa também.

A ITCP/Unicamp não se posicionou assim por fetiche, esquerdismo ou acreditando que essa “potencialização” de nosso trabalho se daria automaticamente, acreditando que os trabalhadores já teriam “a consciência” para a transformação, adquiridas com as formações políticas dos movimentos sociais. Ao contrário, quando nos propusemos a esse trabalho, iniciamos o desafio de lidar com as contradições internas presentes nos movimentos e com as nossas próprias contradições (inerentes à nossa condição de universitários, em geral de classe média e brancos). Sabemos que a opção e identidade de classe não é suficiente para resolver essas contradições, mas pensamos que um trabalho sério, comprometido, politicamente posicionado, pautado pela autogestão, talvez aponte para um novo caminho, diferente dos percorridos historicamente pelos setores da esquerda.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática** - escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Anexo 1: Linha do tempo e-mails dos antigos

Olá Pessoal

Aqui é a Tessy Priscila, sou formadora da ITCP/Unicamp desde 2008. Atualmente participo junto com a Ioli, de um projeto em rede com outras ITCPs de São Paulo, voltado para a formação de formadores e troca de experiências.

Uma fase importante do projeto, é conseguirmos traçar uma linha do tempo de todas as incubadoras, no que se refere às mudanças na metodologia da ITCP, ocorridas desde a sua fundação.

Para tal, gostaríamos de solicitar a colaboração de vocês, que fizeram parte da ITCP/Unicamp. Temos registros acerca da metodologia desde 2005. Porém, existe uma lacuna de 2002 à 2004. Para preenchê-las propomos que vocês escrevam até 3 parágrafos, nos quais constem os principais aspectos da metodologia trabalhada por vocês na época em que estiveram próximos desta Incubadora.

Desde já agradecemos o auxílio neste processo de sistematização do conhecimento e da experiência vivida por vocês.

É importante que nós consigamos recolher as experiências até o dia 27 de janeiro.

Contamos com a memória de cada um de vocês.

Um abraço,

Tessy

Tessy, vou tentar resgatar lá do fundo do Baú, porque acaba que peguei parte da gestão mais recente e de 2002 e 2004 também houve mudança na metodologia, mas vou tentar:

Estrutura - A incubadora tinha como centro decisório o seu Coletivo que elegia, com voto direto e aberto uma coordenação administrativa, que tinha um papel executivo e coordenativo da incubadora. A coordenação não era só executiva, ela coordenava e dirigia o coletivo.

Metodologia de Incubação - A incubação era organizada por uma equipe de incubação. As atividades de incubação eram planejadas a partir de diagnóstico e elaboração participativa.

Existia na época uma pressão por seguir a linha de um "Plano de Negócio", mas nem toda equipe se prendia a este instrumento. As atividades nas cooperativas eram tanto no formato de oficinas como também para "apagar" fogo, ou seja, trabalhar tanto as questões internas de gestão da cooperativa ou da relação da cooperativa com a prefeitura.

Sensibilidades - Existia naquela época um confronto praticamente aberto entre diferentes visões de organização política da incubadora, sendo que para mim, duas se destacavam: uma visão gerencial e outra partidarizada. A gerencial privilegiava como orientação a excelência acadêmica e o tecnocracismo. A partidarizada trouxe a disputa escarnecida da organização por correntes para dentro da incubadora, e acabava agindo como se esta fosse uma célula do partido. Esta briga ideológica não foi tão legal, mas como uma visão acabou se prevalecendo (a partidarizada), com o tempo seus conceitos ideológicos (trotskismo, freireanismo, vigotskismo) prevaleceram na incubadora. Até que um dia esta linha deixou de ser majoritária dentro da incubadora e seus traços ideológicos foram questionados e reconstruídos.

*Faltam outros e-mails.

Anexo 2: cartas ao coletivo

“Caro Coletivo,

Vejo que você cresceu. Enfrenta e enfrentou suas contradições. Não teve medo de transformar e ser transformado. Fez escolhas a partir dos seus princípios, mas que também os definiram e os constrói. É por isso que te admiro e acompanho. Por suas escolhas. Não fundamentalmente

pela de classe, que é óbvia, mas sim pelo método, pela práxis. Apesar de sermos reféns do nosso passado, somos sujeitos do nosso futuro. Nunca podemos negar isso.”

“Olá coletivo!

Espero uma melhora em relação ao GEPES, ou seja, que ele possa atuar cada vez mais com os EES. Digo isso pois, na minha percepção este é um espaço fundamental de articulação entre equipes e é também um espaço de resolução de demandas dos grupos. Acho também que estamos dando uma atenção pequena a esse espaço tão importante. Quanto ao coletivo penso em nós como um grupo que tem um mesmo “norte” e que funciona bem nos demais espaços.”

“A ITCP é um importante espaço de resistência à uma política hegemônica não só na universidade mas em toda a sociedade. Essa política dominante nega a solidariedade, a autogestão, a educação popular e a justiça social.

O coletivo da incubadora não deve desprezar sua história, para assim aprender a evoluir com seus erros. Não deve perder seu horizonte político, porém sem cair em maniqueísmos simplistas que podem levar à arrogância e ao imobilismo.

A busca constante deve ser na direção da avaliação de sua atuação, para que sua política saia do gueto e seja hegemônica. Para isso deverá ter flexibilidade na tática e firmeza estratégica, tendo, a cada dia, mais eficiência em suas práticas.”

“Estamos passando por uma mudança a partir da linha “aproximação dos MS” que penso que daqui à algum tempo vamos avaliar e isso influenciará nossa metodologia de incubação como também mudará nossas preocupações em termos de alianças e parcerias. Penso que ocuparemos outros espaços que não mais os da Ecosol e das redes, Fóruns, etc).

O trampo da ITCP como militância se aprofundará e isso vai aparecer na nossa definição. Não acho que a definição contida no nosso site seja a melhor atualmente. Por outro lado não estamos aparecendo como militantes em outros espaços dentro da universidade, poderíamos dar mais peso para isso porque nossa forma de organização autogestionária pode ser um exemplo pedagógico formativo para outros grupos dentro da universidade.

Olhando a linha do tempo vejo que temos muita qualidade nas nossas discussões, não somos imaturos querendo quebrar um caixa eletrônico, temos mediações entre o projeto ideal de sociedade e o que é possível e necessário fazer dentro do capitalismo.”

“Querido coletivo,

Que doido perceber que cada leva nova de educadores populares que entra na ITCP participa do processo dialético de construção desse projeto. Que bom que temos rotatividade! A autogestão seria possível por muito tempo em um mesmo coletivo? As funções não ficariam por demais cristalizadas? Me parece que o movimento, a mudança são essenciais à boa saúde da autogestão. Que bom que não há dinossauros na coordenação da ITCP, mas há formadores com muita experiência no Universidade Popular. Como fazer para que a “voz da experiência” não bloqueie o “o florescer da novidade”? Eu acho que estamos em um bom caminho. Temos equilíbrios e desequilíbrios sadios. Quem não achar que me conteste! Por enquanto continuo por aqui...”

“A ITCP é um espaço autogestionário onde pode ver o quanto pontos de vista do pensamento popular (militante) e erudito (acadêmico) podem desenvolver interessantes discussões. Por mais que cada um não levante a sua bandeira dizendo: eu sou e sempre fui essa bandeira, cada um dentro da incubadora tem um ponto de vista voltados a um desses pensamentos.

Além disso aqui pude conhecer o que pra mim sempre foi bem distante a visão da academia sobre o comportamento das pessoas (o povo em geral). Isto é, as vezes é fácil ver o quanto ela

se impõe como algo a parte da sociedade, tornando uma parte da segregação heterogênea do povo, ao contrário de se sentir povo também.

Por fim vejo que a ITCP forma os seus formadores numa discussão ampla e mais legal, num debate feito por todos. Lógico, é claro, levando em conta a bagagem de cada um.!”

“Queria dizer à ITCP,

Que do meu ponto de vista qualquer possibilidade de trabalhar em algum lugar minimamente parecido com a ITCP é (passou a ser) um objetivo de vida.

Por outro lado o conforto de vida material como aluno bolsista/extensionista contradiz totalmente com a situação de penúria que os grupos enfrentam no dia-a-dia deles. As práticas de incubação da ITCP devem fugir de politicagem, do assistencialismo e do tecnicismo/SEBRAE de cunho trefista. Não devemos assumir o ônus do papel de exploradores dos grupos, mas não devemos nos isentar de uma maior e melhor inserção na realidade dos grupos, como uma forma de trabalharmos o nosso papel enquanto opressores. Se podemos iniciar um trabalho de incubação coerente com nossas propostas, não devemos abrir mão dos nossos princípios em nome do cumprimento de exigências burocráticas e republicanas impostas pelos financiadores.

Sinto um engessamento de nossa forma de atuação que se deve à forma como encaramos a ITCP como trabalho não -..., mas técnico-trefista.”

“Carta ao coletivo

Por ter estado presente em momentos diferentes da incubadora, o que permite ter vivido situações e ao mesmo tempo ter guardado certo distanciamento, gostaria de compartilhar uma avaliação da forma como o coletivo lida com seus problemas internos de relação com seus membros. Não discutir sobre isso faz com que haja um incômodo, inclusive em escrever esta carta. Acho necessário um amadurecimento do grupo para conseguir tratar dessa importante questão que muitas vezes interfere no trabalho que desenvolvemos. Acredito que a disposição em discutir temas, que podem ser delicados, pode ser construída coletivamente.”

“Depois de construirmos coletivamente uma linha do tempo da ITCP pude compreender de forma mais clara como a ITCP foi sendo construída. Esse exercício foi muito interessante. Mas, penso agora em como poderemos atuar daqui pra frente. Acredito que a idéia de estarmos entrando num momento de parceria com os EES é extremamente relevante, digo isso porque acho que a ITCP vive um momento de amadurecimento da sua proposta de atuação. E por isso, a partir de agora talvez consiga atuar de forma mais orgânica com os EES. Acho que temos uma tarefa de articuladores, pois trabalhamos com grupos de diferentes áreas que podem se conhecer e trabalhar em conjunto.”

“A vivência cotidiana de um esforço coletivo e autogestionário aporta questionamentos às relações com outras esferas da vida. A experiência na ITCP e nos lugares de atuação nos colocam limites para se viver relações mais emancipadas entre os sujeitos.

A cada passo, a cada dia, a cada enfrentamento, a cada consenso, trazemos esse histórico da ITCP e o acúmulo das discussões teóricas possibilitadas pela prática atuante.

Na escolha consciente de atuar junto aos movimentos sociais se conforma uma segurança maior de atuação junto aos nossos princípios noretadores: educação popular, autogestão, cooperativismo e economia solidária. Segurança essa que me parece refletida nas crises de incubação, das equipes, mas que sempre apontam para um avanço, para repensar a atuação e metodologia. Crises que são parte do processo; dinâmico; de enfrentamentos de realidades, e de possibilidades de construção conjunta de uma nova realidade, apoiada num reconhecimento do trabalho e da cooperação entre incubadora cooperados e cooperadas (...)”

“Querido coletivo,

Relembrar a história da ITCP pra mim é sempre prazeroso. Por que fico com a sensação de que cada vez mais aprofundamos (teórica e praticamente) a nossa metodologia de incubação. Isso não significa, no entanto, um desenvolvimento linear, sempre melhor. Significa pra mim que não nos acomodamos (pelo menos não totalmente) e nos propusemos (na medida do possível e dentro de cada contexto específico) a refletir profundamente sobre os limites e possibilidades de nossa atuação. Com isso acho que aprendemos a lidar coletivamente com o conflito e tornar as contradições nosso motor para a mudança.

Independente do que vier pela frente espero que isso não se perca. Acho que isso abre a possibilidade de alianças com os grupos que trabalhamos, seus trabalhadores e trabalhadoras e a luta de longo prazo que temos pela frente.”

“Apesar de visualizarmos as mudanças e avanços da ITCP olhamos ainda para um futuro e uma intervenção cheia de desafios. O purismo dos modelos acadêmicos como linguagem e ferramenta teórica ainda distancia a incubadora dos grupos e de uma ação mais dialógica e concreta. As oficinas e a ação das equipes são pensadas internamente e acordadas com as cooperativas, afirmando a segregação do trabalho braçal do trabalho intelectual. Além disso, ainda não conseguimos construir na incubadora um espaço coletivo, construído coletivamente. É preciso estar atento e forte para não pregarmos em nós mesmos centralismos e preconceitos ou até mesmo pesos e medidas tão diferenciados em nós mesmos que dificulta a construção de algo de todos, ou que pelo menos dê um sentido para continuarmos na luta – de classes, de gênero, de quebra de amarras conservadoras da realidade perversa.”

“Caro coletivo,

Apesar de nunca ter participado de incubação ou de qualquer processo de educação popular, e fazer apenas o ‘trabalho alienado’ de assessor de informática, gosto muito do ambiente de trabalho da ITCP, além da experiência adquirida em manutenção de rede de computadores. Espero ter ajudado a melhorar o ambiente de trabalho de vocês e, mesmo que eventualmente eu consiga arrumar um emprego com melhor remuneração, adoraria continuar na ITCP como administrador de rede.”

“Penso que a ITCP passa por uma fase que apresenta dois grandes componentes. Por um lado a consolição da extensão e da educação popular como projetos políticos refletida muito na entrada de novos formadores que já entram com o olhar da extensão bem aguçado. Por outro lado ainda em construção no que se refere a sua colaboração como agente político atuante, resignificando aos poucos sua postura e ações junto aos grupos e movimentos sociais, descobrindo aos poucos qual seu papel e suas tarefas dentro deste novo universo que começa a aflorar. Neste novo lugar busca, ao mesmo tempo, reorganizar sua posição dentro da universidade nessa relação conflituosa com a burocracia e a institucionalidade entre rubricas e relatórios e ofícios e a necessidade de auto-organizar, construir acordos e sistematizar os acúmulos teóricos e metodológicos. Penso que é momento de aprofundar a relação política com os grupos e movimentos sociais e consolidar nosso papel como ator político no processo de transformação social. Porém, para que esse processo seja rico e necessário, como em todos os tempos de mudanças fortes, nos voltar às nossas balizas teóricas e principalmente estudar e dar muita atenção a nossa abordagem da educação popular e da metodologia de incubação. Manter vivo e operante o acúmulo constituído até o momento atual.”

“Querido Coletivo

Não tenho dúvidas de que hoje, em relação à 2001, estamos muito melhores no que se refere à construção de uma metodologia ‘de luta e desde a base.’

Espero que para os próximos anos os educandos-educadores dos EES sejam vistos e de fato reconhecidos, inclusive financeiramente como nós somos, como educadores – educandos. Também espero que nós consigamos aproveitar melhor o “lado bom” de sermos institucionalizados e que a gente consiga se livrar das amarras burocráticas que nós mesmos nos prendemos. E que a ITCP seja cada vez mais ‘a porta de entrada’ para a ocupação desta universidade pelo povo.”

“Olá coletivo,

A metodologia da ITCP me parece fragmentada e sem planejamento. Esse despreparo leva a uma baixa qualidade na incubação o que leva a verificar um processo pouco transformador da realidade.

Isto, aliado a burocratização e distanciamento das atividades coletivas (não equipe) leva a uma desmotivação com a metodologia atual, alavancando uma reflexão a respeito de como se dá a autogestão na itcp e sua atuação nos grupos.

Pessoalmente não vejo mudanças significativas a curto prazo já que diversos processos foram engessados e colocados de maneira obrigatória ao grupo, vida a esquematização das horas de trabalho.

Porém vejo no trabalho das equipes, ligados a prática, um ambiente motivador e aberto as mudanças e reflexões. Que espero do grupo tanto para tornar as incubações com mais qualidade, como para trazer uma atualmente esquecida motivação com as atividades da autogestão.”

“Carta ao coletivo:

Cheguei há pouco tempo na ITCP e não tenho propriedade do histórico do grupo e tampouco do acúmulo teórico e prático desenvolvido nesses quase 10 anos de trabalho.

Nesses 4 meses de experiência todavia, em contato com o GEPES de PP e com a cooperativa Bom Sucesso, tenho pensado muito a respeito do papel da incubadora e de sua prática de intervenção. Não como uma questionadora sem fundamentos (que ainda sou nesse caso), mas como alguém que carece de identificação com a própria função no trabalho de incubação.

O trabalho com resíduos sólidos envolve uma intervenção política ampla, ao passo que a incubação, no caso do empreendimento em questão, envolve uma dedicação reforçada. A transição desses papéis, de um a outro, requer um domínio/equilíbrio que eu, e penso que também a equipe, ainda estamos buscando.

Na base do aprendizado, espero...”

Anexo 3: Linha do tempo - relação de materiais consultados

- BESKOW, HELENE e CESTARI. A comunicação popular na construção da identidade. GEPES de Comunicação e Artes ITCP/UNICAMP, Campinas, 2006.
- Cadernos temáticos do Projeto de Qualificação das Cooperativas Populares, 2002
- CHABES, PAVAN e WIRTH,. “Educação Popular, Universidade e Autogestão: uma experiência brasileira de incubação de empreendimentos populares” apresentado no “II Encuentro de Economía de los trabajadores.” GEPES de Processos Pedagógicos ITCP/UNICAMP Buenos Aires, 2009.
- Consenso de Jaguariúna (documento elaborado pelo coletivo em 2005)
- Cronograma do Curso de Formação de Formadores, 2002
- E-mails enviados por formadores antigos.
- Entrevista com Antonio Cruz, membro fundador da ITCP/UNICAMP, realizada em dezembro de 2008.
- FRAGA, SILVEIRA e VASCONCELLOS. O engenheiro educador. GEPES de Produção e Tecnologia ITCP/UNICAMP, Campinas, 2008.
- ITCP/UNICAMP. Empírica – Metodologia de Incubação. Campinas – SP: Instituto de Economia, 2009.
- MARCONSIN, Adauto Fernandes. Política pública de economia solidária : uma política em construção, tese de doutorado, Campinas, SP: [s.n.], 2008.
- PATROCÍNIO, Wanda Pereira Dissertação de Mestrado: *Cooperativas Populares: Representações Sociais, Trabalho e Envelhecimento*. FE/UNICAMP. 2005. 95 p.
- Panfleto do “Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”, 2001
- Panfleto do “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”, 2002
- Panfleto do “Seminário extensão e Economia Solidária na ITCP: Sistematização de Experiências”, 2009.
- Projeto Político Pedagógico da ITCP/UNICAMP, 2009/2010. Disponível em: www.itcp.unicamp.br.
- Projeto Político Pedagógico da ITCP/UNICAMP, 2005/2006.
- RAIETPARVAR, SOUSA, NÓBREGA, PUPO e RIOS. A construção de uma prática organizativa autogestionária no cotidiano da ITCP/UNICAMP: um processo diário de aprender a fazer política. GEPES de dinâmica das relações humanas da ITCP/UNICAMP, Campinas, 2008.
- Site do Gabinete do Reitor: <http://www.gr.unicamp.br/>
- Site da Secretaria Geral da Unicamp: <http://www.sg.unicamp.br/>
- WIRTH, CHABES e PAVAN. Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação. GEPES de Processos Pedagógicos ITCP/UNICAMP, Campinas, 2008.

Anexo 4: Roteiro

Roteiro de Levantamento das Práticas

Orientação:

Proposta de que cada ITCP desenvolva um texto, a partir das questões abaixo

Proposta de prazo: 15 de fevereiro - postergado para 22 de fevereiro

1. O que a ITCP espera do processo de incubação?
2. Para quem se estabelece o processo de incubação? (Demanda específica, mapeamento da ITCP, outros processos)
3. COMO a ITCP realiza o trabalho de incubação? Quais os passos centrais?
4. Como é adaptada a metodologia aos diferentes grupos, em diferentes contextos?
5. COMO a prática junto aos grupos se relaciona com a formação oferecida pela academia, no que se refere à especificidade de cada “área do conhecimento”? Como estas diferentes áreas se articulam na metodologia de incubação?
6. Como ocorre o debate sobre os temas educação e autogestão com os EES? Destaque aos seguintes aspectos:
 - forma de organização
 - divisão entre trabalho intelectual e material
 - instâncias de decisão
 - valorização dos diferentes saberes
 - outras linguagens
7. COMO a metodologia da Incubadora tenta dar conta da “opressão de gênero”?
8. COMO no processo de incubação a ITCP lida com as relações de classe presentes, concretamente? COMO a incubadora trata as diferenças que existem entre universitários e cooperados, sem negá-las?
9. Como as itcps aproximam os EES dos espaços do movimento?
10. Apresente um caso que a incubadora avalie como significativo e impactante, que consiga demonstrar concretamente como se “aplica” um aspecto importante da metodologia da incubadora.
11. Apresente uma situação que demonstre um limite claro do processo de incubação. COMO a incubadora tentou resolvê-lo?
12. Como ocorre o debate sobre os temas educação e autogestão na ITCP? O que a ITCP tem de acúmulo sobre educação e autogestão? Quais os avanços, dificuldades e contradições encontradas no processo?

Destaque aos seguintes aspectos:

- forma de organização
 - divisão entre trabalho intelectual e material
 - instâncias de decisão
 - valorização dos diferentes saberes
 - outras linguagens
13. Quem decide sobre “o que fazer” e “como fazer”, dentro da incubadora e nos grupos incubados?

14. COMO a incubadora lida com a rotatividade dentro dos grupos e dentro da própria incubadora?
15. Como as ITCPs participam do movimento? O que se propõe a fazer? O que não faz e porquê? Como se dá a relação entre as esferas do cotidiano da ITCP, com as esferas políticas de representatividade do movimento? Há um distanciamento ou organicidade?

Linha do tempo da metodologia de incubação

Pergunta orientadora:

Que mudanças estão sendo realizadas na incubação, no acompanhamento das práticas? As estratégias em diferentes momentos?

As Incubadoras: breve passagem pelas diferenças e proximidades

Depois de olharmos para o que cada incubadora produziu e como cada uma se relaciona com os temas propostos, percebemos diferenças contrastantes e algumas constâncias entre a visão e a aplicação dos conceitos de formação, autogestão e incubação propriamente dita pelas ITCPs. O texto a seguir não pretende esgotar estas relações, mas apontar alguns aspectos que foram fruto do debate entre as incubadoras realizado durante o processo de sistematização destes temas.

Historicamente, podemos dizer que as incubadoras começam suas atividades identificando demandas locais de populações carentes e utilizando tal situação como o primeiro ato para começar um projeto maior e mais organizado. Como é narrado nos textos da Incubadora da UNESP, núcleo de Assis, da INCOOP- UFSCar e da ITCP-USP.

Contudo, enquanto movimento sócio-econômico e acadêmico fica evidente que as discussões de economia solidária já estavam presentes no final da década de 90, em ambientes como as Faculdades de História e de Economia da USP. Onde foi criado em 1997 um grupo de estudos sobre autogestão e cooperativismo coordenado pelos professores Paul Singer, Candido Vietz e Newton Briand.

Este tema extrapola o âmbito acadêmico e impulsiona ações práticas: tanto na Unicamp quanto na USP, as primeiras ações foram realizadas com o objetivo de formação de cooperativas para substituição da mão de obra terceirizada nos serviços de limpeza da universidade. Já para a incubadora da Unesp de Assis a demanda está colocada para além dos muros da universidade: o desafio está na ajuda da organização da coleta seletiva do município.

A atuação junto à população não-acadêmica

A aproximação entre incubados e incubadores mostrou-se um aspecto super sensível nas discussões e nos textos das Incubadoras. É neste momento que, de

fato, dois mundos relativamente opostos se confrontam. O método de incubação se dá de diferentes maneiras em cada incubadora, como é possível perceber nos textos. Podemos perceber diferentes formas de tratamento dos incubados pelas incubadoras. A Incubadora da USP, por exemplo, prevê que cada acompanhamento de EES deve ser tratado como algo único, assim como são as pessoas que serão incubadas. O que proporciona e demanda sempre uma “nova” cartilha de incubação, que é reinventada constantemente. Por outro lado, foi ressaltado também as dificuldades que a USP enfrenta ao se negar a manter o mesmo método de incubação para todos os grupos, em geral as metodologias são desenvolvidas a partir da atuação da equipe com base no que já foi realizado pelos formadores mais antigos, neste sentido o conhecimento é passado muito mais pela história oral do que escrita, sendo que a última muitas vezes se limita a cadernos de campo e relatórios de projetos.

Vemos, bem definido na incubadora da UFSCar e da FGV, um projeto geral de incubação que estabelece quais são os passos e temas a serem trabalhados com qualquer EES que se inicie um trabalho. Mesmo com a ressalva da UFSCar de que os temas sejam abordados de acordo com a necessidade local, há passos enumerados a serem seguidos. No processo de incubação da FGV, fica destacada a trinca de temas que serão trabalhados ao longo do processo de incubação, trata-se dos aspectos econômicos, ambientais e associativos. A partir destes três eixos são desmembradas uma série de sub-temas que serão abordados junto aos EES no formato de aulas, oficinas e reuniões deliberativas. Dentre os passos abordados destaca-se a captação de recursos como um dos pontos iniciais do processo. Talvez este destaque pela busca por recursos econômicos possa revelar uma potencialidade no sucesso produtivo do EES e no foco da FGV para o aspecto financeiro do grupo. Enquanto que para outras ITCPs, como da USP este foco tenha sido colocado como uma dificuldade enfrentada cotidianamente em prol do aspecto político no processo de incubação.

A Incubadora da Unesp de Assis, teve como primeira demanda um grupo de catadores ligados ao MNCR. Foi com eles que começaram as conversas sobre um projeto. Em parceria com os gestores públicos locais, iniciaram a incubação aplicando os conhecimentos acadêmicos e proporcionando cálculos que visassem à sustentabilidade e à rentabilidade do empreendimento.

Os trabalhos de incubação junto aos movimentos sociais estão sendo consolidados tanto na ITCP da Unesp quanto da Unicamp. Contudo, enquanto na Unesp a demanda apareceu de forma externa, por parte do poder público e da Cáritas, na Unicamp a demanda aparece de forma interna. A partir de uma avaliação e elaboração de um projeto político pedagógico, há a definição de atuação junto aos movimentos sociais como um aspecto estratégico de ação: "Nós, ao longo dos últimos dez anos, fizemos nossa escolha. Tentar construir e aprender com a experiência dos movimentos como podemos criar condições objetivas e materiais, de auto-organização dos trabalhadores, horizontais e, ainda, que apontem para novas formas de organizar o processo produtivo da sociedade." (texto Unicamp pg. 21). As relações desenvolvidas junto aos movimentos se consolidam em outras esferas de atuação para além do setor produtivo. No caso da Unicamp, junto aos espaços de luta do movimento, como por exemplo, as ocupações de terra e marchas e na Unesp junto aos espaços políticos do movimento, como o Comitê Regional e de cultura e aprendizagem, como o Círculo de Cultura, onde se trabalha os aspectos da alfabetização e subjetividade política dos indivíduos.

Avançar para além do aspecto produtivo, parece ser uma estratégia potencial para fortalecer as lutas comuns e as relações de confiança estabelecidas com outros grupos da esquerda brasileira, contribuindo assim, para os objetivos gerais de transformação social e revolução que inspiram nossa atuação.

O princípio de educação popular está presente no relato de todas as ITCPs, o método freiriano embasa o trabalho dos formadores no processo cotidiano de incubação. A adoção desse princípio reflete a prática de um tipo de extensão universitária de via de mão dupla, na qual se entende que o saber não está colocado de forma unilateral, da universidade para a comunidade, mas no encontro e contato entre esses dois mundos. Por isso, a passagem pela incubadora significa uma formação importante tanto para os estudantes, quanto para os técnicos e professores. Proporciona uma formação diferenciada da que encontramos no âmbito do ensino e pesquisa e muitas vezes da própria extensão da universidade. No cotidiano aprende-se também a partir da realidade encontrada, para além dos muros da universidade.

Este tipo de extensão exercida pelas incubadoras está em oposição à extensão que encontramos tanto de caráter mercadológico, realizada frequentemente pelas Fundações; que vendem cursos com o selo da universidade,

como a de caráter assistencialista, muito comum nas faculdades biomédicas, que prestam serviços especializados para as comunidades.

A extensão que nos propomos a realizar, nos leva ao exercício de autocritica cotidiana, como colocado no texto da Unicamp e da ITCP-USP, a qual nos provoca o questionamento: afinal, incubar para quê? Eis uma pergunta que passa por outros espaços do movimento levando, inclusive, a ser um dos temas de reflexão no Encontro de Formadores de 2009, realizado na Unesp de Assis. Vivemos uma conjuntura do auge do neoliberalismo, em que as relações sociais são mediadas, sobretudo pelo fluxo do mercado financeiro. Trata-se de um mercado excludente, que não tem condições materiais e produtivas de beneficiar todos de forma igualitária. Neste contexto, questionamos que a função do processo de incubação esteja restrita a inclusão dos grupos e cooperativas ao mercado formal. A incubação tem uma função política, de pensar e exercer autogestão nas relações de trabalho, e colocar em prática outro modo de produção, no qual os trabalhadores sejam donos de sua própria mão-de-obra e meios de produção, para assim, semear bases para outra conjuntura de sociedade, no que diz respeito às trocas de bens e serviços e às relações sociais. Este pensamento teórico nos leva a algumas contradições quando o exercemos na realidade prática, pois a todo o tempo nos deparamos com as necessidades materiais imediatas dos integrantes dos EESs. Realidade esta que, muitas vezes, os levam a priorizar e cobrar das incubadoras simplesmente um sucesso financeiro da cooperativa. Por outro lado, nós das ITCPs, além do princípio de atrelar este trabalho ao processo de transformação social mais amplo, enfrentamos os limites colocados pela própria estrutura econômica atual, tais como, a concorrência e exigência de infra-estrutura colocada pelos parâmetros do mercado formal. Como alternativa, foi apontado por nós, a atuação a partir da perspectiva do desenvolvimento local e da formação de redes ou cadeias produtivas, que consigam viabilizar a autonomia em alguns setores produtivos, tal como ocorre com a cooperativa Justa Trama. A opção por atuar em conjunto com outros movimentos sociais também caminhará em busca de alinhar projetos políticos mais estratégicos para alcançar nosso objetivo de caráter político.

Por se tratar de um projeto ou programa de extensão universitária, em si, as incubadoras possuem um caráter formativo, caracterizando-se também como um espaço de passagem, para que mais pessoas possam vivenciar esta formação diferenciada dentro da universidade. Contudo, esta frequente rotatividade de

formadores foi apontada como uma dificuldade das várias incubadoras. Apesar de a rotatividade contribuir com o exercício da autogestão, pois possibilita o rodízio das funções e a descentralização de poder, gera diversos problemas junto aos grupos incubados. A relação de confiança, já estabelecida pelo antigo formador, não é algo a ser substituído, afinal, trata-se de relações humanas que não são substituídas, mas sim reconstruídas. Contudo, este processo de reconstrução proporciona fragilidades na continuidade dos planos de incubação pré-estabelecidos anteriormente, pois a velocidade de apropriação pelo novo formador geralmente não é a mesma da demanda imediata de execução. Por outro lado, na perspectiva da educação popular, há de se pensar que os integrantes dos EESs também exercem uma função de formação do formador, e que terá papel fundamental na formação deste novo membro presente. Em Assis, este tipo de formação fica mais explícito, entre os grupos ligados ao MNCR, pelo fato de integrantes mais antigos de alguns EESs participarem das reuniões de formação de outro EES. Uma estratégia muito importante para tornar evidente esta troca e potencializar este encontro. Além disso, ajuda a enfrentar outra questão em relação a frequente rotatividade dos próprios integrantes dos EESs. A interlocução entre as cooperativas é muito significativa para troca de questões comuns entre eles.

A atuação junto ao poder público

A relação que as incubadoras estabeleceram com o poder público local ocorre de forma distinta e até mesmo oposta entre as incubadoras do interior. A ITCP-Unicamp enfrentou conflitos nessa parceria, pelo fato do poder público local querer responsabilizá-los tanto pela gestão quanto pela produtividade dos EESs, além de não respeitar as relações horizontais do trabalho, querendo interferir nas decisões dos grupos. Este cenário, de autoritarismo e divergência de princípios, levou a ITCP-Unicamp a romper com a prefeitura de Campinas e denunciar este conflito ao fórum paulista de economia solidária, o que tão pouco rendeu alguma repercussão no restabelecimento desta relação.

Já a Unesp de Assis e a UFSCar, tiveram bons resultados no trabalho conjunto com o poder público. Em Assis a atuação é intensa, pois há sintonia de objetivos no trabalho: tanto para o poder público quanto para a INCOOP é importante investir energia na organização da coleta seletiva da cidade. Levando-os

a abertura do diálogo para construção de estratégias locais para alcançar este objetivo comum. Tal como ajudar na campanha pela separação dos resíduos sólidos na cidade e legitimar a representação política dos EESs em espaços de instâncias representativas relativas às políticas públicas locais.

Em São Carlos, o fato da atual gestão da prefeitura apontar como uma das bandeiras políticas a economia solidária e ter um Centro Público de economia solidária possibilita maior diálogo para pensar estratégias comuns. O que leva, além disso, a incubadora reivindicar junto à prefeitura posicionamento em favor das políticas públicas de economia solidária na cidade e junto aos grupos incubados. O caso mais evidente foi em relação ao TAC¹⁹ que a Cooperlimp, cooperativa incubada pela Incoop-UFSCar, recebeu do Ministério Público do Trabalho. Tal ação possui caráter de criminalização das cooperativas, foi necessária atuação da incubadora em denunciar esta questão tanto, junto ao poder público local, como em outros espaços políticos do movimento de economia solidária.

Pode-se pensar em que medida a dimensão destas cidades do interior possibilita maior diálogo com as incubadoras, quando comparada às grandes cidades. Contudo, não se pode perder de vista que a linha política da gestão municipal também configura as possíveis relações estabelecidas. Em Campinas, por exemplo, cidade de aproximadamente três milhões de habitantes, atualmente, possui uma gestão conservadora e que se alinha à “máfia do lixo” presente no município, inviabilizando qualquer possibilidade de diálogo e atuação conjunta. As relações de poder estão mais amarradas entre os grupos privilegiados e que têm acesso aos aparatos públicos.

Já em Assis e São Carlos, cidades menores que possuem, respectivamente, cerca de cem e duzentos mil habitantes, há maior possibilidade de exercer uma democracia direta, pois há maior aproximação com a figura do Estado, representado pela prefeitura. Não há um distanciamento físico e de relações pessoais tão distantes, entre a população e o poder público, como num grupo de três milhões ou

¹⁹ Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, o TAC é um acordo firmado entre o Ministério Público e a parte interessada, de modo que esta se comprometa a agir de acordo com as leis trabalhistas, sob pena de multa, tal como dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/1985. É, portanto, um título executivo extra-judicial, o que significa dizer que seu descumprimento enseja uma ação de execução, proposta pelo Ministério Público do Trabalho junto à Justiça do Trabalho.

onze milhões de habitantes, que é a realidade de Campinas e São Paulo (dados retirados do site do IBGE – senso 2010 - www.ibge.gov.br). Nestas cidades a burocracia e interesses do aparato do Estado, muitas vezes, prejudicam uma gestão mais ativa, por parte dos cidadãos, dos espaços representativos e de políticas públicas.

A Autogestão

Outro tema que desperta grande interesse e demanda trabalho de estudo é o exercício da autogestão. Percebemos que, mesmo dentro das equipes das incubadoras, ela é vista e trabalhada de maneiras diferentes. Daí, para fora das Universidades, surge novas problemáticas. Podemos afirmar que se trata de uma cultura de trabalho que precisa de muita atenção e dedicação para vivenciá-la.

Mesmo nos estudos sobre o tema, já se constata que, enquanto quantidade e velocidade de produção, a autogestão não fortalece esses fins, em sua prioridade. Isso é uma quebra de paradigma brutal diante das expectativas de grupos incubados. Que talvez, espere das cooperativas, aquilo que o mercado tradicional proporciona. Quando, na verdade, são lógicas e organizações de trabalho bastante diferentes.

Isso posto, podemos perceber, nessa primeira fase do processo de Articulação, que a Educação e a Formação para a Autogestão é um desafio constante, e uma ação fundamental para atingir as finalidades primeiras da economia solidária: a formação de um cidadão que trabalhe com mais sentido crítico e mais poder democrático no cenário em que está inserido. Interessante é notar, que estes mesmos desafios, que se mostram fora dos muros, apresentam suas faces dentro das próprias incubadoras.

Nesse projeto as incubadoras foram levadas a olhar para dentro de si e tirarem as respostas que colhiam. Nesse sentido percebemos diferentes formas de autogestão e de interdisciplinaridade dentro das incubadoras universitárias. Na FGV, por exemplo, as funções de cada membro da equipe é bem definida e não muda de acordo com o cenário da incubadora, o que muda são os projetos, não as funções das pessoas diante deles. Outra questão é que o fato dos cursos de graduação oferecidos pela FGV serem de período integral, dificulta a inserção de alunos na incubadora, levando a configuração de uma ITCP formada, majoritariamente, por

técnicos. A ausência de alunos não proporciona pautas muito presentes nas demais incubadoras. Trata-se da relação estabelecida entre alunos, técnicos e professores: até que ponto professores e alunos são diferenciados dentro da equipe autogestionada de cada incubadora? É evidente que essa é uma discussão sensível, dado a real e implacável diferença no que se diz respeito a estudos e a experiências acumuladas entre alunos e professores. Contudo, se o ideal é autogestionado, fica colocado, mais um grande desafio para equilibrar essa balança, entre os atores e sujeitos da economia solidária.

Temos, tanto na ITCP-USP quanto na ITCP-Unicamp, presença marcante dos alunos na gestão da incubadora como um todo. Nestes casos, há maior responsabilização, dos alunos ou recém-formados, em garantir o andamento das atividades da incubadora, levando-os a ocuparem as funções de coordenação interna. Nestes espaços há maior autonomia em relação às decisões internas dos rumos da incubadora. Contudo, esta autonomia é relativa quando se leva em conta, o fato da incubadora estar inserida no ambiente tão autoritário que representa a universidade. Cotidianamente vivenciamos as contradições desses dois ambientes opostos, num mesmo local: uma incubadora que se pauta pela prática da autogestão, dentro de um espaço universitário, marcado pelas relações meritocráticas e autoritárias.

Já na INCOOP-Unesp de Assis temos outra configuração: como a incubadora está ligada ao programa de estágio obrigatório, proporciona maior número de estagiários que criam um vínculo inicial que não garante sua permanência durante tempo maior do que estabelecido pelo estágio. Além de dificultar a interdisciplinaridade, já que o estágio está vinculado ao curso de psicologia. Diante deste cenário, a atuação dos professores no cotidiano é muito mais forte, pois possuem maior responsabilização em relação à gestão, quando comparado a USP e Unicamp, onde os poucos professores presentes, exercem maior caráter de orientação do que execução. Somente a captação de recursos externos recentes, possibilitou a contratação de novos integrantes de outros cursos para integrar a equipe da incubadora da Unesp de Assis.

Na INCOOP-UFScar, temos a presença marcante tanto de professores quanto de técnicos graduados, quando comparada a presença dos alunos, que geralmente estão vinculados aos processos de pesquisa. Neste caso, configura-se

uma incubadora formada, sobretudo por professores e técnicos o que leva a uma equipe de caráter mais especializado.

Contudo, independente da categoria majoritária presente nas incubadoras, a UFSCar levanta uma questão importante para ser refletida em relação ao exercício de autogestão em grupo: “A presença de professores e de técnicos graduados favorece o acúmulo de experiência e a construção de uma identidade de longo prazo. Por outro lado, esta presença pode enrijecer o modo de atuação ao dificultar a entrada de propostas novas. A presença de membros muito mais experientes no coletivo pode levar a um acúmulo de poder que pode ter consequências indesejáveis, como, por exemplo, dificultar a expressão, o posicionamento em público de novos membros, podendo reduzir a velocidade com que este se envolve com o grupo e com suas ações” (pg. 06 – item pedagogia autogestão). Isso posto, é importante mantermos esta reflexão no cotidiano da cada incubadora, para que a presença destes membros mais antigos e experientes, sejam estes alunos, técnicos ou professores, não dificulte a inserção do novo. Mas sim a abertura para uma construção dialética entre o que é e o que pode vir a ser.

Esta construção se dá por meio do diálogo constante. Os processos decisórios são momentos em que a prática da autogestão coloca em prova, para cada membro do coletivo, o exercício da paciência e abertura para a construção de uma ideia comum. Contudo, em alguns momentos, o “falso” consenso pode mascarar o posicionamento de alguém que não está conseguindo se colocar diante de posicionamento de outros; geralmente os mais antigos e com acúmulo na discussão. Nestes casos, o grupo que está em maior sintonia percebe a necessidade de explicitar as diferenças por meio da votação. Autogestão não pressupõe necessariamente a mesma opinião de todos, mas sim a construção a partir das diferenças. Por isso, tanto a prática do consenso quanto a prática da votação são instrumentos para o exercício de construção coletiva.

As Incubadoras e o Movimento de Economia Solidária

As ITCPs estão inseridas em uma Rede Nacional de Incubadoras Universitárias, na qual todas participam ativamente. Tanto dos espaços políticos, formado pelos Encontros anuais e extraordinários, quanto dos espaços formativos, que ocorrem no Congresso e no Encontro anual de Formadores da região sudeste. Trata-se de importantes esferas para fortalecer a articulação e troca de acúmulo

entre as incubadoras. Além de possibilitar um olhar estratégico sobre ações comuns, tal como a elaboração e execução do projeto em questão.

Os fóruns municipais e estaduais são outros espaços do movimento de economia solidária, que articula os EESs, os gestores públicos e as entidades de fomento. Tradicionalmente, a incubadora da USP participa desses espaços, se configurando como um representante ativo da universidade, nos fóruns e conferências do Estado de São Paulo. Desde sua fundação, contribuiu na formação de futuros militantes do movimento, levando-os a permanência de atuação em outros espaços políticos, sobretudo, aos relacionados às políticas públicas.

Contudo, esta configuração dos espaços políticos, através da representatividade dos diferentes atores que compõem o movimento, proporciona algumas fragilidades em relação à formação de identidade do próprio movimento. A falta de espaços de ações mais diretas e radicais gera outra dinâmica, que em geral passa pelo diálogo junto à construção de políticas públicas. Além disso, como foi apontado pela ITCP-Unicamp, em diversos fóruns do movimento há a maior participação de gestores e entidades de fomento do que dos EESs. Pois, diferente dos gestores públicos e algumas entidades de fomento, sua participação não está, necessariamente, atrelada a sua carga horária de trabalho. Levando-os, geralmente, a priorizar a esfera da produção. Esta questão leva a ITCP-Unicamp a participar de forma mais intensa de espaços políticos junto a outros movimentos sociais, tal como o MST, do que dos fóruns da Economia Solidária. Consideram mais estratégico centrar forças em outros fóruns relacionados à autogestão e cooperativismo que possuem objetivos comuns. Potencializando assim, tanto as relações políticas junto aos EESs incubados, quanto os mecanismos de luta.

A realidade de São Carlos possibilita outra inserção da INCOOP-USFCar no movimento. Na cidade, a prefeitura executa política pública relacionada à economia solidária, concentrando esforços no fortalecimento do Centro Público e de ações ligadas à comercialização estratégica junto aos EESs. Historicamente a incubadora ajudou na construção destes espaços municipais e mantém atuação frequente nas esferas, estadual e nacional, do movimento.

Na INCOOP-Assis, sua localização dificulta atuar com maior frequência, na instância estadual do movimento, levando-os a priorizar atuação no âmbito do município. Pretendem centrar esforços no debate municipal pela aprovação da Lei de Economia Solidária. Além de atuarem de forma mais ativa, tal como a incubadora da

Unicamp, de esferas políticas de outros movimentos sociais, no caso, do Comitê Regional do MNCR. A aproximação junto aos outros movimentos sociais ajuda a promover o exercício de alteridade. Neste encontro, há maior possibilidade de pensar a si mesmo a partir do outro, destacando-se as diferenças e as especificidades.

Considerações

O projeto Articulação abriu as janelas das incubadoras para elas mesmas. Através deste processo percebemos o quanto é fundamental questionar e trabalhar os temas que cercam o movimento de Economia Solidária dentro das Incubadoras Universitárias.

Outro ponto fundamental é a autocrítica. Podemos dizer que todos, em algum momento, foram criticados e também criticaram. E podemos considerar que este olhar somente contribuiu para enriquecer este processo de formação conjunta e sistematização das experiências.

Nesse nebuloso caminho de busca por respostas melhores para problemas antigos, ou mesmo novos, percebemos que é possível caminhar juntando diferenças, e criando novas soluções. Por hora, estamos na primeira fase do projeto. Animados com os problemas e com as possibilidades que encontramos. Outro aspecto é o fortalecimento das incubadoras enquanto Rede. Hoje, em cada uma das incubadoras, fortalece o sentimento de fazer parte de um corpo maior, que passa pelas mesmas questões e desafios, e que está pronto para enfrentá-los.

Realização:



Apoio:

